



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

CAMILA TRIBESS

POR UMA PEDAGOGIA *BUIBERE*: ATUAÇÃO POLÍTICA E
DIPLOMÁTICA DAS MULHERES DE TIMOR-LESTE

SALVADOR

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

CAMILA TRIBESS

POR UMA PEDAGOGIA *BUIBERE*: ATUAÇÃO POLÍTICA E
DIPLOMÁTICA DAS MULHERES DE TIMOR-LESTE

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Victória Espiñeira González

Co-orientadora: Profa. Dra. Sue Iamamoto

SALVADOR

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Tribess, Camila
T822 Por uma pedagogia buibere: atuação política e diplomática das mulheres de Timor-Leste / Camila Tribess, 2024.
263 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Victória Espiñeira González

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sue Iamamoto

Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Educação multicultural - Timor-Leste. 2. Mulheres - Timor -Leste – Aspectos sociais.
3. Identidade de gênero na educação - Timor-Leste. 4. Política - Timor -Leste. I. Espiñeira

González, Maria Victória. II. Iamamoto, Sue. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências. Humanas. VI. Título.

CDD: 300

Responsável técnica: Ana Cristina Portela de Santana - CRB/5-997

CAMILA TRIBESS

“ POR UMA PEDAGOGIA BUIBERE: ATUAÇÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA DAS MULHERES DE TIMOR-LESTE”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais e, aprovada em sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, pela Comissão formada pelos professores:



Profa. Dra. Maria Victória Espiñeira González (FFCH – UFBA)
Doutorado em Filosofia e Ciência da Educação, pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)



Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri (FFCH - UFBA)
Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dr. Daniel De Lucca (IHL - UNILAB)
Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Profa. Dra. Mariana Chaguri (IFCH - UNICAMP)
Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Profa. Dra. Teresa Cunha (CES - UC)
Doutora em Estudos Pós-Coloniais pela Universidade de Coimbra, Portugal (UC)

Kadalak suli mutu fila we inan
(Os riachos escorrem formando a ribeira-mãe)
We inan tahn malu, sa be tahan
(A ribeira-mãe nos mantém juntos)
Anu Timor oan sira sei hamutuk
(Os filhos de Timor hão de estar unidos)
Hamutuk atu tahan anin su'ut tassi.
(Unidos para resistir ao vento que sopra no mar)

Francisco Borja da Costa, *Kadalak Suli Mutu* (1974)

No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo.

Rosa Luxemburgo, *Cartas da prisão* (1917)

Freedom's just another word for nothing left to lose.
(Liberdade é só outra palavra para nada a perder)

Janis Joplin, *Me and Bobby McGee* (1971)

Para *Muki*, *Bi-Lear*, Inha, Mada, Filó, Pascoela, Ana, Gui, Ade e tantas outras mulheres que, assim como a música de Janis Joplin - a artista predileta de Rosa *Muki* - nos lembra, não tinham nada a perder e sonharam em ganhar a liberdade.

***Ai funan barak*¹ ou agradecimentos**

Muitas pessoas dizem que o trabalho de pesquisa e escrita de uma tese é solitário. Posso dizer de forma tranquila e segura que esse não foi o meu caso. Essa tese foi feita com dores, suor e lágrimas, é verdade, vinda de um contexto pós-pandêmico e de uma vida real que não diminuiu o ritmo para eu escrevesse e pensasse com mais calma. Pelo contrário, o último ano de escrita foi um dos mais intensos de que me lembro. Mas também foi tecida com café coado, abraços calorosos, sorrisos e aconchegos. É uma tese coletiva, com tantas mãos, ouvidos, vozes, sons e sabores, que quase questiono se posso dizer que é a "minha" pesquisa. Por ser tão coletiva, certamente não vou ser capaz de citar todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram nesse processo, principalmente se considerar desde abril de 2012, quando cheguei pela primeira vez em Timor-Leste, até a finalização deste texto, em junho de 2024. Mas, vou tentar neste momento traçar algumas linhas em "mulheragem" a todas as pessoas que estão, de alguma forma, conectadas com essa pesquisa sem as quais certamente meu trabalho seria mais vazio de significados.

Evidentemente, o que escrevo nas páginas desta tese é de minha responsabilidade e, certamente, tudo o que for de mais sensível e preenchido de bonitezas, para usar o termo freiriano, só existe porque essas pessoas estiveram no meu caminho. E como as energias que guiam esses processos, seja em Timor-Leste ou no Brasil, colocam-se pelas palavras, início os agradecimentos pela força de *Maromak*, a energia vital, originalmente feminina, que é também a palavra de Exú-mulher, que comanda os ciclos da vida e nos guia pelos caminhos que não imaginamos existir. Esta tese se concretiza na força que Yemanjá coloca em minha vida, *odoyá*.

Agradeço assim as mulheres da minha vida, minhas avós, *Oma* Hilda Tribess e *Nona* Mafalda Agostini, pois elas foram as bases das famílias que me criaram. Agradeço a muitas mulheres, em especial minha mãe, Cleusa, batalhadora incansável; a minha tia Zilma (*in memoriam*), responsável pelas minhas primeiras leituras e pelas incursões no mundo acadêmico; a dinda Maristela; a minha irmã Fabi; e as sempre amigas Karla e Rose, sem elas eu não teria o chão necessário para percorrer os caminhos que escolhi. Junto delas, também agradeço ao meu pai, Flávio

¹ Tradução livre da língua Tétum: muitas flores. Expressão utilizada em algumas regiões de Timor-Leste para agradecer.

(*in memoriam*), que alimentou meus sonhos; ao meu tio Chico e ao dindo Lando. Com esse núcleo familiar, agradeço também a Xandy, responsável pela minha ida a Timor-Leste, que inicialmente foi uma viagem para viver uma curta aventura e acabou se tornando essa imensa aprendizagem de vida. A ele também agradeço pela parceria infinita de amor e companheirismo ao longo de tantos anos e por aceitar experienciar diversas formas de ser e estar nesse mundo com um amor imenso que nos une.

Pensando nas pessoas que marcaram os anos em Timor-Leste, agradeço a todas as professoras e professores da Escola 5 de Maio, no bairro de Becora, em Díli e da FASPOL na UNTL, campus de Balide. Dentre as estudantes, agradeço à Dilma que, tendo o mesmo nome da primeira presidenta do Brasil, também foi umas das primeiras alunas a aceitarem o desafio de discutir as questões de gênero em aula. Da UNTL, agradeço em especial aos professores Antero Benedito da Silva, Francisco Miguel Martins, Martinho Pereira, Elsa *Uka* Pinto, *Mica* Barreto, *Leo* Soares, Marcelo Nunes e aos estudantes da *Eskola Fuli-Daidai*.

Aos professores da Cooperação Brasileira que conviveram comigo, ensinando-me muito a cada dia, em especial Daniel De Lucca, Verônica Lima, Guilherme Dias, Ivan Dourado, Lucas Prates, Marcelo Maia, Ilda Sousa, Lucimar França, Raquel Scartezini, Mariene Queiroga, Christiane Dias, Keu Apoema, Helena Schmid, Gabriela Batista, Leonardo Melo, Luís Gustavo Guimarães, Catarine Caum, Ingo Vargas (*in memoriam*), Mary Lúcia Marques, Cleusa Todescatto, Franciane Rossetto, Livia Ferre, Claudia Kreidloro, Rosane Lorena de Brito, Ethiana Sarachin Ramos e todas as professoras do Grupo de Estudos de Mulheres (GEM). Na embaixada brasileira em Timor-Leste, recebi sempre o apoio de Francisco, Mari Carmem, Romeu e do Seu Filó.

Como diálogo fundamental, teórico e de vivências, não poderia deixar de agradecer aos pesquisadores da UNB que há décadas atuam em Timor-Leste, Kelly Silva e Daniel Simião, que sempre apoiaram o trabalho e são interlocutores indispensáveis para esta pesquisa, bem como todos os estudantes que participaram dos projetos entre a UNB e Timor-Leste com quem tive a grata satisfação de conviver e aprender. Também agradeço aos pesquisadores Michael Leach, Hannah Loney, Rui Feijó, Alberto Fidalgo, Lúcio Costa, Zélia Pereira e Sara Niner pelas contribuições ao meu trabalho em diversos momentos de trocas nos eventos da TLSA.

Ainda em solo timorense, não posso deixar de agradecer a Simone Assis e a todas as meninas do saudoso Café Aroma, bem como a Mana Lou e a todas as

peças envolvidas no Instituto ISMAIK. Agradeço imensamente também pela acolhida, pela amizade e pelas inúmeras aulas de política e de vida que tive com a família Alkatiri, em especial à Nurima, minha irmã de vida e de ideais que encontrei em Timor-Leste.

No âmbito do incentivo acadêmico e diálogos fundamentais para a forma final que a tese teve, agradeço a professora Karine de Souza Silva, ao professor Paulo Krischke (*in memoriam*), da UFSC, e aos professores da UFBA, Ricardo Pagliuso Regatieri, Lucas Amaral de Oliveira, Mariana Possas e, de forma muito especial, a minha orientadora, professora Maria Victória, que aceitou o desafio de orientar uma tese sobre a qual nós duas aprendemos juntas no decorrer dos anos. Agradeço também às contribuições da professora Sue Iamamoto e da professora Teresa Cunha, que contribuíram de forma inestimável para que essa tese tenha a forma e o tom que tem hoje. Ainda na UFBA, a minha participação no grupo Periféricas qualificou muito meu trabalho e ampliou minha perspectiva teórica. Outra vivência fundamental durante os anos de doutorado na UFBA foi o projeto de extensão Promotoras Legais Populares e agradeço, na pessoa da professora Camila Magalhães, a todas as extensionistas e cursistas deste projeto, que me deram rumo e abraço (ainda que virtual) nos meses tão difíceis da pandemia de Covid-19.

Esta tese também não teria acontecido sem meu período de pesquisa em Portugal onde, além da professora Teresa Cunha, outras pessoas me apoiaram e contribuíram para que a pesquisa acontecesse, em especial Marisa Ramos Gonçalves, Alexandra Pereira, Maria José Carvalho, Luísa Pinho, Ada Pontes Aguiar, Stefanie Oliveira, Djamilia Andrade, Ana Regina Pedrosa, Etiane Araldi, Gabriela Nóbrega de León, Christiane Cruz, Zaina Tiny e todas as colegas e funcionárias do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, bem como as funcionárias dos arquivos em Lisboa e Coimbra.

Agradeço aos amigos e amigas que fiz nesses anos em Salvador e que tanto me apoiaram e incentivaram para que essa tese acontecesse da melhor forma, em especial Sabrina Balsalobre, mais uma irmã que encontrei nos caminhos dessa vida. A Daniel de Lucca, Lia Laranjeiras e a pequena Ava, pela acolhida, diálogos e apoio. A Kelly Ludkiewicz Alves e Nelson Pretto, Carolina Lima e Rodrigo, Vítor Martins, Gislene dos Santos, Andressa Ribeiro, Juliana Dourado, Isabela Lamas e Eliane Costa, esse núcleo de professores que compartilham alegrias, dúvidas, músicas, festas, tristezas e a beleza de viver em Salvador. Uma alegria também ter tido o

diálogo pessoal e acadêmico com Filipe Baqueiro, Thiago Guimarães, Thaís Verçosa e todos os demais colegas da pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA.

Sou extremamente grata e me sinto privilegiada pelos diálogos filosóficos e sempre questionadores de Taciana Vaz (com a nossa pequena Julia), pelo acolhimento em todos os momentos de Renata Monaco, e pela rede de mulheres que me sustenta: Michele Borges, Léa Camargo, Helena Schmid, Luana Vitulis, Tatiane Vargas, Verônica Lima, Juliana *Shu Oriokàn* Reis e Alana Sousa. Além disso, agradeço novamente a Sabrina Balsalobre e a Alexandre Silveira por serem também leitores constantes dos meus textos e interlocutores atentos, realizando comentários, revisões e me ajudando a pensar de outras formas sobre tudo o que aqui está. Obrigada pelo privilégio de vocês serem meu três de copas!

Por fim, como agradecimentos institucionais, destaco a importância de ter atuado em Timor-Leste a partir da Cooperação Brasileira, coordenada pela CAPES, que me concedeu as bolsas no período de atuação. Durante o doutorado tive bolsa de pesquisa do CNPq, bem como fui contemplada com bolsa de doutorado sanduíche pelo programa de internacionalização das universidades, CAPES-PrInt. Esses fomentos à pesquisa precisam ser valorizados e ampliados para que as Ciências Sociais e Humanas no Brasil possam dar sua contribuição de forma ainda mais efetiva para pensar, entender e transformar a nossa sociedade. Eu sou fruto das políticas de inclusão e permanência na Universidade pública desde a graduação, algo que impactou a minha vida, mas também a sociedade brasileira e muitas outras, pelo foco na cooperação sul-sul. Exatamente por isso, entendo a produção de conhecimento como um bem público e espero que meu trabalho seja mais uma forma de diálogo entre o conhecimento acadêmico e todas as pessoas que tenham interesse em aprender, dialogar e esperar.

Ai funan barak ba ita boot sira²!

² Tradução livre da língua Tétum: Muitas flores, ou muito obrigada a todas vocês.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta-se com dois objetivos principais. O primeiro é registrar, com linguagem acadêmica, histórias conhecidas por muitas pessoas em Timor-Leste – e por interessados na política desse país – mas que, muitas vezes, são invisibilizadas e esquecidas nos registros oficiais. O segundo objetivo é realizar um estudo de caso que analise a atuação política das mulheres, entendendo-a como complexa, intencional, articulada e coletiva. A partir de uma perspectiva teórica decolonial e feminista, analiso e registro o que um grupo de mulheres fez pela causa timorense e, sob uma perspectiva sociológica, exponho essa atuação com base em elementos que caracterizam as pedagogias decoloniais e feministas, entendendo essas pedagogias como um movimento de luta e aprendizado constante e coletivo em prol de um objetivo político comum. Esta tese aborda, inicialmente, a formação política e intelectual de um grupo de mulheres que desempenhou um papel fundamental durante os anos de luta pela independência de Timor-Leste. A partir dessa formação, apresento como essas mulheres atuaram em diversos âmbitos – educacional, cultural, político-partidário e diplomático – mobilizando redes, conhecimentos e multiplicando aprendizados em torno dos ideais de libertação nacional, que elas propagavam como um direito do povo timorense, especialmente das mulheres timorenses. Como resultado da pesquisa, apresento esse processo, em diálogo com um conceito central na história política de Timor-Leste, denominando-o de “pedagogia *Buibere*”, que é uma forma de engajamento político que se articula com o aprendizado constante. Essa *práxis* entre aprendizado e luta política multiplicou os conhecimentos adquiridos por elas por meio de debates, campanhas, enfrentamentos, construção coletiva e estratégias de sobrevivência e mobilização política e diplomática que essas mulheres realizaram ao longo dos 24 anos de luta pela independência de Timor-Leste. Além disso, o registro dessas formas de ação política contribui para a valorização das histórias de vida das mulheres e para a inclusão de outras dimensões da história oficial nacional, agindo intencionalmente contra o apagamento e a invisibilização do lugar das mulheres na política.

Palavras-chave: pedagogias decoloniais; feminismos do sul; diplomacia; atuação política; Timor-Leste.

REZUMU

Investigasaun ida ne'e iha objetivu prinsipál rua. Primeiru objetivu ne'e atu halo dokumentasaun língua akadémika, istoria ne'ebé hatudu barak liu iha Timor-Leste no ba sira ne'ebé iha interese inda iha politika rejiaun no mundu, maibé ne'ebé beibeik mak halakon no haksoit iha rejistu ofisiál. Segundu objetivu mak atu halo estudu kazu ne'ebé analiza atividade polítika fetu sira nian, kompriendu nia hanesan kompleksu, intensional, artikuladu no kolektivu. Husi perspetiva teóriku dekolonial no feminista, ha'u analiza no halo rekordu kona-ba saida mak grupu fetu sira halo ba kauza Timor no husi perspetiva sosiológiku, ha'u expose ba asaun ida-ne'e bazeia ho elementus ne'ebé karakteriza pedagogia dekolonial ho feminista, kompriendu pedagogia ne'e hanesan movimentu luta no matenek nafatin no kolektivu atu hetan objetivu polítiku komun. Teze lolon ida-ne'e iha tinan foun hodi aborda formasaun polítiku no intelektual grupu fetu sira ne'ebé hetan knaar fundamental iha tinan luta ba independénsia Timor-Leste nian. Bazeia ho edukasaun ne'e, ha'u apresenta kona-ba nia ferik asaun fetu sira ne'ebe hahalok iha dimensaun balun, inklui área edukasaun, kulturál, partidu-polítika no diplomátiku, hodi mobiliza rede sira, matenek no multiplika aprendizajen iha leten ideais libertasaun nasional ne'ebe sira propaga hanesan loos ba povu Timor, espesialmente ba fetu Timor. Enkuantu rezultadu hosi peskiza ne'e, ha'u apresenta prosesu ne'e atu kria diálogu ho konseitu sentral iha istória polítika Timór-Leste, no apresenta hanesan "Pedagogia *Buibere*", ne'e hanesan prátika di'ak hosi aprendizajen no luta polítika ne'ebe ligadu ba matenek beibeik. Prátika ne'e aumenta matenek ne'ebé sira adkire ho hasoru laiha, kampania, konstrusaun kolektiva no estratéjia sobrevivénsia no mobilizasaun polítika no diplomátiku ne'ebe fetu sira halo iha loron 24 ba luta ne'ebé asiste ba independénsia Timor-Leste. Saída fetu sira halo ho ne'e ajuda valorizasaun hosi istória vida fetu sira no inkluzsaun hosi dimensaun seluk istória ofisial nasional atu hatudu intensaun no hakerek istória hosi fatin fetu sira iha polítika.

Katak-katak prinsipál: pedagogia dekolonial; feminismo sul; diplomasia; aksaun polítika; Timor-Leste.

ABSTRACT

This research has two main objectives. The first one is to record, in academic language, stories known to many people in East Timor - and to those interested in the country's politics - but which are often made invisible and forgotten in official records. The second objective is to carry out a case study that analyzes women's political activity, understanding it as complex, intentional, articulated and collective. From a decolonial and feminist theoretical perspective, I analyze and record what a group of women did for the Timorese cause and, from a sociological perspective, I expose this action based on elements that characterize decolonial and feminist pedagogies, understanding these pedagogies as a struggle movement and constant and collective learning towards a common political objective. This doctoral thesis initially addresses the political and intellectual formation of a group of women who played a fundamental role during the years of struggle for East Timor's independence. Based on this education, I present how these women acted in different areas - educational, cultural, party-political and diplomatic - mobilizing networks, knowledge and multiplying learning around the ideals of national liberation, which they propagated as a right of Timorese people, especially of Timorese women. As a result of the research, I present this process, in dialogue with a central concept in the political history of East Timor, calling it "*Buibere* pedagogy", which is a form of political engagement that is linked to constant learning. This praxis between learning and political struggle multiplied the knowledge acquired by them through debates, campaigns, confrontations, collective construction and survival strategies and political and diplomatic mobilization that these women carried out over the 24 years of struggle for Timor-Leste's independence. Furthermore, the recording of these forms of political action contributes to the valorization of women's life stories and the inclusion of other dimensions of official national history, intentionally acting against the erasure and invisibility of women's place in politics.

Keywords: decolonial pedagogies; southern feminisms; diplomacy; political action; East-Timor.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AMDB - Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras;
AMRT - Arquivo e Museu da Resistência Timorese;
APODETI - Associação Popular Democrática Timorese;
ASDT - Associação Social-Democrata Timorese;
CAF - Comitê de Ação da FRETILIN;
CAVR - Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação;
CEI - Casa dos Estudantes do Império;
CIDAC - Centro de Documentação Amílcar Cabral;
CNRT - Conselho Nacional da Resistência Timorese;
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
EUA - Estados Unidos da América;
FALINTIL - Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste;
FASPOL - Faculdade de Ciências Sociais e Políticas;
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique;
FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente;
FULIN - Frente Unida para a Libertação e Independência Nacional;
GEM - Grupo de Estudos de Mulheres;
MPLA - Movimento Popular pela Libertação de Angola;
MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado;
OMM - Organização da Mulher Moçambicana;
ONU - Organização das Nações Unidas;
OPMT - Organização Popular da Mulher Timor;
PAIGC - Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde;
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado;
PKI - Partido Comunista Indonésio;
RDTL - República Democrática de Timor-Leste;
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana;
RTP - Rádio e Televisão Portuguesa;
TAPOL - Organização britânica, formada em 1973, para defender a democracia na Indonésia e que contribuiu muito para divulgar e apoiar a causa timorese;
UDT - União Democrática Timorese;

UJC - União da Juventude Comunista;

UNETIM - União Nacional dos Estudantes de Timor;

UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste);

UNTL - Universidade Nacional Timor Lorosa'e (Universidade Nacional Timor Leste);

VOC - Vereenigde Oost-Indische Compagnie (Companhia Holandesa das Ilhas Orientais).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Pascoela Barreto com seu filho em Lisboa (1974)	73
Fotografia 2: Rosa Muki Bonaparte em Díli (1975)	76
Fotografia 3: Marina Ribeiro Alkatiri em Maputo (1985).....	79
Fotografia 4: Adelina Tilman (esq.) com sua mãe Francisca (dir.) e seu pai Alexandre em Sydney (1993)	80
Fotografia 5: Ana Pessoa e seus filhos Rui e Loro em Moçambique (1983)	82
Fotografia 6: Guilhermina Araújo (esq.) com Vicente Sahe (centro) e Abílio Araújo (dir.) na Casa dos Timores (1974)	83
Fotografia 7: Maria do Céu em Díli (1973)	86
Fotografia 8: Casa dos Estudantes do Império em Lisboa (1960)	90
Fotografia 9: Estudantes da Casa dos Timores em Lisboa (1974)	101
Fotografia 10: Coletiva de imprensa FRETILIN em Lisboa (1975)	107
Fotografia 11: Muki segurando a bandeira timorense (1975).....	160
Fotografia 12: I Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste (1975).....	161
Fotografia 13: Mulheres timorenses e moçambicanas na “machamba”, em Moçambique (1978)	176
Fotografia 14: Jovens timorenses em Cuba (1978)	188
Fotografia 15: Equipamento de rádio (1986).....	203
Fotografia 16: Adelina Tilman com seu neto (2016)	224
Fotografia 17: Guilhermina Araújo ao lado de Abílio Araújo em cerimônia tradicional (2019).....	225
Fotografia 18: Retrato oficial de Procuradora-Geral da República (2007)	226
Fotografia 19: Pascoela Barreto (ao centro) em evento de comemoração da Independência de Timor-Leste (2023).....	228
Fotografia 20: Marina Ribeiro Alkatiri em ato eleitoral (2023)	230

FIGURAS

Figura 1: Placa em língua portuguesa no Museu Nacional da Indonésia sobre a anexação do território timorense.	31
Figura 2: Logomarca da Casa dos Timores em correspondência oficial (1974)	96
Figura 3: Ata da assembleia enviada como anexo ao vice-presidente da FRETILIN	105
Figura 4: Trecho do texto de fundação da OPMT (1975)	127
Figura 5: Logomarca da Organização Popular da Mulher Timorense (1975).....	128
Figura 6: Capa manual de alfabetização da FRETILIN (1975).....	141
Figura 7: Organização Popular da Mulher Timor	150
Figura 8: Camarada Bi-Bere	155
Figura 9: A Mulher Timor	156

Figura 10: A OPMT alarga seu campo de ação (1975)	157
Figura 11: Texto alusivo à proclamação de Independência de Angola (1975).....	158
Figura 12: Telex da Agência Noticiosa de Timor-Leste (1977).....	200
Figura 13: Entrevista de Marina Alkatiri (1985).....	205
Figura 14: Reportagem Cadernos do Terceiro Mundo (1985).....	206
Figura 15: Newspaper Feto Rai/Fundação de Relações Internacionais (1991)	220

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Ba ne'ebé? Ou para onde vamos?	19
Timor-Leste: um fio de história	21
<i>Lideranças políticas anticoloniais</i>	<i>27</i>
<i>Da guerra civil à invasão indonésia</i>	<i>30</i>
<i>Vinte e quatro anos de luta até a independência e atualidade</i>	<i>34</i>
Vivências timorenses e o incômodo como tema	36
O problema de pesquisa	41
Reflexões metodológicas	45
<i>Portugal, arquivos e entrevistas</i>	<i>46</i>
Texto e contexto	55
1. ITA NIAN BUIBERE OU MULHERES E NACIONALISMO TIMORENSE	59
1.1 Nacionalismo anticolonial timorense: Maubere ou Buibere?	59
1.2 Mulheres e nacionalismos anticoloniais	64
1.3 Buibere	72
1.3.1 <i>Pascoela Barreto</i>	<i>73</i>
1.3.2 <i>Rosa Muki Bonaparte</i>	<i>76</i>
1.3.3 <i>Marina Ribeiro Alkatiri</i>	<i>79</i>
1.3.4 <i>Adelina Tilman</i>	<i>80</i>
1.3.5 <i>Ana Pessoa</i>	<i>82</i>
1.3.6 <i>Guilhermina Araújo</i>	<i>83</i>
1.3.7 <i>Maria do Céu Pereira</i>	<i>86</i>
1.4 Em síntese: Ita nian buibere	87
2. RAI TIMOR IHA PORTUGAL OU VIVÊNCIAS POLÍTICAS ANTICOLONIAIS	88
2.1 Kruzamentu: as Casas Estudantis como lugar político	88
2.1.1 <i>Uma lulik e a ideia de casa na cultura timorense</i>	<i>93</i>
2.2 As mulheres na Casa dos Timores	97
2.3 Casa dos Timores ukun-rasik-an	109
2.4 Em síntese: uma formação (de)colonial	122
3. FETO SIRA INVOLVE IHA EDUKASAUN OU MULHERES E EDUCAÇÃO PARA A LUTA	124
3.1 Retornar para Timor, consolidar a luta	124
3.2 Pedagogias decoloniais e feministas timorenses	130

3.2.1 Mulheres e atuação nas campanhas de alfabetização	137
3.2.2 Educação, circulação de textos e movimentos de mulheres	147
3.3 Em síntese: essa pedagogia também é buibere.....	162
4. UKUN RASIK AN FATIN SELUK OU SER TIMORENSE NA DIÁSPORA.....	165
4.1 Uma curta independência	165
4.1.1 Relações entre Timor-Leste e Moçambique	168
4.2 Cultura e nacionalismo de longa distância.....	177
4.3 Pedagogias decoloniais para fomentar uma kultura timorense no exílio	183
4.3.1 Eventos culturais em Moçambique	184
4.3.2 Os Festivais Mundiais da Juventude Comunista	186
4.3.3 Gerar identidade na geração nascida no exílio.....	190
4.4 Em síntese: as mulheres buibere cuidam da kultura.....	193
5. HAMUTUK ITA BELE! HO FETO BELE MOS! OU ATUAÇÃO DAS MULHERES NA FRENTE DIPLOMÁTICA	195
5.1 Atuações timorenses no exílio.....	195
5.2 Mulheres na comunicação do partido	198
5.3 Buibere nas Nações Unidas	207
5.4 Diplomacia de bastidores	213
5.5. Atuação política após a independência	223
5.6 Em síntese: atuação política e diplomática buibere	231
6. IHA PEDAGOGIA BUIBERE, KA LAE? OU CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
6.1 Ba Ne'βά! Por uma pedagogia Buibere	240
REFERÊNCIAS	246

INTRODUÇÃO

***Ba ne'ebé*³? Ou para onde vamos?**

Apresento esta pesquisa com dois objetivos principais. O primeiro é o de registrar, com linguagem acadêmica, histórias conhecidas por muitas pessoas em Timor-Leste e por interessados na política desse país, mas que são muitas vezes invisibilizadas e esquecidas quando olhamos para os registros oficiais. O segundo objetivo é realizar um estudo que analise a atuação política das mulheres timorenses, entendendo os percursos que as levaram à essa atuação, suas formas de socialização prévia e em quais âmbitos elas tiveram participação na luta de independência timorense, a partir da visão do grupo que ficou fora do território durante os anos de invasão indonésia.

Com esses objetivos em foco, busco nas páginas que se seguem prestar minha contribuição para a análise e registro acerca do que um grupo de mulheres fez pela causa timorense, quando não tinha nenhuma perspectiva de poderia, de fato, vencer no plano político internacional, mesmo assim dedicando suas vidas a isso. Além do colocado, na perspectiva sociológica, busco analisar essa atuação a partir dos elementos que caracterizam as pedagogias decoloniais e feministas, numa compreensão ampla de pedagogia como um movimento de luta e aprendizado constante e coletivo, em prol de um objetivo político comum⁴.

Esta tese versa, inicialmente, sobre a formação política e intelectual de um grupo de mulheres que teve atuação fundamental nos anos de luta pela independência de Timor-Leste e, a partir dessa formação, apresento como elas atuaram em diversos âmbitos – educacional, cultural, político-partidário e diplomático – mobilizando redes, conhecimentos e multiplicando aprendizados em torno dos ideais de libertação nacional que propagavam como direito do povo timorense e, em especial, das mulheres timorenses. Esse processo, em diálogo com um conceito muito

³ Expressão coloquial em língua Tétum, utilizada em Timor-Leste, com a qual se pergunta: para onde vai? É comum ouvir essa expressão ao encontrar pessoas conhecidas nas ruas.

⁴ Nesse sentido, a perspectiva de pedagogia de Paulo Freire, largamente utilizada nas campanhas de alfabetização em Timor-Leste na década de 1970, abarca exatamente essa complexidade da pedagogia, enquanto processo de formação política que, ao mesmo tempo que ensina letras, palavras e insere as pessoas mais excluídas no mundo letrado, também traz o letramento político, a reflexão social e mobiliza a atuação política efetiva para a garantia dos direitos dessas pessoas. Assim, todo processo educacional, tanto na perspectiva freiriana quanto na perspectiva decolonial é, antes de tudo, um processo político.

caro à história política de Timor, nomeei de “pedagogia *Buibere*⁵”, ou seja, uma forma de estar na luta política que se articula com o aprendizado constante. Essa *práxis* entre aprendizado e luta política multiplicou os conhecimentos apreendidos através de debates, do enfrentamento político, da construção coletiva e de estratégias de sobrevivência dessas mulheres, no decorrer dos anos de atuação política e diplomática. O adjetivo *buibere* se justifica, nesse caso, pela atuação dessas mulheres estar em consonância com os ideais consolidados ao longo do processo de luta anticolonial, dialogando com os termos e conceitos timorenses a partir da desconstrução do olhar colonial. Trago o uso do termo *Buibere*, como mostrarei no decorrer do texto, em relação com a ideia de uma pedagogia *Maubere* que considera o processo de letramento político da população timorense no período de consolidação da luta nacionalista, mas que, a meu ver, não dá o devido destaque ao lugar fundamental das mulheres nesse processo.

Para isso, dialogo com as categorias de formação política, intelectuais e lideranças político-partidárias, decolonialidade, pedagogias feministas, cultura, partido político, processos políticos e diplomacia, abarcando assim as perspectivas teóricas decoloniais e dos feminismos do sul, buscando retirar o olhar para as mulheres enquanto vítimas e entendendo-as como protagonistas no plano político internacional. Para isso, é importante compreender como atuaram, se posicionaram politicamente, seu papel na organização partidária e nos grupos de exilados, e sua contribuição política e intelectual para o desenvolvimento e sucesso da causa timorense.

Metodologicamente, utilizo a perspectiva de histórias de vida, como aprofundarei no decorrer do texto, considerando os relatos desse grupo de mulheres, mas também de outras pessoas que conviveram e atuaram com elas durante esses anos. Realizei diversas entrevistas e, como complementação e triangulação histórica, factual e analítica, trago a análise de arquivos do partido, das mídias e das instituições internacionais das décadas de 1970, 80 e 90, bem como arquivos pessoais das próprias entrevistadas para apoiar essa análise, focando nesses documentos e falas para entender de forma mais aprofundada a ação das mulheres enquanto agentes nos processos políticos analisados.

⁵ Termo em língua mambae que significa a mulher do povo, a mulher simples e é utilizado com seu binômio masculino, *maubere*. Também utilizado como um nome próprio, e até mesmo como um termo pejorativo, na lógica colonial. Depois foi reapropriado na luta anticolonial e ganhou significado político importante, como será devidamente apresentado no decorrer do capítulo um.

Busco assim, com esta tese, contribuir de forma original para o debate sobre pedagogias decoloniais e feministas, bem como para o campo das discussões históricas e sociológicas timorenses, focando no papel das mulheres que tiveram acesso a uma socialização política e educacional específica e atuaram no âmbito político e diplomático. Além disso, analiso essa atuação a partir de sua produção intelectual, entendendo a articulação entre essas mulheres como complexa, intencional, articulada e baseada na luta coletiva, compondo uma práxis de atuação que denomino pedagogia *Buibere*.

Assim, em discussão com esses conceitos timorenses, discorro ao longo dos capítulos as diversas formas de atuação política desse grupo de mulheres, que, mesmo no exílio, continuaram a protagonizar ações políticas decisivas para a conquista da independência timorense e a emancipação das mulheres. Isto posto, a seguir apresento uma breve contextualização histórica de Timor-Leste em que se encontram os fatos fundamentais para acompanhar a sequência dos próximos capítulos, aproveitando este momento introdutório para apresentar algumas das personagens que serão referidas no decorrer da pesquisa.

Timor-Leste: um fio de história

Considerando – e na esperança – que esta pesquisa possa circular entre um público mais amplo do que o grupo de especialistas nos temas timorenses, apresento brevemente um panorama histórico sobre a ilha. Assim, inicialmente, trago uma contextualização que me parece importante para o entendimento da pesquisa proposta e que, em termos de organização textual, vai facilitar a leitura, diminuindo a incidência de notas de rodapé para explicar os fatos históricos referidos no decorrer do texto. Da mesma forma, como o foco das narrativas dos capítulos será a história de vida das mulheres, aproveito esse momento para falar brevemente de algumas figuras políticas e líderes timorenses homens que são incontornáveis nas histórias que serão aqui apresentadas. Dessa forma, pretendo situar as pessoas que lerão este texto, dadas as especificidades do contexto timorense e por ser o Timor-Leste um país pouco conhecido para o público brasileiro.

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é, territorialmente, parte de uma ilha no sudeste asiático, inserida no arquipélago indonésio e com fronteira terrestre com a Indonésia, a oeste, e fronteira marítima com a Austrália, no mar do

sul. Com um território um pouco menor do que o estado de Sergipe, para termos um comparativo brasileiro, abrangendo cerca de 15 mil km², conta com aproximadamente um milhão e trezentos mil habitantes na projeção de 2017, com base no Censo de 2015 (RDTL, 2015). O território restaurou sua Independência em 20 de maio de 2002, após 24 anos de guerra contra a invasão militar da Indonésia, que aconteceu no contexto de descolonização do território por Portugal e apenas sete dias após a Proclamação da Independência timorense, feita em 28 de novembro de 1975, frente ao colonialismo português. Veremos algumas nuances dessa história a seguir.

Existem registros da ilha de Timor desde o século XIII, tanto em arquivos europeus quanto em documentos chineses (Durand, 2009, 2012; Thomaz, 2002; 2008). Os portugueses registraram pela primeira vez sua chegada no território, que seria sua colônia mais oriental, em 1522. No entanto, a ilha de Timor permaneceu sem receber atenção colonial até meados do século XIX (Durand, 2012, p. 20), mantendo em grande medida sua dinâmica própria, com sua complexidade linguística, cultural e política.

O domínio português era garantido por alianças com as lideranças dos diferentes grupos étnico-linguísticos do território. É provável que o termo “colonização” não seja o ideal para designar a presença portuguesa em Timor-Leste até a Segunda Guerra, quando a ilha foi invadida por tropas japonesas. O que havia à época era um governador enviado para negociar com esses líderes locais e algumas forças militares, além de prisioneiros metropolitanos e das colônias africanas, enviados para o lugar mais remoto possível nos domínios portugueses, além da extração de recursos, como o sândalo. Timor esteve vinculado à administração de Macau e Malaca, com presença colonial oficial bastante rarefeita no território. As relações entre o antigo “Timor Português” e as demais colônias portuguesas na África também são registradas desde o início da colonização destes territórios por Portugal, havendo, por exemplo, registro de timorenses escravizados enviados a Moçambique no século XVIII⁶ (Thomaz, 2002, p. 43).

A ilha de Timor era composta, em sua parte leste, por dezenas de pequenos reinos, alguns bastante isolados nas montanhas, outros com fortes interações comerciais marítimas com as ilhas próximas. Nesta parte da ilha, Portugal explorava

⁶ Esse não era o propósito principal da exploração do território, por sua distância e pela visão colonial de que os timorenses não eram “fortes” para o trabalho, visão construída de forma similar ao discurso sobre as populações indígenas na América. Sobre isso, ver Thomaz (2002).

os recursos naturais e humanos existentes, visto que a parte oeste era comandada pelo reino dos Países Baixos que, anos mais tarde, tornou-se território da Indonésia. Esses reinos timorenses supracitados possuíam cultos ancestrais semelhantes, mas falavam línguas diferentes e guerreavam entre si, geralmente por questões territoriais, ao mesmo tempo em que selavam alianças econômicas e políticas (Thomaz, 2002, 2008; Ximenes Belo, 2013). Sobre esse período, historiadores como Douglas Kammen (2012) e Hans Hägerdal (2019) apresentam um debate interessante sobre a atuação política de rainhas (*liurai feto*) que, segundo Kammen (2012), teriam tido um apogeu de liderança em parte significativa do território, no século XIX e início do século XX. Trata-se de mulheres que, posteriormente, teriam sido paulatinamente afastadas de suas funções políticas pela ação colonial. Os autores Hägerdal e Kammen nos advertem dizendo que

Um olhar mais atento às fontes documentais revela que a relação entre gênero e poder nas políticas indígenas pode não ter sido tão simples como normalmente se supõe. Há evidências bastante surpreendentes de que no século XVII e ao longo do século XIX um número significativo de governos indígenas na zona de Timor eram governados por mulheres, Rainha⁷ (Hägerdal; Kammen, 2017 p. 18 - tradução própria).

A primeira *liurai feto* de quem se tem registro seria a rainha de Belu, região central da ilha de Timor, que teria reinado a partir de 1732. Hägerdal (2019) também nos lembra que essa região, em especial a localidade de Wehali, é conhecida por sua tradição dicotômica entre o papel ritual da figura feminina e o da figura masculina simbólica. Nesse sentido, a palavra *Maromak*, que hoje significa “Deus” na língua tétum, teria sua origem na representação feminina, como uma figura que está no centro do sistema que envolve cultura-natureza-sagrado:

Wehali era conhecido no Ocidente e em grande parte de Timor Leste como o local de origem cultural e ritual com uma estrutura de governo dupla baseada numa dicotomia homem-mulher. O *Liurai* (um título posteriormente utilizado pelos vários governantes menores de Timor-Leste) era, num sentido simbólico, “masculino” em relação à passiva “feminina” *Maromak O’an*, o “senhor das trevas” que mantém o sistema no lugar ao ser imóvel e descansar no centro. O fato de o título “masculino” de *Liurai* ter sido detido por uma mulher é, portanto, bastante interessante. Além disso, ela parece politicamente ativa, uma vez que enviou presentes rituais ao estabelecimento holandês em Kupang

⁷ "A closer look at documentary sources reveals that the relationship between gender and power in the indigenous polities may not have been as straight-forward as has typically been assumed. There is rather surprising evidence that in the seventeenth century and throughout the nineteenth century a significant number of the indigenous polities in the Timor zone were ruled by women, Rainha" (Hägerdal; Kammen, 2017 p. 18)

e se ofereceu para retirar a sua lealdade aos portugueses. Tudo em vão, uma vez que a VOC [Companhia Holandesa das Ilhas Orientais] não desejava envolver-se nos assuntos timorenses nesta fase⁸ (Hägerdal, 2019 p. 238 - tradução própria).

A partir do início do século XX, quando a presença portuguesa começa a ser intensificada, com a cobrança efetiva de impostos e a tentativa de conversão dos reis locais em vassallos do rei de Portugal, a presença de rainhas desaparece politicamente e, ao mesmo tempo, ocorre a primeira guerra considerada nacionalista no país. Frente ao inimigo comum – Portugal, representado pelo Governador de Timor – os reis locais (antes em guerras constantes entre si) se unem em diversos conflitos contra a força colonial, sobretudo em um que ficou conhecido como a “Guerra de Manufahi”, em 1912. Os portugueses, com ajuda de tropas de Moçambique e Goa, venceram a guerra, mas o líder desse levante, Dom Boaventura, é retomado anos depois como o primeiro herói nacional (Pinto; Jardine, 1997; Araújo, 2012; De Lucca, 2021a).

Com territórios contestados por franceses e holandeses, bem como com a necessidade de Portugal impor seus domínios ultramarinos no Pós-Segunda Guerra, a presença portuguesa torna-se mais ostensiva na ilha na década de 1950. No entanto, isso não significa uma grande mudança para a população local, que continua a contar com poucos investimentos no então chamado “Timor Português”, recursos esses que eram centrados na capital, Díli. Entre esses investimentos, destaca-se a atuação da Igreja Católica, com a construção de algumas escolas no território, que atendiam especialmente os filhos e, mais raramente, as filhas dos reis e comerciantes locais, bem como de uma classe média que começava a existir no território. Eram também público-alvo dessas escolas os jovens e as jovens considerados “mestiços”, geralmente filhos e filhas de pais portugueses e mães timorenses. Tratava-se de pessoas que eram letradas em língua portuguesa e chegavam a ocupar cargos inferiores na administração colonial e no exército – no caso dos homens – e como professoras – no caso das mulheres.

⁸ “Wehali was known in West and much of East Timor as the cultural and ritual place of origin with a dual ruling structure based on a male-female dichotomy. The Liurai (a title subsequently used by the various minor rulers of East Timor) was in a symbolic sense “male” in relation to the passive “female” Maromak O’an, the “dark lord” who held the system in place by being immobile and resting at the centre. That the “male” Liurai title was held by a woman is therefore quite interesting. She furthermore appears as politically active since she sent ritual gifts to the Dutch establishment in Kupang and offered to withdraw her allegiance from the Portuguese. All in vain since the VOC did not wish to be involved in East Timorese affairs at this stage” (Hägerdal, 2019 p. 238)

Em 1960, a Organização das Nações Unidas (ONU) coloca o Timor-Leste como território a ser descolonizado, fato que o Portugal salazarista nega enfaticamente, destacando sua política de país multicontinental (Gunn, 1999). Também na década de 1960, outras questões no cenário político contribuíram para um enfraquecimento do poder colonial português, tais como: as guerras anticoloniais em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e a perda do território português de Goa para a Índia, em 1961.

Vale ainda destacar que o Timor-Leste também havia passado, em 1959, por outra revolta contra o governador português, conhecida como o “Levantamento de Viqueque”, uma revolta que, como as anteriores, foi violentamente reprimida, contudo abrindo caminho para que o pensamento nacionalista e de independência fincasse raízes, em especial junto ao restrito grupo de uma nascente elite política e intelectual timorense. Essa elite era formada pelos filhos e filhas de portugueses com mulheres timorenses, também chamados de assimilados (Pinto; Jardine, 1997 p.7), pelos filhos e filhas de comerciantes e por alguns funcionários da administração colonial, como veremos nas biografias das pessoas que aparecerão no decorrer desta pesquisa.

Alguns grupos de famílias consideradas nobres (os *datos* e *liurais*⁹) possuíam bens e tinham prerrogativa no uso das terras comunais ou ainda lideravam os recursos simbólicos, como exercer poder sobre as cerimônias sagradas, animais e a liderança política de seus reinos. Esses grupos começaram a enviar regularmente seus filhos e filhas para escolas e liceus em Portugal ou em Angola, para além da educação inicial nas escolas católicas em Díli, Dare e Soibada¹⁰, principalmente. Essa juventude, como aponta Anderson, “[...] consistia, acima de tudo, na primeira geração numericamente significativa a ter recebido uma educação europeia, distanciando-a linguística e culturalmente da geração dos seus pais e da grande maioria de seus conterrâneos colonizados” (Anderson, 2008, p. 170-171).

No entanto, não foi a educação europeia o grande marco político desse grupo, mas sim, na Europa, estar em contato com o pensamento pujante que se desenvolvia em meio ao contexto de independências das colônias portuguesas na África, possibilitando, assim, o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, com

⁹ Os *liurais* são equivalentes a reis timorenses, que possuem poder político e religioso e suas famílias e descendentes são considerados nobres e chamados de *datos* (Araújo, 2012; Ximenes Belo, 2013).

¹⁰ Cidades timorenses nas quais as missões católicas fundaram escolas e que são famosas até hoje pela formação de grande parte dos políticos e principais lideranças do país.

base em experiências similares e, ao mesmo tempo, bastante divergentes de suas próprias vivências. Essas relações entre a juventude timorense e a das demais colônias portuguesas na África, que foram fomentadas até 1974 por mediação colonial, passam a contribuir para a construção de uma autonomia política que foi determinante para o futuro timorense a partir de então.

Com o desgaste político e econômico do regime fascista português, em grande parte causado pelas guerras anticoloniais dos territórios africanos, em 1974 eclode a Revolução dos Cravos em Portugal e a ela segue-se o fim do regime fascista representado pelo presidente Marcello Caetano, sucessor do ditador António Salazar, falecido em 1970. Com esse fato, abre-se espaço para a discussão política e partidária mais ampla em Timor.

Naquele momento, as jovens lideranças timorenses aproveitaram para efetivar a formação de partidos políticos, que até então eram proibidos. Surgem diversos grupos em Díli, discutindo os rumos do território, contribuindo para uma atuação cada vez mais relevante e para a consolidação das novas lideranças timorenses. Foram criados alguns partidos políticos e, a princípio, três deles se configuraram como os mais relevantes: a União Democrática Timorense (UDT), partidária de uma continuidade de associação com Portugal em formato de federação ou com uma independência mediada e a longo prazo; a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que defendia a integração de Timor-Leste à Indonésia por entender que o território não teria condições de ser independente; e a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), favorável a uma independência completa do território. Esses partidos se formaram entre março e maio de 1974.

É importante destacar que os grupos políticos UDT e APODETI, como é de se imaginar, tinham como fundadores pessoas ligadas diretamente aos interesses portugueses e indonésios na ilha (Carrascalão, 2006; Pereira; Feijó, 2023). A ASDT, com o desenrolar dos debates e a influência marcada por alguns dos líderes mais à esquerda, tornou-se a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), já em setembro de 1974. Isso evidencia o fato de que a FRETILIN foi inicialmente concebida com um viés ideológico mais brando, de cunho social-democrata, com algumas influências marxistas (Pereira; Feijó, 2023) e, posteriormente, o partido assumiu uma postura ideológica mais à esquerda (Lima, 2002 p. 206). A FRETILIN passou então a defender uma ruptura radical, inspirada em seus pares africanos e asiáticos, elaborando uma ação nacionalista e revolucionária

em Timor-Leste, em diálogo com as teorias de esquerda e com os movimentos de libertação nacional, como os de Moçambique, Angola e Vietnã. Por sua atuação numa perspectiva de partidos de massas, inspirada nos exemplos citados, a FRETILIN ganha grande apoio popular em alguns meses e passa a ser o partido com mais adeptos no território.

Nesse processo de consolidação da FRETILIN como partido majoritário, destaca-se a importância das estudantes que participavam de reuniões nas casas estudantis e nas sedes dos partidos políticos em Lisboa, ao mesmo tempo que um grupo de ativistas e intelectuais também discutia questões políticas em Timor, ainda que de forma bastante restrita, por causa da censura imposta pela ditadura.

Os relatos indicam que alguns padres e militares portugueses, simpatizantes das causas antifascistas, levavam notícias sobre as guerras coloniais portuguesas na África para seus estudantes em Díli, bem como distribuíram livros e textos de Paulo Freire, Amílcar Cabral, Ho Chi Minh e Mao Tsé Tung. O grupo de estudantes em Lisboa também mandava notícias mais atualizadas para seus companheiros de partido no território timorense, bem como diversos livros e materiais que contribuíram nas campanhas de alfabetização popular lideradas pela FRETILIN no interior do país, como veremos nos capítulos a seguir.

Lideranças políticas anticoloniais

É importante, nesse momento, focar alguns personagens emblemáticos desse processo político e da organização nacionalista no território, sendo a maioria homens, líderes políticos que interagiram com nossas protagonistas no decorrer dos fatos que serão analisados nesta tese. Destaco que quase todos possuem biografias¹¹ publicadas, artigos sobre suas vidas em sites de pesquisa e verbetes em enciclopédias eletrônicas, diferentemente das mulheres que são o foco deste trabalho. Por isso, apresentarei apenas brevemente essas lideranças, para ajudar a leitora e o leitor na melhor compreensão dos processos abordados.

Os filhos e filhas de alguns comerciantes, funcionários ou os assim chamados mestiços e assimilados (Araújo, 2012) também tiveram acesso à educação em nível

¹¹ Nesse sentido, umas das poucas biografias publicadas de mulheres timorenses que participaram da luta pela independência é a de Fátima Guterres (2014), que tem como título “Timor, paraíso violentado” e é uma obra ao mesmo tempo encantadora e profunda, mas extremamente dura e difícil de ler, pelo seu conteúdo retratar de forma vívida toda a violência sofrida.

médio nos seminários em Timor e buscaram educação superior em Portugal ou em outras colônias portuguesas. Destacam-se aqui nomes como José Ramos-Horta, nascido em 26 de dezembro de 1949, filho de mãe timorense e pai português, que foi exilado em Timor por atuação política contra o regime salazarista.

Ramos-Horta estudou em uma das principais escolas católicas timorenses, em Soibada, e publicava de forma recorrente nos periódicos em Díli, como a revista *Seara* (Silva, 2014b). Por suas publicações, consideradas inapropriadas pelo governador português em Timor, foi enviado para Moçambique em 1970, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) o que, segundo seu próprio relato, fortaleceu sua visão nacionalista e anticolonial (Ramos-Horta, 2018). Ramos-Horta foi uma destacada liderança política da resistência timorense no exterior, atuando diretamente na Organização das Nações Unidas, tendo sido laureado com o prêmio Nobel da Paz em 1996. Assumiu diversos cargos nos governos timorenses desde 2002, sendo o último como presidente da República em 2022, cargo que já havia ocupado entre 2007 e 2012.

Abílio Araújo é oriundo de família nobre (*dato*), recebeu educação católica e depois seguiu para realizar estudos superiores em Portugal. Ele torna-se figura importante na luta timorense, além de ser artista, tendo escrito e composto diversas músicas hoje tradicionais de Timor-Leste, junto com seu colega de estudos Francisco Borja da Costa. Esse, também de família "assimilada", estudou em Portugal e é considerado o primeiro poeta nacionalista timorense (Araújo, 2012).

Vários outros jovens da restrita classe média timorense à época lograram bolsas de estudos para fazerem o ensino superior em Portugal. Mesmo tratando até aqui predominantemente dos homens cuja liderança é destacada historicamente, é importante destacar a presença de Ana Pessoa, filha de pai português e, provavelmente, uma das primeiras mulheres timorenses a realizar os estudos superiores na metrópole colonial. Outro estudante deste período foi Vicente dos Reis, ou *Sahe*, como era conhecido na luta anticolonial¹², que nasceu no distrito de Baucau em 1953, numa família de 7 filhos. Seu pai era *liurai*, ou seja, a liderança tradicional daquela região. Foi estudar Engenharia em Lisboa e passou a atuar politicamente,

¹² Quase todas as lideranças timorenses que atuaram durante os anos de guerra contra a invasão indonésia têm nomes de guerra, que serão trazidos no texto incorporados junto aos seus nomes de batismo, em itálico, pois os nomes de guerra são, na verdade, palavras em língua tétum ou em outras línguas nacionais timorenses que trazem características das pessoas ou algum detalhe associado a ela.

estando na liderança da Casa dos Timores. Quando voltou da capital portuguesa para Díli, em setembro de 1974, tornou-se professor na Escola Técnica, tendo contato direto com muitos jovens e liderando a formação da União Nacional dos Estudantes de Timor (UNETIM).

Após a Proclamação da Independência, *Sahe* atuou como Ministro do Trabalho, Saúde e Bem-estar, segundo Antero Da Silva (2011) que, em sua pesquisa, chama Vicente *Sahe* de "educador revolucionário" por sua atuação nas campanhas de alfabetização, juntamente com sua esposa, Dulce Maria Cruz (*Wewe*), que também teve papel ativo na política timorense da época. Vicente *Sahe* e António Carvarino, conhecido como *Mau Lear*, foram traídos durante a guerra e mortos pelo exército indonésio em 1979.

Antonio Carvarino *Mau Lear* pertencia ao grupo considerado "mestiço" pelo colonialismo português, pois era de família timorense com origens africanas (provavelmente de Moçambique). Ele também cursou a universidade em Lisboa e foi liderança ativa na Casa dos Timores, sendo considerado pelas mulheres que entrevistei como um "irmão mais velho" ou mesmo um "pai" (apesar das idades semelhantes), pois tinha uma postura acolhedora e muito pedagógica com todos. Também esteve envolvido com as movimentações políticas em Portugal junto aos partidos revolucionários, em especial de tendência maoísta. Foi casado com Maria do Céu Pereira, conhecida como *Bi-Lear*, de quem veremos a história com mais detalhes adiante. Eles retornaram para Timor em setembro de 1974, quando a ASDT foi transformada em FRETILIN, e passaram a atuar no partido de forma estratégica.

Segundo Da Silva (2011), o *Harapan*, um jornal da Indonésia da época, publicou uma foto do casal identificando-o como os estudantes maoístas de Portugal (Da Silva, 2011, p. 62). António *Mau Lear* era descrito por seus colegas como um dos estudantes mais radicais vindos de Lisboa e foi um dos responsáveis pela mudança do nome da Casa dos Timores, como veremos nas análises apresentadas nos capítulos seguintes a este. No seu regresso a Timor, também atuou como professor, com seu colega Vicente *Sahe*, e na fundação da UNETIM. Após a Proclamação da Independência, atuou como Ministro da Justiça no Primeiro Governo e, após 1977, foi nomeado vice-presidente de Timor até sua morte, em 1979.

De forma um pouco distinta, mas com a mesma consequência para as suas formações políticas, alguns estudantes timorenses de destaque eram enviados para Angola para estudarem em cursos relacionados à agricultura, como foi o caso de Mari

Bin Amude Alkatiri, mais conhecido como Mari Alkatiri. Ele nasceu em 26 de novembro de 1949, em Díli, filho de comerciantes de origem iemenita. É fundador da FRETILIN, foi ministro do primeiro governo constitucional de Timor-Leste, em 1975, e depois exilou-se em Moçambique, onde atuou na frente diplomática em prol da causa timorense, durante os 24 anos de guerra contra a Indonésia. Em 1999, retornou a Timor e coordenou o trabalho de reestruturação do estado timorense e, em 2002, assumiu como Primeiro Ministro, função que voltou a ocupar em 2017.

Note-se que, neste grupo apresentado até o momento, citei algumas poucas mulheres. As primeiras dessa geração a terem oportunidade de irem estudar em Portugal foram as do grupo de Pascoela Barreto, cuja história será aprofundada mais adiante nesta tese. Pascoela e outras colegas foram selecionadas para fazerem o curso de magistério primário em Lisboa, no ano de 1964, e logo regressaram a Timor para atuarem como professoras nas escolas do território. As escolas religiosas recebiam também estudantes do sexo feminino e, aos poucos, em especial a partir da década de 1960, diversas mulheres passaram a cursar o Liceu, em Díli, a escola de Soibada, ou iam para as escolas religiosas em outras localidades. Dentre essas jovens, estão as diversas mulheres que apresentaremos em breve e que tiveram a oportunidade de realizar estudos em nível universitário em Portugal.

Da guerra civil à invasão indonésia

As jovens lideranças timorenses tiveram uma forte identificação com as ideologias de esquerda, o que influenciou a FRETILIN e sua atuação massiva no território, tornando-o rapidamente o maior partido de Timor-Leste. É importante lembrar que, na década de 1960, o governo da Indonésia realizou uma verdadeira caça aos comunistas em seu território, com massacres, de magnitude até hoje questionada¹³ (Bevins, 2020), que dizimaram o Partido Comunista Indonésio (PKI), de orientação fortemente maoísta e com apoio chinês.

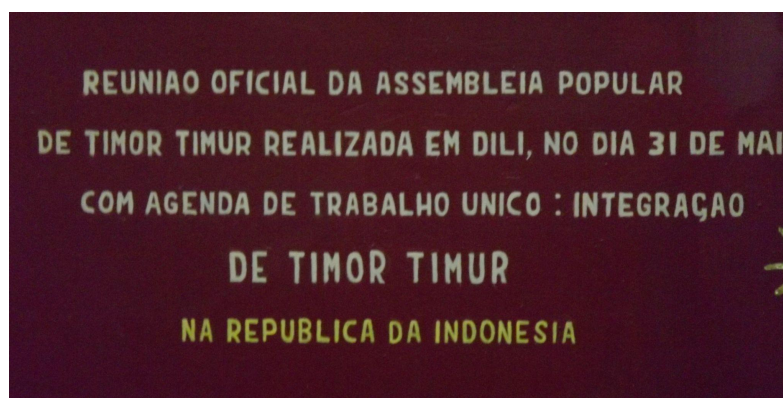
Nos anos seguintes, a crise política internacional, causada pela vitória do Vietnã comunista contra as tropas ocidentais, voltava os olhos das potências mundiais

¹³ O número de mortes entre os anos de 1965 e 1966 nunca foi consensual, indo de 500 mil a 1 milhão e 200 mil pessoas, a depender das fontes das estimativas. Junto com os militantes do Partido Comunista, diversos grupos de esquerda, opositores ao golpe de Estado do general Suharto e grupos étnicos minoritários foram massacrados. No entanto, a acusação de genocídio, requerida por diversas organizações de direitos humanos, nunca foi consolidada (Bevins, 2020).

para o sudeste asiático. Além disso, a descoberta de petróleo e gás no mar de Timor, na fronteira marítima ao sul, com a Austrália, levou a uma interferência direta de Henry Kissinger, então secretário de defesa dos Estados Unidos, que se encontrou com o general Suharto (ditador indonésio entre 1968 e 1998), na véspera da invasão à capital Díli (CAVR, 2005). Assim, diversas forças e interesses externos atuavam e pressionavam o território timorense.

Diante desse cenário, as alianças e formações partidárias timorenses foram complexas e levaram o país a uma rápida, mas violenta, guerra civil, em agosto de 1975, na qual a UDT tenta dar um golpe sobre a FRETILIN, sendo, contudo, derrotada (Mattoso, 2005; Durand, 2009, 2012). Nesse período, a UDT e a APODETI assinaram um acordo de anexação do território timorense ao da Indonésia, de forma bastante coercitiva por parte dos indonésios, o que foi utilizado para justificar internacionalmente a invasão. Até hoje, o Museu Nacional da Indonésia, na capital Jacarta, apresenta como narrativa desse período uma maquete de uma reunião parlamentar com a legenda em língua portuguesa "Reunião oficial da assembleia popular de Timor Timur [nome indonésio para Timor-Leste], realizada em Díli, no dia 31 de maio, com a seguinte agenda de trabalho único: integração de Timor Timur na República Indonésia" (figura 1).

Figura 1: Placa em língua portuguesa no Museu Nacional da Indonésia sobre a anexação do território timorense.



Fonte: arquivo da autora

Além disso, a maquete contém um painel, escrito em língua inglesa, com o seguinte texto explicativo:

A integração de Timor-Leste (1976): a resolução da Sessão Plenária da Assembleia Legislativa de Timor-Leste, 31 de maio de 1976, em Díli, que de

fato constituiu a concretização do desejo do povo assinalado na proclamação da integração de Timor-Leste, de Novembro 30 de 1975, em Balibó, forçou o governo da República da Indonésia a aceitar e legalizar a integração do povo e do território de Timor-Leste ao estado unitário da República da Indonésia no mais curto espaço de tempo possível.¹⁴ (Museu Nacional da Indonésia, arquivo pessoal. Tradução própria).

É importante também destacar a inabilidade – ou desinteresse – do governo português em lidar com a questão timorense. Durante a guerra civil, o governador português, Mário Lemos Pires, abandona a capital Díli e se refugia na ilha de Ataúro (ilha em frente à capital, pertencente ao território timorense). Depois, o governo português abandona o território, impossibilitando a realização de qualquer negociação com as forças políticas em questão (Leach, 2010; 2017; Pereira; Feijó, 2023). Esse vácuo de poder por parte do governo português fez com que as negociações para a descolonização do território fossem muito prejudicadas e, na prática, nunca acontecessem.

A partir da guerra civil de agosto de 1975, a visão de ruptura completa com Portugal, que a FRETILIN defendia, acabou prevalecendo. As pessoas envolvidas com a Frente realizaram diversos movimentos de integração do partido com a população rural e analfabeta, utilizando-se de campanhas de alfabetização, organização de núcleos locais nas diversas áreas do país e com linguagem e atitudes percebidas na época como "revolucionárias". Este é o caso do uso de vocábulos da língua tétum para gerar identificação, como os termos *maubere* e *buibere* (que discutiremos adiante), bem como o uso do método de alfabetização de Paulo Freire (2021[1967]; 2021[1968]), com forte destaque para a "consciencialização" (*sic*) da população sobre a importância da independência e de uma atitude nacionalista revolucionária por todos e todas (Da Silva, 2009, 2011). Essas ações tiveram imensa contribuição de diversas mulheres, como registra Loney (2015), num processo de integração entre teorias marxistas e atuações feministas que discutiremos no decorrer desse texto.

A partir dessa preponderância da FRETILIN no território timorense, o partido estabeleceu a independência unilateral do país em 28 de novembro de 1975, já com

¹⁴ "The integration of East Timor (1976): the resolution of the Plenary Session of East Timor Legislative Assembly, May 31, 1976, in Dili, which in fact it constituted the realization of the people desire noted in the proclamation of East Timor integration, november 30, 1975, in Balibó, forced the government of the Republic of Indonesia to accept and to legalize the integration of the people and territory of East Timor to the unitary state of the Republic of Indonesia in the shortest possible time" (*sic*, Museu Nacional da Indonésia, arquivo da autora).

as tropas indonésias tendo adentrado a fronteira oeste, inclusive com os militares indonésios tendo assassinado cinco jornalistas australianos na fronteira, em Balibó, em 16 de outubro de 1975. Para tentar garantir reconhecimento e apoio internacional, a FRETILIN estabeleceu bandeira, hino nacional e o primeiro governo constitucional para o país, tendo como presidente Francisco Xavier do Amaral, que liderou o país durante esse breve período, após a declaração de independência de Portugal. Xavier do Amaral, um dos fundadores da FRETILIN, foi eleito presidente pelo conselho do partido, tendo como vice-presidente Nicolau Lobato.

Destacam-se, nesse primeiro governo, algumas personagens femininas relevantes para a história de Timor-Leste, como: Rosa Bonaparte, conhecida como *Muki*, que foi militante ativa da FRETILIN, fundadora da Organização Popular da Mulher Timorese e escrevia de forma recorrente nos jornais do partido, realizando o primeiro hasteamento da bandeira timorese; Isabel Lobato, irmã de Pascoela Barreto e esposa de Nicolau Lobato, que confeccionou a bandeira timorese; Maria do Céu Pereira, responsável pelo departamento de educação e alfabetização do novo governo; e Guilhermina Araújo, esposa de Abílio Araújo, militante ativa dos partidos revolucionários portugueses e intelectual responsável pela escrita de vários documentos oficiais da FRETILIN, que foi nomeada vice-ministra de negócios estrangeiros (FRETILIN, 1975).

Naquele momento, o apoio internacional era escasso e vindo em especial da China e dos países terceiro-mundistas¹⁵. A independência de Timor-Leste foi reconhecida então por alguns países, entre eles os das ex-colônias portuguesas na África e por países asiáticos. Os que reconheceram a independência de Timor-Leste, entre 1975 e 1976, foram: Argélia, Angola, Bangladesh, Benin, Bulgária, República Popular da China, Congo, Coreia do Norte, Cuba, Guiné-Bissau, Índia, Indonésia, Iraque, Laos, Líbia, Madagascar, Mali, Malta, Mauritânia, México, Moçambique, Mongólia, Nicarágua, Palestina, São Tomé e Príncipe, Somália, Tanzânia e Iêmen do Sul (ONU, 1976 *apud* Barbedo de Magalhães, 2007). É importante frisar que foram os países africanos de colonização portuguesa, em especial Moçambique e Angola, os primeiros a reconhecerem a independência timorese, em 1975.

¹⁵ Termo da época para o grupo de países que eram considerados pobres e subdesenvolvidos, muitos dos quais também participavam do grupo dos países não-alinhados, ou seja, que não estavam automaticamente de acordo com uma das duas potências em disputa na Guerra Fria, quais sejam, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Alguns dias depois da Proclamação da Independência, em 04 de dezembro de 1975, uma comitiva do novo governo foi enviada para Portugal, com o objetivo de negociar com diversos governos estrangeiros, em busca de maior apoio para a causa timorense. A comitiva chega em Portugal na manhã de 07 de dezembro e recebe ali a notícia da invasão indonésia à capital timorense, Díli. A partir de então, há uma articulação para que os timorenses que estão no exterior atuem de forma coordenada com as lideranças no território, buscando chamar a atenção internacional para a invasão.

Pelas conexões políticas anteriores e pela ação solidária do então presidente moçambicano Samora Machel¹⁶, um grupo significativo de timorenses vai para Maputo, onde encontram asilo, com apoio financeiro e diplomático para a atuação do governo timorense no exílio. No território timorense, a violência é brutal, com muitas pessoas assassinadas logo nos primeiros dias da invasão, entre elas Rosa *Muki* Bonaparte, Isabel Lobato e Borja da Costa (CAVR, 2005; Hill, 1978).

Vinte e quatro anos de luta até a independência e atualidade

Em janeiro de 1976, passa a haver uma sede do comitê de ação da FRETILIN em Maputo e o governo de Moçambique disponibiliza asilo político para as lideranças timorenses, além de toda a sua estrutura de embaixadas, logística e suporte diplomático para a causa timorense, durante toda a década de 1970 até meados da década de 1980. Com a piora na crise interna e a evolução dos conflitos em Moçambique na década de 1980, esse apoio se torna mais discreto, mas, de qualquer forma, a aliança entre Moçambique e Timor-Leste permanece fundamental durante todo o período de guerra contra a Indonésia e segue sendo cultivada até hoje (De Lucca, 2019).

Os 24 anos de luta pela independência timorense foram cheios de ciclos e reviravoltas políticas. Depois de 1978, uma política de "cerco e aniquilamento", como ficou conhecida, foi perpetrada pela Indonésia (CAVR, 2005), e a causa timorense é posta em segundo plano no âmbito internacional durante a década de 1980. A

¹⁶ O primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, atuou pessoalmente no apoio à causa timorense, em discursos, articulações internacionais e fornecendo asilo político e disponibilizando as embaixadas moçambicanas para a atuação da Frente Diplomática timorense. Veremos mais sobre isso no capítulo 4.

chamada “Frente Diplomática”, composta por timorenses em exílios espalhados pelo mundo, em especial em Moçambique, Portugal e Austrália, responsabiliza-se de forma efetiva pela batalha política internacional, ao mesmo tempo que, dentro do território, a “Frente Armada”, denominada de Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) e a “Frente Clandestina”, composta por jovens, mulheres, religiosos e outros civis que eram apoiadores da causa timorense, mas viviam sob o regime indonésio, travavam lutas árduas para resistirem ao avanço do domínio indonésio.

A Indonésia, por sua posição estratégica, tamanho e postura internacional, tinha forte influência entre os países não-alinhados e junto à União Soviética, o que foi mais um obstáculo para a causa timorense¹⁷. Entre a invasão, em dezembro de 1975, e o início de 1982, a guerrilha armada das FALINTIL sofreu muitas derrotas e parte significativa da população foi morta, com acusações inclusive de uso de armas químicas, na operação de “cerco e aniquilamento” (CAVR, 2005; Powell, 2006). A década de 1980 é marcada pela resistência baseada no trabalho clandestino interno e diplomático externo, mas com pouco destaque na mídia e nos organismos internacionais, com repercussões conseguidas através muito trabalho da Frente Diplomática.

A causa timorense voltou a ser notícia internacional apenas em 1992, quando as imagens do massacre de Santa Cruz¹⁸ foram televisionadas no mundo todo, graças à atuação de jornalistas estrangeiros em Díli, de forma clandestina. Dentre eles, Max Stahl, que conseguiu divulgar suas filmagens na mídia portuguesa. A partir de então, há uma virada no discurso das lideranças timorenses que, com o fim da União Soviética e o apaziguamento das disputas da Guerra Fria, passam a adotar internacionalmente a retórica dos direitos humanos.

Finalmente, na década de 1990, o “caso de Timor” ganhou repercussão internacional, assim como a forte crise política e econômica na Indonésia, o que enfraqueceu a ditadura de Suharto e o fez renunciar em 21 de maio de 1998. Com isso, tornou-se possível realizar um referendo, em agosto de 1999, em que a população timorense votou massivamente, apesar da violência extrema levada à cabo

¹⁷ Veremos no decorrer deste texto, em especial no capítulo 4, as implicações disso para a atuação das mulheres que estiveram envolvidas na Frente Diplomática.

¹⁸ O Massacre de Santa Cruz ocorreu no dia 12 de novembro de 1991, no cemitério com este nome, em Díli. O exército indonésio encurralou e atirou à queima roupa em dezenas de jovens manifestantes pró-independência, que estavam participando do enterro de um estudante morto também pela violência indonésia, alguns dias antes. Esse evento causou cerca de 270 mortes e mais de 275 feridos (CAVR, 2005; Hearman *et al.* 2023).

pelo exército indonésio e suas milícias. A consulta mostrou o que essas lideranças vinham argumentando no plano internacional desde 1974: a população timorense queria a sua independência.

A partir dos resultados do referendo, foi estabelecido um governo de transição, liderado pela ONU, mas marcado por semanas de massacres e extrema violência no mês de setembro de 1999, durante a saída das tropas indonésias do território timorense. A missão da ONU passou, oficialmente, o governo para as lideranças timorenses eleitas no dia 20 de maio de 2002, ficando o Timor-Leste conhecido como o “primeiro país do século XXI” (Silva; Simião, 2007). No entanto, a estabilidade política seguiu bastante frágil e as tropas internacionais organizadas pela ONU permaneceram em Timor-Leste até 2012 (Leach, 2017).

Essa transição entre a administração internacional, gerida pelas Nações Unidas, para os governos liderados pelos partidos timorenses passou por um longo processo de *state Building* (construção do Estado), que, como apontam Silva e Simião (2007) foi embasado em um complexo sistema de negociações entre as regras colocadas pelos organismos internacionais e a realidade local timorense, num contexto pós-guerra e de acordo com as normas culturais do território. Nesse sentido, a questão das mulheres e seu papel na sociedade, bem como a garantia de seus direitos e da participação efetiva na política institucional foram pontos de negociação bastante sensíveis. Desde 2002, diversas políticas de inclusão e igualdade de gênero foram organizadas e fomentadas por movimentos locais e internacionais, buscando ampliar a participação das mulheres em todas as esferas da sociedade timorense (Niner, 2016; Simião, 2005; Loney, 2019).

Assim, a partir dessa perspectiva histórica, que nos ajuda a perceber os lugares das mulheres na atuação política e na construção dos movimentos nacionalistas timorenses do período, trato a seguir do tema geral desta pesquisa e entendo ser importante também apresentar o meu lugar como pesquisadora e quais as relações pessoais, acadêmicas e políticas que desenvolvo com o contexto, as pessoas e o problema que esta pesquisa aborda.

Vivências timorenses e o incômodo como tema

Acredito que ainda mais importante do que a contextualização geográfica ou histórica de Timor-Leste seja apresentar brevemente minha relação pessoal com este

território praticamente desconhecido no Brasil. Meu interesse e construção desse tema de pesquisa se deve ao fato de ter vivido e atuado como professora da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)¹⁹ em diversos cursos da área das Ciências Sociais e como formadora de professores de Sociologia e Economia de nível secundário (equivalente ao nível médio), por três anos, entre abril de 2012 e maio de 2015, em Díli, capital de Timor-Leste.

Desde o início, a história política conturbada e complexa desse país chamou minha atenção. Logo no primeiro mês que estava em Díli, um conflito aconteceu por conta dos resultados eleitorais. Mais uma vez (como segue acontecendo até hoje) o partido majoritário no país, a FRETILIN, havia alcançado a maioria dos votos nas eleições, mas, pela organização institucional que imita o modelo português de semipresidencialismo, não pode montar seu governo e ecos de outra crise, que tinha ocorrido 6 anos antes, em 2006, novamente reverberaram pela capital. Naquela semana, passamos os dias em casa, com colegas brasileiras, recebendo notícias via mensagens de celular da embaixada do Brasil, com ordens para não sair à rua. Se não fosse a auto-organização dos moradores do bairro em que estávamos, e a solidariedade da vizinha que tinha uma pequena mercearia ao lado de casa, nossa situação teria sido desesperadora. Mas não foi, a crise foi superada em alguns dias e as questões políticas do país assaltaram minha curiosidade sociológica.

No decorrer dos primeiros meses em Díli, acabei me aproximando de pessoas ligadas à FRETILIN, que não apenas me explicavam suas versões dos fatos, mas também me davam aulas de história e de política. Para além disso, ao conviver com estudantes e com colegas professoras e professores timorenses, bem como com amizades que estabeleci, chamou-me a atenção o fato de quase todas as pessoas terem conhecimento das conexões políticas e ideológicas que a independência de Timor-Leste tem com o contexto da Guerra Fria e, especialmente, com as lutas anticoloniais africanas, destacadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Ao iniciar minhas pesquisas e estudos como professora na Faculdade de Ciências Sociais da UNTL, percebi que existem diversos discursos sobre as relações entre timorenses e os "irmãos mais velhos", ou seja, aqueles países africanos que foram colonizados por Portugal, havendo diversas histórias contadas e até certa

¹⁹ *Timor Lorosa'e* é sinônimo de Timor-Leste na língua Tétum, língua nacional e uma das línguas oficiais do país, junto com a língua portuguesa. *Lorosa'e* significa literalmente "sol nascente", ou leste.

relação de gratidão em relação à solidariedade que os países dos PALOP prestaram à causa timorense. Da mesma forma, diversas mulheres são respeitadas como combatentes da guerrilha ou colaboradoras da Frente Clandestina²⁰, mesmo sem serem reconhecidas oficialmente como tal pelo Estado, o que as priva de receberem uma aposentadoria como veteranas de guerras, por exemplo, coisa comum aos homens timorenses que tiveram a mesma atuação.

Naquela época, minha bagagem teórica sobre feminismo, teorias pós-coloniais ou decoloniais era ainda inicial. Essas autoras e autores não tinham sido estudadas por mim na graduação nem no mestrado, apesar de eu já ter feito o caminho de sair da Ciência Política *mainstream* e rumar para pesquisas e autoras latino-americanas, numa perspectiva mais próxima da sociologia política e histórica. No entanto, a estada em Timor-Leste se prolongou, o plano de ficar 8 meses se transformou na participação em um novo edital, que me permitiria ficar no país por mais 6 meses ou um ano. Depois, novo edital e mais um ano foi adicionado a essa estada.

Nesse período, minha formação teórico-prática acabou se qualificando, seja nos estudos para ser professora cooperante brasileira naquele contexto, seja na interação com colegas professoras e professores brasileiras, timorenses, portuguesas e de outras nacionalidades, seja na leitura ávida sobre a história do país, seja ainda na escuta atenta à riquíssima tradição oral, que é a grande guardiã das questões dos povos que compõem Timor-Leste. Assim, a minha aprendizagem e amadurecimento teórico também se desenvolveu na *práxis* com a prática pedagógica e política, da mesma forma que ocorreu com as mulheres protagonistas desta pesquisa.

A questão de gênero me atravessou com violência nos primeiros meses que vivi em Díli. Apesar de não ter, na época, o embasamento teórico feminista, a vivência como uma mulher estrangeira no país me deu uma noção bastante concreta da realidade, que envolveu desde o medo de andar sozinha nas ruas, mesmo à luz do dia, os diversos e agressivos insultos de gênero sofridos em espaços públicos e nos meios de transporte, a eterna necessidade de me afirmar como uma das poucas professoras mulheres na Faculdade em que era constantemente desrespeitada,

²⁰ A atuação política e militar durante os anos de guerra contra a invasão Indonésia foi dividida em três frentes, sendo uma a responsável pela organização da luta armada, denominada de Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (Falintil); a Frente Clandestina, que mobilizou o apoio civil, tanto de timorenses quanto de religiosos estrangeiros no território, que apoiavam na comunicação, na logística e na contrainformação; e a Frente Diplomática, formada pelos timorenses no exílio, que realizaram o trabalho político de mobilização internacional (CAVR, 2005).

mesmo por estudantes do primeiro período, dentre outros constrangimentos e opressões. Até que, com o decorrer do tempo e o aprendizado superficial da língua tétum, finalmente consegui começar a estabelecer debates sobre as desigualdades entre homens e mulheres em sala de aula e mesmo com as colegas professoras timorenses.

Naquele momento, houve uma mudança na forma como as estudantes mulheres passaram a se colocar nas aulas, tomando a fala, que antes era quase exclusivamente masculina. As discussões passaram a se acalorar e, quando eu buscava problematizar com os estudantes homens o fundamento do machismo em suas posturas e falas, a resposta era quase sempre a mesma: a professora estrangeira quer "estragar" a cultura timorense.

Aos poucos, fui tendo contato com estudantes que estavam iniciando uma organização de mulheres na faculdade e com professoras, inclusive de outras faculdades, que tinham estudado em outros países e estavam, elas também, travando uma batalha cultural em sua própria comunidade. Tudo isso sempre com o risco de ser lida como uma mulher branca, ocidental, escolarizada, ocupando um lugar de privilégio e querendo "ditar as regras" sobre como as relações de gênero deveriam ser no país. Esse tipo de acusação tem um grau de legitimidade, em especial quando pensamos nas exigências das ONGs e agências da ONU, que não dialogam com a realidade cultural local e muitas vezes produzem apenas mais desigualdade e afastamento em relação às pautas sobre igualdade de gênero no país.

A convivência com essas professoras, em especial no Grupo de Estudos de Mulheres (GEM) que organizamos entre professoras brasileiras e timorenses, bem como a atuação em modelo de co-docência com professores timorenses, em sua maioria formados no sistema indonésio ou australiano, foram me mostrando as infinitas possibilidades de me aprofundar nos temas políticos de Timor-Leste. Essas pessoas me contavam a importância de seus líderes e seus heróis; os mais jovens demonstravam suas frustrações com as promessas de desenvolvimento nunca entregues por esses líderes históricos; as mulheres destacavam o quanto os homens que lutaram na resistência timorense eram valorizados social, política e economicamente, enquanto elas tinham sofrido gigantescas violências e privações, tinham lutado, agido na clandestinidade ou no exílio, mas nunca eram consideradas como veteranas de guerra.

Dentro dessas questões, algumas personagens atuaram de forma relevante na minha formação *in loco* e merecem destaque: o professor Antero Benedito da Silva, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL) da UNTL, cujos trabalhos utilizo amplamente nessa pesquisa. Ele nos letrou na pedagogia *maubere* e nos ideais de *ukun-rasik-an* (independência, na língua tétum); a *mana* Lou, ou Irmã Maria de Lourdes Martins Cruz, uma freira, responsável por um instituto de assistência social em Dare, cidade vizinha à capital, que nos mostrou os livros de Paulo Freire, “Pedagogia do Oprimido” (2021[1968]) e de Leonardo Boff, “Jesus Cristo Libertador” (2012 [1974]), que ela tinha recebido de um padre brasileiro, quase que por acaso, entre 1974 e 1976, e o quanto esses livros tinham mudado sua forma de ver o mundo; e a família Alkatiri, em especial na figura de Nurima Ribeiro Alkatiri, hoje deputada pela FRETILIN, que me ensinou, na prática, as contradições e complexidades políticas de Timor-Leste. Essas pessoas foram talvez as fontes mais interessantes de informações e histórias que tive naquele momento e, junto com elas, todas as estudantes e professoras com as quais convivi durante os anos que estive em Díli.

Em decorrência do incidente político ocorrido assim que cheguei em Díli, também rapidamente percebi a divisão gritante entre o partido com maior inserção popular e pautas mais à esquerda, a FRETILIN, e os demais, alguns com boa base social e lideranças históricas, que disputavam de forma intensa o protagonismo político entre si. Uma das características dos principais grupos políticos é a liderança masculina quase exclusiva, em especial nos principais cargos do país. Apesar de haver um bom nível de participação feminina nas bancadas no parlamento timorense²¹, em especial pelo sistema eleitoral semipresidencialista, em que os partidos são obrigados a apresentarem listas de parlamentares com, no mínimo, 30% de mulheres. A realidade cotidiana das mulheres timorenses, como na maioria dos países, é de exclusão, imensas dificuldades e de apagamento histórico.

Outra percepção que foi se fortalecendo no decorrer do tempo foi o apagamento das mulheres da própria história política timorense. Ou melhor, o confinamento da atuação delas nas imagens de controle (Hill Collins, 2019), enquanto vítimas de violência sexual e, quando muito, como responsáveis pela logística que

²¹ Cerca de 40% das pessoas eleitas na última legislatura, em 2023, são mulheres, sendo que em junho de 2023, pela primeira vez, uma mulher assumiu como presidente do Parlamento Nacional. Jornal Diligente, 24/06/2023, disponível em: <https://www.diligenteonline.com/parlamento-nacional-sera-liderado-por-uma-mulher-pela-primeira-vez-na-historia/>

manteve as tropas da guerrilha com acesso a alimentos e informações. Isso se mostra desde as personalidades que são constantemente homenageadas em nomes de ruas, monumentos e nas datas comemorativas do país, bem como nos espaços de museus (De Lucca, 2021a) e no próprio reconhecimento de quem pode receber pensões como veteranos de guerra.

Ao mesmo tempo, ao me aproximar de histórias de diversas mulheres que viveram o exílio durante a guerra e atuaram no plano político internacional, o incômodo sobre esse apagamento foi ficando cada vez maior e tornou-se um tema constante de reflexões e pesquisas. Como destaca Teresa Cunha (2006, 2014), o papel social e político das mulheres dos lugares do sul (ou *suis*, no plural) é constantemente apagado e silenciado, ou quando se destaca, é por sua dimensão de tragédia e de vitimização dos corpos e saberes femininos. Com esse cenário em mente, passei a buscar elementos que permitissem compreender melhor a atuação dessas mulheres. No decorrer dos anos de luta timorense pela independência, primeiro contra o colonialismo português e depois contra a invasão militar indonésia, o papel das mulheres à frente da resistência, no território e na luta armada, foi fundamental e tem sido pesquisado e valorizado recentemente.

Trata-se de um campo que, em si, traz contradições e dificuldades inerentes ao trabalho com narrativas autobiográficas de mulheres, principalmente em contextos sensíveis de conflito e pós-conflito. Se inicialmente acreditei que não seria possível ter material suficiente para demonstrar a atuação dessas mulheres, o processo de pesquisa e, em especial as entrevistas, mostraram que, ao contrário, o material é vasto e a demanda das próprias protagonistas desta tese por registrar suas histórias se tornou cada vez mais evidente. Com esses fatos, apresento a seguir o problema de pesquisa que foi desenvolvido no decorrer desta tese, fruto de todas essas experiências aqui narradas.

O problema de pesquisa

A atuação das mulheres nas lutas das ex-colônias portuguesas vem sendo destacada por diversas pesquisadoras, que buscam compreender a atuação política, social, cultural e militar que as mulheres tiveram nas muitas guerras e conflitos em países como Moçambique e Timor-Leste (Casimiro, 2014; Cunha, 2006; Cristalis; Scott, 2005, dentre outras). Conforme Cunha (2014, p. 22) destaca, a importância

dessas pesquisas é que falar sobre a participação das mulheres nas lutas anticoloniais é uma forma de reparar o epistemicídio ao qual os povos colonizados são submetidos, em especial no que se refere à vida e às histórias das mulheres.

Temos atualmente excelentes pesquisas sobre o tema, que operam uma contribuição fundamental para a construção da história das mulheres timorenses. Alguns desses trabalhos trazem as histórias de vida das mulheres, adotando uma perspectiva mais histórica quanto às reflexões comparativas com outros contextos do sul global, como no caso dos trabalhos de Teresa Cunha (2006, 2012) e Marisa Ramos Gonçalves (2021). Os trabalhos publicados por Hannah Loney (2010, 2012, 2015, 2019) também se destacam, por abordar em perspectiva histórica e política o lugar das mulheres na luta armada e as conexões com os movimentos dos países da região do Pacífico. Outra autora importante para pensar a questão da participação das mulheres timorenses na política é Sara Niner (2001; 2016; 2020), que traz dados e reflexões sobre a inclusão das mulheres na sociedade timorense atual.

Além dessas pesquisadoras estrangeiras, temos o trabalho singelo, mas bastante simbólico, da ex-primeira-dama, Kirsty Sword Gusmão (2017), que escreveu um romance sobre os últimos meses de vida de Rosa Muki Bonaparte, consolidando uma narrativa de Rosa como heroína nacional. Destaco também os trabalhos recentes da jovem pesquisadora e ativista timorense, Berta Antonieta Tilman Pereira (2020, 2021, 2022), que tem atuado de forma consistente em prol da igualdade de gênero no país, já representando uma nova geração de ativistas mulheres. Outro trabalho importante e recente de pesquisa é o livro "*Buibere Hamriik Ukun Rasik An: Istória kona-ba Feto iha Luta Libertasaun Nasionál*", um trabalho coletivo sobre a atuação política das mulheres entre 1975 e 1999, lançado pela Organização Popular da Mulher Timor (OPMT) em 2020, coletando e registrando depoimentos de centenas de mulheres que atuaram, em especial, na frente armada e na frente clandestina durante os anos de guerra.

Nesse cenário, esta pesquisa se insere em uma lacuna existente nos registros e reflexões publicados, buscando contribuir de forma original e inovadora com a valorização da história dessas mulheres, por meio da compreensão e registro do papel político que elas tiveram, considerando o acesso à uma socialização específica e que permitiu que elas atuassem no âmbito político, cultural, educacional e diplomático. Além disso, busco analisar essa atuação a partir da compreensão de sua produção intelectual, entendendo a articulação entre elas como complexa, intencional,

articulada e pautada na luta coletiva. Nesse intuito, busco explorar evidências históricas, registradas nos arquivos do período e nos relatos de vidas das mulheres timorenses que atuaram no partido e na Frente Diplomática, compondo uma *práxis* de ação que denomino de pedagogia *Buibere*.

Para isso, trago entrevistas e arquivos que me apoiem nesse registro e análise e foco meu olhar nesses documentos e falas, em busca da ação das mulheres como atuantes nos processos, não no lugar de vítimas. Essa diferenciação é fundamental, visto que, ainda em diálogo com Cunha (2014), é parte dos objetivos das epistemologias do sul, em especial dos feminismos do sul, retirar as mulheres do lugar de vítimas no qual o colonialismo patriarcal as coloca há tantos séculos. É inegável que essas mulheres sofreram diversas violências, tanto no período colonial quanto durante a guerra pela independência timorense, fato esse registrado em publicações jornalísticas, em relatos da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR, 2005), em produções audiovisuais e mesmo em diversos artigos e livros acadêmicos. Mas, elas também foram agentes políticas e atuaram de diversas formas nas lutas que se travaram nessas décadas de guerra. Por isso, é importante compreender como atuaram, como se posicionaram politicamente, qual papel desempenharam na organização partidária e nos grupos de exilados, qual a sua contribuição política e intelectual para o desenvolvimento e sucesso da causa timorense.

No período selecionado para a pesquisa, a FRETILIN contava com poucas mulheres de destaque em seus quadros partidários, comparativamente com o número de figuras masculinas em posição de liderança. No entanto, muitas das mulheres atuantes naquele momento estiveram em Portugal, vivendo na então chamada Casa dos Estudantes do Império e na Casa dos Timores (Castelo, 2010; Da Silva, 2011), bem como à frente do processo de criação das bases políticas e ideológicas do partido. Da Silva (2011 pp. 56-66) chega a citar o nome de 15 mulheres que teriam estudado em Portugal na primeira metade da década de 1970, dentre os cerca de 50 estudantes timorenses que tiveram essa oportunidade.

As mulheres mais destacadas nos debates políticos de então foram Rosa Bonaparte, Ana Pessoa, Filomena de Almeida e Marina Ribeiro Alkatiri. Dessas, Rosa Bonaparte é uma das fundadoras da FRETILIN e foi assassinada no dia da invasão indonésia, em Díli. As demais foram exiladas em Maputo, em 1976, indo se juntar a alguns representantes do Comitê Central da FRETILIN que haviam saído de Timor

antes da invasão. Também é relevante destacar que diversos textos em jornais do partido, sobretudo os escritos por Rosa Bonaparte, apontavam para a importância das mulheres na luta pela independência do país. O papel delas para a emancipação de todos os timorenses era algo bastante destacado nos jornais, artigos e discursos políticos no período pré-invasão indonésia (FRETILIN, 1975), como veremos no decorrer do texto.

Lidar com biografias e histórias de vida de mulheres é um ponto que traz contradições e dificuldades, principalmente em contextos tão sensíveis como o de guerras e exílios. A história timorense é contada, quase sempre, com as mulheres sendo retratadas como vítimas de crimes de guerra, os mais brutais, e raramente como agentes políticas e intelectuais importantes dos processos de independência (Cunha, 2006; De Lucca, 2021a). Angélica Ferrarez chega a propor que não existe um "apagamento" da história das mulheres, mas um "enclausuramento" (Ferrarez de Almeida, 2021) em que as mulheres são sempre retratadas por meio do que Patrícia Hill Collins define como "imagens de controle" (Hill Collins, 2019), ou seja, no lugar da vítima indefesa, da mãe abnegada ou das coadjuvantes na luta política. Sendo supostamente valorizadas por realizarem os cuidados do cotidiano e da logística, estão novamente sendo retratadas em lugares confortáveis para o patriarcado, que não admite espaços de protagonismo das mulheres. Assim, jogar luz sobre a atuação das mulheres, como sujeitas fundamentais da política e do processo de descolonização e independência timorense, torna-se mais um ponto de originalidade desta pesquisa.

A tese apresenta as histórias das mulheres que atuaram na FRETILIN, na Organização Popular da Mulher Timor (OPMT) e na Frente Diplomática, e que, a partir dessas atuações, desenvolveram formas de liderança e de aprendizagem política coletivas, criando uma pedagogia decolonial, em que, ao mesmo tempo que aprendiam a fazer o embate político de diversas formas, também ensinavam sobre a causa timorense e dos direitos das mulheres para as pessoas e as organizações com as quais interagiam. Isso se deu por meio dos textos que escreveram e das discussões das quais participaram; de sua socialização política coletiva e da forma com que mobilizaram outras pessoas; e também pelo papel que elas desempenharam na comunicação dentro do partido e com instituições externas, como governos, as Nações Unidas ou com outros partidos e instituições. Vamos perceber essa pedagogia decolonial também na dimensão cultural, por meio do uso da cultura (danças, datas

comemorativas) para divulgar a luta timorense e para manter a coesão cultural do grupo no exílio.

Analiso todas essas questões apontadas como elementos de um processo de criação e vivência de uma pedagogia decolonial *buibere*, pensando em diálogo com a ideia de Antero da Silva sobre a existência de uma pedagogia *maubere*, nas montanhas timorenses na década de 1970. Essa pedagogia, inspirada em Paulo Freire (2021[1967]; 2021[1968]), foi usada pelos grupos da FRETILIN não só para alfabetizar as pessoas, mas também para formar politicamente a população, o que em grande parte explicaria a altíssima adesão à luta de resistência e a possibilidade de manter uma guerra de 24 anos contra a gigante Indonésia, que contava com apoio dos EUA e Austrália. Aqui defendo a existência também uma pedagogia *Buibere*, que acontece nas campanhas de alfabetização, mas também fora do território timorense, em que essas mulheres mobilizam apoios internacionais, organizam os movimentos de solidariedade, atuam na organização do partido e formam as novas gerações timorenses que crescem no exílio.

Com tais reflexões em foco, esta pesquisa tem como objetivo geral registrar as narrativas de luta e atuação política dessas mulheres que, embora sejam amplamente reconhecidas por muitos, são omitidas e negligenciadas nos registros oficiais. Além disso, trago o estudo de caso da atuação dessas mulheres timorenses, considerando-as como criadoras de uma pedagogia decolonial, analisando essa ação sob uma perspectiva sociológica, entendendo "pedagogia" de forma abrangente, como um movimento dialético de luta e aprendizado constante e coletivo. Ou seja, pretendo demonstrar, no decorrer do texto, que essas mulheres atuaram de forma organizada e coletiva, contribuindo de forma fundamental para todo o processo de luta pela independência timorense, em três dimensões: educacional, cultural e política-institucional.

Reflexões metodológicas

"No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues. A narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas pouco aparecem." Essa afirmação de Michelle Perrot (1989, s/p) pode não ser mais tão acurada, haja vista a imensa movimentação das próprias mulheres para registrar e pesquisar fragmentos de histórias e evidências,

nem tão raras assim, da ação política feminina em diversos lugares e tempos históricos. Os acontecimentos do século XX nos ajudam a explicitar melhor a participação política das mulheres, pela profusão de registros da atuação feminina e pela possibilidade de contar essas histórias com relatos em primeira pessoa. No entanto, o processo de apagamento segue ocorrendo, em especial quando olhamos para a história oficial dos países e instituições.

Nesta pesquisa, a escolha desse grupo de mulheres como *corpus* se deu tanto pela relevância da atuação delas no contexto político – verificada na primeira fase da pesquisa, de cunho documental e bibliográfico – quanto pela possibilidade de acesso aos relatos delas próprias ou de pessoas próximas a elas. Assim, a análise bibliográfica realizada buscou abarcar ao máximo os trabalhos sobre a formação dos partidos e o processo de descolonização de Timor, em busca de discussões e análises que trouxessem o foco para a atuação das mulheres. Em seguida, foi realizada uma análise prévia da documentação histórica disponível em meios digitais, com abordagem qualitativa.

Por se tratar de pesquisa histórica, a utilização de materiais de arquivos foi fundamental, inclusive para orientar as questões a serem realizadas nas entrevistas. Por isso, a realização de período de pesquisa e estágio doutoral (doutorado sanduíche) em Portugal, em especial no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, possibilitou-me realizar buscas em arquivos coloniais ainda indisponíveis na Internet, bem como em alguns arquivos muito específicos e de cunho anticolonial, como os do Centro de Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), que registrou e catalogou durante décadas o processo de luta timorense pela independência.

Portugal, arquivos e entrevistas

Realizar parte da pesquisa de doutorado em Portugal, na antiga metrópole colonial, é, para uma tese que se pretende decolonial e feminista, um pouco contraditório. No entanto, se a decolonialidade aparece como fonte de transgressão e resistência dentro da própria estrutura colonial, podemos sim utilizar os arquivos coloniais como fontes interessantes para reflexão e análise.

Achile Mbembe (2002) chama a atenção para o fato de que os arquivos são, ao mesmo tempo, tanto os documentos selecionados para serem guardados e arquivados quanto a arquitetura, os prédios e o aparato arquivístico mobilizado para

legitimar o que deve ser visto e lembrado. Assim, quando a decisão sobre quais arquivos devem permanecer é colocada sob uma ótica técnica, as escolhas absolutamente políticas e subjetivas do processo de arquivamento são apagadas. E, como já nos trouxe Perrot (1989) e Cunha (2006), as falas, as ações e a vida das mulheres não estão registradas nos arquivos.

Nesse sentido, os rituais de pesquisa arquivística, como destaca Mbembe (2002), exigiram diversas idas aos arquivos em Lisboa e em Coimbra. Os arquivos oficiais, sejam do Estado sejam das Universidades Portuguesas, estavam localizados em prédios históricos e suntuosos, como provoca Laura Stoler (2009), mesmo que já degradados pelo tempo - algo típico do colonialismo, da tentativa desesperada de manter imagens de poder e categorias de controle, mesmo com as decadências social e histórica evidentes.

Esses espaços possuíam mais ou menos exigências de assinar documentos de uso exclusivo para fins acadêmicos, ou restrições de horários ou acesso à documentação, entretanto, como justiça necessária às pessoas que trabalham nesses espaços, sempre fui extremamente bem-atendida, recebendo apoio técnico e mesmo incentivo pessoal e acadêmico das pessoas que ali estavam atendendo e trabalhando, na sua maioria mulheres. Por exemplo, no Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, a cada "carrinha" de arquivos que chegava, as funcionárias, em especial Fernanda, Natércia e Joana, deram-me todo o suporte necessário para as muitas horas e dias que ali passei, revirando os arquivos que poderiam, de alguma forma, trazer fragmentos do processo político timorense que eu buscava, em especial sobre a atuação das mulheres.

Para refletir de forma mais ampla sobre os arquivos, e trazer a discussão inclusive sobre a gestão de arquivos pessoais, gostaria de destacar outra instituição, mantida há décadas de forma autônoma e que, ao mesmo tempo que é um dos arquivos mais interessantes para se pesquisar as questões de descolonização dos territórios sob domínio português, é também um espaço que se afasta, e muito, dessa lógica dos arquivos oficiais. O Centro de Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) localiza-se numa construção modesta, a cerca de três quadras da antiga Casa dos Estudantes do Império. No piso térreo, há uma loja que vende livros editados de forma autônoma, peças de artesanato de Timor-Leste e outros materiais de divulgação de campanhas de solidariedade, em especial em prol da causa da Palestina e do Saara Ocidental.

Esse Centro de Documentação iniciou suas atividades em 1974, como uma forma de resistência e apoio aos movimentos anticoloniais. Segundo sua própria página na internet, "Criado em maio de 1974, o CIDAC nasceu da luta pela liberdade e pela justiça no tempo da ditadura do Estado Novo, atuando em particular através da produção e distribuição de informação clandestina contra a guerra colonial²²" (CIDAC, s/d). Nesse arquivo, estão recortes de jornais, panfletos, cartas e materiais das campanhas de solidariedade com todas as então colônias portuguesas. Trata-se do local que certamente mais concentra materiais do período em foco na pesquisa, apesar de, ainda assim, a documentação trazer pouca ênfase na atuação política das mulheres. A minha pesquisa ali se deu em vários momentos, sempre com o apoio cuidadoso da Cristina e as conversas com Luísa, que trazia ainda mais detalhes sobre cada documento que eu estava analisando.

Outro lugar muito importante para a pesquisa é o Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT), que está sob a responsabilidade da Fundação Mário Soares cujo acervo foi digitalizado de forma bastante satisfatória na plataforma Casa Comum²³. Essa parceria foi bastante importante num primeiro momento, pois logo após a restauração da Independência, em 2002, a Fundação Mário Soares, de Portugal, deu grande apoio para a coleta e organização dos mais diversos arquivos de pessoas que se dispuseram a doar cartas, fotos e documentos para o acervo. Os arquivos foram tratados, catalogados e hoje encontram-se digitalizados, sendo a base para a narrativa que é contada no Museu da Resistência, em Díli. No entanto – para além da observação evidente de que os arquivos privilegiados são os relativos aos heróis homens, em especial aos ainda atuantes na política predominante atualmente – o fato desse arquivo permanecer, mais de 20 anos depois, sob a guarda de uma instituição portuguesa mostra-nos que as reflexões mobilizadas por Mbembe (2002) e Stoler (2009), citadas anteriormente, sobre os limites e contradições dos arquivos coloniais, permanecem válidas e atuais.

Entretanto, vale também trazer a reflexão sobre o cuidado com os arquivos em contextos pós-conflito, em especial com os pessoais. Como me relatou Marina Ribeiro Alkatiri na entrevista para esta pesquisa, o fato de os documentos que ela possui estarem fora de Timor-Leste foi fundamental para a preservação desses arquivos. A

²² Disponível em: <https://www.cidac.pt/index.php/quem-somos/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

²³ Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos>. Acesso em: 16 jun. 2024.

maior parte da documentação que a família guarda segue em Moçambique até hoje, propositalmente, pois tudo que ela havia levado para Timor-Leste em 1999, quando de seu retorno para o território, foi queimado em um atentado contra a sua casa em Díli, em 2006, durante um episódio de violência e crise política.

Alguns dos documentos analisados nesta pesquisa são arquivos institucionais do partido timorense, mas também de instituições portuguesas, como os jornais publicados à época, manifestos e documentos dos partidos, autobiografias publicadas e cartas das pessoas envolvidas. Além disso, há os relatórios sobre os estudantes timorenses em Lisboa, criados pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que monitorou as estudantes em vários momentos. Os arquivos pessoais também foram de grande importância, em especial as fotografias, e são apresentados no decorrer do texto.

Sobre o uso dessas fotografias, é interessante registrar o processo de identificação das pessoas nas fotos. Como grande parte das fotografias são de arquivos pessoais, muitas delas foram publicadas na rede social Facebook pelas próprias mulheres timorenses, ou por seus familiares e amigos. A partir da publicação, ocorre uma verdadeira discussão coletiva para se identificar, de forma precisa, quem são as pessoas nas fotos, buscando-se a ajuda de muitas pessoas que são contemporâneas e que, recorrendo à memória e a alguns fatos conhecidos de todos, logram finalmente resolver, com aval coletivo, quem são cada uma daquelas pessoas nas fotografias.

É importante ter em foco o cuidado ao se lidar com arquivos produzidos, de um lado, pelo poder colonial e, de outro, pelos atores envolvidos diretamente na luta política anticolonial. Existe a necessidade de mesclar, comparar e sobrepor versões diversas de um mesmo fato, para só então se buscar alguma linha de argumentação mais coerente com o que estamos analisando.

Pensando nas possibilidades de melhorar as análises com uso de métodos qualitativos, a ideia de triangulação de dados, segundo Flick (2009), pode ser apropriada no caso desta pesquisa. A triangulação, nesse caso, foi realizada com as entrevistas, os arquivos oficiais, os arquivos pessoais e as referências de estudos históricos, biográficos e analíticos já publicados sobre esse período e essas pessoas em questão. Assim, dentro das possibilidades existentes com as entrevistas e arquivos disponíveis, a triangulação ajuda a não tomar de forma inocente a fala das entrevistadas como única fonte, visto que cada pessoa traz suas impressões e

vivências para seus relatos, o que, neste caso, foi incorporado como algo que enriqueceu a pesquisa e, sempre que possível, outras falas e os arquivos foram utilizados para complementar ou ajustar as informações dos relatos. Assim, o olhar reflexivo e crítico frente a esses arquivos precisa sempre ser retomado e, além disso, o recurso às entrevistas foi de grande valia, como será detalhado a seguir.

Minayo (2001) nos lembra da importância das entrevistas semiestruturadas, ou abertas, que viabilizam a conversa entre entrevistadora e entrevistadas, ampliando reflexões e aprofundando temas que são importantes para a pesquisa. Nesse sentido, Heyman (2005) também nos chama a atenção tanto para os cuidados necessários ao se trabalhar com relatos de vida e história oral, quanto para as possibilidades de se registrar fatos ainda com pouca visibilidade e, até mesmo, de se romper com o que ela chamou de "invisibilidade dos arquivos femininos" (Heyman, 2020) por meio dos registros dessas histórias e vivências. As entrevistas permitem conhecer pontos de vista diversos sobre um mesmo acontecimento, ou saber detalhes, disputas e reflexões que não são possíveis de serem conhecidos pela análise de arquivos. Além disso, como o foco do interesse desta pesquisa recai sobre a trajetória, formação e histórias de vida dessas mulheres, as entrevistas foram um modo privilegiado de acessar essas narrativas e percepções.

É preciso destacar que não me pareceu possível estabelecer um roteiro único para entrevistar todas as pessoas, visto que o que mais me interessava era exatamente obter percepções e vivências de cada uma delas, a partir de seu lugar e atuação, seja na formação do partido ou na organização das mulheres, seja na vivência em exílio, ou mesmo em oposição às políticas e ideologias adotadas pelo partido. Assim, apesar de ter elaborado um roteiro para cada uma das entrevistadas, tive também plena consciência da complexidade de acessar esses relatos e me dediquei de forma intensa à reflexão sobre as construções, escolhas e apagamentos em relatos de história oral, especialmente por grupos de atuação política destacada.

Essas pessoas, em especial as mulheres entrevistadas, atuam ainda hoje no campo político timorense, ou possuem alguma influência nessa área e as disputas em torno dos termos e dos fatos são recorrentes e alimentadas inclusive pelas publicações de diversas biografias, pela valorização de um ou outro grupo político e mesmo pela adoção dos termos *maubere* e *buibere*, sendo sempre importante a reflexão sobre os usos e facetas da produção da memória individual e coletiva.

Além disso, lidar com memórias sensíveis, de contextos pós-guerra, envolve que as pessoas estejam dispostas a reviver, pelos relatos, suas dores e dilemas, não sendo um processo de entrevista banal (Heymann, 2005; Halbwachs, 1990). Por exemplo, todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa se emocionaram em algum momento de suas falas, pois estavam relatando a morte extremamente violenta de familiares e amigos. Por isso, ao solicitar as entrevistas, sempre tive o cuidado de considerar a disponibilidade não só de tempo das pessoas, mas de energia emocional. Enquanto uma pesquisa que se pretende decolonial, não seria possível tratar dos sofrimentos, alegrias, amores, vivências e trajetórias dessas pessoas de forma afastada ou objetiva.

Ao contrário, essa pesquisa mobiliza de forma ampla o subjetivo das percepções das pessoas envolvidas e, por isso, cada entrevista teve uma sensibilidade ímpar: das mais curtas, em que evidentemente as pessoas não queriam tocar em certos temas mais sensíveis – o que obviamente respeitei – até as mais longas, em que pude ser um canal de escuta para elaboração de dores e até mesmo de um desabafo para muitas dessas pessoas, em especial para as mulheres que não sentem ter espaço para falarem e relatarem as suas vivências de forma respeitosa e adequada.

Além das entrevistas que eu mesma realizei no período de pesquisa em Portugal, lancei mão de algumas que já haviam sido realizadas anteriormente, inclusive no período que vivi em Timor-Leste, entre os anos de 2012 e 2015, como a entrevista com o ex-Primeiro-Ministro, Mari Alkatiri, sobre formação da FRETILIN e o exílio em Maputo, e a entrevista com o embaixador Olímpio Branco, sobre sua atuação na Casa dos Timores e na Frente Diplomática. Também utilizei algumas entrevistas realizadas por colegas pesquisadores das temáticas timorenses, que gentilmente me disponibilizaram seu material para análise, em especial uma entrevista com Marina Ribeiro Alkatiri e José Soares, que o professor Daniel de Lucca realizou em Maputo no ano de 2019, bem como as entrevistas de Ana Pessoa e Pascoela Barreto, realizadas pela professora Teresa *Amal* Cunha, publicadas em seu livro “Sete mulheres de Timor” (Amal, 2005).

Sobre as entrevistas realizadas já com foco nesta tese, no ano de 2022, relato a seguir brevemente como cada uma aconteceu. Algo entrelaça todas as entrevistas que me foram concedidas: a mobilização entre as próprias entrevistadas para que eu conseguisse acessar as outras pessoas envolvidas no processo. Isso ocorreu das

mais diversas formas: algumas entrevistadas cederam o número de telefone das pessoas ou de seus familiares, outras fizeram ligações pessoais, mobilizando redes de contato para que eu fosse atendida e recebida.

Além disso, é impossível não ressaltar a emoção nos relatos e a genuína vontade de contar essas histórias, com todos os detalhes de que se lembraram, mobilizando nomes, datas, eventos e muitas vezes buscando confirmações com outras pessoas, para sanar alguma lacuna da memória. Aliás, a memória dessas pessoas me impressionou, pois, ao comparar os relatos com o que informavam arquivos e com as outras entrevistas, a história ia aos poucos se entrelaçando e, com pouquíssimas exceções, as datas, nomes e locais em que os fatos foram narrados estavam coerentes com todas as outras informações obtidas. O que se alterava, sem dúvida, eram os sentimentos de que se lembraram, as dificuldades que marcaram cada uma dessas pessoas e a percepção, a concordância ou discordância política e o ponto de vista específico de cada uma.

Pascoela Barreto me concedeu entrevista em Lisboa, graças à generosa intermediação do escritor timorense Luís Cardoso. Em mais de três horas de conversa em um parque de Lisboa, tive a oportunidade de me aprofundar em diversos temas sobre a atuação diplomática que ela e outras mulheres tiveram entre 1970 e 2002. Além disso, de forma sensível, ela compartilhou comigo algumas histórias pessoais e suas reflexões sobre o processo de independência timorense. Veremos sua história em detalhes no capítulo 1.

Marina Ribeiro Alkatiri me concedeu duas entrevistas, a primeira com cerca de três horas e a segunda, mais rápida, com uma hora de duração. Ambas aconteceram num restaurante na Praça do Rossio, em Lisboa, em momentos de folga da entrevistada na atuação como embaixadora de Timor-Leste para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Além dessa conversa, tivemos algumas outras no período em que estive realizando a pesquisa em Portugal, no entanto nossa relação vem desde 2012, quando cheguei em Díli e conheci sua família. Sua vivência, histórias e capacidade de articulação são admirados por todos e seu apoio para essa pesquisa foi essencial, tanto ao me colocar em contato com algumas pessoas quanto ao me ajudar a conseguir livros e materiais timorenses.

Adelina Tilman me concedeu entrevistas em formato virtual, pois vive atualmente em uma casa de cuidados médicos em Sydney, na Austrália. Mas eu só consegui acessá-la graças a intermediação de sua irmã, Ana Tilman, que vive em

Portugal. Adelina falou comigo em duas ocasiões, por meio de videochamada pelo aplicativo Messenger. Apesar de seu estado de saúde física exigir cuidados, sua memória e capacidade de argumentação e reflexão estão absolutamente intactos e a conversa com ela girou em torno tanto de sua atuação, quanto dos desafios que ela enxerga na política atual timorense.

Essas três mulheres foram fundamentais para que esta pesquisa se concretizasse, pois elas são protagonistas do que esta tese busca demonstrar. No entanto, precisei recorrer também a outras pessoas, que complementaram informações e trouxeram outros pontos de vista, enriquecendo as reflexões e narrativas. Sobre essas pessoas falarei com um pouco mais de detalhes ainda nesta introdução, pois as nossas protagonistas terão suas vidas bastante analisadas no decorrer de toda a tese, enquanto essas outras pessoas, que gentilmente me ajudaram e deram sua contribuição, serão apresentadas a seguir.

Luís Cardoso de Noronha, conhecido como *Takas*, é um escritor timorense radicado em Portugal. Nascido em 08 de dezembro de 1958 em Bobonaro, na fronteira oeste do então Timor-Português, filho de um enfermeiro luso-timorense, viveu em vários lugares da ilha de Timor e estava em Díli, cursando o Liceu, quando ocorreu a Revolução dos Cravos. Foi para Lisboa como bolsista para estudar na universidade em 1974 e cursou agronomia. Atuou em diversas ocasiões na frente diplomática timorense na Europa durante a guerra contra a Indonésia e acabou se tornando escritor, já na década de 1990, sendo da mesma turma na universidade que outros escritores famosos, como Eduardo Agualusa. *Takas* tem diversos livros publicados, todos com base na história e cultura timorenses e sua última obra, "O plantador de Abóboras", ganhou o prêmio Oceanos, em 2021. O escritor foi fundamental para essa pesquisa, concedendo entrevista durante a Feira do Livro, em Lisboa. Pelas diversas interrupções causadas pelas pessoas que vinham lhe pedir autógrafos, a entrevista durou várias horas, o que me possibilitou conviver com ele ao longo de uma tarde. *Takas* fez sua fala sempre em sua linguagem poética, aprofundando em detalhes a vivência em Portugal e sua relação com Rosa *Muki* e me indicando outras pessoas para conversar que foram fundamentais para a pesquisa.

Joana Ruas é portuguesa, jornalista e viveu em Timor-Leste em três ocasiões diferentes, tendo visitado o país inclusive no ano de 1973, ou seja, antes mesmo da abertura democrática e da criação dos partidos políticos. Ela me concedeu a entrevista de cerca de uma hora nos jardins da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, e, junto com

seus relatos e memórias da época, brindou-me com diversas considerações e análises presentes em seus livros sobre Timor-Leste.

Leonel Andrade é considerado timorense por diversos de seus companheiros da FRETILIN, no entanto, no âmbito legal, é português e moçambicano, apesar de ter fortes ligações também com a Índia, pois seu pai era oriundo da colônia portuguesa de Goa. Ele não nasceu em Timor, mas viveu por lá cerca de 15 anos, em sua juventude, antes de se mudar para Portugal para seguir com seus estudos. Frente à convocação para servir o exército português, sendo enviado para lutar nas guerras coloniais em África, conseguiu fugir e se exilar na Suécia, em 1970. A partir de então, passou a ser a voz de diversos partidos e organizações anticoloniais com os países nórdicos, entre eles o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e a própria FRETILIN. Depois de 1975, pode retornar para Lisboa, onde estreitou laços com as lideranças timorenses e passou a colaborar diretamente com a FRETILIN. Mais tarde, vai viver também em Moçambique e participa diretamente do Comitê de Ação da FRETILIN em Maputo. Por isso, seu relato é bastante interessante, pois traz informações diferentes e complementares às dos demais entrevistados. Ele me concedeu entrevista de cerca de uma hora na casa de suas filhas, em Coimbra, durante uma visita pessoal que fazia, pois segue vivendo em Maputo até os dias atuais.

Olímpio Branco foi embaixador de Timor-Leste no Brasil e me concedeu uma entrevista de cerca de uma hora e meia em formato virtual, via Google Meet. Ele teve ação destacada na Frente Diplomática Timorense, tendo atuado em Moçambique e em outros países, em especial junto à representação de Timor-Leste na ONU. Sua irmã, Alice Casimiro, viveu na Casa dos Timores em 1974 e fez parte do grupo pioneiro de estudantes timorenses em Lisboa.

Infelizmente, não foi possível conseguir entrevistas com Guilhermina Araújo e Ana Pessoa, ambas muito importantes nas histórias abordadas nesta pesquisa. Por questões pessoais e de saúde, mesmo com todo o apoio que recebi de várias pessoas para conseguir entrevistá-las, resta essa lacuna a ser preenchida: a narrativa delas em primeira pessoa, apesar de suas histórias serem fartamente citadas por todas as entrevistadas da pesquisa. Nesse sentido, assumindo um lugar ético de ouvinte e de parceira dessas mulheres, entendo que os momentos pessoais de cada uma são preciosos e seria incoerente de minha parte buscar uma entrevista "extrativista", que não condiz com a postura feminista e decolonial que busco adotar em toda a tese. Por

isso, vejo essas duas não-entrevistas menos como faltas da pesquisa e mais como a materialização dessa postura coerente com a ética feminista que, desde o início, escolhi traçar nesse trabalho. No entanto, sobre Ana Pessoa, tive a possibilidade de realizar uma intensa troca de informações e materiais, inclusive áudios e fotos, com seu filho, Rui da Silva Pinto, que muito gentilmente me ajudou com diversas passagens sobre a atuação dela, citadas no decorrer do texto.

No mais, agradeço imensamente a gentileza dessas pessoas que, além de dedicarem seu tempo para conversarem comigo, também aceitaram remexer em memórias nem sempre agradáveis, muitas vezes repletas de sofrimento, pela perda de entes queridos e pelas dificuldades enfrentadas. Nesse sentido, reforço que esta tese só existe porque diversas pessoas aceitaram compartilhar suas histórias comigo e busquei em cada página respeitar essa doação generosa que fizeram, de seu tempo, memórias e narrativas.

Texto e contexto

Gostaria de, desde o início, explicitar algumas das escolhas que fiz para a escrita deste texto. Sobre o tratamento dos arquivos, contei com a possibilidade atual de fotografar os documentos que ainda não estão digitalizados e pude organizá-los de forma a facilitar a consulta pessoal, junto com as entrevistas, com o uso de um *software* de tratamento de dados, o Atlas.ti. O uso dessa ferramenta se justifica pela necessidade de comparar constantemente as diversas narrativas com a documentação histórica e, além disso, o uso do *software* facilitou a codificação e análise qualitativa das entrevistas, possibilitando mesclar diversas falas, datas, nomes e termos utilizados pelas pessoas entrevistadas, ajudando o processo de organização e tratamento das transcrições e arquivos.

Outra escolha importante foi a de não ter um capítulo apenas de discussão teórica e outros de análise empírica. Essa decisão se dá tanto pela compreensão de que a separação entre a análise das narrativas e contextos e a produção teórica é uma divisão cartesiana colonial, que separa o pensamento abstrato das vivências concretas, o que não condiz com a realidade dos processos de construção de conhecimento, bem como com a percepção de que cada capítulo exigiria um olhar teórico diferenciado, para poder aprofundar de forma adequada a análise e discussão propostas.

Assim, cada capítulo tem uma sessão de contextualização política, com os fatos históricos que estavam ocorrendo e os principais desafios que o grupo de mulheres enfrentava sobre aquele tema ou naquele momento. Depois, há uma seção de discussão teórica, trazendo as lentes de análise para as narrativas exploradas sobre a temática, seguida de uma seção de análise dos acontecimentos a partir da perspectiva teórica apresentada, com as falas e narrativas propriamente ditas, seja a partir das entrevistas, seja com base em documentos históricos e fontes bibliográficas. No entanto, essa divisão não é uma barreira fixa, pois em alguns momentos a discussão teórica mobiliza os fatos históricos narrados e a análise contextual se entrelaça com a discussão teórica. Defendo que esse entrelaçamento é não apenas esperado, como salutar para a discussão, pois, de fato, teoria e análise estão intrinsecamente relacionadas.

Sobre a forma de me referir às protagonistas desta pesquisa, tentei, na maioria das vezes, utilizar o nome completo das mulheres, incluindo seus nomes de guerra, ou codinomes, como um segundo nome em itálico, pois os codinomes são palavras em língua tétum ou em outras línguas nacionais timorenses, ou seja, serão grafados como palavras estrangeiras (por exemplo, Rosa *Muki* Bonaparte). No entanto, algumas vezes não cito os sobrenomes, em especial quando o nome se repete diversas vezes no parágrafo, para tornar a leitura um pouco mais fluida.

Busco também utilizar uma linguagem inclusiva e feminista no decorrer de todo o texto e, sendo assim, mesmo quando me refiro a um grupo de mulheres e homens, para o qual tradicionalmente a língua portuguesa formal indica utilizar os pronomes e artigos no masculino, utilizo sempre a variação no feminino. Portanto, um grupo de estudantes composto por mulheres e homens, refiro sempre como "as estudantes" e assim quero demarcar o lugar de destaque das mulheres também no âmbito da linguagem.

Como forma de organizar esses relatos e análises, no capítulo 1 apresento a discussão sobre nacionalismos anticoloniais e o contexto timorense relacionado a esses debates, colocando luz sobre o papel das mulheres nesses movimentos nacionalistas. Também apresento inicialmente a trajetória de vida das mulheres protagonistas desta pesquisa. No capítulo dois, contextualizo o processo de formação educacional e política desse grupo de mulheres, compreendendo de que forma elas passaram a atuar politicamente e com quais influências e diálogos embasaram a construção do pensamento-ação político que desenvolveram. No terceiro capítulo,

apresento como parte do grupo, que retornou a Timor um pouco antes da invasão militar da Indonésia, concebeu e atuou nas campanhas de alfabetização da população timorense, bem como se organizou no território como grupo de mulheres atuantes pelos direitos igualitários e pela superação das desigualdades de gênero, tanto as advindas do processo colonial quanto as enraizadas na cultura tradicional timorense. A seguir, no quarto capítulo, trago a experiência do grupo de mulheres que ficou no exílio e atuou na dimensão cultural, tanto participando e organizando eventos quanto garantindo a coesão cultural dos timorenses e de suas famílias no exílio. Por fim, no quinto capítulo, trago a atuação das mulheres exiladas na política institucional em postos de extrema importância dentro do partido ou junto a governos estrangeiros, em organizações internacionais e nas Nações Unidas. Todas essas análises se unem para, por fim, demonstrar o nível de importância da atuação dessas mulheres no processo político, dialogando de forma integral com as ideias das pedagogias decoloniais como processos de aprendizagem teórica, reflexão política e ação organizada em diálogo intrínseco com a própria militância política.

Yuval-Davis (1997, p. 12), em sintonia com as reflexões acerca dos saberes localizados de Haraway (1995) de que o conhecimento é sempre proveniente de um ponto de vista e não pode ser concluído (Hill-Collins, 2019), reconhece que fala de um determinado ponto de vista e que, por isso, o saber que traz é incompleto e "não finalizado", bem como bastante situado, a partir dos exemplos que ela traz para o debate e a partir de suas vivências e perspectivas. No entanto, ela adiciona que o conhecimento ser "não finalizado" (*unfinished*) não significa que seja inválido, talvez pelo contrário, pois o saber científico parte do pressuposto de que não existem verdades completas e a ciência busca sempre questionar, ampliar ou testar aquilo que já sabemos. Da mesma forma, ao discutir sobre os "saberes localizados", Haraway (1995) nos lembra que, afinal, todo conhecimento é produzido por seres humanos, que estão localizados em suas respectivas histórias de vida, embasam-se em suas experiências subjetivas e expressam visões de mundo relacionadas com esse lugar.

Assim, minha pesquisa não tem como trazer uma visão que não esteja permeada das minhas vivências. Isso não significa, de forma alguma, uma invalidação desse conhecimento, mas sim uma ressalva de que os fatos, as falas, os documentos e os recortes aqui realizados são os de uma pesquisadora brasileira, mulher, branca, que viveu em Timor-Leste da forma que relatei. Busquei sempre ser honesta com as falas de minhas interlocutoras, em especial pelo respeito e admiração que tenho por

elas. No entanto, certamente não pude ser totalmente fiel ao que elas gostariam que estivesse narrado aqui, pois isso não é possível de ser feito por outras pessoas, já que cada narrativa é única e, em muitos aspectos, intraduzível.

1. *ITA NIAN BUIBERE*²⁴ OU MULHERES E NACIONALISMO TIMORENSE

Neste primeiro capítulo, busco contextualizar o Timor-Leste a partir do debate acerca dos nacionalismos anticoloniais, com base nas reflexões sobre a atuação das mulheres nessas lutas, em especial refletindo sobre os lugares nos quais historicamente elas são alocadas nos processos políticos, sua relevância e sobre como a narrativa oficial mobiliza suas imagens a favor de determinadas percepções políticas, mas não necessariamente em diálogo com a atuação efetiva das mulheres.

Com essa lente de análise, proponho reflexões a partir da formação nacionalista timorense para compreendermos os lugares permitidos às mulheres na narrativa nacionalista anticolonial. Isso posto, vou apresentar as mulheres que são as protagonistas da história pesquisada e que serão nossas guias durante todo o texto. A ideia central é expor suas socializações primárias até o momento em que começam a se entender como militantes políticas, envolvidas nos processos partidários e revolucionários.

1.1 Nacionalismo anticolonial timorense: *Maubere* ou *Buibere*?

Oriundo da língua Mambae²⁵, *Maubere* era, inicialmente, um nome próprio, que foi tomado pelos portugueses em tom pejorativo, como uma classificação das populações rurais, dos analfabetos e serviços locais, diferenciando-os de uma elite mestiça e dos próprios portugueses brancos. Seu par feminino, *Buibere*, passou pelo mesmo processo, nomeando as mulheres das camadas mais baixas do território, que realizavam serviços de limpeza nas casas dos portugueses. O uso do termo *maubere*, como uma subversão ao colonialismo e uma força de resistência política, desafia o discurso colonial dominante e foi utilizado contra o colonialismo português e contra a invasão indonésia – sendo termo referencial do nacionalismo timorense até os dias atuais (Sylvan, 1992; RDTL, 2002; Tribess, 2019).

O início do uso do termo de forma política e engajada, na luta nacionalista anticolonial timorense, é decorrente de discussões políticas entre as jovens lideranças que estavam formando os partidos timorenses no início da década de 1970 e, em

²⁴ Tradução livre da língua Tétum: "nossas mulheres", ou "nossas mulheres do povo".

²⁵ Mambae é uma das diversas línguas existentes na ilha de Timor consideradas línguas autóctones e que definem em grande medida os pertencimentos étnicos e religiosos da população timorense (Ximenes Belo, 2013; Thomaz, 2008).

especial, das publicações de José Ramos-Horta (Ramos-Horta, 1974) e dos poemas escritos por Francisco Borja da Costa (Costa, 2009) que, desde 1973, usa o vocábulo em diversos poemas políticos de sua autoria.

Dentre os textos poéticos de Borja da Costa estão “O povo maubere não pode ser escravo de mais ninguém” e “O grito do soldado maubere”, ambos, na época, publicados em folhetins e jornais do partido FRETILIN e na revista Seara, e organizados em coletânea póstuma por Luís Costa (2009). Nessas publicações é que surge o uso do termo *maubere* com uma conotação política nacionalista, ou seja, ele passa a ser um conceito de mobilização político-partidária. De forma concomitante, o poeta Inácio Moura utiliza o termo *buibere* em seus poemas que convocavam as mulheres para a luta nacionalista anticolonial. Hellen Hill, historiadora australiana que acompanhou o processo timorense no território em 1975, aponta para a importância da FRETILIN na formação de um movimento nacionalista nesse período, e afirma que o termo *maubere* torna-se parte fundamental desse nacionalismo crescente (Hill, 1978; Pinto; Jardine, 1997 p. 36; Leach, 2002 p. 43-44).

Canas Mendes (2005), Da Silva (2009; 2011) e De Lucca (2021a) destacam a importância da educação das elites locais timorenses para o processo de transformação política, junto com o contato com os nacionalismos anticoloniais africanos e a influência do pensamento de Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane, entre outros. A partir da década de 1960, a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, passou a ser um local importante de trocas e debates políticos que fomentaram as lutas anticoloniais para as colônias portuguesas na África (Cabaço, 2009 p. 287; Castelo, 2010), como veremos no capítulo 2 desta tese.

Esses debates mobilizaram os estudantes timorenses que, em contato com as ideias revolucionárias de esquerda, perceberam a possibilidade de um nacionalismo anticolonial timorense e começaram a imaginar Timor-Leste como um país independente (Araújo, 2012; Jolliffe, 1978; Da Silva, 2011). Os estudantes publicaram poemas, críticas e resenhas de cunho nacionalista, além dos textos e manifestos do partido, com base na reapropriação política dos termos autóctones, com a ideia de povo *maubere* e revolução *maubere* como fundamentais para a mobilização popular (FRETILIN, 1975; Leach, 2017).

O termo *buibere*, que é a mulher do povo, também ganha espaço político nesse contexto, mas de forma mais discreta do que o *maubere*. O vocábulo, trazido por Inácio Moura nos textos publicados nos jornais do partido, já enfoca a mulher que

participa da luta nacionalista anticolonial como ativa politicamente²⁶. No entanto, o uso político desse termo parece se resumir aos poemas de Inácio Moura e Borja da Costa. Interessante destacar que nem mesmo nos artigos escritos por Rosa Bonaparte no jornal do partido FRETILIN a ideia de revolução *buibere* é mobilizada.

Além das disputas sobre o uso destes termos, dado o recorte de classe que eles implicam, nas análises dos textos referentes às mulheres timorenses parece haver ainda maior necessidade de se utilizar vocábulos modernizantes, valorizando a inteligência e a mobilização política das mulheres. Assim, talvez, o uso do termo *buibere* não fosse bem recebido pelas próprias mulheres do partido naquele momento. A palavra só é retomada já no processo mais recente de recolha de depoimentos da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR, 2005) e, mais recentemente, torna-se o título do livro emblemático de recolha de histórias de vida das mulheres que foram parte da Organização Popular da Mulher Timorense²⁷ (OPMT, 2020).

No entanto, é nítido o fato de que o termo masculino é mais utilizado para adjetivar o nacionalismo anticolonial timorense, sendo o uso do *maubere* colocado como sinônimo de timorense, com forte recorte de classe, abarcando a população em geral, e utilizado inclusive na atual Constituição do país (RDTL, 2002). Essa adjetivação no masculino nos traz a reflexão sobre o lugar que as mulheres ocupam nessa construção nacionalista, mesmo quando nos referimos aos países que passaram por lutas anticoloniais e com organizações políticas revolucionárias de esquerda. Como nos provoca De Lucca,

De certo modo, a discussão em torno do significado e do uso do conceito perdura ainda hoje, revelando uma importante tensão existente, sobretudo em torno do caráter rural e popular da definição da nação. E se esta dimensão classista permanece contestada, por sua vez, o recorte de gênero implícito na palavra não parece ser alvo de questionamento. Tal diferença, sublinhada na masculinidade da palavra com seu prefixo “mau” (irmão), assinala o poder de gênero, afirmando que são os homens e seus irmãos (*mauberes*) – e não as mulheres e suas irmãs (*buibere*) – que fazem a nação e são por ela representados. A nomeação do povo como uma irmandade masculina revela elementos de uma imaginação nacional ligados a um regime sexista no qual as mulheres têm menor espaço de representação. Tratar-se-ia, como diz McClintock (2010:519), de um argumento tipicamente metonímico: os homens são contíguos uns aos outros e com o todo do conjunto nacional (De Lucca, 2016 p. 90).

²⁶ Veremos o poema de Inácio Moura, bem como o uso do termo *buibere* de forma mais aprofundada no capítulo 3.

²⁷ Este livro chama-se "*Buibere hamriik ukun-rasik-an*", ou "Mulheres *Buiberes* sustentam a independência", em tradução livre da língua tétum (OPMT, 2020).

Historicamente, as nações glorificam seus heróis, quase invariavelmente homens que, de alguma forma, tornam-se símbolos maiores de construção nacional, seja por meio de lutas, guerras, conquistas ou, mais raramente, de resistência política não-violenta, como no caso indiano. Esse imaginário das nações com seus "pais fundadores" pode ser analisado como parte do processo de modernização do mundo, ao menos na perspectiva ocidental. A modernidade, e com ela o advento do capitalismo já no século XVIII, em especial quando pensados como resultado do processo gerado a partir do marco das grandes navegações do século XVI e da exploração dos territórios e riquezas do continente americano, estão diretamente ligados a três pilares, em grande medida inseparáveis: o colonialismo, o patriarcado e a racialização (Quijano, 2000; 2005; Lugones, 2014).

No entanto, esses três pilares se utilizaram também da construção dos Estados-nações para atuarem. Se até hoje pensamos na colonização portuguesa, espanhola ou holandesa de territórios, isso nos aponta que o colonialismo, sendo um projeto europeu de exploração, organizou-se em torno de uma divisão nacional. Nesse intuito, a formação desses Estados-nações contou com processos violentos e, ao mesmo tempo, ideológicos e simbólicos para se concretizarem. Como esse processo está embasado nos três pilares citados, o colonialismo também dependeu da definição de papéis de gênero e de raça para submeter outras pessoas, de outros lugares, apropriando-se do trabalho de mulheres e de todas as pessoas que não fossem parte do cerne da formação capitalista. Assim, as nações europeias também nascem com base em raça e gênero. Não é de se surpreender que as poucas mulheres citadas nas histórias oficiais europeias, como rainhas ou santas, sejam adequadamente encerradas em imagens de bondade e beleza, de preferência na figura de maternidade ou, como define Patrícia Hill Collins (2019), em imagens de controle. Essas imagens controladoras do imaginário sobre as mulheres são bastante diferentes entre brancas e racializadas, entretanto sempre são utilizadas para subjugar a atuação social e política feminina nas diversas sociedades. Nos casos europeus, as imagens mobilizadas são da fragilidade, da maternidade e, junto com esta, de forma contraditória, da castidade e virgindade, refletida na figura da "Virgem Maria".

Yuval-Davis, em seu livro "Gender and Nation" (1997), e Caren Kaplan *et al*, em "Between Woman and Nation" (1999), discutem exatamente essas relações de

gênero e as formas como elas são afetadas pelos processos e projetos de construção nacional. Yuval-Davis (1997) destaca que a ideia de "mulheridade" ou de feminilidade (*womanhood*) é relacional com a ideia de masculinidade, que nos projetos nacionalistas está ligada à imagem do homem-herói, do líder político da nação ou de heróis de guerras. Um dos pontos centrais do argumento de Yuval-Davis é que a construção de nacionalidades envolve conhecimento específico de ambos os papéis de gênero e traz também funções bem determinadas para homens e mulheres nesses projetos nacionais. Essas funções acabam sendo reproduzidas nos estudos sobre nacionalismos, mesmo nos que buscam compreender as formações nacionalistas não europeias e até anticoloniais. A maioria dos autores, e mesmo autoras pesquisadoras dos nacionalismos, diversas vezes ignoram as questões de gênero, vendo o nacionalismo quase como um fenômeno que se estende de forma automática a partir das relações de parentesco ou étnicas – sem dúvida importantes – o que resulta no silenciamento do lugar das relações entre masculinidade e mulheridade/feminilidade nesse processo.

Benedict Anderson (2008, p.23), ao tecer o conceito de “comunidades imaginadas”, enfoca a historicidade das formações nacionais, em que a nação deve ser compreendida como uma “comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana”, ou seja, a construção de uma nação passa por um processo de “imaginação” coletiva que, ainda para Anderson, relaciona-se ao estabelecimento de uma língua comum – com grande importância da imprensa escrita circulando de forma recorrente entre certas camadas sociais – bem como vincula-se à definição de elementos religiosos e culturais. Para isso, certamente essa construção perpassa também pela oficialização de datas históricas e das figuras dos heróis nacionais.

Em Timor-Leste, a imaginação nacional é baseada em especial na união dos vários reinos contra o colonialismo e o imperialismo. Além disso, como apontou Anderson (2001), o nacionalismo timorense foi formado por questões sociais e culturais fortes, como a religião católica, herdada de Portugal e reforçada pela invasão indonésia, e pela língua tétum, tornada língua franca. Ainda segundo Anderson (2001), o nacionalismo timorense é forjado, principalmente, na luta anticolonial, primeiro contra Portugal e, posteriormente, contra a Indonésia. Vale destacar também que o contexto da invasão indonésia ao território, assim como a guerra de 24 anos que se seguiu, acabaram por gerar uma diáspora timorense, em exílio em diversos países, e a necessidade de formar alianças que dessem apoio a essa comunidade.

Pensando nessa construção nacional a partir do exílio, Amanda Wise (2004) analisa esse contexto pela ideia de “nacionalismo de longa distância”, contribuindo para uma imaginação coletiva sobre a possibilidade de um Timor-Leste independente, mas com referências distintas daquelas dos que permaneceram no território. Essas referências passam por diversos elementos culturais, como a dança, a música e a língua, mas também pela articulação política em torno da causa timorense. Nesse ponto, Wise acaba demonstrando a importância das mulheres nesse processo. Utilizando o caso das famílias timorenses em exílio na Austrália, ela identifica o potencial de articulação dessa comunidade no exílio, já que são as mulheres as responsáveis pela manutenção desses vínculos e da organização de eventos culturais que fortalecem a identidade nacionalista timorense. Sobre este ponto, veremos mais detalhes no capítulo 4, quando vamos analisar o lugar das mulheres de nossa pesquisa na atuação cultural no exílio.

1.2 Mulheres e nacionalismos anticoloniais

O debate sobre nacionalismos, em especial nos países não europeus, tem ainda outras dificuldades em relação ao papel das mulheres nessa construção e imaginação nacional. McClintock (1995) aponta que, com exceção de Frantz Fanon, os autores nacionalistas, mesmo os não europeus, não trazem a imagem das mulheres em seus escritos e, quando o fazem, é de forma metafórica, como as fronteiras do país, a terra mãe, ou na imagem da mulher amada a ser conquistada. Autoras como Nira Yuval-Davis (1997), Anne McClintock (1993; 1995) e Kumari Jayawardena (2016) destacam que é comum que os trabalhos sobre questões nacionais tragam a importância dos intelectuais e da burocracia estatal para a construção nacional, mas não citem as mulheres com as que reproduzem, inclusive biologicamente, cultural e simbolicamente as nações e seus ideais.

A partir dessas imagens, e usamos aqui em especial a ideia de imagem de controle (Hill Collins, 2019), Yuval-Davis e Floya Anthias (1989) identificam em sua argumentação cinco formas principais das mulheres serem implicadas nessas narrativas nacionalistas, todas elas bastante generificadas: as mulheres aparecem geralmente no lugar da reprodução biológica, como as "mães" romantizadas a serem protegidas por sua importância para criar "os filhos" (no masculino) da nova nação; aparecem também na reprodução de laços entre os grupos nacionais, reafirmando a

"irmandade" entre alguns deles, que se dá nas relações de casamento, na maioria das vezes. Outra forma que as mulheres aparecem nas narrativas nacionalistas é como transmissoras dos valores e cultura nacional, mas, nesse sentido, poucas vezes são vistas como criadoras, inventoras ou em qualquer papel ativo nessa cultura, mas sim como canal de transmissão dos valores e tradições. Esse papel de reproduzir os elementos culturais do povo e da nação é fundamental para entender também o destaque dado às mulheres no papel social de mães, como se fossem as únicas responsáveis pelo trabalho de cuidado e educação dos filhos e filhas, bem como coloca-se a questão da maternidade como uma missão pelo povo.

O corpo das mulheres está em constante disputa no plano político. Yuval-Davis (1997) aprofunda este debate, pensando na figura moral da mulher como representação dos valores de um grupo, suscitando a discussão sobre a questão dos corpos femininos como política nacional. Para a autora, o próprio comportamento ditado culturalmente para as mulheres traz em si representações nacionalistas e que buscam diferenciar as "nossas" mulheres das "outras". Ou seja, as mulheres que estão incluídas naquele grupo nacional e/ou étnico são valorizadas, mas ao mesmo tempo são objetos das disputas pelo controle dos corpos e das narrativas. Esse processo se dá simbolicamente, ou com violência concreta, como nos casos de estupro como arma de guerra, representando o ataque à coletividade encarnada na mulher do grupo rival, ou nas questões da nacionalidade de filhos de casais interracialis ou de países diferentes. Mesmo nas políticas de natalidade e saúde reprodutiva – de controle ou estímulo – os corpos das mulheres são foco de disputa e isto está diretamente ligado aos projetos nacionais.

Como vimos, as mulheres desempenham papéis cruciais nas reproduções biológicas, culturais e políticas de coletividades nacionais e outras. Mas mais do que isso, as relações de gênero revelaram-se significativas em todas as dimensões dos projetos nacionais – seja na dimensão da *Staatnation*, ou seja, nas dimensões de gênero da construção da cidadania; *Kulturnation*, ou seja, a dimensão de gênero da construção cultural das coletividades e das suas fronteiras; ou *Volknation*, em que o controle das mulheres como reprodutoras biológicas tem como objectivo controlar o tamanho real de várias coletividades maioritárias e minoritárias²⁸ (Yuval-Davis, 1997 p. 26 – tradução própria).

²⁸ "As we have seen, women play crucial roles in biological, cultural and political reproductions of national and other collectivities. But more than that, gender relations have proved to be significant in all dimensions of national projects—whether it is the dimension of *Staatnation*, i.e. the gender dimensions of the construction of citizenship; *Kulturnation*, i.e. the gender dimension of the cultural construction of collectivities and their boundaries; or *Volknation*, in which the control of women as biological reproducers has been aimed at controlling the actual size of various majority and minority collectivities" (Yuval-Davis, 1997 p. 26).

Outro papel vital atribuído às mulheres é o de significantes simbólicos da diferença nacional, ou seja, ao reafirmar o valor, a moral, a beleza, a pureza e a força das "nossas mulheres", os homens nacionalistas, e muitas vezes também os e as intelectuais que pensam esses nacionalismos, colocam as mulheres novamente nas imagens de controle, enquanto símbolos da superioridade, ou ao menos da singularidade daquela nação. Como reforça McClintock (1995),

As mulheres são representadas como o corpo atávico e autêntico da tradição nacional (inerte, retrógrada e natural), incorporando o princípio conservador de continuidade do nacionalismo. Os homens, por outro lado, representam o agente progressista da modernidade nacional (impulsivo, potente e histórico), incorporando o princípio progressista ou revolucionário de descontinuidade do nacionalismo. A relação anômala do nacionalismo com o tempo é, portanto, administrada como uma relação natural com o gênero (McClintock, 1995 p. 359).

Nesse ponto, talvez entrem em cena algumas diferenças importantes dos nacionalismos anticoloniais porque eles trazem, via de regra, a imagem da mulher mais eficaz, construída também como guerrilheira, ocupando o lugar da "nova mulher"²⁹ revolucionária que, junto com o "novo homem", conquistará a liberdade. A discussão no "Homem Novo" soviético, por exemplo, ou a Revolução Cultural chinesa foram sempre embasadas na necessidade ideológica de modernizar a cultura atrasada e criar um novo ser humano, moderno e socialista, liberto das amarras do tradicionalismo, por exemplo. Assim, surge de forma mais veemente nos nacionalismos do terceiro mundo, com as guerras de independência dos países então colonizados, o lugar das mulheres como participantes ativas nas lutas nacionalistas. Esse lugar tem maior atuação política, pois revela e destaca o papel feminino tanto na logística e no apoio às guerrilhas, mas também como guerrilheiras e até comandantes de batalhões de guerra.

Como uma especificidade das lutas nacionalistas anticoloniais, as mulheres se inseriram desde o início na luta, como parte das organizações políticas e das guerrilhas, não apenas como apoio ou responsáveis pela alimentação das tropas, por exemplo, mas também como atuantes na luta armada e nas frentes das guerras. Esse

²⁹ Como exemplos importantes ver os discursos de Eduardo Mondlane (1977), Samora Machel (1974; 1977).

sobre o papel da mulher na luta revolucionária, por exemplo, ou a frase atribuída a Mao Tsé Tung, "As mulheres sustentam metade do céu". Além disso, o texto de Thomas Sankara, "Women's liberation and the African freedom struggles" (2007 [1985]) é bastante ilustrativo dessa visão compartilhada.

padrão é percebido mesmo décadas antes, nos movimentos nacionalistas em outros países asiáticos, como demonstra Jayawardena (2016):

É no contexto da resistência ao imperialismo e às diversas formas de dominação estrangeira, por um lado, e às monarquias feudais, aos governantes locais exploradores e às estruturas patriarcais e religiosas tradicionais, por outro, que deveríamos considerar o movimento democrático pelos direitos das mulheres e as lutas feministas que surgiram na Ásia. Os estudos nacionais (...) mostram que as lutas pela emancipação das mulheres foram uma parte essencial e integrante dos movimentos de resistência nacionais. Em todos estes países [Irã, Afeganistão, Índia, Indonésia, Filipinas, Vietnã etc.] a 'questão da mulher' apareceu com força durante o início do século XX³⁰ (Jayawardena, 2016, p. 28 – tradução própria).

Da mesma forma, as contradições entre os ideais revolucionários e nacionalistas, que buscavam formar o "novo homem" e a "nova mulher", e o poder tradicional local aparecem de forma marcada na pesquisa desenvolvida por Jayawardena (2016). Os grupos reformistas, que buscam estabelecer as diferenças nacionais, apostam na imagem das mulheres de forma a representar ao mesmo tempo um povo "civilizado" para os padrões ocidentais, mas que também garanta a imagem da mulher daquela cultura específica, diferente das mulheres de outros povos, num movimento similar ao que McClintock e Yuval-Davis apontam em seus escritos.

No caso timorense, bem no de diversos países em luta anticolonial, é importante entender o Estado também como uma forma de atuação das mulheres, como destaca Teresa Cunha (2014),

A independência política das colônias e a conseqüente emergência de novos Estados-nação é hoje uma problemática à qual as feministas conferem uma notável importância analítica e teórica. O Estado visto pelas feministas ocidentais como mais uma criatura do sistema patriarcal tende a ser negligenciado como uma entidade geradora de possibilidades efetivas de emancipação das mulheres para além das conhecidas estratégias de inclusão liberal. (...) As mulheres, longe de estarem ausentes dos processos de resistência, Luta Armada e construção do Estado independente, desenvolveram atividades de oposição, negociação, luta e reivindicação estratégica, forjando e forçando várias intersecções entre as suas funções privadas e o seu papel público alterando de forma significativa os seus entendimentos acerca de si e do seu papel social e político no contexto da independência (Cunha, 2014, p. 35).

³⁰ "It is in the context of the resistance to imperialism and various forms of foreign domination on the one hand, and to feudal monarchies, exploitative local rulers and traditional patriarchal and religious structures on the other, that we should consider the democratic movement for women's rights and the feminist struggles that emerged in Asia. The country studies (...) show that struggles for women's emancipation were an essential and integral part of national resistance movements. In all these countries, the 'woman question' forcefully made its appearance during the early 20th century" (Jayawardena, 2016, p. 28).

Assim, existe uma contradição que se coloca entre o papel político ativo que as mulheres protagonizaram nessa luta e o passivo vitimista que muitas vezes prevalece no imaginário social, sendo a forma com que são retratadas mesmo as mulheres que lutaram na guerrilha, pegaram em armas contra os invasores e atuaram de forma decisiva para a construção desse nacionalismo timorense. Esse lugar de vítima é estabelecido quase sempre pelos olhos de homens, sejam eles timorenses ou ocidentais, e reifica o lugar da mulher na sociedade, apelando a ideais nacionalistas repletas de machismo. E, para além da dimensão do controle, os direitos e deveres de cidadãos de um país, de uma nação, também se definem de formas distintas em relação aos gêneros. Yuval-Davis (1997) traz como exemplo justamente a questão da entrada das mulheres na atividade militar e esse debate nos interessa de forma especial. Segundo a autora:

No entanto, a participação das mulheres nas forças armadas pode corroer uma das construções culturais mais poderosas das coletividades nacionais – a de “mulheres-e-crianças” (Enloe, 1990) – como a razão pela qual os homens vão para a guerra, e há algumas evidências de que, pelo menos durante algum tempo, a participação ativa das mulheres nas forças armadas e nas lutas de libertação nacional pode capacitá-las social e economicamente de novas formas³¹ (Yuval-Davis, 1997, p. 25 – tradução própria).

Existem aqui dois argumentos interessantes para nossa discussão. O primeiro é legitimar a guerra, feita pelos homens, como sendo realizada para defender as mulheres e as crianças da nação. O segundo seria um certo esvaziamento da primeira ideia com a entrada das mulheres no exército e a capacitação delas para uma atuação igualitária na sociedade. O caso timorense se apresenta de forma instigante para essa reflexão, pois a luta pela independência do país se colocou desde o início como uma luta pela libertação do “povo *maubere*”, primeiro da opressão colonial e depois da invasão estrangeira, sendo a libertação das mulheres uma parte desse processo de libertação nacional, como veremos na análise dos textos de Rosa *Muki Bonaparte* mais adiante.

³¹ Nevertheless, the participation of women in the military can erode one of the most powerful cultural constructions of national collectivities—that of ‘womenandchildren’ (Enloe, 1990) — as the reason men go to war, and there is some evidence that, at least for a while, the active participation of women in the military and in national liberation struggles can empower them socially and economically in new ways (Yuval-Davis, 1997, p. 25).

No entanto, a ação das mulheres na guerrilha não significa que sejam depois igualadas aos homens, valorizadas após a conquista da Independência ou que isso se reflita em uma igualdade de gênero conquistada a partir da camaradagem na luta armada. Passada a luta, a imagem da mãe ressurgiu nos discursos nacionais e no imaginário, em especial após a Independência, como elemento de mobilização junto ao Ocidente e como conformação das novas elites nacionais. Como nos mostram Teresa Cunha (2006) e Isabel Casimiro (2014) no caso de Timor-Leste e Moçambique, a paz na terra muitas vezes significa a guerra em casa para essas mulheres, ou seja, a violência deixa de ser algo do âmbito público, como era no tempo da guerra, mas segue ocorrendo dentro das casas, com a violência doméstica e a opressão de gênero.

Para pensarmos a partir da perspectiva das comunidades imaginadas, McClintock (1993; 1995) afirma que, sim, os nacionalismos são imaginados, mas são também relações práticas e concretas de disputa e de poder, inventadas e performadas, o que envolve, de forma central, a invenção e performance das mulheres nesse processo. Para ela, “o nacionalismo torna-se desta forma radicalmente constitutivo das identidades das pessoas, através de disputas sociais que são frequentemente violentas e sempre de gênero” (McClintock, 1995, p. 353).

Segundo Jayawardena (2016, p. 44), o desenvolvimento mais importante para o movimento feminista na Ásia durante o século XX foi a emergência de organizações de mulheres e associações ligadas a grupos políticos que tiveram papel importante nas lutas nacionalistas. Assim, essas organizações estavam diretamente ligadas aos partidos e movimentos revolucionários – com todas as limitações e potencialidades dessa conexão. O fator mais marcante da agitação nacionalista e revolucionária inicial nos países que ela estuda é que mulheres de todas as classes saíram às ruas para se manifestar sobre questões de interesse nacional. Nesse sentido, a utilização da imagem das mulheres para a legitimação da luta nacionalista foi de grande importância. Para pensarmos na formação nacionalista timorense e na atuação das mulheres nesse contexto, Loney (2015) nos lembra que muitos dos estudos desenvolvidos anteriormente sobre o nacionalismo timorense não consideravam a atuação das mulheres,

Estudos anteriores sobre o nacionalismo inicial de Timor-Leste não levaram em conta adequadamente os papéis e experiências das mulheres na formação da ideologia nacionalista e em sua prática. Observadores estrangeiros que

visitaram o Timor Português para observar os processos de descolonização em 1974-75, como Helen Hill, Jill Jolliffe e James Dunn, publicaram relatos informativos da história de Timor-Leste à luz da descolonização e da iminente invasão indonésia. (...) Os poucos estudos que foram escritos sobre o movimento das mulheres timorenses situam-se na aparentemente inescapável, mas historicamente adequada, esfera de resistência ao domínio indonésio. (...) No período pós-independência de Timor-Leste, acadêmicas como Irena Cristalis e Catherine Scott, Sara Niner, Sofi Ospina e Susan Harris Rimmer escreveram sobre as origens do pensamento feminista em Timor-Leste. (...) Como tal, não existe nenhum relato teoricamente informado e substancial da relação entre feminismo e nacionalismo durante o período formativo da sociedade colonial tardia e da descolonização (...). Consistente com as observações mais amplas de Cynthia Enloe sobre gênero e nacionalismo, as histórias específicas das lutas das mulheres timorenses foram predominantemente suprimidas por narrativas e relatos masculinistas e nacionalistas (...)³² (Loney, 2015, s/p. – tradução própria).

Loney (2015) é precisa ao destacar a visão masculina do processo nacionalista timorense, bem como o crescente surgimento de trabalhos sobre as mulheres e as questões de gênero em Timor-Leste, em especial no que tange à agenda internacional de igualdade de gênero no século XXI. No entanto, é fundamental retroceder um pouco na linha do tempo das análises, como Loney também propõe, pois existe uma tendência de que as histórias das mulheres envolvidas na construção nacional timorense, suas lutas, conquistas e demandas tenham sido de forma recorrente suprimidas pela visão dos homens e, como vimos nas discussões apresentadas acima, as histórias nacionais são, em sua maioria, pautadas pela visão masculina da história. Nesse sentido, Cunha (2014) questiona a possibilidade da colonialidade tomar conta por completo das narrativas e dos corpos, e aponta que há muitas brechas e fissuras para que a força e ação das mulheres seja vista, ouvida e, quem sabe, compreendida.

No processo de construção nacional, as mulheres timorenses sempre tiveram papel fundamental, seja na formação do partido revolucionário e nos debates políticos

³² "Previous studies of early East Timorese nationalism have not adequately accounted for the roles and experiences of women within the formation of nationalist ideology and in practice. Foreign observers who visited Portuguese Timor to observe the decolonisation processes in 1974–75, such as Helen Hill, Jill Jolliffe and James Dunn, published informative accounts of East Timor's history in light of decolonisation and the impending Indonesian invasion. (...) The few studies that have been written about the East Timorese women's movement are situated within the seemingly inescapable, yet historically apt, sphere of resistance to Indonesian rule. (...) In East Timor's post-independence period, scholars such as Irena Cristalis and Catherine Scott, Sara Niner, Sofi Ospina, and Susan Harris Rimmer have written about the origins of feminist thinking in East Timor. (...) As such, there exists no theoretically informed, substantial account of the relationship between feminism and nationalism during the formative period of late colonial society and decolonisation (...). Consistent with Cynthia Enloe's broader observations of gender and nationalism, the specific histories of East Timorese women's struggles have predominantly been suppressed by masculinist, nationalist narratives and accounts (...)" (Loney, 2015, s/p.).

que deram fôlego ao sentimento nacionalista, seja na comunicação com o exterior nos primeiros anos de resistência, seja na guerrilha e luta armada propriamente dita, bem como na logística e trabalho de apoio à guerrilha, a chamada Frente Clandestina (Cunha, 2006; Loney, 2015; Cristalis; Scott, 2005; Joliffe, 1978). Como destaca Cunha (2014),

Também no caso de Moçambique e Timor-Leste os contributos para a luta de libertação promoveram a legitimidade de muitas mulheres na participação política, a visibilidade, destaque e respeito e é condição de inclusão das mulheres nas mais altas esferas de governação, aproximando-as do centro da narrativa da construção material e simbólica dos Estados nacionais (Cunha, 2014, p. 36)

No entanto, muitas vezes as imagens das mulheres acabam se resumindo a fotos de corpos esqueléticos e famintos apresentadas às Nações Unidas em denúncias contra torturas ou nos relatos das constantes violências específicas contra elas, como estupros e escravidão sexual. Os relatos das mulheres como vítimas são abundantes e corroboram para criar o imaginário que as coloca no lugar no qual o colonialismo e o patriarcado querem que elas se limitem, o de vítimas passivas (Cunha, 2006).

Sem me deter neste ponto, pois já foi explorado por De Lucca (2016) e Batista (2016; 2017), é importante perceber que mesmo as representações museológicas em Timor-Leste atualmente, seja no Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT), seja no Memorial de Balide³³, apontam para as figuras femininas no lugar das vítimas das torturas mais abjetas, bem como têm enfoque que algumas vezes beira a fetichização da tragédia (Batista, 2017), ao narrar as violências sofridas sem uma reflexão mais cuidadosa acerca das complexidades políticas envolvidas. É importante ressaltar, contudo, que esse é um fato não exclusividade timorense, mas que faz parte de um processo de roteirização turística da tragédia (*dark tourism*) e que, no caso da formação das identidades nacionais, desempenha um papel importante para a homogeneização dos discursos históricos sobre a nação e a nacionalidade. Como aponta Anderson no texto "Censo, mapa, museu" (Anderson, 2008), o museu e a

³³ Ambas as instituições desempenham papel de pesquisa, arquivo e possuem mostras permanentes, visitadas por estudantes e turistas, contando as histórias dos conflitos e construindo uma narrativa nacional, que segue fortemente em disputa. O Arquivo e Museu da Resistência Timorense desempenha papel de museu oficial, enquanto o Memorial de Balide guarda os arquivos da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, que buscou pacificar os diversos grupos no território após a restauração da independência, bem como validar as histórias de vida e servir como processo de reparação histórica às vítimas do conflito.

"imaginação museológica" são também profundamente políticos e criam uma imagem gloriosa e heroica junto à população do Estado em construção.

Como constata De Lucca (2016, p. 239), em um roteiro extenso no AMRT, apenas uma foto, que retrata crianças e mulheres em treinamento no mato, é "talvez (...) a única imagem na qual o gênero feminino é representado em meio a uma narrativa museográfica essencialmente masculina". E, como debatemos anteriormente, as autoras mais atentas a esse processo apontam o lugar das imagens que as mulheres ocupam nesse processo como algo fundamental para compreendermos também o lugar delimitado à atuação feminina nas novas nações em construção.

Assim, a próxima seção deste capítulo propõe apresentar as mulheres que nos guiam nesta pesquisa a partir da discussão sobre o lugar das mulheres na construção dos nacionalismos e, a partir de agora, apontando para a atuação delas num processo ativo de organização política, cultural, educacional e diplomática. Para que tenhamos explicitado também de que mulheres estamos falando e de qual contexto elas vêm, essa apresentação a partir de suas vivências é fundamental, ajudando a localizar as histórias que serão analisadas a seguir.

Teremos especial enfoque no contexto da segunda metade do século XX em países colonizados, então chamados de "Terceiro Mundo", procurando, aos poucos, jogar luz em algumas partes de processos bastante complexos que fizeram com que elas se tornassem pessoas importantes na conquista da independência timorense, na organização política e partidária, nas ações diplomáticas e na consolidação do nacionalismo *Maubere*, como é referido na história oficial. Como categoria, chamo essas mulheres protagonistas desta tese de *Buibere*, reforçando assim o lugar delas enquanto a outra face dessa história, a parte das mulheres, que com os ideais de independência e libertação, atuaram politicamente e construíram juntas os caminhos dessa luta, trazendo para o foco do debate a questão dos direitos das mulheres e o ideal de igualdade. Acredito que, se vivêssemos em um mundo menos misógino, certamente seria também este um nacionalismo *Buibere*.

1.3 Buibere

Esta pesquisa tem como ponto inicial da análise o período da década de 1970, por isso resumi brevemente a história de Timor-Leste até aqui para, a seguir, passar a apresentar de forma mais cuidadosa as mulheres que serão nossas anfitriãs durante

todo esse texto. Se entendemos, como discutido anteriormente, que o processo de construção nacional, mesmo em contextos anticoloniais e revolucionários, passa por um apagamento e/ou silenciamento do lugar das mulheres nessa empreitada, encerrando-as nas imagens de controle que são mais confortáveis e úteis para um nacionalismo patriarcal, trazer a história de vida das mulheres que foram protagonistas de diversas ações políticas no processo de construção nacional timorense nos ajuda a ter outras visões e vislumbrar novas perspectivas desse processo. A seguir, destaco alguns acontecimentos mais significativos na vida política e pessoal de cada uma das mulheres em foco nesta pesquisa, para que possamos compreender os caminhos que as levaram à atuação e as circunstâncias que enfrentaram durante os anos de luta pela independência timorense.

1.3.1 Pascoela Barreto

Fotografia 1: Pascoela Barreto com seu filho em Lisboa (1974)



Fonte: Arquivo pessoal.

Conforme a entrevista concedida para esta pesquisa, Pascoela Barreto Guterres dos Santos nasceu em Bazartete, no distrito de Liquiçá, a oeste da capital Díli, no então Timor Português, em junho de 1946. Sua história abre esse texto pois, das mulheres que fazem parte dessa pesquisa e que me confiaram suas histórias de vida, ela foi a primeira a sair de Timor (antes de ser Timor-Leste) e iniciar sua trajetória em Portugal. Em 1964, Pascoela recebeu uma bolsa de estudos no Liceu para passar

três semanas junto a diversas estudantes das colônias portuguesas na metrópole. Seu deslumbramento se deu ao ver, pela primeira vez, aquilo que aprendia na escola: o relevo da metrópole e as estradas de ferro portuguesas. Sobre Timor, estudavam apenas a respeito do Monte Ramelau, considerado o ponto mais alto do império português. Esse vislumbre de um mundo bem maior do que a sua ilha aguçou ainda mais a vontade de aprender e estudar. Diante disso, Pascoela seguiu com os estudos. Ela ouviu falar que seriam concedidas bolsas para formar professoras e logo se inscreveu para prestar os exames e conquistar uma delas. Foi então que viajou para Portugal pela segunda vez, em 1965, agora por mais tempo, para fazer o curso de magistério primário.

Pascoela Barreto: Quando cheguei a Portugal comecei assim a tomar contato com as pessoas que era outro mundo! Podia trocar opiniões, não se podia falar muito, mas podia conhecer melhor outras... ter outros relacionamentos, ter, conhecer outros hábitos diferentes, outra gente, outra cultura. A minha grande impressão foi quando eu saí para o intercâmbio. Nós fizemos uma paragem em Londres. Olha, a minha admiração... era gente, gente, gente e eu... mas isto é um sonho ou o quê? Eu nunca tinha visto tanta gente na minha vida! (entrevista, 2022).

Ao voltar para Timor, já formada como professora, foi enviada para dar aulas em Maliana (na fronteira oeste, com a Indonésia), onde conheceu seu futuro marido, que atuava no serviço militar português. Em 1970, regressou a Portugal, desta vez na condição de esposa e, talvez por isso, viveu o que considera o momento mais difícil em termos de adaptação ao país. Ela queria dar aulas, mas logo teve seu filho e tinha receio de ser enviada para algum município distante de Lisboa para trabalhar. Com isso, acabou ficando 3 anos em casa, realizando os trabalhos de cuidados da família. Em 1973, soube de um concurso para a Direção-Geral de Transportes Terrestres. Era uma vaga em escritório, não para dar aulas, mas em Lisboa, perto da família. Pascoela estudou, fez os exames e foi aprovada. Permaneceu neste trabalho pelos 20 anos seguintes, onde se sentia bem acolhida. Suas colegas de trabalho muitas vezes ajudavam financeiramente com as campanhas em prol de Timor-Leste ou para acudir as estudantes timorenses que estavam passando necessidades em Portugal.

Durante a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1975, a situação de Portugal se altera drasticamente e então Pascoela passa a ouvir falar sobre a independência das colônias, sobre os processos políticos em curso em Timor-Leste e vai paulatinamente se envolvendo com esses movimentos. Ela relata que não tinha

nenhum conhecimento de política, mas foi arrastada pelos acontecimentos e, pela proximidade com suas conterrâneas, as estudantes que estavam discutindo a independência timorense nos movimentos em Lisboa e na Casa dos Estudantes Timorenses, ela começou a participar de manifestações e teve seus aprendizados políticos estruturados na prática, durante o período revolucionário em Lisboa.

Sua irmã, Isabel Barreto, também teve papel importante, tanto para o envolvimento de Pascoela com a política, quanto para a luta timorense. Isabel casou-se com Nicolau Lobato, um dos fundadores da FRETILIN e uma de suas principais lideranças, sendo nomeado primeiro vice-presidente de Timor-Leste em 1975. Conhecida como Isabel Lobato, foi também militante da FRETILIN e responsável, entre outras ações bastante simbólicas, por costurar a primeira bandeira do país. No decorrer desse texto, veremos que Pascoela aprendeu muito sobre política também com seu cunhado, que esteve em Portugal em 1974 e buscou fomentar alianças, tanto com a esquerda portuguesa quanto com os líderes dos países africanos recém-independentes, como Moçambique e Guiné Bissau. Ele também liderou a guerrilha no território até sua morte, em 1979. Infelizmente, Isabel foi assassinada logo no primeiro dia da invasão indonésia.

Aqui começamos a trançar a história de Pascoela com as histórias de várias outras pessoas que fazem parte dessa pesquisa, em especial as mulheres que protagonizam este estudo, por meio da Casa de Timor. Como veremos no capítulo 2, foi nesta Casa que Pascoela passou a aprender sobre política, a se envolver nas manifestações e a ser uma base estratégica para todos os timorenses nacionalistas que passaram por Portugal. Veremos, no decorrer de seus relatos, que ela coordenou diversas atuações da Frente Diplomática e, após a conquista da independência, foi a primeira embaixadora timorense em Portugal. Tendo atuado como embaixadora também no Vietnã, mais recentemente. Atualmente, Pascoela está aposentada e vive nos arredores de Lisboa, onde seu filho e seus netos também moram.

1.3.2 Rosa Muki Bonaparte

Fotografia 2: Rosa Muki Bonaparte em Díli (1975)



Fonte: Arquivo FRETILIN/ Casa Comum.

Rosa Bonaparte Soares nasceu em fevereiro de 1957, no distrito de Manatuto, que fica entre a capital Díli e a segunda principal cidade do país, Baucau. Ela estudou na escola das madres Canossianas, no distrito de Viqueque (região centro-leste de Timor), e depois fez os estudos secundários em Díli. Ali obteve bolsa de estudos para cursar economia e finanças em Lisboa no ano de 1973, no âmbito do incentivo português à formação universitária de jovens timorenses, na década de 1970. *Muki*, como era chamada pela família e pelas suas amigas e como a chamaremos daqui por diante, chegou em Lisboa e logo se envolveu com o movimento político da metrópole em meio à efervescência política do contexto da Revolução dos Cravos.

Ela primeiro viveu em uma residência universitária para mulheres, onde gostava de ler e ouvir músicas de Janis Joplin. Como me contou Luís Cardoso, na entrevista para esta pesquisa,

Luís Cardoso: Anos mais tarde, encontrei uma senhora, professora, que viveu conjuntamente com a Rosa na Residência. E conversamos de coisas que eu não conhecia. Por exemplo, uma das coisas que ela dizia que a Rosa, quando chegava, ouvia uma das músicas, naqueles gravadores de K7s, que chegava e ouvia a cantora americana que cantava Bobby McGee.

Camila Tribess: Janis Joplin! [risos]

Luís Cardoso: Sim, Janis Joplin. Diz que quando chegava lá ao quarto, porque as duas partilhavam o mesmo quarto, e ela punha essa música e eu nem sabia,

ela nunca dizia. Portanto, era uma coisa só dela, da mulher que gostava imenso de uma canção, que nunca me disse que ouvia essa música. Portanto, há esse lado íntimo... e, portanto, pronto, eu adoro essa canção. Podia ter-me dito, na altura não disse, mas eu também adoro Janis Joplin. (...) Éramos jovens, queríamos namorar e fazer coisas de vinte e tal anos, mas caímos no meio de uma revolução e isso é muito complicado (entrevista, 2022).

Em meio a este contexto revolucionário do qual Luís Cardoso nos fala, *Muki* tornou-se parte da Casa dos Timores e, segundo Marina Ribeiro Alkatiri me contou na entrevista, ela também participou da tomada da Casa, o que é confirmado em outros estudos e relatos (OPMT, 2020). Luís Cardoso, que inclusive foi namorado de *Muki* quando ambos estudavam em Portugal, conta:

Luís Cardoso: Porque a Rosa Bonaparte, ou *Muki*, do ponto de vista político era uma pessoa com muito mais conhecimento.

Camila Tribess: Ela já veio pra cá e já estava envolvida na política?

Luís Cardoso: Ela veio antes do 25 de abril e já estava cá envolvida nas lides políticas e, portanto, foi ela que me deu certas luzes sobre a política. Participávamos das reuniões e manifestações, porque na altura também começou a haver em Portugal movimentos de apoio às independências das colônias e de todas as vezes que havia de ir fazer uma manifestação, nós os timorenses também lá íamos e acontecendo o contrário também, pois junto apoiavam a nós quando havia manifestações de Timor. E, portanto... lembre-me perfeitamente que nessa altura a Rosa era uma pessoa já muito envolvida (entrevista, 2022).

Essa atuação política e sua capacidade de articulação fizeram com que *Muki* se tornasse parceira das outras mulheres timorenses que estavam em Portugal naqueles anos, bem como uma liderança destacada na Casa dos Timores.

Luís Cardoso: Eu quando a conheci ela já estava uma pessoa consciencializada, uma pessoa muito consciente do que fazia, daquilo que queria, portanto pra mim foi muito importante porque a minha aprendizagem política foi com ela. Para além das coisas do amor, essas coisas foram tudo com a *Muki*, que me ensinou muita coisa, entre as quais a política. E ela era uma pessoa muito firme, sabia o que queria. Eu era uma pessoa que tava ali e pronto, mas ela não, era muito convicta, sabia o que queria, mas isso devido a uma formação que teve com os outros colegas que cá estavam também, como o César Mau Laka, Carvarino, todos eles antes do 25 de abril...

Camila Tribess: Na família dela não tinha essa tradição de participação política?

Luís Cardoso: Não, acho que foi aqui em Portugal. Foi com esses estudantes que ela aprendeu, com o Roque Rodrigues também. (...) Ela era uma pessoa muito... sabia o que queria, tinha uma convicção muito grande (entrevista, 2022).

Rosa *Muki* atuou como liderança na Casa dos Timores. Segundo as entrevistas e outras autoras que escreveram sobre sua vida (OPMT, 2020; Loney, 2015), *Muki* esteve envolvida com diversas organizações políticas revolucionárias em Portugal,

em especial com o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado), de orientação Maoísta, bem como estava em diálogo constante com as lideranças políticas das colônias africanas, junto com outras lideranças timorenses na época em Portugal, como Abílio Araújo, Maria do Céu Pereira (*Bi-Lear*), Antonio Carvarino (*Mau-Lear*) e Vicente dos Reis (*Sahe*), entre outras. Com essas reações e forte militância, *Muki* influenciou e mobilizou as outras mulheres timorenses a participarem ativamente da política também.

Em julho/agosto de 1975, durante as férias de verão na Europa, há a possibilidade de estudantes timorenses retornarem para Díli, em especial porque Antonio Carvarino e Vicente Sahe já estavam na capital desde 1974 e chamavam as lideranças a retornarem ao território, tendo em vista os conflitos com a UDT e a pressão militar indonésia já na fronteira. Nesse momento, *Muki* decide regressar a Timor, segundo Luís Cardoso, porque ela dizia que seria mais útil em Timor do que em Portugal.

Ao chegar em Timor, *Muki* participou de diversas ações do partido, em especial nas questões relacionadas à educação e ao papel das mulheres. Foi fundadora da OPMT, em agosto de 1975, e escreveu diversos textos sobre a emancipação feminina para os jornais do partido. No dia da proclamação unilateral da independência de Timor-Leste pela FRETILIN, em 28 de novembro de 1975, *Muki* participou de forma ativa (é uma das poucas mulheres que aparece em primeiro plano nas fotos desse dia) e foi responsável por levantar pela primeira vez a bandeira nacional, que havia sido feita por Isabel Lobato.

Com a invasão militar indonésia à capital Díli em 07 de dezembro de 1975, *Muki* foi capturada junto com muitos outros militantes da FRETILIN. Ela foi assassinada no dia seguinte, assim como Isabel Lobato e Borja da Costa. No entanto, suas colegas seguiram seu legado de força, postura pró-ativa e pulsante confiança na luta timorense.

1.3.3 Marina Ribeiro Alkatiri

Fotografia 3: Marina Ribeiro Alkatiri em Maputo (1985)



Fonte: Revista "Cadernos do Terceiro Mundo", versão em língua portuguesa (CTM, 1985).

Marina Ribeiro, também conhecida como *Inha*, nasceu em 15 de julho de 1956, em Díli. Foi parte do grupo de estudantes do Liceu que foram bolsistas timorenses em Portugal no ano de 1973, tendo assim também vivenciado o período revolucionário em Lisboa. Ela, inicialmente, vivia num lar para estudantes mulheres, coordenado por religiosas que tinham uma rotina bastante severa, segundo ela, o que fez com que não participasse da ocupação da Casa dos Timores. Na manhã seguinte ao acontecimento, contudo, Antonio Carvarino foi buscá-la, junto com a colega Filomena Almeida, que também vivia no lar, para que as duas se dirigissem à Casa com ele.

Depois disso, a sua atuação política na Casa passa a ser bastante destacada, com seu nome constando em diversas atas e documentos. O grupo formado por ela, Filomena e Rosa *Muki* foi a vanguarda do movimento de mulheres timorenses, realizando em primeiro lugar sua própria formação política, depois a organização de diversas ações, tanto entre o grupo de timorenses quanto em integração com os demais movimentos políticos pró-independência das colônias.

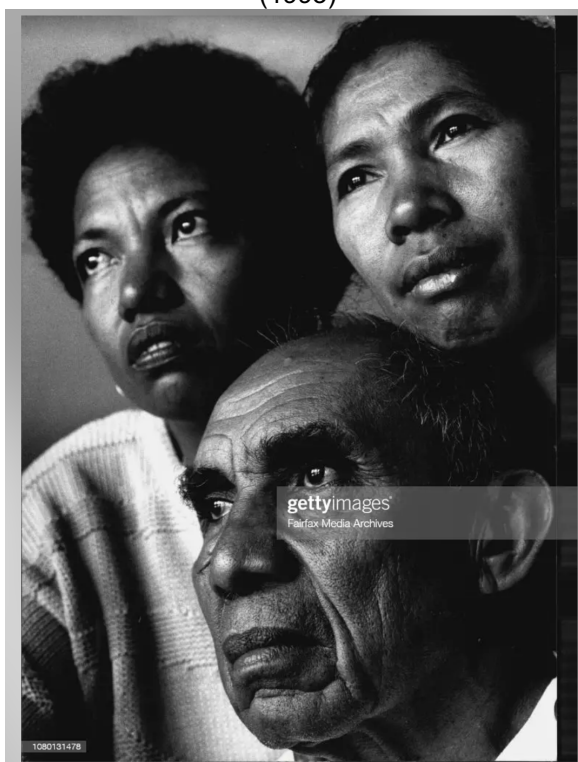
Marina conta que sua aprendizagem política se deu nas reuniões com colegas, nas diversas leituras e debates, bem como na participação nos atos e manifestações políticas em Lisboa. Sua formação política se deu também em consonância com as

ações que organizavam para o processo de "consciencialização" em Timor-Leste, em que planejavam ações educativas a serem realizadas em Timor e enviavam livros para Díli sempre que possível. Muitas dessas ações foram depois lideradas por Rosa *Muki*, quando ela regressou a Timor-Leste em 1974.

Inha esteve em Portugal até o início de 1976 e desempenhou um papel importante na Casa dos Timores, como veremos a seguir. Depois, mudou-se para Maputo com o grupo do Comitê de Ação da FRETILIN (CAF), onde viveu em exílio, atuando na frente diplomática até 1999. Em Moçambique, casou-se com Mari Alkatiri, passando a assinar o nome de casada, com o qual é conhecida: Marina Ribeiro Alkatiri. *Inha* ocupou diversos cargos da diplomacia timorense, em especial de embaixadora em Moçambique. Atualmente, vive em Lisboa e atua como representante diplomática de Timor-Leste para a CPLP.

1.3.4 Adelina Tilman

Fotografia 4: Adelina Tilman (esq.) com sua mãe Francisca (dir.) e seu pai Alexandre em Sydney (1993)



Fonte: Getty Images

Nascida em 1954, na capital Díli, Adelina é a filha mais velha de um militar timorense que lutou pelos aliados, junto com as tropas australianas contra a invasão japonesa de Timor-Leste, na Segunda Guerra. *Ade*, como é chamada, teve acesso à

educação formal por meio das escolas católicas em Timor-Leste e cursou o Liceu em Díli, seguindo seus estudos em Lisboa, em 1974. Chegou na capital portuguesa quando a casa dos estudantes ainda se chamava “Casa de Timor” e, segundo ela, seu pai preferia que morasse no lar das freiras católicas, pois entendiam que era um ambiente mais seguro para as mulheres.

Nessa época, início de 1974, assim como todas as outras mulheres timorenses que foram estudar em Portugal, *Ade* começa a ouvir sobre política de forma constante em seu dia a dia. Ela diz que, inicialmente, era mais dedicada aos estudos, à universidade e não aos movimentos políticos. No entanto, com o decorrer dos meses e os fatos políticos se sobrepondo ao cotidiano, acabou também se envolvendo nas discussões e querendo saber as notícias para ajudar o seu país. Com a Proclamação da Independência de Timor-Leste e a invasão indonésia em dezembro de 1975, o trabalho diplomático tornou-se imprescindível. Foi nesse contexto, no início de 1976, que Adelina precisou ir para Nova Iorque e torna-se então parceira de trabalho diplomático de Ramos-Horta.

Adelina atuou na frente diplomática em diversas esferas. Já no início da década de 1980, muda-se para a Austrália, primeiro vivendo em Darwin, onde mobiliza a comunidade de exilados timorenses, depois em Sydney, sempre atuando em mobilizações políticas e culturais, como veremos nos capítulos a seguir. Atualmente, *Ade* vive em uma casa de saúde em Sydney, por suas condições exigirem cuidados especializados. Durante a nossa entrevista, que foi virtual, ela contou de forma orgulhosa que seus filhos e netas, mesmo tendo nascido e vivido na Austrália a vida toda, identificam-se como timorenses.

1.3.5 Ana Pessoa

Fotografia 5: Ana Pessoa e seus filhos Rui e Loro em Moçambique (1983)



Fonte: Arquivo pessoal

Ana Maria Pessoa Pereira da Silva Pinto, conhecida como Ana Pessoa, nasceu em Bobonaro em 5 de janeiro de 1956. É uma política e ativista timorense, filha de pai português e tem família em Portugal. Por isso, foi uma das primeiras mulheres timorenses a estudar em Lisboa. No entanto, Ana fez um caminho de identificação com a causa timorense, a partir da Revolução dos Cravos. Ao atuar pela democratização de Portugal, viu-se, junto com suas colegas timorenses, no embate entre se identificar como portuguesa ou como timorense.

No decorrer da sua atuação, ela passa cada vez mais a se colocar como timorense e por fim, em 1976, também vai para Moçambique, junto com o grupo da FRETILIN, onde passa a atuar de forma decisiva em diversas ações políticas e diplomáticas. Em Maputo, forma-se em direito e tem atuação fundamental na estrutura do partido no exterior. Como veremos, seu nome vai aparecer em diversos momentos que analisaremos no decorrer desse texto.

Ana Pessoa retornou para Timor-Leste após o referendo de 1999 e ocupou diversos cargos no governo do país desde então, em especial como ministra da Justiça e procuradora geral da república. Infelizmente, apesar do apoio de minhas interlocutoras, não consegui realizar entrevista com ela, por problemas de saúde que

a têm acometido há alguns anos. Assim, as informações sobre ela que são utilizadas neste texto provêm de relatos ou de outras entrevistas que ela concedeu no decorrer dos anos e também de diálogos e trocas de informações e documentos (como fotos e áudios) com seu filho, Rui da Silva Pinto.

1.3.6 Guilhermina Araújo

Fotografia 6: Guilhermina Araújo (esq.) com Vicente Sahe (centro) e Abílio Araújo (dir.) na Casa dos Timores (1974)³⁴



Fonte: Arquivo FRETILIN/Casa Comum

Guilhermina Lobo dos Santos, conhecida também pelo seu codinome *Bi-mali*, é portuguesa e estudava economia em Lisboa, onde conheceu Abílio Araújo, com quem desenvolveu uma parceria política e casou-se, passando a assinar o nome de casada, Guilhermina Araújo. Adotou também a causa timorense, principalmente após ter vivido em Timor por alguns meses, em 1974.

Luís Cardoso: conhecendo bem a Guilhermina mais tarde, foi uma pessoa que esteve muito envolvida. Primeiro, que era namorada do Abílio Araújo e era amiga do Carvarino, do Sahe, dessas pessoas todas que faziam parte do movimento. Ela esteve nos primórdios, digamos assim, da formação política dos estudantes que tavam cá [em Portugal] (entrevista, 2022).

Os dois, Guilhermina e Abílio, conviviam diariamente na Casa dos Timores, coordenando debates e reuniões. Em setembro de 1974, conseguiram ir para Timor,

³⁴ Não encontrei outros registros fotográficos de Guilhermina nesse período que pudessem ter maior qualidade ou melhor visualização. Infelizmente, mesmo com muitas tentativas de contato com Guilhermina e com organizações ligadas a ela, não obtive respostas para poder acessar arquivos pessoais.

tanto para apoiar as ações organizadas no território quanto para levarem as opiniões do grupo da Casa para o Comitê Central da FRETILIN, do qual Abílio e Guilhermina faziam parte.

Marina Ribeiro Alkatiri: Era pra irem os cinco, o [Antonio] Carvarino, o [Vicente] Sahe, o Hamis [Bassarewan], que era pra ir também, o Justino Yap e a [Rosa] *Muki*. Só que pronto, o Hamis não podia, não era uma questão política, era da religião muçulmana³⁵. O Hamis era um indivíduo inteligentíssimo. E então foram os cinco e o Justino Yap, mas depois o Abílio [Araújo] queria que a Guilhermina fosse também, e o Justino cedeu o lugar para a Guilhermina³⁶ (entrevista, 2022).

Assim, o casal viajou para Timor-Leste e participou de diversas ações da FRETILIN nos meses seguintes. Segundo Abílio, em sua autobiografia, ele teve a oportunidade de apresentar sua terra e seus costumes para Guilhermina e aproveitaram para realizar ações políticas e debates com as demais lideranças (Araújo, 2012).

A participação inicial de Guilhermina na estruturação da FRETILIN é destacada, pois ela redigiu diversos documentos do partido, sendo inclusive coautora de diversos documentos de organização ideológica do partido. Segundo a biografia de Abílio Araújo, "A Gui deu um enorme contributo na elaboração deste programa e manual político, tendo sido eleita membro do I Comitê Central da FRETILIN" (Araújo, 2012, p. 114-115; OPMT, 2020, p. 33). Nesses meses o casal, juntamente com outros membros da FRETILIN, percorreu o país em reuniões e em busca de apoio e chegaram a ser detidos por militares portugueses, sem maiores consequências, visto que a FRETILIN tinha massivo apoio popular. Após esse episódio, Guilhermina e Abílio foram tomar as bênçãos tradicionais para o casamento, em Ainaro, localidade da família dele. Nesse período, ela trabalhou também com Isabel Barreto em algumas ações políticas voltadas para as mulheres. Passados alguns meses, em dezembro de 1974, Guilhermina regressou a Portugal e Abílio voltou no mês seguinte, em 05 de janeiro de 1975.

³⁵ A viagem ocorreu em meio ao Ramadã, o que impossibilitava que ele cumprisse com as obrigações religiosas, caso estivesse no longo deslocamento de Portugal para Timor-Leste, que levava muitos dias entre conexões e espera do voo de Bali para Díli, que era semanal.

³⁶ Aqui acontece uma pequena confusão quando ela cita os nomes, pois não foi a *Muki* que viajou com esse grupo, mas sim Venâncio da Silva. *Muki* regressaria para Timor apenas em agosto de 1975.

Luís Cardoso: Ela tinha uma formação política e era dum partido que era o MRPP, o partido onde pertenceu Ana Gomes³⁷ e muitas pessoas, portanto a Guilhermina já tinha uma formação política. (...) Mas pronto, ela teve uma formação política muito forte no MRPP. Influenciou, o MRPP teve uma influência muito grande nestes estudantes, como o Vicente Sahe, o Carvarino, no Abílio Araújo, na Guilhermina, eles tinham formação política muito boa no maoísmo (entrevista, 2022).

Durante a Proclamação da Independência em 28 de novembro, ambos foram nomeados como parte do primeiro governo constitucional, ocupando Guilhermina o cargo de vice-ministra de negócios estrangeiros. Eles não estavam em Timor quando ocorreu a invasão indonésia e seguiram como membros do Comitê Central da FRETILIN no exterior, articulando ações da Frente Diplomática em diversos países e representando o partido em conferências de imprensa e junto a governos estrangeiros, buscando articular acordos de paz. No entanto, paulatinamente as visões políticas do casal foram se tornando incompatíveis com as decisões do partido e Guilhermina se afasta das ações da FRETILIN³⁸ e em 1993 Abílio Araújo é expulso do partido³⁹. Até hoje Guilhermina tem uma posição respeitada em Timor-Leste e, apesar de viver em Portugal, viaja constantemente para Díli, onde atua em projetos pessoais e sociais.

³⁷ Ativista e política portuguesa, foi diplomata e deputada no Parlamento Europeu pelo Partido Socialista. Ela também ocupou o cargo de chefe da missão diplomática portuguesa na Indonésia, durante o processo de independência de Timor-Leste. Em 2021, Ana Gomes candidatou-se à Presidência da República Portuguesa, ficando em segundo lugar na eleição presidencial.

³⁸ Guilhermina se afasta das atuações no partido já no final da década de 1980 e seu esposo, Abílio Araújo, é afastado de suas funções como representante em 1993, por tomar decisões consideradas equivocadas pelo partido.

³⁹ Ver documento da FRETILIN de 20 agosto de 1993, disponível em <https://web.archive.org/web/20110705070337/http://www.math.jussieu.fr/~kahn/Timor/resolutions/autres/fretilin.html>. Acesso em: 16 jun. 2024. Ver também reportagem da RTP de 09 de agosto de 1993, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/abilio-araujo-afastado-da-fretilin/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

1.3.7 Maria do Céu Pereira

Fotografia 7: Maria do Céu em Díli (1973)



Fonte: Arquivo OPMT (2020).

Maria do Céu Gonçalves Marques Pereira, também conhecida pelo codinome *Bi-Lear*, nasceu em Ainaro em 7 de maio de 1953. Ela estudou no Liceu, em Díli, e recebeu uma bolsa para seguir com os estudos em Lisboa, no Instituto Superior de Educação, em 1971, para cursar o magistério primário. Ali conhece António Duarte Carvarino, o *Mau-Lear*, com quem se casa. Ambos moraram na Casa de Timor, participaram da ocupação e renomeação da Casa e atuaram de forma protagonista na organização política do grupo de timorenses em Portugal. Em setembro de 1974, o casal regressa para Díli e constitui parte do grupo inicial da FRETILIN, sendo também membro do Comitê Central do partido.

Maria do Céu *Bi-Lear* torna-se professora nas escolas de Bidau e do Farol e depois segue como diretora da escola de Lospalos. Ela esteve presente desde o processo de fundação da ASDT e depois na construção das bases da FRETILIN. Segundo a OPMT (2020), Maria do Céu *Bi-Lear* foi fundadora ativa na estruturação da ASDT e, como retornou de Lisboa para Timor em 1974, tinha contatos tanto com os estudantes timorenses em Portugal quanto com os movimentos antifascistas portugueses (OPMT, 2020, p. 14). Por sua atuação na educação, *Bi-Lear* era responsável pelo programa de alfabetização e pela reformulação curricular, com o foco anticolonial que a FRETILIN almejava, baseando-se no método Paulo Freire (2021[1967]; 2021[1968]). Foi também, junto com Rosa *Muki*, fundadora da OPMT.

Após a declaração de independência em 1975, ela foi nomeada secretária adjunta do Ministério da Educação. Com a invasão indonésia, ela atuou nas zonas libertadas da FRETILIN, sempre junto às mulheres e com os programas educacionais. *Bi-Lear* foi liderança política no Setor de Resistência Centro-Norte. Em fevereiro de 1979, seu marido, *Mau-Lear*, foi capturado e morto pelos indonésios em Manatuto e, pouco tempo depois, Bi-Lear foi presa em Venilale, onde permaneceu sob domínio dos militares indonésios até ser morta (OPMT, 2020).

1.4 Em síntese: *Ita nian buibere*

Neste capítulo, trouxe elementos iniciais do contexto e da vida das mulheres que são as personagens principais desta pesquisa. Fica evidente que algumas delas foram assassinadas durante a guerra em Timor-Leste, mas suas memórias são levadas de forma muito respeitosa por suas colegas e por aqueles que com elas conviveram e atuaram. No caso de nossas entrevistadas, as suas palavras serão trazidas de forma a marcar suas posições, perspectivas e experiências, ao longo dos próximos capítulos.

A base teórica deste capítulo será fundamental para diversos caminhos de análise que vamos percorrer no decorrer dos próximos capítulos, tendo como reflexão fundamental o lugar da imagem das mulheres nas construções nacionalistas, em especial em países periféricos e que foram colonizados. Nesse sentido, apresentar o contexto histórico da construção nacionalista anticolonial timorense, perceber o lugar das mulheres nesse contexto e, ainda de forma introdutória, apresentar a história das mulheres protagonistas desta pesquisa são ações que nos dão os referenciais necessários para seguirmos os passos que essas mulheres deram para a consolidação da luta pela independência de Timor-Leste, como veremos nos próximos capítulos.

2. RAI TIMOR IHA PORTUGAL⁴⁰ OU VIVÊNCIAS POLÍTICAS ANTICOLONIAIS

Neste capítulo, parto do contexto histórico da ida das estudantes timorenses para Lisboa, de suas experiências na metrópole colonial, da integração aos movimentos políticos e, com a Revolução dos Cravos, da ocupação da Casa dos Timores. Como guia teórico, apresento a ideia de “pensamento de fronteira” e “zona de contato”, que serão os dois conceitos mobilizados para analisar o processo de socialização política dessas mulheres.

Posteriormente, analiso o papel destacado de liderança das mulheres na Casa, bem como suas participações nos movimentos políticos entre 1974 e 1975. A partir das biografias das mulheres apresentadas no capítulo anterior, acompanho a formação escolar e/ou universitária que vivenciaram em Portugal e como conviveram na Casa dos Timores. Foi nessa vivência que elas tiveram sua formação política, conheceram as lutas anticoloniais de outros lugares e estudaram, em diferentes intensidades, autores e autoras revolucionárias, marxistas e anticoloniais, o que foi fundamental para sua formação política e para sua atuação posterior. A ideia central deste capítulo é compreender a socialização política das nossas protagonistas a partir da estada em Lisboa e, em especial, do contato com o contexto anticolonial e revolucionário.

2.1 *Kruzamentu*: as Casas Estudantis como lugar político

As Casas Estudantis, organizadas e geridas por governos imperiais, eram comuns nas metrópoles coloniais, como Paris, Londres e Lisboa. Elas abrigaram as jovens lideranças dos territórios colonizados que tinham a oportunidade de estudarem na Europa, a princípio para serem administradoras locais dos interesses coloniais, mas que acabaram, muitas vezes, se rebelando contra o domínio colonial em seus países.

Também é recorrente na história das lutas anticoloniais que as lideranças desses movimentos tenham estudado nas universidades europeias e, desde lá,

⁴⁰ Tradução livre da língua Tétum: "Terra timorense em Portugal"

estruturado seus pensamentos mais críticos e revolucionários⁴¹ (Castelo, 2010; Margarido, 1995; Mateus, 1999). Inclusive, muitos movimentos políticos europeus têm sido analisados como diretamente influenciados pelos conflitos coloniais e pelas ideias desenvolvidas por essas lideranças – e não o contrário, como se costuma apresentar numa linha retórica eurocentrada.

Desde o século XIX, Portugal buscou formar uma elite colonial, com estudos na metrópole, para liderar as colônias. Se no século XIX isso fez com que a elite brasileira mantivesse sua coesão e alinhamento com os ideais imperiais, como aponta José Murilo de Carvalho (2008), no século XX, com o desgaste contínuo do projeto colonial, essa receita começa a falhar para os interesses da ditadura salazarista.

Assim, o governo português buscou controlar uma elite colonizada por meio de bolsas para algumas jovens lideranças estudarem em Portugal e criou Casas Estudantis para receber esses estudantes. Em 1943, surge a Casa de Angola, em Lisboa, que foi uma das primeiras a abrigar a organização coletiva de estudantes de territórios colonizados na metrópole colonial (Margarido, 1995; Lima de Faria; Boavida, 2017, p. 37). Em seguida, outras casas foram abertas para acolher estudantes das colônias, unificadas em 1944, quando surgiu a Casa dos Estudantes do Império (CEI). A sede desta Casa situava-se na Avenida Duque D'Ávila, em Lisboa, mas, no decorrer do tempo, filiais foram abertas em cidades como Coimbra e Porto.

⁴¹ Nesse sentido, é interessante pensar na formação educacional e política de lideranças anticoloniais como Franz Fanon, Mahatma Gandhi, Amílcar Cabral, Leopold Senghor, Eduardo Mondlane, entre outros, para citar apenas as lideranças masculinas do século XX.

Fotografia 8: Casa dos Estudantes do Império em Lisboa (1960)



Fonte: Jornal Ponto Final, 2014⁴²

O governo português tinha como objetivo que essas jovens lideranças se conhecessem, se identificassem com a cultura e a vida portuguesa, estabelecendo um laço de pertencimento, e, conseqüentemente, fortalecendo a propaganda salazarista de “Portugal, do Minho a Timor”. Segundo Castelo (2010, p. 2), “o regime do Estado Novo esperava que a CEI contribuísse para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento de portugalidade entre os estudantes das colónias”. Nesse sentido,

A Casa dos Estudantes do Império foi criada pelo Estado Novo, nos anos quarenta, com o objetivo de formar, na então metrópole, as elites que iriam administrar o império africano português, mas foi também, e sobretudo, um espaço de acolhimento dos jovens africanos que foi dando resposta ao tempo em que foi criado (...). A Casa foi o espaço em que estas elites das diversas ex-colónias portuguesas, pela primeira vez reunidas, ao virem estudar para a metrópole, reafirmaram ou tomaram consciência da sua condição de diferença em relação aos portugueses europeus. Uma diferença que, através da Casa, foi tomando expressão a partir da cultura e que, a prazo, iria demandar a independência política (Calafate Ribeiro, 2017, p. 197).

⁴² Jornal Ponto Final. Sara Figueiredo (ed.). Casa dos Estudantes do Império: o tiro pela culatra do regime. 18 de novembro de 2014. Disponível em: <https://pontofinalmacau.files.wordpress.com/2014/11/casa-dos-estudantes-do-imperio.jpg>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Os anos de 1950 e 1960 foram de intensas atividades na CEI, tanto culturais, como artísticas e desportivas (Castelo, 2010). Ali foi formada a primeira geração de lideranças que fez publicações e eventos com foco na valorização das culturas das então colônias africanas, e que atuaram coletivamente para uma formação cultural e política anticolonial. Ainda segundo Castelo, “desde cedo [a CEI], despertou nos seus membros uma consciência crítica sobre a ditadura [salazarista] e o sistema colonial e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados” (2010, p. 2). Ou seja, a Casa dos Estudantes do Império cumpriu seu papel de debate, identidade e criação de pertencimento, mas na direção oposta ao que o governo português pretendia.

Passaram pela Casa, dos anos 1944 até a década de 1960, importantes figuras políticas e culturais das então colônias portuguesas e, dentre eles, destaque o nome de mulheres como Alda do Espírito Santo, poetisa e escritora de São Tomé e Príncipe; Lilica Boal, ativista pela independência de Cabo Verde; e Alda Lara, escritora e ativista de Angola. Além delas, há as lideranças masculinas, hoje tidas como figuras históricas em seus países, como Amílcar Cabral, militante pela independência e unidade de Cabo Verde e Guiné-Bissau e secretário-geral do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e Agostinho Neto, ativista pela independência de Angola e primeiro presidente do país. É importante ressaltar que o questionamento das estudantes da CEI e das demais casas estudantis não era apenas uma reivindicação por independência política, mobilizando toda uma revolução conceitual, epistêmica e estética, que pode ser vista em especial nas literaturas emergentes, em diálogo com uma identidade nacional ainda em construção naquele momento, em especial nas então colônias portuguesas em África (Mata, 2015).

Segundo Lima de Faria e Boavida (2017, p. 40), em 1958, as instituições universitárias e o governo passaram a monitorar a CEI, limitando as possibilidades de ação estudantil, bem como passaram a vigiar estudantes consideradas de esquerda. Em 30 de dezembro de 1960, a CEI perde sua autonomia administrativa (Lima de Faria; Boavida, 2017, p. 41) e a Casa torna-se um empecilho para o governo. Em 1961, acontece o que ficou conhecido como "a fuga dos cem", em que dezenas de estudantes fogem, através da fronteira espanhola, e conseguem asilo na França com o apoio de movimentos de esquerda europeus. Estas estudantes voltam para seus países e lideram diversas lutas de libertação, em especial em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Assim, a Casa passa a ser vigiada pela Polícia Internacional e de

Defesa do Estado (PIDE), que pede seu fechamento. As casas de Coimbra e do Porto são fechadas em 1964 e a de Lisboa encerra oficialmente suas atividades em setembro de 1965 (Castelo e Jerónimo, 2017).

A partir do encerramento da CEI, surgem muitas Casas dispersas e autogeridas, que abrigam jovens das diferentes colônias. Uma Casa destinada aos estudantes timorenses é criada apenas em 1974, isso porque as estudantes de Timor começam a chegar de forma mais expressiva em Portugal apenas a partir de 1970. Nessa década, então, várias das personagens políticas timorenses, em especial as mulheres protagonistas desta pesquisa, estavam em Portugal, as pioneiras sendo Pascoela Barreto e Ana Pessoa que, segundo Da Silva (2011), foram as primeiras estudantes timorenses a irem para Lisboa no início da década de 1970 e abriram caminho para outras jovens que receberam bolsas de estudos ou foram estudar com recursos de seus familiares.

Antes desse período, dados sobre estudantes que viveram na CEI em Lisboa, no Porto e em Coimbra registram a presença, desde 1944, de apenas 12 timorenses morando nesses espaços (Lima de Faria; Boavida, 2017), não permitindo inferir se essas pessoas eram de fato de origem timorense ou apenas nascidas em Timor, filhas de militares ou funcionários portugueses que moraram algum tempo na ilha e se valiam desse nascimento para permanecerem na residência estudantil. Da Silva (2011) faz uma estimativa das primeiras pessoas timorenses a irem estudar em Portugal nesse período:

A partir de 1971, um maior número de alunos foi com bolsas limitadas para Portugal. Eram eles: Madalena Corbafo Araújo (medicina), Pedro Sequeira (Instituto Superior de Agronomia), que acabou se tornando professor daquele mesmo instituto, e Maria do Céu Pereira e Abílio Araújo. (...) O número de bolsas aumentou para trinta e sete no ano letivo de 1972/1973. (...) Os alunos fizeram cursos como agricultura, engenharia, filosofia e direito. Entre os 26 alunos admitidos no ano letivo de 1972/1973 estavam: Isabel Maria R. Antunes, Justino Marato Yap, Vicente M. dos Reis e Tomás Amaral. (...) Alguns outros alunos timorenses estudavam em Portugal, com fundos próprios ou com bolsa. Entre eles estavam: Leão Amaral, Hamis Bassarewan, Hélio Pina, Rosa Bonaparte, Estanislau da Silva, César Lebre, Manecas Cruz, Noémia Cruz, Filomena de Almeida, José Luís Guterres, Francisco Borja da Costa, Felicidade Lopes Lay e Vitor Gandara⁴³ (Da Silva, 2011, pp.57-58 – tradução livre).

⁴³ From 1971, a larger number of students went on limited scholarships to Portugal. They were Madalena Corbafo Araújo (medical studies), Pedro Sequeira (Instituto Superior de Agronomia), who eventually became a professor in that same institute, and Maria do Céu Pereira and Abílio Araújo. (...) The number of scholarships increased to thirty-seven in the academic year 1972/1973. (...) The students took courses such as agriculture, engineering, philosophy and law. Among the 26 students accepted in academic year 1972/1973 were Isabel Maria R. Antunes, Justino Marato Yap, Vicente M. dos Reis and

Da Silva (2011, pp. 57-58) relata que entre 40 a 50 timorenses receberam bolsas para estudar em Portugal, de 1970 a 1974 e, para ele, este grupo passou a fazer parte de uma elite intelectual e política timorense. Abílio Araújo (2012, pp. 94-95) destaca que “É legítimo afirmar que, na minha geração, os poucos jovens universitários timorenses em Lisboa corresponderam, 20 a 30 anos mais tarde, à vaga de saída de personalidades como Amílcar Cabral e Agostinho Neto (...).” Ou seja, muitas dessas pessoas que foram estudar em Portugal tornaram-se responsáveis pelas dinâmicas políticas que se desenvolveram nas décadas seguintes, pelo acesso às discussões políticas na metrópole colonial, que eram censuradas em Timor, bem como pelas redes de apoio e solidariedade que se constituíram ali, em especial com lideranças das então colônias portuguesas na África (Tribess, 2022). Nesse sentido, as entrevistadas desta pesquisa destacam de forma robusta a importância da vivência e atuação delas na Casa dos Timores para a sua formação política, como veremos a seguir.

2.1.1 Uma lulik e a ideia de casa na cultura timorense

O conceito de "casa" (*uma*), na cultura timorense, tem um lugar fundamental na constituição cultural, religiosa e política das etnias que convivem na ilha. Josh Trindade (2016) apresenta uma análise das casas sagradas (*uma lulik*) como locais duplamente importantes, tanto na dimensão do sagrado religioso quanto no âmbito da organização política. O debate sobre o papel das casas sagradas na organização social timorense vem desde as primeiras retratações antropológicas coloniais de Rui Cinatti, na primeira metade do século XX, até os debates mais atuais sobre a importância da reconstrução desses espaços para a consolidação da democracia moderna em Timor-Leste, passando pelos usos rituais das casas para o processo de construção de nacionalidade e pertencimento (Cinatti; Almeida; Mendes, 1987; Garcia; Nogueira; Nogueira da Silva, 2018; Sousa, 2017).

Tomás Amaral. (...) Some other Timorese students were studying in Portugal, either with their own funds or on scholarships. They included Leão Amaral, Hamis Bassarewan, Hélio Pina, Rosa Bonaparte, Estanislau da Silva, César Lebre, Manecas Cruz, Noémia Cruz, Filomena de Almeida, José Luis Guterres, Francisco Borja da Costa,⁷³ Felicidade Lopes Lay, and Vitor Gandara (Da Silva, 2011, pp. 57-58).

A casa, nesse sentido, não é um espaço privado como poderíamos pensar em termos ocidentais, mas um espaço público e coletivo, do diálogo com os antepassados e com o sagrado, mas também das disputas políticas. Daniel Simião (2005) e Kelly Silva (2014a; 2020) também abordam esse espaço decisório no âmbito comunitário e sua interligação com as Casas Sagradas, algo que afeta diretamente as questões de gênero, desde as decisões sobre casamentos e *barlake*⁴⁴ até mobilizações em torno de discussões sobre violência doméstica.

As casas são, portanto, um lugar físico, pois são construídas com materiais e regras específicas, conforme os grupos e etnias, para fortalecer os laços comunitários e identificar esses grupos, mas também se constituem como espaços simbólicos de pertencimento, já que as pessoas se identificam como oriundas da Casa Sagrada de sua aldeia (*suku*) ou família. Geralmente, essas casas são construídas em locais bastante específicos, escolhidos por anciãos da comunidade, e são usadas para cerimônias e rituais religiosos. As Casas Sagradas são feitas de materiais naturais, como madeira e palha, e decoradas com símbolos e objetos que representam a história e as tradições da comunidade (Trindade, 2016). Elas também podem ter espaços reservados para cerimônias, como altares e lugares para oferendas e, segundo Keu Apoema (2020), também se colocam como local de intermediação com a divindade, com o sagrado, intermediando a relação entre mortos e vivos, num sentido bastante amplo de família (Apoema, 2020).

É comum que as pessoas acreditem que as Casas Sagradas sejam lugares de proteção, onde podem se conectar com antepassados e pedir orientação espiritual. Elas também são importantes para manter a harmonia entre membros da comunidade e para preservar a cultura e as tradições timorenses. Silva (2020) nos lembra que, mesmo atualmente, é parte do senso comum em Timor-Leste que, para se obter sucesso em qualquer ação no âmbito da modernidade (no Estado, em ações de governo, nos estudos universitários etc.), antes de mais nada, é fundamental prestar as devidas obrigações ao âmbito da *kultura*, que gira de forma intensa em torno da organização das Casas Sagradas.

⁴⁴ O *barlake*, ou o dote que é negociado pela família dos noivos antes do casamento, é uma tradição bastante complexa em Timor-Leste, envolvendo trocas de bens, dinheiro, animais e objetos rituais e é visto por alguns como uma garantia das alianças sociais e familiares e, por outros, como uma forma de pagamento pela mulher que vai se casar. Para ver mais sobre esse debate, conferir Silva (2010; 2014b), Simião (2005) e Pereira (2020; 2021).

Para a maioria dos timorenses, existem hoje poucas formas de ter sucesso na vida sem respeitar as instituições e obrigações culturais. Em termos gerais, as instituições de *kultura* implicam responder às obrigações de presentear, participar numa série de rituais do ciclo de vida nas quais os antepassados e outras entidades místicas são honrados, respeitando as relações de precedência em termos de pertença à casa, idade, gênero, entre outros fenômenos⁴⁵ (Silva, 2020, p. 15 – tradução livre).

Para melhor entendermos o papel sociopolítico da Casa dos Timores, assim como sua ocupação, nomeação e simbolismo no processo de socialização dessas jovens, precisamos perceber também o simbolismo inerente a esse espaço de debate, poder e cultura. A Casa dos Timores é um espaço que, apesar de estar fora do território timorense, foi um centro de organização das forças, ideias e conexões estabelecidas pelas lideranças políticas fora de Timor-Leste, que definiram, de certa maneira, a possibilidade da consolidação das ideias políticas anticoloniais e nacionalistas timorenses.

A vivência na Casa fomentou pertencimentos e relações profundas, em consonância com as tradições culturais que esse movimento político buscava retomar e valorizar. Fica evidente, inclusive, a associação entre a *Uma Lulik* e a Casa dos Timores a partir da logomarca da Casa, na qual consta um desenho de um dos modelos de Casa Sagrada timorense. Destaca-se que foi escolhido o modelo mais difundido em Portugal, por conta das exposições coloniais, referente às casas tradicionais da região de Lospalos, junto com ramos de café, principal produto timorense de exportação do século 20, como podemos ver na imagem a seguir.

⁴⁵ For most East Timorese people, there are few ways to succeed in life today without paying respect to *kultura* institutions and obligations. Broadly speaking, *kultura* institutions entail responding to gift-giving obligations, taking part in a number of life-cycle rituals where ancestors and other mystical entities are honored, respecting precedence relations in terms of house membership, age, gender, among other phenomena (SILVA, 2020 p. 15).

Figura 2: Logomarca da Casa dos Timores em correspondência oficial (1974)



Fonte: Arquivo Casa Comum/ Fundação Mário Soares.

A Casa de Timor, como era então chamada, foi aberta oficialmente em 26 de janeiro de 1974 (Da Silva, 2011, p. 58), ficava na Rua Antero de Figueiredo, número 2, em Lisboa, a poucos metros da já então encerrada CEI e “perto do cinema Vox”, como consta na logomarca oficial de correspondências da Casa (ver Figura 2). Depois da Revolução dos Cravos, mais precisamente em 27 de maio de 1974, a Casa foi ocupada pelo grupo de estudantes que estava mais ativo nas movimentações políticas e revolucionárias em Portugal e recebeu o novo nome: “Casa dos Timores” (Carvarino, 1974, p. 2). Araújo nos conta que:

(...) surgiram inúmeros movimentos, nomeadamente de estudantes ultramarinos, que começaram a ocupar essas Casas [estudantis]. Nós não fomos excepção, mobilizámos todos os estudantes timorenses e ocupámos a Casa de Timor. Falámos com um representante do MFA [Movimento das Forças Armadas], que ‘legalizou’ a nossa actuação – a ‘legalidade revolucionária’, como se dizia nesse tempo (Araújo, 2012, p. 111).

Essa “legalização” consta de forma singular em um documento enviado por Antonio Carvarino à administração portuguesa e aos jornais timorenses, dando detalhes sobre a ocupação, a eleição da nova diretoria e a modificação do nome (Tribess, 2022). Na assembleia estudantil de 19 de maio de 1974, Abílio Araújo foi eleito presidente da Casa, com Antonio Carvarino como diretor, e passaram a

identificar o espaço como “Casa dos Timores” (Carvarino, 1974, p. 2). A Casa dos Timores passa então a figurar como local de debates acirrados e com uma postura abertamente anticolonial por parte de seus moradores e frequentadores. Em entrevista concedida para esta pesquisa, Marina Ribeiro Alkatiri traz alguns elementos sobre isso:

Camila Tribess: A senhora se lembra da carta do [Antonio] Carvarino pros jornais na época, explicando a questão do nome de Casa dos Timores?
 Marina Ribeiro Alkatiri: Ah sim, e sabe por quê? Era Casa de Timor, mas quem frequentava lá era mais aquela elite. (...) Nós fomos lá uma vez, pra ver como é que era aquilo, mas depois do 25 de abril mudou e o Carvarino tava a explicar como ia ser. E então pronto, porque que é dos Timores, de Casa do Timor passou pra Timores, dos Timores porque... você sabe por que, né? Em Timor, quando falavam de portugueses e timorenses, os timorenses eram aqueles que já tinham assumido a cultura portuguesa, e o povo maubere, maubere é aquele "timor", mas falava assim com desprezo, "ah, aquele timor". Mesmo os nossos colegas, falavam "aquele timor, aquele maubere". Então, depois assumiram como maubere, que a maior parte das pessoas era maubere, aquele maubere, aquele pé descalço. Então, a Casa dos Timores era por isso. Eu tenho saudades. Aprendi muito, eu já os conhecia em Timor (entrevista, 2022).

O processo de formação política dessas jovens, em especial das mulheres que guiam essa pesquisa, gira em torno da socialização na Casa dos Timores e em como esse espaço passa a ser local de trocas, disputas e aprendizado político para todo o grupo. Na Casa, elas começaram a ter contato com os movimentos políticos partidários, criaram laços de parceria que duraram por décadas e tiveram a possibilidade, pela primeira vez, de atuarem politicamente. Veremos como se deu essa atuação a seguir.

2.2 As mulheres na Casa dos Timores

A vida das mulheres que estou considerando nesta pesquisa se entrecruza a partir do espaço físico e simbólico da Casa dos Timores e é importante ressaltar a emoção com que elas se referem ao tempo passado nesse lugar, aos aprendizados que tiveram com *Muki*, *Sahe*, Carvarino e com as demais colegas naquele momento histórico tão conturbado.

A seguir, apresento um breve panorama do papel das Casas Estudantis na formação política das jovens lideranças anticoloniais e os seus desdobramentos para a formação do grupo de mulheres timorenses em Portugal, na década de 1970, segundo os relatos recebidos durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa.

Viver em uma Casa Estudantil com homens e mulheres não era algo trivial na década de 1970, em especial para essas jovens timorenses, vindas muitas vezes do interior de Timor e com uma visão de mundo bastante influenciada pela religião católica e por valores bastante tradicionais, em relação aos papéis das mulheres na sociedade. Apesar disso, foi recorrente nas falas das entrevistadas que suas famílias valorizavam os estudos e que inclusive se sacrificaram bastante para que elas tivessem, de fato, a oportunidade de estudar. No seu relato, Pascoela Barreto conta algumas dessas dificuldades:

Pascoela Barreto: Ah sim, sabe? Em Timor naquela altura, ir para a escola era muito difícil, não havia escolas. As primeiras escolas que apareceram em Timor foram sempre da Igreja. Era as freiras e os padres e, portanto, todo o ensino praticamente estava nas mãos da Igreja. Eu estive em Soibada, cursei lá 3 anos. Mas tive que... é assim, a minha mãe era analfabeta, ela nunca estudou, mas ela tinha uma visão do mundo, era uma pessoa inteligente e dizia "não, não, as minhas filhas vão estudar" (entrevista, 2022).

A maioria das jovens viveu em casas de religiosas católicas antes de começarem a viver ou frequentar a Casa dos Timores. Elas chamam esses lugares de "lares de madres" e tanto Pascoela Barreto quanto Marina Ribeiro Alkatiri mencionam isso em suas entrevistas. Nesses lares, viviam apenas mulheres e as visitas masculinas eram controladas. As falas de Marina Ribeiro Alkatiri e Adelina Tilman destacam essa questão, em especial em relação às famílias, que ficavam receosas com as jovens vivendo na metrópole e sem supervisão mais rígida. Tal preocupação familiar era algo recorrente, pois as famílias tinham medo das mulheres serem "malvistas" ou "malfaladas", ao irem morar numa casa mista, em que conviviam homens e mulheres. Adelina nos conta que,

Adelina Tilman: Os estudantes viviam todos numa mesma casa, como uma comuna. E rapazes e raparigas tudo numa casa, que era chamada Casa Timor. Mas meu pai sempre pensou que não era seguro de ficar assim e telefonava-me sempre para eu ir para um sítio onde era mais seguro, que era o lar das madres. E lá fui. Fiquei no lar com algumas outras raparigas, com a Inha [Marina]. Éramos 4 ou 5 moças lá. Porque elas acolheram-nos, nós não tínhamos que pagar, porque a Inha e uma outra já estavam lá neste lar e então falaram com as madres e nós fomos lá também. Lá fui eu mais outras, éramos 4 timorenses lá no lar. Não era assim grande coisa, mas era das madres, estávamos seguras (entrevista, 2022).

Na fala de Adelina fica, portanto, evidente a preocupação das famílias em relação ao convívio e ao controle da sexualidade dessas jovens, apesar de a maioria

dos estudantes homens que conviviam ali na época serem já conhecidos delas desde Timor, muitos tendo estudado juntos no Liceu ou em Soibada. Marina Ribeiro Alkatiri conta que foi morar na Casa dos Timores apenas após a ocupação, porque seu amigo Antonio Carvarino a convidou e, como ela já estava envolvida com as discussões políticas, resolveu permanecer ali, pois era um espaço de convívio de debate importante para sua formação.

Camila Tribess: Mas a Sra. não chegou a morar na Casa dos Timores, morava com as freiras?

Marina Ribeiro Alkatiri: Sim, naquele lar, que era o lar que tínhamos, mas depois ocupamos a Casa dos Timores. Depois pronto, praticamente a gente ficava ali e quando era pra dormir ali a gente dormia, porque tinha lá quartos e então a *Muki* participou na tomada da Casa dos Timores, mas nós, como estávamos no lar, não podíamos sair àquela hora, era perigoso. Mas pronto, no dia seguinte depois de tomarem a Casa dos Timores o [Antonio] Carvarino logo de manhã cedo, nós estávamos em plena aula e eu fui chamada que alguém queria falar contigo. Fui chamada e era o Carvarino. E o Carvarino disse: "Inha, venham já para Casa dos Timores" e aí fomos lá (entrevista, 2022).

Essa ideia de segurança é interessante, pois, se aos poucos tornava-se comum as filhas mulheres irem estudar, a convivência com colegas homens ainda não era algo trivial para a cultura timorense, à época. Alguns namoros e casamentos foram iniciados na Casa dos Estudantes Timorenses, como o namoro entre Luís Cardoso e Rosa *Muki*, o casamento de Maria do Céu com Antônio Carvarino e de Olga Diógenes com Carlos Boavida. Nesse sentido, é interessante pensar em duas nuances dessas interações: por um lado, a convivência com os colegas timorenses, quase todos de famílias que se conheciam (algo corriqueiro em cidade pequenas como Díli, na década de 1970), trazia alguma forma de familiaridade e acolhimento no período longe de casa; e, por outro lado, como se envolveram de forma visceral com a política da época, viver na casa de estudantes era um ato político dessas mulheres, as quais, de formas mais ou menos sutis, desafiaram as recomendações de seus familiares e saíram do "lar das mães". Novamente, Adelina confirma essa trajetória:

Adelina Tilman: Depois surgiu essa coisa de todos ficarem num sítio onde podiam conversar à vontade sobre Timor e então fomos mudando, fomos mudando [para a Casa dos Timores], ficamos numa casa abandonada que era do governo. Fomos todos pra lá. Nessa altura presenciamos o movimento de independência da FRETILIN e então procurávamos estar sempre juntos para ter as informações (entrevista, 2022).

As mulheres em foco nesta pesquisa conviveram de formas diversas na Casa dos Timores. Pascoela Barreto, por exemplo, não morava na Casa, pois já era casada e com filhos, mas participava das reuniões sempre que possível e buscava aprender ao máximo com as discussões que aconteciam na Casa.

Camila Tribess: E tinha a Casa dos Timores, como era isso? A senhora participava das reuniões lá?

Pascoela Barreto: Ah sim, sim. Eu participei, porque pra mim também era aquela forte vontade e desejo de aprender mais qualquer coisa sobre política, porque eu não percebia nada. E juntei-me a eles, participava nas reuniões, participava nas manifestações. Mas eu na altura eu trabalhava e tinha ainda o miúdo pequeno portanto... eu trabalhava, tinha o miúdo pequeno e aí na altura eu tinha pensado em voltar a estudar, porque a seguir ao 25 de abril as pessoas organizaram-se e os mais preparados e todos os colegas que tinham licenciaturas em várias áreas, na área de engenharia, de advocacia, sei lá... juntaram-se e começaram a organizar-se para dar aulas àqueles que quisessem continuar a estudar e eu... Eu disse, vou aproveitar esta oportunidade. Mas olha, os acontecimentos do 25 de abril em Timor precipitaram-se e eu acabei por largar essas aulas, porque era muita coisa. Primeiro eu queria participar das reuniões, eu queria estar ao lado dos estudantes timorenses, então não dava pra tudo, não é? (entrevista, 2022).

Adelina também valoriza a interlocução com colegas das ex-colônias africanas e a relação com as demais mulheres timorenses na Casa como parte de seu aprendizado político.

Adelina Tilman: Além da Inha, Filomena, *Muki*... conversávamos muito com os africanos sim, tínhamos muita comunicação com os africanos, estávamos sempre juntos, falávamos a mesma língua, mas longe dos pais, já ninguém queria estudar. Todos estavam envolvidos nessa coisa de revolução e não havia muito tempo para os estudos (entrevista, 2022).

Essas falas de Pascoela e de Adelina nos dão alguma ideia da efervescência política da época em Lisboa, com organizações de todos os tipos, nos partidos, nas repartições públicas, nas universidades e nos bairros para possibilitar que as pessoas estudassem e se comprometessem com o processo de democratização do país. Nesse contexto, Pascoela passa a frequentar as reuniões na Casa dos Timores e ali tem sua formação política inicial. Marina Ribeiro Alkatiri também destaca o quanto as discussões realizadas na Casa foram fundamentais para a sua formação política.

Marina Ribeiro Alkatiri: Eu estava aqui no 25 de abril. Primeiro que eu aprendi política aqui [Lisboa]. Principalmente, com aqueles que já foram, o Carvarino, *Sahe*... eu nem sabia quem era Mao Tse Tung. Teve um dia depois da reunião,

nós todos os dias tínhamos reunião, com o 25 de abril e a tomada da casa dos timores, tinha reunião todos os dias, era a primeira vez que a gente tinha isso. E falavam em Lenine [Lênin], Staline [Stálin], Mao Tsé Tung... mas Lenine eu já tinha ouvido, então Lenine e Mao Tsé Tung, Mao Tsé Tung e eu não aguentava, então, no intervalo para irmos tomar qualquer coisa, eu chamei o Sahe, Vicente Sahe né? E ele tava ao lado do Carvarino, disse: "olha cá, vocês todo tempo falaram de Mao Tsé Tung para aqui, para lá, mas quem é esse Mao Tsé Tung?" E ele riu-se: "Mao Tsé Tung é o presidente da China!" [risos] O que sabia eu lá da China? Ouvimos falar de Amílcar Cabral quando ele morreu, ele morreu dia 30 de janeiro de 73, quando ele morreu alguns falaram então que havia uma guerra, uma luta lá e a gente ficava toda orgulhosa porque tava a lutar pela independência (entrevista, 2022).

Marina, Rosa *Muki* e Adelina, junto com Filomena, envolveram-se na gestão da Casa, como comprovam os documentos da época, e na organização partidária, duas coisas muito conectadas, pois a FRETILIN passou a ter hegemonia sobre a Casa dos Timores. Para termos ideia do processo de disputa política na Casa, bem como da dinâmica das discussões tratadas ali para o desenvolvimento da luta política em Timor, vejamos um exemplo interessante: no final do mês de agosto de 1974, um grupo de estudantes da Casa, formado por Abílio e Guilhermina Araújo, Vicente Sahe, Antonio Carvarino e Venâncio Silva, viajou para Díli, chegando lá em 11 de setembro daquele ano. Na Fotografia 9 estão alguns dos e das estudantes que faziam parte do grupo da Casa dos Timores nesse período, antes da ida da comitiva para Díli, em setembro de 1974.

Fotografia 9: Estudantes da Casa dos Timores em Lisboa (1974)



Fonte: Arquivo Fundação Mário Soares/ Casa Comum

Segundo os relatos de Marina Ribeiro Alkatiri, o grupo da Casa dos Timores, em diálogo com o grupo de Díli, discutia a necessidade de mudança do nome da ASDT e o programa político a ser seguido. Um grupo defendia o uso do nome Frente Unida para a Libertação e Independência Nacional (FULIN), criado por Abílio Araújo; outro, em especial os membros fundadores que se encontravam em Timor, acabou prevalecendo com a mudança para Frente Revolucionária Timor-Leste Independente, a FRETILIN, numa clara referência ao movimento que se destacava em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e com o uso do termo "revolucionário" no nome⁴⁶.

Esse grupo que saiu de Lisboa levou consigo informações, materiais e era uma espécie de representação dos estudantes timorenses em Portugal. Araújo relata que foi escolhida uma comitiva para ir entender melhor a situação no território timorense após o 25 de abril, bem como levar a sugestão do novo nome para a ASDT. No entanto, quando a delegação chegou à Díli, em 11 de setembro de 1974, o nome FRETILIN já tinha sido decidido. Sobre essas escolhas e o mesmo acontecimento, Marina Ribeiro Alkatiri conta que,

Marina Ribeiro Alkatiri: E aí surgiu a ASDT e os partidos todos começaram, então pronto, havia a APODETI e a UDT. Então eles iam com o objetivo de formar o FULIN-Dili, a Frente Unida de Independência de Timor – Díli. Então aí excluía a APODETI e a decisão era essa. E eles [os estudantes timorenses em Lisboa] tinham direito a que o governo pagasse os bilhetes depois de um certo tempo para férias dos estudantes que estavam aqui [em Portugal]. (...) E com esse objetivo que nós tínhamos decidido que eles fossem pra lá e falassem, consultassem com todos, que queriam unir com a UDT pra formar o FULIN como frente única. O objetivo era, quer dizer, a intenção não era má, só que chegaram lá e chegaram precisamente no dia 11 e eles eram membros da comissão diretiva. (...) Então, eles chegaram lá no dia 11 de setembro, mas já tinham decidido lá em Timor que a ASDT ia mudar para FRETILIN. Eles quando chegaram lá as coisas tavam todas prontas. Quem foi buscá-los no aeroporto foi o Mari [Alkatiri], já viu a coincidência? Mari foi buscar no carro dele. Chegaram no aeroporto e foram para a casa do Xavier [do Amaral]. Eles ainda explicaram sobre o que tínhamos falado, mas pronto, chegaram lá e tava tudo diferente e tiveram que mudar de opinião (entrevista, 2022).

Ou seja, o grupo de estudantes em Lisboa mandou seus representantes para influenciarem no processo político, mas as discussões em Timor também tinham avançado. Esse processo dialógico entre os grupos políticos estabelecidos no

⁴⁶ A ideia era construir uma frente ampla, em acordo com a União Democrática Timorense, a UDT, para garantir o processo de independência timorense contra a anexação indonésia. No entanto, essa frente ampla acabou não incluindo a UDT, por divergências políticas e ideológicas e também, em certa medida, por ação de desestabilização do governo indonésio, que forçou a assinatura de um documento pela anexação, mediante suborno e ameaça militar (Leach, 2017).

território timorense e o que ficou conhecido como o "Grupo de Lisboa" (Araújo, 2012) foi fundamental para o desenvolvimento partidário naquele período. A comitiva de estudantes novamente fez a conexão entre as discussões e levou orientações específicas para quem estava na Casa em Lisboa, com a indicação de todos apoiarem diretamente a FRETILIN. Como explica Marina,

Marina Ribeiro Alkatiri: Depois deles concordarem, nós estávamos em reunião mais ou menos nessa hora. Eram 15 horas daqui [Portugal] (...), nós estávamos em plena reunião e eu era uma das que estava a dirigir a reunião. Então, o senhor que tava... como chama, o senhor português que tomava conta da casa atendeu o telefone e disse "olha, o doutor [Antonio] Carvarino quer falar com a senhora" e então eu fiz um ponto de ordem e fui atender o telefone. Então, o que ele disse foi assim: "Inha [Marina], avisa todos os camaradas da Casa dos estudantes que vamos todos apoiar a FRETILIN", então eu que anunciei isso na reunião. (...) e então falei "Camaradas, o Carvarino telefonou e disse para todos nós da Casa dos Timores para apoiar a FRETILIN (entrevista, 2022).

A partir dessa orientação, o grupo da Casa dos Timores passa a se reorganizar. Com a ida de Carvarino, Abílio e Guilhermina Araújo para Timor, uma nova direção da Casa é empossada e, então, Rosa *Muki*, Marina e Filomena passam a desempenhar um papel de liderança ainda mais destacado frente ao grupo. Elas organizam a rotina política da Casa e, inclusive, estabelecem uma disciplina partidária naquele contexto tão conturbado.

Após a mudança da ASDT para FRETILIN, em agosto de 1974, e a orientação vinda de Díli para que as estudantes apoiassem a Frente, as disputas políticas na Casa aumentam de forma aguda. Começam a surgir dissensões e há um grupo minoritário que convive na Casa que ou discorda da ideia de a FRETILIN ser "a única representante legítima do povo timorense" (como o partido se autodenominava) ou mesmo (os que eram mais próximos ideologicamente da UDT) não concorda com a exigência de independência imediata. Sobre isso, Luís Cardoso relembra:

Luís Cardoso: As pessoas zangaram-se, não falaram durante muito tempo, que é uma estupidez, porque às vezes as pessoas têm um ponto de vista, querem os mesmos objetivos, mas apenas pensavam de uma forma diferente. Acho que é aquela coisa da juventude, tudo à flor da pele, então zangamo-nos, mas não... porque no fim de contas a FRETILIN também reivindicava pra si o lugar de "único e legítimo representante", muito bem, mas pode reivindicar, mas isso não quer dizer que seja em absoluto o único representante do povo timorense, porque as outras pessoas também lutavam. (...) Eu não fui... [do partido] porque sempre fui simpatizante. A minha relação com a FRETILIN é uma relação de independência, né? Por natureza eu seria sempre da FRETILIN, por opção ideológica eu seria sempre da FRETILIN (entrevista, 2022).

Frente a essas disputas e contradições no seio do grupo de estudantes timorenses em Portugal, em especial na Casa dos Timores, *Muki*, Marina e Filomena, que eram parte da direção da Casa, organizam uma assembleia, em maio de 1975, buscando manter a coerência interna do grupo e restringir as críticas que estavam sendo feitas pelos membros da UDT e por outros estudantes. Nesse documento (Figura 3), lê-se que os estudantes contrários à FRETILIN, que estavam sendo acusados de "afirmações injuriosas" nessa assembleia, realizaram uma "auto-crítica" (*sic*), no linguajar corrente dos partidos de esquerda da época. A partir disso, decide-se que os próximos casos seriam punidos com expulsão da Casa.

Figura 3: Ata da assembleia enviada como anexo ao vice-presidente da FRETILIN

Anexo I (do 2º relatório)

AO CAMARADA

VICE-PRESIDENTE DA FRETILIN

(Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente)

A Casa dos Timores em Assembleia Geral de 18 de Maio de 1975, decidiu aceitar a auto-crítica de alguns camaradas quanto às afirmações injuriosas em relação à FRETILIN.

Nesta Assembleia Geral, foi decidido também que, de futuro, actuações deste teor merecerão a pena de expulsão desta casa.

(Aprovada por unanimidade)

Lisboa, 18 de Maio de 1975

pel'ª Comissão Directiva

Rosa Filomena Cardoso Bonaparte Soares

Aires Eddu de Almeida

Marina Isabel Maria Ribeiro

Filomena de Almeida

Fonte: Arquivo Fundação Mário Soares/ Casa Comum

O documento, assinado pelas três, *Muki*, Marina e Filomena, junto com Aires Almeida, denota tanto o lugar de liderança dessas mulheres na Casa quanto o papel delas ao buscarem manter o alinhamento político entre o grupo de timorenses que ali convivia. Esse papel será fundamental no decorrer das atuações dessas mulheres,

que, a partir da invasão indonésia ao território timorense, passam a ocupar lugar de ação política e diplomática fundamental para a ação da FRETILIN no exterior.

Alguns dias depois dessa reunião na Casa, o líder da FRETILIN, Nicolau Lobato (cunhado de Pascoela Barreto), foi para Portugal, de passagem para Moçambique, onde participou das cerimônias da Independência daquela ex-colônia portuguesa. Nesse momento, em Lisboa, a militância da Frente organizou algumas atividades, entre elas uma coletiva de imprensa. Nas entrevistas que realizei para esta pesquisa, narra-se que esse momento em que Nicolau Lobato esteve em Lisboa foi intenso e conturbado, pois o governo português se recusou a encontrá-lo e, ao mesmo tempo, de grande interação das jovens timorenses, em especial das que estavam na Casa dos Timores. Pascoela se recorda desses dias de forma bastante clara:

Camila Tribess: Então quando o Nicolau veio pra cá, pra Portugal, em 1975, a senhora estava aqui, ele ficou na sua casa?

Pascoela Barreto: Eu tava em Portugal, ele chegou... ele saiu de Timor para participar na festa da independência de Moçambique, mas passou por Portugal pra fazer contactos com as autoridades portuguesas e nós sabíamos que ele vinha. (...) E aí foi de facto, fui me envolvendo. Quer dizer, comecei com os estudantes, mas depois fui me envolvendo cada vez mais. Porque na altura nós não tínhamos apoio nenhum. Não tínhamos casa, não tínhamos nada. Então meu cunhado ficou na nossa casa, era uma casa pequenina, mas era aí que ele fazia as reuniões com os elementos da FRETILIN que estavam em Portugal e eu fui aprendendo, fui me envolvendo cada vez mais. Portanto, a minha participação na luta foi se desenvolvendo e foi sendo cada vez mais a partir da vinda do meu cunhado. Porque aí, com as conversas com meu cunhado, fui me apercebendo da importância do trabalho cá fora que tínhamos que fazer pra ajudar todo o processo em Timor (entrevista, 2022).

Nesse período, o grupo conseguiu realizar uma entrevista coletiva, na Casa dos Timores, para alguns jornais da imprensa portuguesa. Felizmente, possuímos a gravação desta entrevista nos arquivos da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP)⁴⁷. Nessa oportunidade, Rosa *Muki* apareceu ao lado do vice-presidente do partido, Nicolau Lobato, e de Abílio Araújo. Nessa época, *Muki* era parte da direção da Casa e já legitimada como liderança das mulheres da FRETILIN. Assim, o fato de *Muki* estar presente na mesa da entrevista coletiva ressalta a sua importância no contexto dessas intervenções, em especial pensando na relevância que a coletiva teve para o grupo, já que o governo português não quis recebê-lo como liderança política de sua colônia.

⁴⁷ RTP. (21/maio/1975). Lisboa, Casa dos Timores, conferência de imprensa de Nicolau Lobato, vice-presidente da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), sobre o "repúdio" à integração na Indonésia. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-da-fretilin-2/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Na imagem a seguir, podemos ver a mesa composta pelas três lideranças, com Nicolau Lobato ao centro, Rosa *Muki* à esquerda e Abílio Araújo à direita, estando a bandeira da FRETILIN em destaque.

Fotografia 10: Coletiva de imprensa FRETILIN em Lisboa (1975)



Fonte: arquivo RTP, 1975

É importante também destacar que, segundo Luís Cardoso, foram os contatos de Guilhermina Araújo na política e na imprensa portuguesa que possibilitaram que essa entrevista acontecesse. Segundo ele,

Luís Cardoso: Eu acho que foi o Abílio Araújo e a Guilhermina quem organizaram isso.

Camila Tribess: Mas foi muito simbólico a *Muki* estar ali nessa entrevista.

Luís Cardoso: Ah sim. Foi muito bom isso. Ela esteve lá, se preparou, mas na altura julgo que foi mais a Guilhermina e o Abílio Araújo a preparar, mais a Guilhermina, pois ela que tinha os contactos dos jornalistas. O Nicolau [Lobato] quando esteve aqui foi entrevistado por José Saramago, que era diretor do Diário de Notícias, pelos contatos da Guilhermina (entrevista, 2022).

Outro fato que merece ênfase é que Guilhermina Araújo tinha ido para Timor em 1974, onde viveu por alguns meses com seu marido, Abílio Araújo, e passou a ser legitimada como uma das lideranças da FRETILIN. Esse período de estada em Timor foi crucial para a organização da Frente, pois Guilhermina passa a escrever diversos documentos do partido, tendo nesse momento conhecido o território, já que ela é

portuguesa, mas casou-se com Abílio Araújo, passando a se posicionar como timorense também. Luís Cardoso traz uma análise interessante da atuação dela:

Luís Cardoso: Digamos que dentro do aparelho da FRETILIN ganhou respeito e depois, do ponto de vista dos timorenses, alguns tiveram alguma dificuldade em aceitar, porque houve uma altura que ela começou a vestir *lipa* [saia tradicional confeccionada com tecido timorense, o tais] e essas coisas todas... portanto, houve uma perturbação das pessoas, não dentro do partido da FRETILIN, mas de outras pessoas que estavam contra, da UDT e, portanto, tinham alguma dificuldade de aceitar isso. (...) Mas, o que acontece depois, conhecendo bem a Guilhermina mais tarde, foi uma pessoa que esteve muito envolvida. Primeiro, que era namorada do Abílio Araújo e era amiga do Carvarino, do Sahe, dessas pessoas todas que faziam parte do movimento. Ela esteve nos primórdios, digamos assim, da formação política dos estudantes que tavam cá [em Lisboa]. 9...) Fizeram essa campanha toda [em Timor] e ela esteve muito envolvida nisso. (...), Mas pronto, ela teve uma formação política muito forte no MRPP. Influenciou, o MRPP teve uma influência muito grande nestes estudantes, como o Vicente Sahe, o [Antonio] Carvarino, no Abílio Araújo, na Guilhermina, eles tinham formação política muito boa no maoísmo (entrevista, 2022).

A campanha a qual Luís Cardoso se refere é a de mobilização que Guilhermina e Abílio fizeram nos meses em que viveram em Timor, no ano de 1974. Abílio se valeu de suas origens de família nobre e buscou mobilizar apoio no interior do país para a FRETILIN e Guilhermina, a partir de sua formação política consistente, escreveu diversos manifestos e documentos para o partido, que depois eram traduzidos para língua tétum (Araújo, 2012).

Finalmente, é importante destacar que a própria convivência entre as mulheres do grupo foi uma forma de construir laços e aprofundar a formação política mútua. Luís Cardoso destaca diversas vezes o quanto aprendeu sobre política nessa época com Rosa *Muki* e, entre as mulheres, todas destacam o aprendizado mútuo, a confiança que tinham umas nas outras e o quanto se desenvolveram rapidamente, de forma coletiva, nesse tempo em Portugal. Nesse sentido, uma fala de Pascoela Barreto é estratégica para compreendermos essa rede de solidariedade e aprendizagem interna entre o grupo de mulheres que conviveram na Casa. Quando perguntei como ela via a atuação das suas colegas, todas muito jovens, mas atuantes na política naquele momento, ela responde:

Pascoela Barreto: Ah, eu admirava! Eu admirava muito porque eu não percebia nada de política, então elas eram um modelo pra mim. Aprendia com elas. Porque eu tinha uma grande admiração por elas terem capacidade para ir às manifestações, para ir falar, eu alguma vez não era capaz de enfrentar assim um público?... ah não! Não conseguia, meu Deus! E eu tinha uma grande admiração por elas. Pela Ana Pessoa, pela Inha [Marina], por todas elas,

Madalena Boavida, a Alice e outras. Era um conjunto de mulheres participativas na luta (entrevista, 2022).

Essa fala sintetiza, de forma afetuosa e sincera, o processo de aprendizado mútuo que se estabeleceu entre essas mulheres naquele espaço. Vimos, assim, a atuação dessas estudantes na Casa, como elas viveram esse processo, tiveram sua formação política desenvolvida a partir do espaço da Casa dos Timores e, junto com seus colegas, influenciaram o debate político dentro do partido, ocupando inclusive lugares de gestão da Casa e de liderança política frente às decisões que eram tomadas. A seguir, busco desenvolver uma análise com algumas lentes teóricas sobre essa atuação apresentada até aqui.

2.3 Casa dos Timores *ukun-rasik-an*

Ukun-rasik-an é o termo em língua tétum para independência, autogoverno. É um termo intrinsecamente ligado às ideologias da FRETILIN da década de 1970 e, segundo Da Silva (2011), está relacionado tanto à retomada das tradições culturais timorenses, que eram vistas como atrasadas e primitivas pelos colonizadores, quanto com os debates anticoloniais mais vanguardistas da década de 1970, inspirados em intelectuais como Paulo Freire, Franz Fanon e Amílcar Cabral. Nesse sentido, o autogoverno foi introduzido também na Casa dos Timores, a partir da ocupação, e os debates políticos e ideológicos bastante interligados com o espírito revolucionário da época, dentro do contexto político de Portugal, mas também em diálogo com os movimentos políticos da África e da Ásia.

Diante disso, o processo de ocupação e renomeação da Casa tem importância em diversos níveis de análise, a partir da perspectiva de dois conceitos com os quais proponho um diálogo: “pensamento de fronteira” (Grosfoguel, 2008) e “zona de contato” (Pratt, 1999). O uso dessas duas ideias tem como objetivo apoiar a discussão desta tese na análise multidimensional das relações estabelecidas pelas mulheres timorenses que viveram e estudaram em Portugal, tanto com suas interlocuções nos territórios africanos quanto com seus contemporâneos timorenses e portugueses.

É a tensão colonial existente na zona de contato vivenciada por essas mulheres em Portugal, conjugada com as relações com seus pares, na lógica do pensamento de fronteira, que possibilita um “giro decolonial” por essas jovens mulheres, transformando-as em agentes políticos fundamentais. Por “giro decolonial” se

entende, a partir de Castro-Gomez e Grosfoguel (2007, pp. 18-21) uma outra forma de pensar, que rompe com a estrutura de poder colonial, apesar de ser criada dentro desta mesma estrutura, buscando se formar a partir de uma “cumplicidade subversiva com o sistema e de uma 'resistência semiótica' que ressignifica a hegemonia do conhecimento ocidental” (Castro-Gomez e Grosfoguel, 2007, p. 20). Essa subversão epistêmica faz parte da decolonialidade, que é, por sua vez, segundo os autores e as autoras dessa vertente, parte intrínseca da própria dinâmica de colonização e é a expressão da resistência às estruturas de poder coloniais.

Nessa lógica, proponho utilizar a ideia de zonas de contato para pensar no eixo vertical, em que a opressão colonial se destaca de forma mais evidente. Mary Pratt, ao apresentar seu uso desse termo, refere-se a ele como:

(...) espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (Pratt, 1999, p. 27).

A autora mobiliza essa ideia de zonas de contato para pensar nas literaturas de viagem e em como a perspectiva dos colonizadores, ou "os olhos do império", moldam não apenas a visão que os europeus têm de si mesmos em relação ao mundo, mas também como essa escrita nas zonas de contato é reconhecida e mobilizada pelas próprias pessoas colonizadas, estando assim em diálogo com a ideia de colonialidade do ser (Quijano, 2000; 2005).

Para a análise deste capítulo, os espaços da zona de contato podem ser desde as escolas mantidas por religiosos portugueses, em Díli, até o espaço das casas estudantis, em Lisboa. Nas instituições religiosas de Díli, as jovens timorenses entravam em contato com a educação europeia, ao mesmo tempo em que questionavam o colonialismo. Nas casas estudantis, com o objetivo de formar elites coloniais que dessem continuidade ao projeto imperialista, acaba-se gerando o contexto político e intelectual para a formação de elites revolucionárias nacionalistas e anticoloniais.

Busco estabelecer, aqui, um questionamento em relação aos escritos e debates nessas zonas de contato, pois, se a escrita de viagem dos europeus pode estruturar uma visão sobre si e sobre o outro, seria possível também que os "contraescritos" na zona de contato, a partir da vivência das lutas políticas e debates

intelectuais, passem a ser mobilizadores e criem noções de pertença nas jovens mulheres timorenses, bem como estabeleçam uma visão de si (Timor) e do outro (colonialismo português), a partir de uma perspectiva anticolonial. Assim, o lugar da Casa dos Timores, em Lisboa, pode ser considerado como uma zona de contato, onde as jovens timorenses, ao mesmo tempo em que tinham acesso à educação europeia, questionavam o colonialismo e organizavam a luta política.

Nesse sentido, Pratt adiciona que essas zonas de contato são:

[...] espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada. (...) O conceito “zona de contato” é utilizado frequentemente em minha discussão como sinônimo de “fronteira colonial”. Mas enquanto este último termo está baseado numa perspectiva expansionista europeia (a fronteira é uma fronteira apenas no que diz respeito à Europa), “zona de contato” é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam. Ao utilizar o termo “contato”, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder (Pratt, 1999, pp. 31-32).

É interessante perceber que Pratt se debruça sobre as narrativas, em especial literárias, para pensar na construção do imaginário colonial sobre o "outro", o exótico, mas não deixa de destacar que esse processo é múltiplo e ocorre em sentidos diversos. O exemplo inicial de seu livro (Pratt, 1999, p. 26) é exatamente uma carta de um escritor peruano para o rei da Espanha, escrita em língua quéchua e castelhana. Essa mesma carta de Guaman Poma é referenciada pelo grupo da Modernidade/Colonialidade⁴⁸ como um exemplo do pensamento decolonial andino, já presente no século XVII (Grosfoguel, 2008; Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Pratt apresenta essas "instâncias da história da expressão indígena andina (como a carta de Guaman Poma) (...) com o fito de se esboçar a dinâmica da auto-

⁴⁸ Grupo de pesquisadores e pesquisadoras, em sua maioria da América Latina, muitas atuando em universidades dos EUA e Europa, mas que tinham como base os debates acerca dos temas da colonialidade e que desenvolveram bases do que hoje convencionou-se chamar de teorias decoloniais. Apesar de ser um grupo bastante heterogêneo, alguns debates geraram conceitos que são utilizados e aceitos de forma ampla (Ballestrin, 2013).

representação no contexto da subordinação e resistência coloniais" (Pratt, 1999, p. 30). O uso do conceito de zonas de contato não se restringe aos olhos do império sobre os colonizados, mas abarca também a formação subjetiva das pessoas colonizadas, em relação a si mesmas e aos poderes dominantes.

Num segundo nível de análise, para pensar na agência e nas relações mais horizontais estabelecidas pelas mulheres timorenses, utilizo a ideia de "pensamento crítico de fronteira", que surge dos debates do grupo Modernidade/Colonialidade⁴⁹, em especial no texto de Mignolo (2000) e que, a seguir, Grosfoguel (2008) desenvolve como "pensamento de fronteira". Agrego aqui a crítica da colonialidade, a partir da perspectiva de gênero, trazida por Maria Lugones (2014), e o consequente debate estabelecido no grupo, em que se aponta a centralidade das questões de gênero para se pensar a colonialidade de forma mais ampla, lembrando que, assim como a raça, a construção da ideia de gênero é parte das bases da colonialidade do ser, do saber e do poder (Quijano, 2000; Lugones, 2014; Mignolo; Lugones; Jimenez-Lucena; Tlostanova, 2008). Além disso, Lugones (2014), em diálogo com a ideia de Gloria Anzaldúa (1987), de uma existência mestiça nas fronteiras, nas franjas (*borderlands*), provoca-nos a refletir sobre o pensamento de fronteira feminista.

Estou propondo um pensamento de fronteira feminista, onde a liminaridade da fronteira é um solo, um espaço, uma fronteira, para usar o termo de Gloria Anzaldúa, não apenas uma fenda, não uma repetição infinita de hierarquias dicotômicas entre espectros do humano desalmados (Lugones, 2014, p. 947).

Essa ideia de fronteira já é bastante utilizada, mas acredito ainda ser importante destacar que não se trata, como nenhuma fronteira pode ser, de uma barreira, mas sim de um espaço de porosidade, de fluxo, de trocas contínuas. Para estas autoras e autores, os pensamentos e existências que se estabelecem nos grupos que ficam no entremeio da colonialidade criam novas formas de ser e pensar, o que já não é igual ou similar ao que havia antes da colonização – já que esse “antes” é impossível de ser retomado. Todavia, também não é a simples absorção dos mandos coloniais, é outra coisa, exatamente porque se desloca, movimenta-se e permite trocas entre as diversas epistemologias e, agindo assim, cria novas possibilidades.

⁴⁹ Sobre os debates de Grupo Modernidade/Colonialidade e sua repercussão, em especial na América Latina, ver Ballestrin, 2013.

Nesse sentido, é importante estabelecer o uso dos termos colonialismo e colonialidade, e anticolonial e decolonial. Com base na perspectiva teórica aqui apresentada, o colonialismo é o regime de governo das nações do norte global que se fundamentou na exploração econômica, política, de recursos naturais e humanos dos territórios colonizados, em que por séculos (do século XVI ao século XX), os países europeus – e depois os Estados Unidos da América (EUA), como herdeiro do *ethos* colonial (Quijano, 2005) – dominaram a grande maioria dos territórios das Américas, da África e da Ásia. Esse sistema criou uma forma de ser e de viver, a qual autores das perspectivas críticas decoloniais chamam de colonialidade. A colonialidade está integrada às estruturas sociais e até mesmo à formação psicológica e emocional das pessoas – tanto das colonizadoras quanto das colonizadas – e permanece mesmo após o fim do regime de governo colonial (Quijano, 2000; 2005).

Junto a essa exploração colonial surgem as lutas de resistência, que se estabelecem em guerras e conflitos anticoloniais, como a guerra pela independência dos países latino-americanos, africanos e asiáticos, mas também com estratégias de transformação das estruturas coloniais, na maioria das vezes a partir das próprias bases do colonialismo. A essas estratégias que vão para além do fim do regime colonial propriamente dito e buscam estabelecer novas formas de sociabilidade, de aprendizagem, de lutas e de compreensão do mundo e de vivências fora dos padrões da colonialidade é que se convencionou atualmente chamar de decolonialidade. Nesse sentido, o caso timorense abrange o regime colonial que imperou no território, a luta anticolonial travada, a princípio contra Portugal e depois contra o representante da imperialidade (Ballestrin, 2017) na região, qual seja, a ditadura indonésia e sua invasão ao território timorense recém-independente. Bem como as estratégias decoloniais, que sempre existiram como forma de resistência ao poder colonial imposto e que foram potencializados a partir da vivência na zona de contato estabelecida em Lisboa, em especial na Casa dos Timores na década de 1970.

A convivência na Casa dos Timores, assim como as vivências com grupos políticos portugueses e das outras colônias, ajudara a promover diálogos e entrelaçamentos com o mundo timorense, transformando o nome da Casa dos Timores, por exemplo, para retomar uma cultura rejeitada pelo olhar colonizador. É a vivência na zona de contato entre essas pessoas, com experiências e realidades tão diversas, que mobiliza o surgimento de um pensamento de fronteira. Grosfoguel (2008) define esse pensamento como uma resposta crítica aos projetos eurocêntricos,

questionando não apenas a autoridade política colonial, mas toda a lógica imposta pela Europa para os territórios colonizados.

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistémica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada (Grosfoguel, 2008, p. 138).

Nas duas dimensões de análise aqui propostas, a vivência e a atuação das jovens timorenses em Portugal se dá de forma a mobilizar experiências e vivências coloniais na zona de contato, nessa dimensão mais vertical de relações de poder e troca intelectual e política que as lideranças timorenses estabelecem em Lisboa. Na dimensão de trocas mais horizontais, o pensamento de fronteira se coloca com as trocas diversas entre as mulheres timorenses e seus pares de diversas localidades, inclusive a partir das relações estabelecidas com os partidos portugueses de esquerda, com os quais também tiveram contato, até mesmo em termos de atuação direta, como no caso de Rosa *Muki*, Maria do Céu e Guilhermina.

No contexto revolucionário, em Portugal, essas jovens passam a ter contato ainda mais direto com as ideias de esquerda, marxistas e revolucionárias, que antes circulavam pelas mãos das estudantes em livros repassados de forma clandestina. Além disso, passam a ter mais detalhes sobre o que estava de fato acontecendo nas guerras coloniais na África, já que, até abril de 1974, apenas o discurso oficial circulava de forma massiva no território timorense. A maioria das estudantes timorenses vivenciou, em Lisboa, o período de abertura política, em especial no contexto um pouco anterior à Revolução dos Cravos e alguns poucos meses depois, ou seja, no final do regime fascista. Tratava-se de um momento de mais liberdade de ação política, que possibilitou maior circulação de debates, em comparação às vivências das gerações anteriores de estudantes. Essa socialização foi fundamental na formação política das mulheres, como no caso da Rosa *Muki*, por exemplo, sobre o qual Loney (2015) analisa que,

Os membros da OPMT, no Timor Português, comentaram sobre a influência que estudar em Portugal teve sobre mulheres como *Muki*. Uma colega de turma e membro do OPMT do distrito de Ermera, Lourdes 'Merita' Alves Araujo, recordou com carinho que foi a partir do tempo que estudou em Portugal que

Muki adquiriu novas ideias, novos exemplos e novos conhecimentos sobre política de outros países, particularmente de países africanos que também queriam lutar pela sua independência. Quando regressou a Timor, tentou introduzir estas ideias e mobilizar o povo – toda a população, incluindo as mulheres – para que todos pudessem tornar-se parte do processo político. Merita afirmou que *Muki* foi uma das primeiras pessoas a levantar a ideia 'de que todas as mulheres poderiam participar no processo'. Outro membro da OPMT do distrito de Aileu, Zulmira 'Sirana' da Cruz Sarmento, lembrou que quando os estudantes chegaram de volta de Portugal, tanto homens como mulheres partilharam histórias sobre o tempo que passaram em Portugal e, em particular, enfatizaram os papéis de género intercambiáveis dos casais em Portugal em termos de trabalho, trabalho doméstico e estudo. Os estudantes que regressaram transferiram não só as ideias a que foram expostos, mas também o sentimento do clima revolucionário em Portugal, através das fronteiras de Lisboa para a colónia de Timor Português⁵⁰ (Loney, 2015, p. 8 - tradução livre).

Existem aqui espaços (territoriais ou não) em que há a troca de vivências, experiências e reflexões dos colonizados. Essas trocas se dão tanto pela coerção colonial e pela violência física, quanto pela opressão epistemológica, que faz emergir uma visão de si mesmo – do colonizado - pelos olhos coloniais (Pratt, 1999). Assim, as populações colonizadas se entendem como não desenvolvidos, tendo como critério o modelo europeu. Ainda há a ideia de “gratidão” ao colonialismo por terem a chance de estudar, como queria o projeto inicial das casas e das bolsas para estas jovens. No entanto, nessas zonas de contato também surgem pensamentos autônomos, completamente novos e que, na maioria das vezes, tornam-se disruptivos frente à realidade opressiva do colonialismo, potencializando assim a luta política por independência.

Ainda nessa tensão entre a dimensão vertical e a horizontal de análise, é importante considerar o argumento de Manuela Ribeiro Sanches (2017), baseado na discussão de Edward Said (1983, 2001), que aponta a importância das “viagens de textos e teorias, viagens que não só contribuiriam para constituir uma comunidade de

⁵⁰ OPMT members within Portuguese Timor commented upon the influence that studying in Portugal had on women such as *Muki*. A fellow classmate and member of OPMT from Ermera district, Lourdes 'Merita' Alves Araujo, fondly recalled that it was from her time studying in Portugal that *Muki* gained new ideas, new examples and new knowledge about politics from other countries, particularly African countries that also wanted to fight for their independence. When she returned to Timor, she tried to introduce these ideas and to mobilise the people—the whole population, including women, so that everyone could become a part of the political process. Merita claimed that *Muki* was one of the first people to raise the idea 'that all women could take part in the process'. Another OPMT member from Aileu district, Zulmira 'Sirana' da Cruz Sarmento, recalled that when the students came back from Portugal both men and women shared stories about their time in Portugal, and in particular, emphasised the interchangeable gender roles of married couples in Portugal in terms of work, housework and studying. The returned students transferred not only the ideas to which they had been exposed, but also the feeling of the revolutionary climate in Portugal across borders from Lisbon to the colony of Portuguese Timor (Loney, 2015, p. 8).

leitores, mas que também foram decisivas para as opções políticas de alguns deles” (Ribeiro Sanches, 2017, p. 210). Nesse sentido, é especialmente interessante para o caso timorense analisar o ensaio de Said, *"Traveling theories"* (1983) e sua versão revisitada pelo próprio autor quase duas décadas depois (Said, 2001). Se no primeiro texto Said argumenta que com essas viagens dos textos e circulação das teorias, ao serem lidas por acadêmicos europeus, elas iam perdendo sua potência original; em *"Traveling theories revisited"* (Said, 2001), ao contrário da sua primeira versão, ele percebe e demonstra que, quando essas teorias revolucionárias são lidas num contexto periférico e em forte luta social, elas ganham novas potencialidades de interpretação radical para a luta política.

Mas, e se alguns dos leitores de Lukács, totalmente influenciados pela sua descrição da reificação e do impasse sujeito-objeto, não aceitassem o desfecho reconciliador da sua teoria e, na verdade, o recusassem deliberada, programaticamente e intransigentemente? Não seria este um modo alternativo de viagem da teoria, que na verdade se desenvolveu longe da sua formulação original, mas em vez de se tornar domesticado nos termos permitidos pelo desejo de Lukács de trégua e resolução, arde, por assim dizer, reafirma as suas próprias tensões inerentes, ao se mudar para outro local? (...) Não poderíamos então chamar este surpreendente desenvolvimento posterior de um exemplo de “teoria transgressiva”, no sentido de que atravessa e desafia a noção de uma teoria que começa com uma contradição feroz e termina prometendo uma forma de redenção?⁵¹ (Said, 2001, p. 359-360 – tradução livre).

Esse seria, na visão do autor, o caso de Frantz Fanon lendo os textos de Lukács, em plena Guerra de Independência da Argélia. Esses textos ganham uma interpretação única, bem como se recompõem de potencial revolucionário, ou seja, nas palavras de Said, a (re)leitura dos textos em contextos anticoloniais torna as teorias europeias ainda mais transgressivas, porque têm a possibilidade de serem reinterpretadas, negando a dimensão da conciliação, pois o contexto colonial faz com que essa conciliação não seja um horizonte possível.

Sem dialogar diretamente com Said, esse também é o ponto que o professor Antero da Silva (2011) utiliza, ao destacar a importância dos e das estudantes

⁵¹ But what if some of Lukács's readers, totally influenced by his description of reification and the subject-object impasse, did not accept the reconciliatory denouement of his theory, and indeed deliberately, programmatically, intransigently refused it? Would this not be an alternative mode of traveling theory, one that actually developed away from its original formulation, but instead of becoming domesticated in the terms enabled by Lukács's desire for respite and resolution, flames out, so to speak, restates and reaffirms its own inherent tensions by moving to another site? (...) Might we then not call this surprising later development an instance of “transgressive theory,” in the sense that it crosses over from and challenges the notion of a theory that begins with fierce contradiction and ends up promising a form of redemption? (Said, 2001, p. 359-360).

timorenses em Lisboa e suas conexões políticas e intelectuais para fundamentarem a atuação política da FRETILIN. Segundo Da Silva (2011), o acesso a leituras que muito raramente chegavam a Díli foi um grande impulso para o início da reflexão mais crítica em relação à situação de Timor e dos timorenses, que ganhava especial apropriação e interpretações diversas a partir do conturbado contexto timorense. O contato com obras de autores marxistas e revolucionários, bem como a possibilidade de obter mais informações sobre o que acontecia nos demais territórios, foi fundamental para a tomada de consciência dessas mulheres, que se transformaram em lideranças políticas.

É interessante frisar que, além das vivências do contexto anticolonial, foi por meio das jovens que voltavam para Timor-Leste com diversos livros e escritos de teóricos da teologia da libertação, da pedagogia do oprimido e das lutas de libertação nacional, que as ideias marxistas passam a fazer sentido também para o contexto real timorense, com todas as suas peculiaridades econômicas, sociais e geográficas (Da Silva, 2011). Borja da Costa, por exemplo, leva de Portugal diversos livros sobre as questões anticoloniais, em especial de autores como Frantz Fanon e Aimé Césaire (Araújo, 2012, p. 107; Costa, 2009). Marina Ribeiro Alkatiri contou em sua entrevista sobre os livros de Paulo Freire e textos de Amílcar Cabral que enviavam para o território timorense a partir de Lisboa (entrevista, 2022).

São esses textos e autores que embasam as mudanças mais drásticas na atuação da então Associação Social Democrática Timorense (ASDT) e, segundo entrevista com Mari Alkatiri (2015), essa bagagem intelectual e política que os jovens timorenses trouxeram para seu país, especialmente entre 1974 e 1975, junto com os debates travados no território, foram fundamentais para essa transformação política. Além disso, os textos enviados pelas estudantes em Lisboa para Díli mobilizaram as campanhas de alfabetização, estabelecendo uma conexão intelectual e política dessas lideranças com a população rural da ilha, como veremos no capítulo três.

As mulheres foco desta pesquisa atuaram na concepção e organização dessas campanhas, de forma destacada, em especial Rosa *Muki* e Maria do Céu. Marina Alkatiri relembra que,

Marina Ribeiro Alkatiri: Nós aqui íamos os livros do Amílcar Cabral, do Eduardo Mondlane, tudo que era textos políticos, também para a educação com Paulo Freire. Eu ia com o Hamis [Bassarewan] de motorizada [motocicleta], ia carregar livros na cidade pra depois mandarmos pra Timor. Livros políticos e de alfabetização. E depois eles foram pra Aileu e fizeram lá

a alfabetização com o método Paulo Freire. Mandávamos livros do Amílcar Cabral, do Eduardo Mondlane, do Agostinho Neto, foi um momento muito *giro* [muito bom] (entrevista, 2022).

Essa relação direta entre escolaridade, vivências transnacionais e conscientização política é um processo recorrente em diversos contextos. Segundo Anderson (2008), a formação nacionalista de vários países se dá a partir de uma juventude que acessa a escolaridade muitas vezes nas metrópoles coloniais, onde ela inicia as lutas nacionalistas e se politiza, passando a liderar os movimentos de independência. Para o autor, essa geração “[...] consistia, acima de tudo, na primeira geração numericamente significativa a ter recebido uma educação europeia, distanciando-a linguística e culturalmente da geração dos seus pais e da grande maioria de seus conterrâneos colonizados” (Anderson, 2008, pp. 170-171).

Antero da Silva (2011) utiliza o termo elite para designar esse grupo, mas o faz pensando já numa perspectiva *a posteriori*, considerando as oportunidades que estas jovens tiveram ao acessar o ensino superior em Portugal. Em contraposição, nas entrevistas para esta pesquisa, tanto Marina Ribeiro Alkatiri quanto Pascoela Barreto afirmaram que quem vivia na Casa dos Timores antes da Revolução dos Cravos e da ocupação que se seguiu é que era a elite timorense, e que elas não faziam parte desse grupo.

Apesar desse uso do termo elite não ser o mais preciso, num contexto colonial periférico, em que os campos econômicos, culturais e políticos se misturavam e onde o simples acesso à educação formal significava também a obtenção de capital social e econômico (Bourdieu, 1989), não é possível tratar o termo elite de forma mais específica. Nesse aspecto, concordo com Figueiredo e Alves Furtado (2014), ao tratarem do tema das “elites negras” e utilizando aqui o mesmo raciocínio para pensar nos grupos timorenses, pois “[...] faz-se necessário entender de que forma membros de grupos minoritários, racialmente, fisicamente e culturalmente diferenciados vivenciam o processo de mobilidade social, sendo algumas vezes incorporados à elite política e economicamente dominante.” (Figueiredo; Alves Furtado, 2014 p. 132). Assim, ainda segundo os autores, é preciso ter em mente que as elites dos territórios colonizados transitam entre as lógicas de dois mundos diversos, “de um lugar hegemônico na sociedade e de outro lugar desprestigiado, racializado e inferiorizado.” (Figueiredo; Alves Furtado, 2014, p. 132).

No caso desse grupo das jovens lideranças intelectuais e com atuação política que formou a FRETILIN, é possível definir essa elite pelos cargos políticos ocupados dentro da estrutura partidária, pelo destaque como intelectuais reconhecidas à época por seus conterrâneos, que publicaram textos e debateram num diminuto grupo com acesso a recursos da cultura escrita, tanto em Díli quanto em Portugal. Ou seja, esse grupo que podemos denominar de elite política e intelectual da década de 1970 é definido como o que tinha acesso à escolaridade – em língua portuguesa - possuía algum capital cultural e social e estava empenhado na construção das bases do nacionalismo timorense. No entanto, ele só se estabelece como elite política no decorrer da luta pela independência timorense, inclusive por sua atuação destacada na esfera internacional. Assim, muitas das pessoas que também tiveram acesso a esses cursos superiores em Portugal e estavam no debate da década de 1970 se retiraram da cena política e não se consolidaram como parte dessa elite política e intelectual atual em Timor-Leste.

Muitas dessas pessoas que se retiraram são mulheres que, apesar de terem se engajado nos primeiros anos de exílio, acabaram se afastando, por diversos motivos, da militância política institucionalizada. Esses motivos vão desde a constituição de família e criação dos filhos até a opção por investir na carreira, como no caso de algumas mulheres que se formaram em Portugal ou em Moçambique e seguiram atuando profissionalmente nestes países, ou mesmo pelo processo de desilusão com a luta política, os mecanismos de exclusão das mulheres dentro do próprio partido e o fator tempo, já que o período de guerrilha contra a Indonésia durou 24 anos. Essas razões são levantadas pelas mulheres que entrevistei para a pesquisa, visto que não cheguei a entrevistar as que se afastaram da atuação político-partidária.

Além disso, é perceptível que esse capital intelectual, político e cultural se consolida para essas jovens na vivência nas escolas e universidades – seja em Díli, no Liceu ou nas escolas católicas, em que praticamente todas as lideranças estudaram, e em Lisboa, a partir da Casa dos Timores. Existe aqui outra questão importante, que é o fato de que essas mulheres provavelmente não teriam espaço para atuar politicamente da mesma forma, se estivessem em Timor-Leste naquele momento. Elas passam a atuar de forma efetiva, a escrever e a discutir a partir de suas vivências em Lisboa e de sua atuação na Casa dos Timores.

Quando perguntada se havia preconceito contra as mulheres nas discussões políticas na Casa, Marina foi taxativa: "Não, nada. Todos falávamos igual." Essa

postura é reforçada também por Adelina Tilman, que contou na entrevista para esta pesquisa que se sentia totalmente à vontade nas discussões políticas e para tomarem as decisões naquela época. Essa participação política ativa na Casa dos Timores também agregou legitimidade para a atuação dessas mulheres no contexto interno timorense, algo que, como confirmou Adelina Tilman e Luís Cardoso, não era viável em Timor, antes do processo de independência deflagrado a partir da Revolução dos Cravos em 1974, ou seja, essas mulheres tinham pouca socialização política antes de chegarem em Portugal.

Nesse sentido, a ideia de *outsider within*, de Patrícia Hill Collins (2016), talvez nos ajude a compreender de forma mais aprofundada essa contradição. Apesar de *outsider within* ser um conceito desenvolvido para analisar a posição ocupada por mulheres negras na sociedade estadunidense, parece-me que o conceito pode ser útil também para esta análise.

Essas mulheres timorenses que foram estudar em Portugal estão simultaneamente dentro e fora dos sistemas de poder dominantes. Por isso, elas não se identificam com as "elites" anteriores, do período colonial, que viviam na Casa dos Timores antes da Revolução dos Cravos, pois elas vêm, em sua maioria, de famílias menos prestigiadas na hierarquia colonial timorense da década de 1970. Apesar disso, o acesso à educação superior naquele momento, em especial na metrópole colonial, as eleva a um lugar de maior prestígio social e, concomitantemente, elas passam a acessar um maior capital político e cultural, permitindo assim que se sintam capazes de participar das discussões na Casa e no partido de forma igualitária. Nesse sentido, a fala de Pascoela Barreto é bastante ilustrativa desse movimento,

Pascoela Barreto: As mulheres tiveram um papel muito importante na luta. No exterior, era outro ambiente. Tinham mais contacto com o mundo, com outras mulheres, com outras organizações... mas em Timor era mesmo a necessidade que obrigava as mulheres a terem que participar na luta (entrevistas, 2022).

Ainda em diálogo com a ideia de Hill Collins (2016), como resultado dessas posições complexas que as mulheres ocupam, considero que elas desenvolvem uma perspectiva crítica, que surge de sua experiência de serem ao mesmo tempo marginalizadas, em especial como estudantes da colônia mais periférica de Portugal, mas também incluídas, como militantes políticas extremamente qualificadas no processo de descolonização e luta pela independência timorense.

Essas militantes estão "dentro" do grupo político majoritário, assim como das organizações de mulheres que se formam, mas, em outros contextos, são tratadas como *outsiders*. No entanto, apesar de sua posição periférica, elas desenvolvem uma visão crítica que pode revelar as limitações e as cegueiras dos sistemas de poder dominantes, em especial sobre as próprias relações de gênero, como veremos nos capítulos seguintes.

A referida posição de *outsider within* (Hill Collins, 2016) permite que as essas mulheres ofereçam ideias únicas sobre as questões políticas em debate. Nesse sentido, em outras pesquisas sobre o impacto da oportunidade de cursar a educação superior em outros países na vida das mulheres timorenses (Batista; Tribess *et al*, 2016), fica evidente que a vivência acadêmica no exterior influencia na visão de mundo delas que, ao retornarem para Timor-Leste, passam a atuar de forma mais efetiva e sistemática a favor da igualdade de gênero e de direitos para mulheres. Ou seja, desde a geração de mulheres que, de forma ainda bastante pioneira, teve a oportunidade de estudar em Portugal, nas décadas de 1960 e 1970, até hoje, poder estudar no exterior é uma experiência disruptiva, que envolve um choque cultural e acesso a capital político, acadêmico e cultural que mobiliza as mulheres a criticar e questionar os valores tradicionais timorenses e as opressões de gênero vivenciadas.

Para pensarmos em termos comparativos, Angela Coutinho (2017), ao analisar a formação das lideranças políticas estudantis de Guiné-Bissau e Cabo Verde, em especial do PAIGC, destaca que "As experiências vividas em Portugal por estes estudantes, mais tarde dirigentes do movimento independentista, foram indubitavelmente importantes para os futuros movimentos de libertação por várias razões (...)" (Coutinho, 2017, p. 121). Isso abarca uma série de aspectos relevantes, como: a sua formação política e intelectual; a obtenção de uma visão mais ampla do que ocorria nos demais territórios e, inclusive, das disputas políticas em Portugal; uma vivência mais direta da repressão política; e, finalmente, a formação de uma rede de solidariedade transnacional com estudantes das outras colônias portuguesas. Coutinho (2017) destaca como importante também para a formação desses jovens e para as lutas independentistas as relações entre as lideranças dos territórios africanos de colonização portuguesa, por meio da formação de uma rede de solidariedade transnacional. No caso timorense, essa rede formada pelas conexões estabelecidas em Portugal foi fundamental para que, logo depois da fundação da FRETILIN, as lideranças passassem a estabelecer diálogos próximos com seus pares

moçambicanos e angolanos, especialmente. Essas interlocuções buscavam o apoio dos países de colonização portuguesa para a causa timorense.

No caso das redes de mulheres, como veremos com mais detalhes nos capítulos seguintes, a própria formação da Organização Popular das Mulheres Timorenses foi fruto dessas redes e conexões transnacionais e as relações estabelecidas a partir da vivência em Portugal definiu, em grande medida, as diversas redes de apoio que possibilitaram a própria existência de resistência timorense no decorrer dos anos, bem como a subsistência das famílias timorenses no exílio, como veremos no capítulo quatro.

2.4 Em síntese: uma formação (de)colonial

Neste capítulo, busquei demonstrar, a partir do fio condutor das histórias de vida das mulheres com quem dialogo na pesquisa, que ocorreu um processo complexo de formação de um grupo de lideranças políticas, em certa medida considerado como parte da elite política e intelectual timorense da década de 1970. Esse grupo foi, de diversas formas, direcionado para receber uma educação colonial, desde as escolas católicas, em Timor, e no Liceu, em Díli, até a oportunidade de cursar a universidade em Portugal. Essa educação colonial visava preparar os estudantes assimilados para ocuparem cargos na administração colonial, além da vivência em Portugal ser, sob os objetivos do Império Português, uma forma de criar identificação e pertencimento entre as lideranças dos diversos territórios à ideologia colonial.

No entanto, o contexto político e intelectual em Portugal estava mergulhado nas próprias contradições de um colonialismo em decadência, que enfrentava guerras nos territórios africanos há mais de uma década. Essa pressão vinda das colônias e também de boa parte dos pares europeus, nos processos de descolonização após a derrocada econômica e social das potências europeias na Segunda Guerra, faz surgir um contexto revolucionário também em Portugal.

As estudantes timorenses se beneficiam do citado contexto para realizarem uma formação política única até aquele momento para um grupo significativo de jovens. Elas se envolveram nos debates nos partidos políticos portugueses; inspiraram-se no legado das lideranças africanas, a partir das heranças ideológicas da Casa dos Estudantes do Império; ocuparam a Casa dos Estudantes Timorenses,

transformando o próprio nome da Casa e a convivência ali num debate político acalorado. Além disso, leem e estudam textos europeus, africanos e asiáticos que tratavam dos temas políticos, reapropriando as teorias e ideologias para o contexto timorense, criando as bases para a atuação da FRETILIN, além de levarem livros, escreverem textos, participarem de atos e entrevistas, atuando no processo de formação política de suas conterrâneas.

Segundo o argumento que busquei desenvolver até aqui, há uma confluência das vivências na zona de contato metropolitana com as trocas e aprendizagens entre a juventude colonial, mobilizando e fomentando o pensamento de fronteira que viabilizou um giro decolonial na forma de pensar, falar, agir e se organizar dessas lideranças, em especial das mulheres em foco nesta pesquisa.

Assim, essas mulheres passaram por um processo de formação política e educação que chamo de decolonial, exatamente por ter acontecido para além de uma educação formal moldada pelas instituições coloniais, mas ao mesmo tempo bastante vinculada a elas. Pela possibilidade de acesso à educação colonial, esse grupo pôde acessar espaços, debates, contextos e ideias revolucionárias e anticoloniais e, na síntese desse processo, apropriar-se de tudo isso para sua realidade, atuando, nesse primeiro momento, na formação e organização do partido e, a partir daí, como veremos a seguir, numa postura ativa para toda a luta timorense, seja por meio das campanhas de alfabetização organizadas no território timorense nos anos seguintes, seja pela luta travada no exterior, depois da invasão indonésia, e que se prolongou até a conquista da independência, em 2002.

3. FETO SIRA INVOLVE IHA EDUKASAUN⁵² OU MULHERES E EDUCAÇÃO PARA A LUTA

Neste capítulo, analiso o contexto entre o retorno de algumas das mulheres timorenses que estavam estudando em Portugal para Timor, a formação da Organização Popular da Mulher Timor (OPMT), a Declaração Unilateral de Independência Timorense e o momento da invasão de Díli pelas tropas indonésias, em 07 de dezembro de 1975.

O processo de politização, alfabetização e mobilização da população timorense se deu de formas diversas, no início da consolidação da luta nacionalista, entre 1974 e 1975, e, como ponto central deste capítulo, argumento que a atuação das mulheres, com especial destaque para as que regressaram de Lisboa para Timor nessa época, é fundamental para compreender esses movimentos de mobilização e formação política.

Essas militantes tiveram papel de liderança e destaque ao organizar as campanhas de alfabetização para a população timorense e, ao mesmo tempo, elas buscaram divulgar os direitos das mulheres e as pautas especificamente ligadas à condição da mulher timorense, como parte do processo de emancipação e descolonização que a FRETILIN mobilizava. Como discussão teórica, abordo as pedagogias decoloniais e feministas, em diálogo com a ideia de pedagogia *maubere*, propondo a inclusão da perspectiva de uma pedagogia *Buibere*.

3.1 Retornar para Timor, consolidar a luta

Entre os anos de 1974 e 1975, alguns grupos de estudantes que estavam em Portugal retornaram para Timor, por motivos diversos. As datas de retorno são muitas vezes controversas ou confusas, pois diversos relatos e publicações estabelecem datas diferentes para a volta desta ou daquela pessoa. Por exemplo, no livro “Buibere” (OPMT, 2020), a data de retorno de Rosa *Muki* está como maio ou junho de 1975 e na biografia romanceada, escrita por Kirsty Sword Gusmão (Sword Gusmão, 2017) a data marcada para o início da história é fevereiro de 1975, com o suposto pouso do avião, do qual *Muki* desembarca em Díli. No entanto, as pesquisas nos arquivos mostram que a carta assinada por ela e outras colegas sobre a situação da Casa dos

⁵² Tradução livre da língua Tétum: "Mulheres atuam na educação".

Timores data de 18 de maio de 1975 e, além disso, no dia 21 de maio de 1975, *Muki* estava, junto com Nicolau Lobato e Abílio Araújo, na Conferência de Imprensa sobre a situação de Timor-Leste⁵³. Sendo assim, e com base nas entrevistas realizadas nesta investigação, em especial as de Marina Ribeiro Alkatiri e Luís Cardoso, é mais provável que *Muki* tenha ido para Timor já em julho, ou início de agosto, de 1975, coincidindo assim com as férias de verão europeias e o contexto do final da guerra civil entre FRETILIN e UDT.

Sobre o retorno de *Muki* para Timor, Marina Ribeiro Alkatiri nos relata que,

Marina Ribeiro Alkatiri: Depois a *Muki* resolveu voltar pra Timor, tinha acabado o curso. Ela voltou com o Manecas, Zeca da Cruz, que também morreu, ele na guerra casou-se com a irmã mais nova da Mada [Madalena Boavida]. Os dois foram num avião fretado pela tropa portuguesa, foi com aquele cantor português que era da tropa, o Carlos Mendes. Ele ainda troçou, disse: "olha, estamos aqui a viajar com uma revolucionária". E aí foi assim, a partir daí pronto (entrevista, 2022).

O que se pode afirmar é que, no final de agosto de 1975, ela estava em Díli, atuando na organização – e como fundadora – da OPMT, escrevendo textos diversos nos jornais ligados à FRETILIN, em especial no Jornal do Povo Maubere⁵⁴, como nos conta Luís Cardoso:

Luís Cardoso: Mas, a Rosa Bonaparte, quando chegou a Timor, foi como presidente, ou secretária geral da OPMT, portanto era uma pessoa já muito bem aceita em Timor. Por isso, ela teve a liberdade para falar sobre isso [a inclusão das mulheres]. Aliás, uma das coisas muito bonitas, no livro "Timor-Timur" tá lá a figura da Rosa Bonaparte e que fala precisamente sobre a sua luta pela emancipação da mulher timorense (entrevista, 2022).

Outros movimentos importantes, tanto para a organização da FRETILIN quanto para a criação da OPMT, foram os retornos de Maria do Céu *Bi-Lear* Pereira, que voltou a Díli com seu marido, Antonio Carvarino *Maun Lear*, em 1974, alguns meses antes de Rosa *Muki*. Igualmente, o retorno de Dulce *Wewe* da Cruz, com seu marido

⁵³ Um fragmento desta conferência pode ser acessado nos arquivos da RTP: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-da-fretilin-2/>

⁵⁴ O Jornal do Povo Maubere foi uma publicação impressa, em formato de jornal, publicado pela FRETILIN entre 27 de setembro e 04 dezembro de 1975, contando com apenas 10 edições e 3 suplementos específicos sobre o processo de alfabetização. Buscava divulgar os princípios do partido, bem como informações sobre o processo de independência de diversos países, além de fortalecer questões sobre a disciplina revolucionária, alinhar debates políticos e impor de forma mais ampla a visão do partido, em especial frente às disputas com as outras organizações políticas no território. A publicação foi interrompida com a invasão indonésia, sendo a última edição do dia 04 de dezembro, com vasta divulgação da Proclamação da Independência timorense em Díli, no dia 28 de novembro e os reconhecimentos internacionais recebidos.

Vicente dos Reis *Sahe*. Essas mulheres fizeram parte das discussões políticas nos conturbados anos de 1974 e 1975 e lideraram três processos fundamentais para a organização política das mulheres timorenses e para a consolidação da FRETILIN como partido majoritário no território: elas fundaram a OPMT em agosto de 1975, organizaram as campanhas de alfabetização junto à população timorense e divulgaram nas mídias existentes as ideias de igualdade e direitos das mulheres.

Sobre a fundação da OPMT, Marina Ribeiro Alkatiri conta que essa organização de mulheres da FRETILIN já era pensada e discutida antes, mas se estabeleceu oficialmente em 28 de agosto de 1975. A OPMT teve uma inspiração direta na Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que tinha sido fundada em 1973, tendo como objetivo central incluir as pautas das mulheres no contexto de luta pela independência e descolonização de Moçambique, com vistas à emancipação das moçambicanas. Segundo Teresa Cunha (2014), a "experiência da OMM pode ser considerada o primeiro grande palco de transgressão das mulheres moçambicanas no que diz respeito às suas funções e aos seus comportamentos esperados e à forma como eles eram narrados no interior das culturas e línguas locais" (Cunha, 2014, p. 67).

Com essa abertura para novas formas de relação das mulheres na sociedade, Rosa *Muki* e as demais mulheres fundadoras da OPMT se inspiraram para fundar a organização timorense. O livro mais recente da OPMT (2020), que reconta e aprofunda as histórias e relatos sobre a Organização e as mulheres na luta política timorense, inclusive dedica uma parte do livro para destacar a importância que a Organização das Mulheres Moçambicanas teve no processo de organização das mulheres timorenses (OPMT, 2020, pp. 5-7). Essa conexão com a luta das mulheres moçambicanas também é enfatizada nos textos de Rosa *Muki* no *Jornal do Povo Maubere*, em que traz os exemplos das companheiras africanas para inspirar a luta das mulheres timorenses (*Jornal do Povo Maubere*, 1975).

O artigo seminal que divulga a criação da OPMT, assinado por Rosa *Muki*, no *Jornal do Povo Maubere*, é datado de 27 de setembro de 1975. Ele fala sobre a situação da mulher timorense, traz os objetivos da Organização Popular da Mulher de Timor e frisa ela foi fundada em 28 de agosto daquele ano, com o objetivo de ajudar na revolução e, conseqüentemente, na libertação de todas as opressões, incluindo aquelas endereçadas às mulheres.

Figura 4: Trecho do texto de fundação da OPMT (1975)

Sendo objectivo da nossa Revolução, conduzida pela vanguarda revolucionária do Povo de Timor-Leste, a FRETILIN, a destruição total de toda a forma de exploração do homem pelo homem, a FRENTE adoptou uma estratégia de combate a seguir para restituir à mulher o lugar e o direito que lhe cabe na nova sociedade que revolucionariamente estamos construindo.

Fonte: Jornal do Povo Maubere/ FRETILIN (1975)

Nesse texto, Rosa *Muki* também destaca 4 eixos de atuação da nova organização: educação, produção, saúde e combate ao colonialismo e, além disso, enfatiza a atuação da OPMT no processo de conscientização política, com participação ativa nas "aulas de formação teórica revolucionária" (Jornal do Povo Maubere, 1975).

Inserindo-se nas tarefas dos sectores, e de um modo geral na luta de libertação nacional, a militante da OPMT reforça a sua consciência política, através das aulas de formação teórica revolucionária e da sua prática revolucionária, e desenvolve a sua acção no sentido dos objectivos finais da Revolução, a Revolução do Povo Mau-Bere de Timor-Leste (Jornal do Povo Maubere, 1975).

A OPMT tinha relações tanto com a Organização da Mulher Moçambicana quanto recebia influência de outras organizações de mulheres que se multiplicavam em plena 2ª onda do feminismo na década de 1970, tais como as organizações e lutas das mulheres de Angola, do Vietnã e da própria União Soviética. Tais relações inspiraram a formação da Organização timorense. A OPMT foi pensada coletivamente pelas mulheres que atuavam na FRETILIN, mas com uma contribuição decisiva das estudantes que tinham voltado de Lisboa há pouco tempo. Segundo Marina Ribeiro Alkatiri, todas as mulheres da FRETILIN à época foram parte da OPMT, mas a fundação da organização se deu com a ida da *Muki* para Díli, como ela mesma nos diz:

Camila Tribess: E a OPMT, foi fundada em Díli?

Marina Ribeiro Alkatiri: Sim.

Camila Tribess : Mas vocês aqui [em Lisboa] também faziam parte?

Marina Ribeiro Alkatiri: Sim, sim, a OPMT foi criada quando a *Muki* já estava lá. A *Muki* foi e por isso escolheram a *Muki* como secretária geral da OPMT (entrevista, 2022).

Esse protagonismo político de Rosa *Muki* é valorizado por todas as pessoas que entrevistei, bem como por diversas publicações sobre a luta timorense, que retomam sua liderança como fundamental para a organização das mulheres dentro do partido. A importância da OPMT se dá em diversos níveis e permanece como organização até hoje, tendo sido fundamental na organização da luta timorense no decorrer dos 24 anos de guerra contra a Indonésia, bem como atualmente, no processo de consolidação da independência e organização política no sistema democrático.

Além disso, é interessante perceber na imagem de logomarca da OPMT (Figura 5) o destaque dado à educação, com uma mulher em roupas tradicionais timorenses⁵⁵, de mãos dadas com duas crianças e segurando um livro em uma das mãos. As figuras olham para o mapa de Timor e uma estrela sai do livro. A estrela está presente tanto na bandeira da FRETILIN como na bandeira de Timor-Leste e é muitas vezes associada ao socialismo.

Figura 5: Logomarca da Organização Popular da Mulher Timorense (1975)



Fonte: OPMT, 2020

A formação da OPMT se constitui exatamente durante a elaboração da ideia de luta contra o obscurantismo colonial e pelas campanhas de "consciencialização". Não por acaso, a FRETILIN foi o único partido na época a desenvolver, dentro de seu

⁵⁵ Essas roupas são confeccionadas apenas por mulheres, com o tecido tradicional feito à mão, chamado de *tais*.

aparato, uma organização exclusiva para pensar as questões das mulheres. Conforme explica Loney (2015),

Não há provas de que qualquer outro partido político tenha criado um braço feminino neste momento, o que demonstra a pretendida natureza inclusiva e progressista da FRETILIN. A OPMT pode ser vista como emblemática de um movimento emergente de mulheres, mas é importante notar que a organização surgiu de forma bastante explícita no contexto do compromisso da frente nacionalista com a independência e com a democratização e modernização da sociedade timorense⁵⁶ (Loney, 2015, p. 3 – Tradução livre).

O fato dos movimentos de mulheres surgirem de forma interligada aos partidos e movimentos revolucionários é algo recorrente também em outros países periféricos ou colonizados, tais como na América Latina (Buarque de Hollanda, 2019) ou na própria Ásia (Jayawardena, 2016). Nesse sentido, Yuval-Davis (1997), e outras autoras que pensam o contexto latino-americano, como Heloísa Buarque de Hollanda (2019), apontam para a existência de mais espaço nos partidos de esquerda, em especial de tendências socialistas ou comunistas, para as questões das mulheres de forma integrada às lutas político-partidárias.

Além disso, essas discussões sobre os direitos das mulheres surgem no momento em que são questionadas as estruturas sociais dominantes de forma geral, com as mulheres apontando as contradições de, por um lado, os partidos exigirem igualdade de direitos e reformas sociais e, por outro, não questionarem o lugar das mulheres nessa estrutura social. No caso timorense, Loney (2015) aponta que,

A retórica nacionalista radical e a agenda social-democrata da FRETILIN facilitaram o surgimento de espaços ideológicos e políticos onde as mulheres podiam participar nas mudanças políticas e sociais mais amplas que ocorriam no território. Neste curto período de tempo, de Abril de 1974 a Dezembro de 1975, podemos ver o surgimento de um influente movimento de mulheres que estava intimamente relacionado com as primeiras formas de nacionalismo timorense⁵⁷ (Loney, 2015 p. 2 – Tradução livre).

⁵⁶There is no evidence of any other political party setting up a women's arm at this time, which demonstrates the intended inclusive and progressive nature of FRETILIN. OPMT can be seen as emblematic of an emerging women's movement, yet it is important to note that the organisation emerged quite explicitly within the context of the nationalist front's commitment to independence and the democratisation and modernisation of East Timorese society (Loney, 2015, p. 3).

⁵⁷ Radical nationalist rhetoric and FRETILIN's social democratic agenda facilitated the emergence of ideological and political spaces where women could participate in the broader political and social changes occurring within the territory. In this short period of time, from April 1974 to December 1975, we can see the emergence of an influential women's movement that was closely related to early forms of East Timorese nationalism. (Loney, 2015, p. 2)

Os meses entre agosto e dezembro de 1975 foram absolutamente intensos e conturbados no território timorense. Para termos uma breve noção da sequência dos acontecimentos, em agosto a FRETILIN vence a guerra civil contra a UDT, consolidando-se como partido majoritário no território e com apoio massivo da população. No dia 28 de agosto, é fundada a OPMT, tendo como fundadoras em especial Rosa *Muki* e Maria do Céu Pereira (OPMT, 2020). No mês de setembro de 1975, a FRETILIN lança o primeiro número de seu “Jornal do Povo Maubere”, em que o partido traz a sua versão dos fatos ocorridos no mês de agosto e pede união em prol da causa timorense. É nesse número inaugural que aparece o referido texto de Rosa *Muki*, estabelecendo as bases da OPMT, intitulado "Organização Popular da Mulher Timor: texto de análise da situação da mulher timor" (*sic*). Também nesse período foram organizadas as campanhas de "consciencialização" para a população, com foco tanto na alfabetização quanto no processo de discussão política e mobilização social. Veremos esses pontos com maior detalhe no decorrer deste capítulo.

3.2 Pedagogias decoloniais e feministas timorenses

As pedagogias decoloniais e as pedagogias feministas partem de princípios e perspectivas similares, em especial se considerarmos as pedagogias feministas que entendem as opressões de gênero como parte intrínseca da colonialidade, ou como parte fundante do processo de formação capitalista-colonial-patriarcal (Lugones, 2014), considerando de forma radical a colonialidade do gênero como base das desigualdades, juntamente com as opressões de raça, classe e origem nacional/étnica.

Nesse sentido, é importante destacar a concepção ampla de pedagogia que se toma aqui como ponto de partida. Apesar da palavra remeter de modo mais específico à educação de crianças, historicamente se usam os termos relacionados a esse conceito de forma a se referir às diversas possibilidades de educação, formal ou não-formal, seja para crianças, jovens, adultos ou idosos. Apesar do termo andragogia (ensino de adultos) existir e ser utilizado na literatura mais especializada, de modo geral a ideia de pedagogia tornou-se ampla o bastante para abarcar as diversas formas de ensino-aprendizagem, inclusive as aprendizagens políticas.

Desde as perspectivas críticas, seja na concepção de Gramsci (2010), de Nísia Floresta (Pugliesi, 2023), de Paulo Freire (2021[1967]; 2021[1996]) ou bell hooks

(2017), a ideia de pedagogia se alarga e trata de um processo educacional e de formação humana mais ampla e que, se tem relação direta com a escola e com a alfabetização, vai para muito além desse processo. Catherine Walsh (2013), em diálogo com Paulo Freire, nos recorda:

Obviamente, a pedagogia e o pedagógico aqui não estão pensados no sentido instrumental do ensino e da transmissão do saber, também não estão limitados ao campo da educação ou aos espaços escolarizados. Antes, e como disse uma vez Paulo Freire, a pedagogia se entende como metodologia imprescindível dentro e para as lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação⁵⁸ (Walsh, 2013, p. 29 – Tradução livre).

Na perspectiva decolonial, os processos educativos são fundamentais em diversos aspectos, sendo responsáveis por fomentar a organização de pessoas, comunidades e movimentos sociais, bem como por possibilitar avanços na mobilização política. Existem diversas pesquisas e muitos relatos de práticas de pedagogias decoloniais a partir de movimentos sociais, organizações políticas, associações, sindicatos e coletivos diversos.

As pedagogias decoloniais têm se apresentado em forma de relatos de experiências e observação participante, conforme o próprio livro de Catherine Walsh (2013) que, em seus 2 tomos, joga luz em experiências diversas registradas na América Latina. Nesse sentido, várias publicações coletivas também vêm registrando essas experiências, seja na América Latina, em experiências diaspóricas e do sul global (CLACSO, 2018; Mundos de Mulheres, 2022; Ochoa, 2005).

É importante destacar que nem toda iniciativa de educação popular é, necessariamente, decolonial. Aliás, o termo passou a ser utilizado mais recentemente, em especial a partir dos trabalhos de Walsh (2013), havendo, no entanto, uma variedade de significados e possibilidades ligados a essa ideia. Talvez seja importante manter essa polissemia, visto que as reflexões decoloniais questionam a possibilidade de haver apenas um modo de se fazer as coisas, valorizando os contextos locais, as demandas específicas dos grupos e, principalmente, as lutas políticas envolvidas em cada situação. Ainda assim, Walsh aponta para alguns princípios que guiam as pedagogias decoloniais:

⁵⁸ Obviamente, la pedagogía y lo pedagógico aquí no están pensados en el sentido instrumentalista de la enseñanza y transmisión del saber, tampoco están limitadas al campo de la educación o los espacios escolarizados. Más bien, y como dijo una vez Paulo Freire, la pedagogía se entiende como metodología imprescindible dentro de y para las luchas sociales, políticas, ontológicas y epistémicas de liberación (Walsh, 2013, p. 29).

Pedagogias entendidas como as metodologias produzidas nos contextos de luta, marginalização, resistência e o que Adolfo Albán chamou de “re-existência”; pedagogias como práticas insurgentes que cultivam a modernidade/colonialidade e fazem possíveis muitas outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e conviver⁵⁹ (Walsh, 2013, p. 19 – Tradução livre).

O fato mais importante da concepção de pedagogias decoloniais reside em que o processo de reflexão, estudo, educação e organização partem das necessidades das pessoas em contextos coloniais e que se unem para derrubar uma realidade opressora advinda da colonialidade. No caso timorense, além do próprio processo de descolonização, estava a realidade cruel de uma nova intervenção, que podemos considerar imperialista (Ballestrin, 2019) ou sub-imperialista e que, naquele momento do final de 1975, estava ameaçando de forma concreta a realização da tão esperada independência timorense.

Nesse sentido, como já demonstrou Da Silva (2011), a compreensão era de que o problema do analfabetismo e, para além disso, do "obscurantismo" cultural e político, fazia com que o povo timorense não conseguisse se organizar de forma adequada para enfrentar as opressões coloniais. Assim, a FRETILIN se coloca em ação coletiva, organizando bases para mobilizar os estudos, além de produzir materiais e atuar no processo de alfabetização e "consciencialização" política da população. Ao ler o que Walsh (2013, p. 29) conceitua sobre uma pedagogia decolonial, o caso de Timor-Leste, em 1975, parece ser quase um tipo ideal dessa perspectiva, pois foi uma experiência constituída a partir dos diagnósticos feitos durante o processo de luta política e contra as opressões e desigualdades coloniais. Como aponta Walsh,

As lutas sociais também são cenários pedagógicos, onde os participantes realizam suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação. É apenas reconhecer que as ações dirigidas para mudar a ordem do poder colonial partem com frequência da identificação e do reconhecimento de um problema, anunciando a desconformidade e a oposição à condição de dominação e opressão, organizando-se para intervir; o propósito: derrubar a situação atual e fazer possível outra coisa. Tal processo acional, tipicamente levado de forma coletiva e não individual, suscita reflexões e ensinamentos sobre a situação/condição colonial e o projeto inacabado de des- ou de-colonização, ao mesmo tempo que engendra a atenção às práticas políticas, epistêmicas, vivenciais e existenciais que lutam para transformar os padrões de poder e os princípios sobre os quais o conhecimento, a

⁵⁹Pedagogías entendidas como las metodologías producidas en los contextos de lucha, marginalización, resistencia y lo que Adolfo Albán ha llamado “re-existencia”; pedagogías como prácticas insurgentes que agrietan la modernidad/colonialidad y hacen posible maneras muy otras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir y vivir-con (Walsh, 2013, p. 19).

humanidade e a existência mesma foram circunscritos, controlados e subjugados. As pedagogias, neste sentido, são as práticas, estratégias e metodologias que se entretêm e se constroem tanto na resistência e na oposição, como na insurgência, no quilombismo, na afirmação, na re-existência e na re-humanização⁶⁰ (Walsh, 2013, p. 29 – tradução livre).

Nesse sentido, apesar do conceito de pedagogia decolonial ter sido cunhado após esse período histórico, parece-me bastante coerente utilizá-lo para se referir aos processos mobilizados pela FRETILIN e suas lideranças, em 1975. No entanto, há uma questão aqui que carece de atualização e, talvez, de revisão crítica, que é o papel das mulheres nesse processo de uma pedagogia decolonial timorense, apontando também o seu caráter de uma pedagogia feminista, que se estabeleceu naquele período.

Paulo Freire traça um percurso importante de revisão, ampliação e autocrítica de sua própria obra, que nos ajuda a pensar nas diversas possibilidades que um termo, ideia ou teoria pode ganhar no decorrer do tempo e de forma orgânica, na *práxis* do desenvolvimento da luta política. A primeira obra de Freire (2021[1967]), "Educação como prática de liberdade", original de 1967, aborda as premissas de uma prática educativa e pedagógica que lida com as opressões de classe de forma radical, estabelecendo as bases de uma linha crítica de atuação política que se espalhou pelo mundo, tendo frutos na América Latina, na África e na Ásia e, por meio das conexões políticas e religiosas, chegando a Timor-Leste. No entanto, após a atuação de Freire em contextos diversos, a experiências no exílio e suas trocas com o contexto africano (Freire, 2021[1977]), ele amplia sua visão sobre o papel da educação e traz ainda outros elementos sociais, culturais e políticos, considerando, de forma mais coerente, as opressões diversas. Suas experiências culminam no livro de 1968, "Pedagogia do oprimido" (Freire, 2021[1968]). Esse foi o livro que mais circulou no contexto dos

⁶⁰ Las luchas sociales también son escenarios pedagógicos donde los participantes ejercen sus pedagogías de aprendizaje, desaprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción. Es sólo reconocer que las acciones dirigidas a cambiar el orden del poder colonial parten con frecuencia de la identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbar la situación actual y hacer posible otra cosa. Tal proceso accional, típicamente llevado de manera colectiva y no individual, suscitan reflexiones y enseñanzas sobre la situación/condición colonial misma y el proyecto inacabado de la des- o de-colonización, a la vez que engendran atención a las prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados. Las pedagogías, en este sentido, son las prácticas, estrategias y metodologías que se entretienen con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización (Walsh, 2013, p. 29).

países em lutas de libertação nacional e, certamente, foi o que mais inspirou a atuação timorense nesse âmbito educacional (Da Silva, 2011).

Nesta obra, a ideia da “consciência” é fundamental para que os oprimidos do mundo se coloquem de forma a lutar contra as opressões e para que a “educação bancária” não reproduza nessas pessoas o mero desejo de ser também um opressor (Freire, 2021[1968]). Essa lógica, que em Timor-Leste chegou sob a palavra de “consciencialização”, é recorrente em diversos materiais e documentos da FRETILIN, bem como em entrevistas de quase todas as pessoas que falam sobre as campanhas de alfabetização organizadas a partir de 1975 (Da Silva, 2011; Leach, 2016).

A palavra “consciencialização” é mais utilizada no português de Portugal e tem como significado mais geral “O processo de fazer que se tenha conhecimento exato de um facto, de uma situação” (Dicionário Eztraviz *online*⁶¹). Essa perspectiva dialoga muito com a concepção marxista dos processos educativos, em que uma vanguarda, mais consciente dos processos políticos de opressão capitalista, apoiaria a massa da população oprimida no processo de ganhar consciência sobre sua opressão e assim se organizar e lutar pela revolução, como aparece de forma central na obra de Lenin (1987) depois revisitada por Gramsci (2010).

Paulo Freire (2021[1968]) complexifica esse processo, trazendo a questão da construção coletiva dos conhecimentos, implicando os educadores como pesquisadores e agentes do processo, ao mesmo tempo em que os estudantes também são sujeitos ativos e responsáveis por sua tomada de consciência. Essa complexificação da lógica vanguardista marxista é mais coerente com a realidade enfrentada, seja pelos educadores brasileiros, seja pelos jovens timorenses, em busca de alfabetizar seus conterrâneos e levar para o cotidiano da população timorense debates políticos complexos, com uso apropriado de termos como colonialismo, imperialismo e socialismo.

Antero da Silva, em sua tese de doutorado (Da Silva, 2011), estabelece o que se tornou uma base para os estudos seguintes sobre os processos de alfabetização e as campanhas de consciencialização realizadas pela FRETILIN a partir de 1975, as quais perduraram durante os primeiros anos de invasão indonésia no território. O pesquisador analisa que essa união peculiar, que traz como base a perspectiva de educação e alfabetização de Paulo Freire, sob a liderança dos estudantes timorenses

⁶¹ Disponível em: <https://estraziviz.org/consciencializa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 jun. 2024.

vindos de Lisboa para Timor, com a incorporação da experiência de Amílcar Cabral em Guiné-Bissau e dos demais focos de luta anticolonial em África, aliados às questões timorenses e com os elementos culturais e políticos do território, configuram uma "pedagogia *maubere*" (Da Silva, 2011). Aqui, percebemos também o uso da palavra pedagogia de forma ampla, já que o objetivo da FRETILIN, além do processo de alfabetização em si, era a consolidação de uma mentalidade revolucionária, que criasse coesão entre os membros do partido e a população que apoiava a resistência nacionalista timorense. De acordo com Da Silva,

Utilizando o método de "temas geradores", de Paulo Freire, (...) os alunos da Casa dos Timores, incluindo "Mau Lear" e "Sahe", prepararam um manual de alfabetização bem concebido em Tétum, que é hoje a língua nacional de Timor-Leste, mas que tinha sido ignorado pelo sistema educativo colonial português ao longo dos séculos do seu domínio. O próprio título, *Rai Timur, Rai Ita Nian* [Terra de Timor, Nossa Terra, em português], enviou uma mensagem política trovejante aos aldeões. Durante mais de quatrocentos anos, Timor tornou-se um país estrangeiro; nós, o povo, fomos alienados de nossa terra. Pela primeira vez, este título dizia claramente que Timor é o nosso país, e não a terra da potência colonial portuguesa. Tal como o Manual Político da FRETILIN (...), o Manual de Alfabetização enfatizou a aprendizagem de ler e escrever sobre coisas materiais que as pessoas encontram na vida quotidiana. A seguinte análise do Manual, a primeira feita desde que foi descoberta uma cópia nos escritos de Jill Jolliffe depositados na Biblioteca Nacional da Austrália, transmite a sua mensagem pedagógica e política⁶² (Da Silva, 2011, p. 136 - tradução livre).

É importante frisar que, tanto na tese de Da Silva (2011) quanto em outros trabalhos sobre o tema da educação popular nesse período (Leach, 2016; Hill, 1978; Jolliffe, 1978), é dado grande destaque às personalidades masculinas que atuaram nesse processo. A partir da discussão que proponho nesta tese, veremos a atuação das mulheres em dois processos complementares, que são as campanhas de alfabetização e consciencialização e, simultaneamente, a publicação dos textos,

⁶² Using Paulo Freire's method of 'generative themes' (...) the Casa dos Timores students including 'Mau Lear' and 'Sahe' had prepared a well-designed literacy manual in Tetum, which is today the national language of Timor-Leste but which had been ignored by the Portuguese colonial education system throughout the centuries of their rule. The title itself, *Rai Timur, Rai Ita Nian*, sent a thunder-like political message to the villagers. For more than four hundred years, Timor had become a foreign country; we the people were alienated from our land. For the first time, this title spoke loudly that Timor is our country, not the land of the Portuguese colonial power. Like the FRETILIN Political Manual (...), the Literacy Manual emphasised learning to read and write about material things that people encountered in everyday life. The following analysis of the Manual, the first done since a copy was discovered in the papers of Jill Jolliffe deposited in the National Library of Australia, conveys its pedagogical and political message (Da Silva, 2011, p. 136).

principalmente de Rosa *Muki*, no Jornal do Povo Maubere. Trata-se de uma forma de difusão das discussões sobre as mulheres nas lutas anticoloniais e de popularização destes debates entre as mulheres já alfabetizadas em Timor-Leste.

Paulo Freire só revisitou e atualizou sua obra *Pedagogia do Oprimido* na década de 1980, o que culminou no livro "*Pedagogia da Esperança*" (2021[1992]), em que passa a incorporar as críticas feministas à sua obra, de forma coerente e aprofundada, trazendo reflexões que vão para além da inclusão de uma linguagem que considera o feminino a todo o momento, referindo-se aos homens e mulheres, aos oprimidos e oprimidas. Eunice Macedo (2021) aponta que a reflexão de Paulo Freire sobre a profissionalização docente, com o livro "*Professora sim, tia não*" (Freire, 2021[19930]), traz um salto qualitativo na discussão de gênero na obra freiriana, destacando o lugar da mulher como educadora em diversas esferas, a desvalorização desse papel, por ser muitas vezes equiparado ao trabalho do cuidado doméstico que é, até hoje, visto como uma obrigação ou dom natural feminino.

Além dessas críticas, o diálogo com a perspectiva freiriana é muito importante para a concepção das pedagogias feministas, em especial as que dialogam com a perspectiva decolonial. Assim, é possível conceituar, de modo inicial, as pedagogias feministas como abordagens educacionais ou pedagógicas (no sentido mais amplo) que buscam desafiar e transformar as estruturas de poder, a hierarquia e a desigualdade de gênero dentro da sociedade. Elas se concentram em fomentar discussões e criar espaços de aprendizado que sejam mais inclusivos, igualitários e sensíveis às questões de gênero, tanto para mulheres, quanto para os homens. Assim, as pedagogias feministas têm como objetivo questionar, desconstruir e superar estereótipos tradicionais de gênero que podem influenciar a educação e a atuação das mulheres na sociedade, permitindo que todas e todos tenham acesso igual a oportunidades de aprendizado e a direitos humanos.

A partir das reflexões de bell hooks (2017), Gloria Anzaldúa (1987) dentre outras, as reflexões e práticas de pedagogias feministas buscam promover a consciência sobre as questões de gênero entre pessoas e comunidades, para criar um ambiente mais sensível e acolhedor para todas e todos. Essas pedagogias não apenas focam na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mas também na desconstrução de normas sociais que perpetuam desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Se pensarmos nessa perspectiva de pedagogias feministas em contextos coloniais, levando a sério a perspectiva de Lugones (2014) de que a colonialidade de gênero é parte intrínseca da formação colonial-capitalista e que não podemos abordar separadamente a colonialidade do ser, do saber e do poder sem considerar a formação da colonialidade de gênero, é muito potente observar a atuação das mulheres timorenses como atuantes de uma pedagogia feminista e decolonial.

3.2.1 Mulheres e atuação nas campanhas de alfabetização

Apesar das mulheres terem participado de forma ativa, tanto na organização das campanhas de alfabetização quanto nos processos políticos do partido, seu protagonismo é pouco explorado na maioria dos trabalhos sobre o tema. O relatório final da Comissão (CAVR, 2005) indica essa atuação prioritária da OPMT nas campanhas de alfabetização,

A FRETILIN dava educação em dois domínios principais: literacia e política. Aparentemente os programas de literacia eram ministrados de forma fragmentada, uma vez que, na época, havia falta de pessoas com formação neste domínio. Em certos lugares, as activistas da OPMT dirigiam os programas e centravam-se sobretudo nas mulheres. Em algumas zonas, havia actividades escolares desenvolvidas para as crianças. (...) As activistas da OPMT também realizavam formação política. Habitualmente, a formação política popular era levada a efeito juntamente com actividades culturais (CAVR, 2005 vol 5, pp. 11-12).

Mesmo as pesquisas sobre as campanhas de alfabetização, que não revelam explicitamente a atuação das mulheres de forma destacada, acabam corroborando essa atuação. Vejamos os achados de pesquisa de Estevão Cabral e Marilyn Martin-Jones (2012), ao entrevistar pessoas envolvidas com as campanhas de alfabetização desde 1975. Conforme as autoras,

Dado que a grande maioria da população adulta não tinha educação em português, o tétum foi escolhido como língua para a campanha, uma vez que era a língua franca na maior parte do território. Um manual de alfabetização de adultos em tétum foi elaborado por Mau Lear e **sua esposa Bi-Lear (Maria do Céu Gonçalves Pereira), que era professora primária**. O manual baseou-se no que **Mau-Lear aprendeu**, em Lisboa, sobre a abordagem freiriana à alfabetização de adultos e foi impresso em Díli. Foi utilizado por voluntários de alfabetização de adultos, conhecidos como brigadistas, que estiveram envolvidos na campanha em diversas regiões. Foram criados dois centros regionais de alfabetização: Centro Piloto 1, em Aileu, e Centro Piloto

2, em Bucoli, perto de Baucau⁶³ (Cabral; Martin-Jones, 2012, pp. 342-343 – grifos meus. Tradução livre).

É imprescindível analisar como os discursos sobre as atuações das mulheres e dos homens são construídos no sentido de, recorrentemente, colocá-las em segundo plano – ou mesmo invisibilizá-las – nas situações descritas. No caso apresentado na citação de Cabral e Martin-Jones, destaco que Maria do Céu *Bi-Lear* Pereira, conforme explicado no capítulo 1, estudou em Portugal, participou de forma ativa dos movimentos políticos em Lisboa e em Díli, além de possuir formação como professora de magistério primário.

Ao retornar de Lisboa para Díli, Maria do Céu foi fundadora da OPMT e atuou como professora nas escolas dos bairros de Bidau e do Farol, em Díli, além de ter sido diretora da escola de Lospalos (cidade na ponta leste de Timor). Por sua atuação e conhecimentos sobre o processo educacional, ela é incluída no grupo designado para organizar uma proposta de reorganização curricular em Timor, com foco na descolonização da educação local. Maria do Céu foi uma das pessoas que dirigiu a equipe que trabalhou na reforma curricular do ensino timorense. Ela atuou também como Secretária do Departamento da Educação da FRETILIN e lançou a campanha de alfabetização baseada no método de Paulo Freire, junto com suas companheiras e seus companheiros que estavam envolvidos na concepção dessas campanhas. Em 1976, já sob a ocupação indonésia, ela tornou-se Coordenadora Adjunta Política do Setor Centro Norte, sempre atuando nas campanhas educacionais (Da Silva, 2011; OPMT, 2020).

Entretanto, apesar de tudo isso levar-nos a crer que ela tenha sido a autora principal do referido material citado, não há qualquer menção apropriada a respeito⁶⁴. Mesmo autores que pesquisam a política timorense da época de forma aprofundada destacam apenas os nomes das lideranças masculinas nesse processo, como no caso de Leach (2016).

⁶³ Because the vast majority of the adult population had had no education in Portuguese, Tetun was chosen as the language for the campaign since it was the lingua franca across most of the territory. An adult literacy handbook in Tetun was devised by Mau Lear and his wife Bi-Lear (Maria do Céu Gonçalves Pereira), who was a primary school teacher. The handbook was based on what Mau-Lear had learned, in Lisbon, about the Freirean approach to adult literacy and it was printed in Dili. It was used by adult literacy volunteers, known as brigadistas, who were involved in the campaign in different regions. Two regional literacy centres were established: Centro Piloto 1 in Aileu and Centro Piloto 2 in Bucoli, near Baucau (Cabral; Martin-Jones, 2012, pp. 342-343).

⁶⁴ Casa Dos Timores 1975, Rai Timur: Rai Ita Niang, Casa Dos Timores, Lisboa. Original do arquivo pessoal de Jill Jolliffe, disponível na Biblioteca Nacional da Austrália, Canberra. Citado neste trabalho a partir do texto de Leach, 2016.

Apoiando este processo oral de consciencialização política (educação política), a campanha de alfabetização da FRETILIN baseou-se na pedagogia radical do educador brasileiro Paulo Freire, integrando lições básicas de alfabetização com formas de educação política nacionalista. Desenvolvido por Antonio Carvarino, Francisco Borja da Costa e outros, o manual de alfabetização, "Rai Timur Rai Ita Niang" (Timor é o Nosso País), é um documento crítico do nacionalismo timorense inicial, representando uma das formas mais importantes e amplamente distribuídas de educação política nacionalista durante o período de descolonização⁶⁵ (Leach, 2016, p. 60 – tradução livre).

No entanto, essas produções coletivas das pessoas envolvidas nas campanhas de alfabetização novamente apagam o papel das mulheres nesse processo fundamental para a consolidação da luta nacionalista anticolonial timorense, já que, com o passar do tempo, apenas os nomes dos homens envolvidos são registrados e recordados. É importante destacar aqui a fala de Luís Cardoso sobre Maria do Céu e sua atuação:

Luís Cardoso: Uma das pessoas muito importantes nesse processo também é a mulher do [Antonio] Carvarino, a Maria do Céu Pereira. Ela era uma pessoa... eu a conheci muito bem porque ela andava em Los Palos, em Lautém e meus pais também estavam em Lautém, os meus pais eram amigos dos pais dela. Maria do Céu Pereira. Eu a conhecia desde lá... ela era mais velha que eu, os pais tinham uma destilaria em Lautém. Ela estudou para o magistério primário e depois namorou com o Carvarino e foram ambos para Timor, porque ela já tinha a formação concluída, mas ao mesmo tempo a Maria do Céu, os pais eram portugueses, ela era mestiça. E ter que quebrar esse estatuto para ser líder, porque ela passou a ser líder, foi tremendo. Mas ela assumiu isso muito bem. Ela participava sim, quando eu cheguei, ela já estava em Timor, foi para Timor com o Carvarino. (...) Ela foi muito importante na questão da Casa dos Timores, na formação política dos estudantes (entrevista, 2022).

O fato de se construir discursivamente a ideia de ela ter escrito o manual junto com seu marido, que era uma destacada liderança política da FRETILIN, fez com que rapidamente sua participação desaparecesse, apontando-se que o texto foi escrito a partir do que *ele*, Antonio Carvarino *Maun Lear*, aprendeu em Lisboa. É importante lembrar que Maria do Céu *Bi-Lear* também teve atuação política junto às organizações revolucionárias em Lisboa e participava das reuniões do partido Maoísta, em Portugal.

⁶⁵ Supporting this oral process of consciencialização política (political education), the FRETILIN literacy campaign drew on the radical pedagogy of the Brazilian educator Paulo Freire, integrating basic lessons in literacy with forms of nationalist political education. Developed by Antonio Carvarinho, Francisco Borja da Costa and others, the literacy manual, Rai Timur Rai Ita Niang (Timor is Our Country), is a critical document of early East Timorese nationalism, representing one of the most important and widely distributed forms of nationalist political education during the decolonisation period (Leach, 2016, p. 60).

Por que, então, seria Antonio Carvarino o único a saber sobre as questões de alfabetização ou o único idealizador do material? Inclusive, considerando a formação de Maria do Céu como professora do magistério primário e sua forte atuação na área educacional, o mais provável é que ela tivesse mais conhecimento sobre o tema do que ele. Além disso, são os nomes de Maria do Céu, Dulce Cruz, Paulo Rodrigues e Olandina Alves que constam nos documentos da FRETILIN como responsáveis, sob a coordenação de Hamis Bassarewa, pela secretaria de Educação e Cultura, no ano de 1975 (FRETILIN, 1975; Jornal Povo Maubere 1975), apesar de o material utilizado nas campanhas de alfabetização não ser assinado por nenhuma pessoa, mas como parte de uma tarefa coletiva, como vemos na capa do manual.

Figura 6: Capa manual de alfabetização da FRETILIN (1975)



Fonte: Leach, 2016

Ao apresentar as imagens de capa e das ilustrações do manual, Leach (2016) também contextualiza o uso desse material nas campanhas de alfabetização:

Embora concebido no Timor Português, o folheto de alfabetização foi impresso e produzido pela Casa dos Timores, em Lisboa, com o seu carimbo na capa interna. Numa nota contemporânea dos seus registos pessoais, Jill Jolliffe (1975, folha interna) observa que as escolas de alfabetização da FRETILIN eram muitas vezes construídas pelos próprios aldeões, embora a procura

superasse a capacidade de construção. Essa escassez refletiu-se de forma semelhante na proporção de livros por alunos, que ela estimou em 1 para cada 50 alunos em julho de 1975. Com uma capa representando mulheres e crianças *Maubere* comuns nos campos, o livreto de alfabetização começava com palavras simples para animais e plantas familiares, por exemplo, como sol e gato retratados em desenhos. Cada grupo de referentes enfatizou diferentes sons de vogais e consoantes, antes de passar para objetos tradicionais timorenses de significado cultural, incluindo *uma* (casa), *surik* (espada) e *rama* (arco) (Casa dos Timores 1975, 1-4)⁶⁶ (Leach, 2016, p. 62 – tradução livre).

Assim, Leach destaca também a importância não apenas da mobilização das comunidades para construir os locais das aulas, mas também nota a própria imagem da mulher, novamente mobilizada como forma de aproximação com a população das áreas rurais como representação de trabalho e cuidado. Surge na explicação também, como já visto nas citações anteriores, a importância das pessoas que se voluntariaram para participarem das campanhas de alfabetização. Nesse ponto, a questão de gênero é evidente também, mas, novamente, torna-se secundária nas análises realizadas:

A investigação foi realizada por Estêvão Cabral, em Timor-Leste e em Portugal, em 2009 e 2010, e foram realizadas 22 entrevistas de história oral **com 16 mulheres e 6 homens**. (...) À medida que a pesquisa em história oral avançava, ficou claro que os 22 entrevistados se enquadravam em quatro grandes grupos, a saber: (1) 9 deles (**6 mulheres e 3 homens**) indicaram que haviam sido formados em 1974 /5, como voluntários para a campanha de alfabetização, pelos estudantes universitários que regressaram de Portugal e por outros membros da liderança da FRETILIN. (2) 5 entrevistados (**3 mulheres e 2 homens**) indicaram que tinham recebido formação nas montanhas de Timor-Leste após a invasão indonésia de Dezembro de 1975 e, depois, serviram como voluntários de alfabetização. (3) Outros 5 entrevistados (**4 mulheres e 1 homem**) participaram activamente na campanha, mas não passaram por qualquer formação. (4) **Outros/as 3 entrevistados/as eram, naquela altura, professores/as do ensino primário**⁶⁷ e voluntariaram-se para a campanha de alfabetização, por iniciativa própria, durante as férias da Páscoa de 1975⁶⁸ (Cabral; Martin-Jones, 2012, p. 343 – grifos meus. Tradução livre).

⁶⁶ Though designed in Portuguese Timor, the literacy pamphlet was printed and produced by the Casa Dos Timores in Lisbon, bearing their stamp on the inner cover. In a contemporary note from her personal records, Jill Jolliffe (1975, inner leaf) notes that FRETILIN literacy schools were often built by villagers themselves, though demand outweighed the capacity to build. This shortage was similarly reflected in the ratio of books to students, which she estimated at 1 per 50 students in July 1975. With a cover depicting ordinary *Maubere* women and children in the fields, the literacy booklet began with simple words for familiar animals and plants, for example, with sun and cat depicted in drawings. Each group of referents emphasised different vowel and consonant sounds, before moving on to traditional East Timorese objects of cultural significance, including the *uma* (house), *surik* (sword) and *rama* (bow) (Casa dos Timores 1975, 1-4). (Leach, 2016, p. 62)

⁶⁷ A tradução para o português leva a flexão de gênero para o masculino ou feminino, mas no original em inglês isso fica subentendido, pois os termos utilizados não possuem flexão de gênero (ver original abaixo).

⁶⁸ The research was carried out by Estêvão Cabral in Timor-Leste and Portugal in 2009 and 2010 and 22 oral history interviews were conducted with 16 women and 6 men. (...) As the oral history research

Observando o exposto na citação, das 22 pessoas que foram entrevistadas naquele momento, 16 eram mulheres, ou seja, quase 73% do total de entrevistados. Se essa amostra fosse possível de ser generalizada, teríamos uma participação majoritária feminina nas questões abordadas no estudo. Entretanto, pela restrição imensa de pesquisas e dados sobre o tema, uso as informações como uma possível projeção para as argumentações que apresento aqui e para a ideia de que a maioria de pessoas voluntárias nas campanhas de alfabetização de Timor eram mulheres.

Isso faz ainda mais sentido, se pensarmos que as mulheres eram, de fato, as pessoas com ensino e preparo para atuarem como professoras de educação primária em Timor-Leste naquele momento. Todavia, as 3 pessoas que são colocadas no texto analisado acima (Cabral; Martin-Jones, 2012, p. 343) como "professoras de escola primária" sequer são identificadas como mulheres, porque nessa configuração está já posto que são mulheres que ocupam esse lugar.

Lembremos do percurso de Pascoela Barreto, apresentado no capítulo 1 desta tese, a qual realizou seus estudos para ser professora de magistério primário e foi enviada para o interior do país no final da década de 1960. Para além dos padres e das religiosas católicas, eram essas jovens mulheres a maioria das pessoas de fato capacitadas para darem aulas para crianças, em especial no período de alfabetização, naquele contexto sócio-histórico.

A análise descrita por Hellen Hill (1978), que estava em Timor na época aqui tratada, também confirma a projeção de que as mulheres foram as grandes responsáveis pelas campanhas de alfabetização em Timor, conforme explica Loney (2015):

Helen Hill lembrou-se, igualmente, de ter ficado impressionada com o número de mulheres que participaram nos programas [de alfabetização] durante a sua visita ao território. A campanha foi inicialmente testada em dois centros-piloto em Namuleco (distrito de Aileu) e Baucau (distrito de Baucau), embora após seis meses houvesse alegadamente duzentos centros de alfabetização a

progressed, it became clear that the 22 interviewees fell into four broad groups, as follows: (1.) 9 of them (6 women and 3 men) indicated that they had been trained in 1974/5, as volunteers for the literacy campaign, by the university students who had returned from Portugal and by other members of the FRETILIN leadership. (2.) 5 interviewees (3 women and 2 men) indicated that they had received their training up in the mountains of Timor-Leste after the Indonesian invasion of December 1975 and had then served as literacy volunteers. (3.) A further 5 interviewees (4 women and 1 man) had been active participants in the campaign but had not been through any training. (4.) 3 other interviewees had been primary school teachers at the time and had volunteered for the literacy campaign, of their own initiative, during the Easter vacation of 1975 (Cabral; Martin-Jones, 2012, p. 343).

funcionar em todo o país. Através da OPMT, as mulheres participaram do programa de alfabetização, ensinando crianças e adultos a ler. Os Brigadistas (voluntários de alfabetização de adultos) utilizaram o manual de alfabetização que foi concebido e impresso por estudantes em Portugal para ensinar leitura e escrita e para facilitar discussões sobre independência, cultura timorense e nacionalismo. Utilizando o tétum, contavam histórias tradicionais timorenses e cantavam canções como "Foho Ramelau" (Monte Ramelau – a montanha mais alta do Timor Português) para encorajar o sentimento nacionalista e articular um sentido único de identidade nacional timorense⁶⁹ (Loney, 2015, p. 9 – tradução livre).

A participação dessas pessoas como voluntárias nas campanhas de alfabetização liga-se de forma direta a duas organizações que eram parte da FRETILIN naquele período: a organização dos estudantes e a organização das mulheres. Conforme as explicações dadas por Cabral e Martin-Jones,

A participação das mulheres na campanha foi particularmente significativa. As mulheres voluntárias na alfabetização ultrapassavam o número de homens no final de 1974 e início de 1975. A OPMT (o ramo feminino da FRETILIN) foi fundada em 28 de Agosto de 1975 e várias das mulheres entrevistadas neste projeto começaram como membros da UNETIM e depois passaram para a OPMT, ao mesmo tempo que continuam o seu envolvimento na campanha de alfabetização e com base no trabalho iniciado pela UNETIM⁷⁰ (Cabral; Martin-Jones, 2012, p. 344 – tradução livre).

Apesar deste parágrafo de Cabral e Martin-Jones ser bastante discreto no texto que apresenta a pesquisa que os autores desenvolveram, seu conteúdo reforça a questão da maioria das pessoas envolvidas nas campanhas de alfabetização serem mulheres. Segundo o professor Antero Benedito da Silva (2011),

Quando a ASDT se transformou na FRETILIN, o número de mulheres na liderança da FRETILIN cresceu por incluir Maria do Céu Pereira, Guilhermina dos Santos, Rosa Bonaparte 'Muki' e Dulce da Cruz 'Wewe', a esposa de Vicente Reis 'Sahe'. Todas tinham pertencido à Casa dos Timores. Rosa 'Muki', como era conhecida, participou nas negociações com a Comissão

⁶⁹ Helen Hill similarly recalled being struck by the number of the women who participated in the [literacy] programs during her visit to the territory. The campaign was initially tested at two pilot centres in Namuleco (Aileu district) and Baucau (Baucau district), although after six months there were reportedly two hundred literacy centres operating across the country. Through OPMT women participated in the literacy program, teaching children and adults how to read. Brigadistas (adult literacy volunteers) used the literacy handbook that had been designed and printed by students in Portugal to teach reading and writing, and to facilitate discussions about independence, East Timorese culture and nationalism. Using Tetun, they told traditional East Timorese stories and sang songs such as "Foho Ramelau" (Mount Ramelau – the highest mountain in Portuguese Timor) to encourage nationalist sentiment and to articulate a unique sense of East Timorese national identity (Loney, 2015, p. 9).

⁷⁰ The participation of women in the campaign was particularly significant. Women literacy volunteers outnumbered men in late 1974 and early 1975. OPMT (the women's branch of FRETILIN) was founded on August 28, 1975 and several of the women interviewed in this project had started out as members of UNETIM and then moved across to OPMT, while continuing their involvement in the literacy campaign and building on the work initiated by UNETIM (Cabral; Martin-Jones, 2012, p. 344).

Portuguesa de Descolonização em Díli, em maio de 1975 [sic] e, juntamente, com outras mulheres da Casa dos Timores, fez parte do grupo que organizou aulas de educação política alternativa que levaram à criação da UNETIM em outubro de 1974 (Domingos Caetano, Entrevista 20/10/2009). 'Wewe', que se formou como professora, foi nomeada membro da FRETILIN no GCRET para analisar a transformação do sistema escolar como parte do processo de descolonização (Magalhães 2004; Aditjondro, 1999a).⁷¹ (Da Silva, 2011, p. 148 – tradução livre).

Aqui o professor Antero da Silva nos aponta o lugar fundamental que essas mulheres ocuparam no processo de organização de uma proposta de educação, durante o processo de descolonização e, na sequência de seu argumento, demonstra que o foco era a alfabetização e o letramento político, embasados na pedagogia de Paulo Freire (Da Silva, 2011). Nesse sentido, Maria do Céu, além de ter sido responsável pela produção de diversos materiais utilizados nas campanhas de alfabetização, por sua formação como professora de magistério primário, também tinha forte bagagem política, dada a sua atuação em Lisboa, na Casa dos Timores. Dessa forma, a atuação de Maria do Céu no âmbito da organização educacional e das campanhas de alfabetização não pode ser relegada ao segundo plano. Pelo contrário, é importante que sua atuação e contribuição sejam valorizadas e destacadas no imaginário timorense, bem como na história oficial do país.

Para além da maciça participação das mulheres nas campanhas de alfabetização, seja como organizadoras, autoras dos materiais e/ou como alfabetizadoras voluntárias, os próprios conceitos ensinados giravam em torno dos princípios da FRETILIN e da OPMT, buscando sempre fomentar a reflexão e a "consciencialização" política para as ideias nacionalistas e revolucionárias, com base em termos de origem timorense. Nesse sentido, Michael Leach (2014; 2016), ao analisar os materiais da campanha de alfabetização, e entrevistando algumas das pessoas envolvidas no processo, destaca o uso do conceito de *kore a'an*, que tem grande impacto para pensar na emancipação das mulheres.

⁷¹ When ASDT transformed into FRETILIN, the number of women in the leadership of FRETILIN grew to include Maria do Céu Pereira, Guilhermina dos Santos, Rosa Bonaparte 'Muki' and Dulce da Cruz 'Wewe', the wife of Vicente Reis 'Sahe'. All had belonged to the Casa dos Timores. Rosa 'Muki', as she was known, participated in the negotiations with the Portuguese Decolonisation Commission in Díli in May 1975, and along with other Casa dos Timores women, was part of the group who organised alternative political education classes leading to the establishment of UNETIM in October 1974 (Domingos Caetano, Interview 20/10/2009). 'Wewe,' who had graduated as a teacher, was appointed as the FRETILIN member of GCRET to look at the transformation of the school system as part of the decolonisation process (Magalhães 2004; Aditjondro, 1999a) (Da Silva, 2011, p. 148).

Como um dos primeiros membros da Organização Popular de Mulher Timorense (OPMT), Aurora Ximenes esteve envolvida nas primeiras campanhas da FRETILIN em 1975, e ao longo de 1975-1978 nas zonas libertadas. De acordo com Ximenes, uma das posições mais importantes dos primeiros nacionalistas foi questionar os aspectos da tradição, das relações sociais coloniais e da doutrina da Igreja que limitavam os direitos dos indivíduos, **especialmente das mulheres**. Ela identificou o conceito de *kore a'an*, ou 'libertar-se', como um tema-chave no pensamento social da FRETILIN em 1975. (...) Ximenes explica que *kore a'an* englobava uma série de desafios às normas prevaletentes, desde **opor os estreitos papéis de gênero para as mulheres, reforçados pela sociedade patriarcal de Timor**, a outras práticas, como o assédio de mulheres solteiras e a poligamia⁷² (Leach, 2016, p. 268 – grifos meus. Tradução livre).

Tais elementos, incluídos no processo de alfabetização e letramento político da população timorense nos primeiros anos da luta anticolonial, apontam para a centralidade desses temas naquele momento, em especial conectados com as discussões da OPMT, os textos publicados nos jornais e as concepções de país independente que estavam sendo pensadas. Assim, a educação popular inserida em Timor-Leste nos anos de 1974 e 1975 questionava os pilares do colonialismo, valorizava a cultura timorense e, ao mesmo tempo, problematizava essa cultura, a partir do questionamento dos papéis tradicionais e coloniais de gênero, no que Rosa *Muki* bem descreveu como a dupla opressão que as mulheres sofriam.

Tanto isso é coerente que a própria entrevistada de Leach (2014), Aurora Ximenes, reforça ainda a importância da questão da emancipação das mulheres nos processos de alfabetização e educação popular, ao declarar que

Esta foi a linguagem que a FRETILIN usou... **as mulheres devem se libertar a si mesmas da cultura...** se libertar a si mesmas dos costumes e tradições que as prendem. **As mulheres devem se libertar**. Para isso as mulheres têm que participar na política, devem ser socializadas e sensibilizar o povo para que todos despertem para a necessidade de se melhorarem... de mudarem e avançarem, e para isso precisamos de independência. Porque, durante quase 500 anos, Portugal nos governou e a situação das mulheres permaneceu a mesma. **Isto foi o que disseram às mulheres, mulheres ativistas como as estudantes da UNETIM** [Associação de Estudantes Timorenses]... A FRETILIN começou por causa destes estudantes. Estudantes do sexo

⁷² As an early member of the Popular Organisation of Timorese Women (Organização Popular de Mulher Timor - OPMT) Aurora Ximenes was involved in early FRETILIN campaigns in 1975, and throughout 1975-1978 in the zonas libertadas. According to Ximenes, one of the most important positions of early nationalists was to questions those aspects of tradition, colonial social relations, and of Church doctrine which limited the rights of individuals, and particularly women. She identified the concept of *kore a'an*, or 'freeing one's self', as a key theme in FRETILIN social thought in 1975. (...) Ximenes explains that *kore a'an* encompassed a range of challenges to prevailing norms, from opposing the narrow gender roles for women reinforced by Timor's patriarchal society to other practices such as the harassment of single women, and polygamy (Leach, 2014, p. 268).

feminino e estudantes do sexo masculino começaram a falar sobre essas coisas⁷³ (Ximenes *apud* Leach, 2014, p. 268 – grifos meus. Tradução livre).

Como Ximenes advoga, a libertação feminina dos valores e dos aspectos opressores do colonialismo e da cultura patriarcal timorense eram as premissas para uma real independência de Timor dos subjugamentos, tanto portugueses quanto indonésios. Esse movimento é um grande argumento decolonial, levando a ideia de uma libertação do povo timorense que extrapolava a independência formal e política, sendo principalmente uma independência cultural, de valores e uma independência para as mulheres timorenses dentro desse contexto, englobando as opressões de gênero, que são, ao mesmo tempo, coloniais e tradicionais.

Considerando também a forte participação das mulheres da OPMT nas campanhas de alfabetização, é interessante perceber o que as lideranças da Organização buscavam estabelecer para suas participantes, uma vez que esses princípios se disseminavam para as aulas e atividades de educação e cultura. Assim, a análise dos textos de Rosa *Muki* é importante nessa conexão entre lideranças, militantes e as campanhas de alfabetização, o que será apresentado na seção seguinte.

3.2.2 Educação, circulação de textos e movimentos de mulheres

Além da atuação das mulheres da OPMT na organização das campanhas de alfabetização, a prática da escrita e da publicação de textos relacionados aos temas sobre a mulher nos processos revolucionários assume grande relevância para os objetivos dessa investigação, sobretudo no que diz respeito aos textos de Rosa *Muki*, que analisarei a seguir.

Segundo Jayawardena (2016), a circulação de livros, folhetos, revistas e textos em geral que discutiam a questão das mulheres nos países de "Terceiro Mundo" foram

⁷³ This was the language that FRETILIN used... women must liberate themselves from culture... liberate themselves from the customs and traditions that tie them down. Women must free themselves. In order to do this women have to participate in politics, they must be socialised and raise political awareness amongst the people, so that everyone awakens to the need to improve oneself...to change and move forward, and for this we need independence. Because for almost 500 years, Portugal ruled over us and the situation of women remained the same. This is what they said to women, activist women like the students in UNETIM [Association of East Timorese students] ... FRETILIN started because of these students. Female students and male students began talking about these things (Ximenes *apud* Leach, 2014, p. 268).

fundamentais para que os ideais feministas se espalhassem. Segundo a autora, também foram as mulheres letradas e com educação de base europeia que serviram de mediadoras estratégicas, tanto traduzindo textos variados de cunho sociopolítico, quanto atuando na tradução cultural dos feminismos europeus para o contexto asiático ou periférico, por exemplo.

Durante a maior parte do período colonial, em quase todos os territórios colonizados, o acesso à educação era restrito às castas e grupos ligados ao poder, como os brâmanes, na Índia, e os mestiços, no contexto português. No século XIX e início do século XX, a educação passa a ser ofertada para mais pessoas, formando-se uma classe média letrada nesses territórios. Isso permite também a popularização de jornais e outras mídias impressas, o que, como analisa Anderson (2008), foi um processo fundamental para a própria concepção nacionalista anticolonial desses territórios. Da mesma forma, com o acesso mais amplo para as mulheres frequentarem as escolas e universidades, essas discussões nacionalistas anticoloniais ganham o reforço da discussão da igualdade de gênero.

Nesse momento, algumas mulheres dessas classes médias e altas também são educadas e letradas e isso gera consequências específicas para os processos políticos e para a formação dos movimentos pelo direito das mulheres. A circulação de livros, revistas e jornais, com textos escritos por mulheres e para mulheres, teve grande impacto na formação dos movimentos feministas entre os séculos XIX e XX, por todo o mundo. Isso também fez circular informações entre os territórios e países, gerando uma onda nacionalista, em especial a partir de 1905, quando o Japão venceu a Rússia na Guerra Russo-Japonesa e, em 1917, com a Revolução Russa. É um período surge uma série de partidos comunistas pela Ásia, além de outros movimentos por mudanças sociais (Jayawardena, 2016, pp. 39-43).

Nesse contexto, é importante lermos os movimentos de mulheres não apenas como surgindo junto com os movimentos nacionalistas anticoloniais, mas destacando o fato de que essas organizações de mulheres mobilizaram e articularam a ação política em diversas esferas. Os direitos das mulheres já eram debatidos antes, mas isso passa a ser feito de forma mais incisiva no âmbito dos direitos democráticos ou revolucionários, nestas discussões nacionalistas do então "Terceiro Mundo".

A necessidade de educação para mulheres era consenso, em especial nos movimentos revolucionários, por motivos diversos. No caso do Vietnã, por exemplo, elas receberam educação formal, inclusive de alto nível, desde o início do processo

revolucionário e de independência nacional. Como nos mostra Chaguri (2022), por causa desse acesso à educação, e a visão de que os homens deveriam estar na luta armada enquanto as mulheres se responsabilizavam por dar continuidade ao projeto de desenvolvimento nacional para depois da guerra, as vietnamitas acessaram altos níveis de escolaridade e foram responsáveis por uma complexidade de atividades políticas no decorrer das guerras que o Vietnã enfrentou no século XX (Chaguri, 2022).

No contexto timorense, a questão é um pouco distinta, já que o processo educacional se iniciou ainda no período colonial e teve consequências importantes para a organização revolucionária. Hannah Loney explora em alguns de seus textos (Loney, 2012, 2015) a importância das mulheres no contexto revolucionário de 1974 e 1975 em Timor, e desenvolve a análise do texto de Rosa *Muki* que inaugura essa discussão no território. Nesse sentido, temos um texto emblemático que destaca a atuação de Rosa *Muki* Bonaparte, uma das fundadoras da FRETILIN e também da OPMT, publicado no Jornal do Povo Maubere.

O texto explicativo sobre a OPMT (Figura 7) está na primeira edição do jornal, de 27 de setembro de 1975, na página 8. Nele, Rosa *Muki* se compromete com a transformação social, questionando as práticas tradicionais de opressão das mulheres em Timor-Leste, mas também a opressão colonial, definindo a luta das mulheres timorenses como contra a "dupla exploração" (Loney, 2015).

Assim, Rosa *Muki* destaca algumas frentes de atuação prioritárias para as mulheres, com pontos como educação e creches, o que permitiria que as mães fossem incluídas no trabalho formal. A discussão que *Muki* apresenta nesse texto dialoga com os debates realizados em anos anteriores nos jornais de Díli, no que ficou conhecido como "a guerra do *barlake*" (Silva, 2014b), mas também aponta os debates em países socialistas sobre o trabalho de cuidado, a educação da mulher e a necessidade de incluí-la no trabalho coletivo, rompendo com o estereótipo colonial que a confina à esfera doméstica.

Este texto também é emblemático da atuação de Rosa *Muki* Bonaparte, pois evidencia a sua conexão internacional, demonstrando o quanto ela estava atenta aos debates políticos nos países africanos, e o lugar que acreditava que a mulher deveria ter no processo político. *Muki* fala da transformação social necessária para Timor, tanto questionando as práticas tradicionais de opressão à mulher em Timor-Leste quanto as opressões coloniais.

Figura 7: Organização Popular da Mulher Timor

ORGANIZAÇÃO POPULAR DA MULHER TIMOR

— Texto de análise da situação da mulher timor

O que é a Organização Popular da Mulher Timor — OPMT?

A Organização Popular da Mulher Timor é a organização de massas da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente — FRETILIN que enquadra a participação da mulher timor na Revolução. O objectivo principal da participação feminina na Revolução não é propriamente a emancipação da mulher enquanto mulher, mas o triunfo da Revolução e, consequentemente, a libertação da mulher enquanto ser social, alvo de uma dupla exploração: a que está sob as concepções tradicionais e a outra sob as concepções colonialistas.

A situação da mulher como ser

a situação de exploração e oprimido da mulher atinge graus extremos, pela conjugação de dois factores: um, que diz respeito às concepções tradicionais sobre a submissão da mulher, e outro, às concepções colonialistas.

Algumas manifestações desta concepção do sistema de educação tradicional sobre a posição inferior da mulher na sociedade são por exemplo:

O barbaque, que é o processo tradicional de casamento, pelo qual o pretendente oferece aos pais da noiva, bens materiais (gado, tecidos, terras, outros utensílios ou mesmo dinheiro, conforme as regiões) face aos quais decidirão nela entreza ou

proprietários de terras, autoridades gentílicas.

Além de reflectirem uma posição reaccionária estas práticas constituem um sério obstáculo à integração da mulher na luta de libertação, porque pela alienação em que a colocam impedem-na de participar nas tarefas políticas, culturais e sociais, prendendo-a exclusivamente à vida doméstica ou à produção agrícola ao serviço do marido.

O sistema de uma ideologia em que a mulher é considerada como «ser inferior», submeteram a mulher timor a uma dupla exploração:

Uma forma geral que abrange indistintamente homens e mulheres e que se manifesta pelo tra-

mulheres é formar as crianças timores, os continuadores da Revolução do Povo Mau-Bere. Por isso é necessário criar creches e escolas infantis em todas as regiões onde se juntem todas as crianças para ao mesmo tempo receberem uma educação que as transforme em bons revolucionários e libertar as mães para que estas possam trabalhar lado a lado com os homens nos campos isto é, na Reconstrução Nacional, a Reconstrução da nossa Pátria Timor-Leste.

A segunda tarefa, igualmente importante, será organizar as mulheres mais activas e mais conscientes e despertar aquelas que se encontrem passivas e submissas à exploração que so-

mulheres, estas não participassem no combate libertador. Participar no combate não significa apenas pegar em armas embora esta seja a fase superior. A participação da mulher timor no combate concretiza-se sob múltiplos aspectos: informações sobre as movimentações do inimigo, o seu potencial bélico ect...

SÁUDE E ASSISTÊNCIA — Também neste campo, foi e é grande o contributo da mulher timor atendendo à situação caótica criada pelo colonialismo neste sector. A assistência ora prestada flagrantemente com o tipo de «assistência colonial», para a qual contava unicamente a posição do indivíduo.

Fonte: FRETILIN. Jornal do Povo Maubere, número 1, de 27 de setembro de 1975.

Neste texto, evidenciam-se algumas camadas das análises e compreensões que Rosa *Muki* e as mulheres fundadoras da OPMT tinham sobre seu próprio lugar na luta revolucionária. Como ocorreu em diversos contextos periféricos de "Terceiro Mundo" na época, inclusive no Brasil, os movimentos feministas eram vistos como demandas da sociedade capitalista e em especial de mulheres brancas, dos Estados Unidos e Europa – as potências colonialistas e imperialistas, e relacionadas a um modo de vida burguês (Quartim de Moraes, 2000).

Sendo assim, os partidos de esquerda, e especialmente os ligados a movimentos nacionalistas e revolucionários, não identificavam suas organizações de mulheres com o feminismo e mesmo as mulheres mais engajadas na luta pela igualdade de direitos não se reivindicavam como feministas naquele período (Saffioti, 1978). O trabalho de Jayawardena (2016) enfrenta esse embate, mas já na década de 1980, o que, em grande medida, segue atual, pois, ao dialogar tanto com feministas ocidentais, que se aprofundam no diálogo sobre emancipação das mulheres, quanto com feministas do sul global, que enfrentam a "dupla exploração", do colonialismo/imperialismo e de suas próprias culturas, mesmo dentro de grupos e partidos revolucionários, ela nos recorda que,

Isso [assumir-se enquanto feminista] é importante porque aqueles que querem continuar a manter as mulheres de nossos países em uma posição de subordinação acham conveniente descartar o feminismo como uma ideologia estrangeira. Deve-se, portanto, enfatizar que o feminismo, como o socialismo, não tem uma identidade étnica particular; além disso, qualquer movimento de libertação e mudança social no Terceiro Mundo só pode ser fortalecido pela participação das mulheres em todos os níveis e, ao fazê-lo, elas são capazes

de se libertar da exploração, opressão e estruturas patriarcais (Jayawardena, 2016 – prefácio s/p).

Junto com essa divisão entre as demandas de mulheres e os contextos coloniais periféricos e a atuação dos movimentos revolucionários, Claudia Korol (2007) também destaca que a moralidade esteve muito presente nesses movimentos que, apesar de buscarem instituir um "novo homem" e uma "nova mulher" para as novas sociedades em construção, ainda encaravam as questões pessoais, privadas e morais, na maioria das vezes, pela formação antiga e já estabelecida da sociedade colonial. Por exemplo,

No entanto, era escassa a reflexão sobre a dimensão política da vida cotidiana. As organizações populares, especialmente aquelas que são consideradas revolucionárias, se transformaram em conservadoras na hora de estabelecer seus códigos morais, de mediar nas relações interpessoais, de construir hierarquias, de ordenar condutas. A “sociedade de homens livres” como propôs Marx, seria a coroação de nossas lutas, e se realizou plenamente após “A REVOLUÇÃO”, da vitória final dos pobres do mundo, dos trabalhadores, dos explorados, dos oprimidos (de acordo com o qual foi o grupo que caracterizou o horizonte desejável da vitória). Depois da libertação dos oprimidos, poderíamos pensar na emancipação das oprimidas...⁷⁴ (Korol, 2007, p. 10 – tradução livre).

Essa reflexão de Korol traz uma realidade dos movimentos revolucionários da segunda metade do século XX de forma geral, em que as mulheres eram colocadas como parte fundamental da revolução política e social que os movimentos anticoloniais buscavam realizar, no entanto sem ter suas demandas legitimadas nesse processo, sob pena de serem acusadas de sectárias ou de estarem retirando a atenção da luta principal, que era a revolução política.

Nesse sentido, os movimentos de mulheres de vários desses partidos e organizações de cunho revolucionário, anticolonial ou socialista precisaram arcar com mais uma luta, que era a de politizar o cotidiano, os cuidados das crianças e das famílias, bem como a convivência entre homens e mulheres em geral e a naturalização

⁷⁴ Sin embargo, era escasa la reflexión sobre la dimensión política de la vida cotidiana. Las organizaciones populares, especialmente las que se consideraban revolucionarias, se volvían conservadoras a la hora de establecer sus códigos morales, de mediar en las relaciones interpersonales, de construir jerarquías, de ordenar conductas. La “sociedad de hombres libres” que propusiera Marx, sería la coronación de nuestras luchas, y se realizaría plenamente después de “LA REVOLUCIÓN”, de la victoria final de los pobres del mundo, de los trabajadores, de los explotados, de los oprimidos (según cual fuera el grupo que caracterizara el horizonte deseable de la victoria). Después de la liberación de los oprimidos, tal vez podríamos pensar en la emancipación de las oprimidas... (Korol, 2007, p. 10)

das desigualdades de gênero. No caso timorense, Rosa *Muki* traz esse debate com a ideia da "dupla exploração", que ela desenvolve no texto que traz as bases da OPMT. Em seu texto inaugural Rosa *Muki* destaca:

O que é a Organização Popular da Mulher Timor — OPMT? A Organização Popular da Mulher Timor é a organização de massas da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente – FRETILIN que enquadra a participação da mulher timor na Revolução. O objetivo principal da participação feminina na Revolução não é propriamente a emancipação da mulher enquanto mulher, mas o triunfo da Revolução e, conseqüentemente, a libertação da mulher enquanto ser social, alvo de uma dupla exploração: a que está sob as concepções tradicionais e a outra sob as concepções colonialistas (Jornal Povo Maubere, *Muki*, 1975).

Nesse excerto ficam evidentes as estratégias argumentativas que Rosa *Muki* traz no texto para abarcar a emancipação das mulheres, sem se contrapor aos propósitos revolucionários. Ao dizer que o objetivo da participação feminina na revolução não é a "emancipação da mulher enquanto mulher", ela se distancia dos argumentos feministas em voga na época, mas, na sequência, aponta que a revolução vai propiciar que todas as pessoas se libertem, inclusive as mulheres "enquanto ser social". Ou seja, é um esforço retórico para colocar os direitos das mulheres como parte integrante da agenda revolucionária, evitando o rótulo de sectarismo, mas destacando o óbvio: as mulheres precisavam superar uma série de opressões na sociedade, sejam as advindas do colonialismo, sejam ligadas às questões de gênero.

Essa reflexão trazida no texto aponta, mesmo sem se identificar diretamente com os movimentos dos feminismos do Terceiro Mundo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres como parte integrante da libertação e do nacionalismo anticolonial timorense. Elas não estavam pensando de forma separada a revolução *maubere* e a igualdade entre os gêneros, mas sim como um movimento pelo outro, de forma quase dialética. Só poderia existir uma revolução *maubere*, se existisse dentro dela a igualdade *buibere*. Além disso, o caráter pedagógico dos textos de Rosa *Muki*, que une uma análise bastante sofisticada do ponto de vista político com exemplos práticos da vida das mulheres, ilustra também o cuidado que ela tinha em seu papel de liderança, buscando explicar, ensinar e orientar as pessoas ao seu redor. Nesse sentido, Luís Cardoso lembra bem dessa característica de Rosa *Muki*.

Camila Tribess: O que mais que lembra da *Muki* que queira contar?

Luís Cardoso: Sobretudo essa questão, que ela tinha essa vontade de explicar para as pessoas, sabia aquilo que queria, mas tinha vontade de explicar o porquê queria, esse jeito dela, eu gostava muito dela por causa disso.

Camila Tribess: Ela tinha um papel pedagógico, a gente poderia dizer?

Luís Cardoso: Sim, sim, ela tentava sempre explicar. E uma coisa muito interessante é que ela tinha uma maneira de falar que era muito envolvente, falava com os olhos, falava com o corpo todo, com as mãos... e sempre com um sorriso na boca. (...) a Rosa *Muki* sempre foi assim, de uma forma alegre de explicar as coisas. Tava convicta daquilo que queria, mas sempre com um sorriso (entrevista, 2022).

A questão da "dupla exploração" que Rosa *Muki* traz em seu artigo é de fundamental importância para esse processo pedagógico a que ela se lançou, visto que o texto aponta para a construção da nova sociedade que a FRETILIN, como todos os partidos e movimentos revolucionários à época, estavam pensando: libertar a população da opressão colonial e, ao mesmo tempo, buscar superar a cultura tradicional, vista como atrasada e "obscurantista".

Esse debate está também nos textos de Samora Machel (1974; 1977) e na atuação de Josina Machel (Santos, 2018), em Moçambique, nas reflexões de Thomas Sankara (2007 [1985]), em Burkina Faso, e no que defende o próprio Mao Tsé Tung, na China. Sankara realiza um importante debate sobre o papel das mulheres na revolução no seu país e Mao Tsé-Tung desenvolveu uma reflexão similar ao falar que as "mulheres sustentam metade do céu"⁷⁵ (Broyelle, 2021). O embate contra a cultura tradicional machista se dá em diversos aspectos, tanto para Rosa *Muki* quanto para a OPMT como um todo. Um deles diz respeito ao posicionamento contrário à celebração do *barlake*, que era visto pelas mulheres engajadas na FRETILIN como um preço a ser pago pela família do noivo para a aquisição de uma noiva e que submetia as mulheres a casamentos machistas e a situações de violência⁷⁶. Outro aspecto importante a ser destacado aqui é a poligamia, prática recorrente para os homens de várias etnias timorenses, à qual essas mulheres eram contrárias. No referido texto de Rosa *Muki*, a discussão sobre o tema da poligamia ganha matiz fortemente político:

Além de reflectirem uma posição reaccionária estas práticas constituem um sério obstáculo à integração da mulher na luta de libertação, porque pela alienação em que a colocam impedem-na de participar nas tarefas políticas, culturais e sociais, prendendo-a exclusivamente à vida doméstica ou à produção agrícola ao serviço do marido. O sistema de uma ideologia em que

⁷⁵ Frase atribuída a Mao-Tsé Tung para mobilizar as mulheres como parte fundamental da Revolução na China. Ver Broyelle, 2021.

⁷⁶ Este debate é importante nas questões sobre violência de gênero até hoje no país, sobre isso ver: Simião, 2005; Silva, 2010; Niner, 2020.

a mulher é considerada como <<ser inferior>>, submeteram a mulher timor a uma dupla exploração:

Uma forma geral que abrange indistintamente homens e mulheres e que se manifesta pelo trabalho forçado, salários de fome, racismo, etc...

Outra de carácter específico dirigida em especial à mulher. Separando-a do marido pelo trabalho forçado, privando-a dos meios de sustento do lar e dos filhos, o colonialismo criou este modo de condições para forçar a mulher à venda do seu corpo, prostituindo-se (Jornal Povo Maubere, 1975).

Os textos no Jornal do Povo Maubere seguem, em diversas edições, sem a autoria atribuída, mas problematizando o lugar da mulher no contexto revolucionário timorense. Esses textos enfatizam a importância da organização em torno da OPMT e a importância da atuação das mulheres para a vitória da Revolução. Sobre a função da OPMT em si, o texto inaugural de *Muki* explica que:

A criação da OPMT possui duplo objectivo:

O de participar directamente na luta contra o colonialismo e o de combater por todos os meios a discriminação violenta de que a mulher timor tem sido alvo na sociedade colonizada.

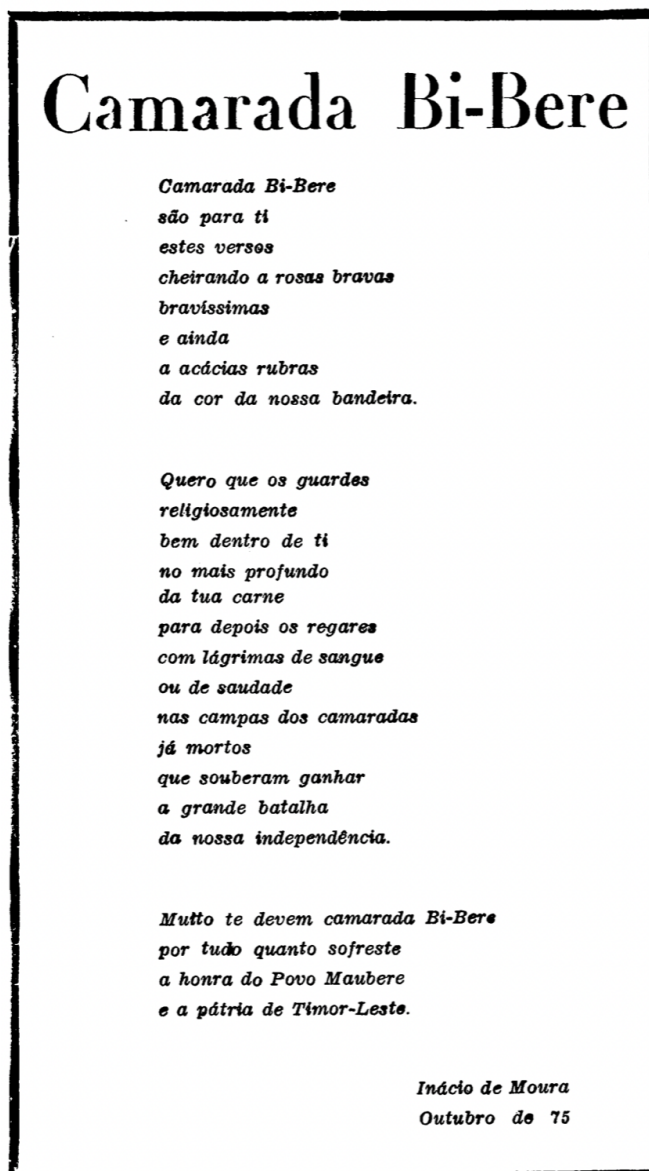
É pois à volta da OPMT que as mulheres timores se devem unir e organizar de forma a combater as causas da sua exploração. As mulheres só podem lutar e vencer unidas e organizadas (Jornal Povo Maubere, 1975).

O Jornal do Povo Maubere, objetivando a divulgação das ideias da FRETILIN, da OPMT e da organização da luta, trazia questões de política internacional, dialogava com as demandas mais básicas sobre fornecimento de energia e, ao mesmo tempo, provocava as pessoas a refletirem sobre as ações colonialistas que se tomavam mesmo dentro do partido ou da sociedade. O periódico também mobilizou a disciplina, o estudo e a divulgação do próprio jornal para a população em geral. Em alguns dos seus números, foram adicionados suplementos, com materiais de apoio para as campanhas de alfabetização (Jornal Povo Maubere, 1975, n.º. 6, 7 e 8).

No segundo número do jornal, de 04 de outubro de 1975, o poeta Inácio Moura publicou um poema destinado a celebrar a coragem das mulheres e a importância delas para a luta revolucionária. O poema, intitulado "Camarada *Bi-bere*" (Figura 8) traz o termo feminino do Maubere, em uma de suas versões escritas, o qual depois tornou-se mais usual ser nomeado como *Buibere*. É interessante também lembrar que esses poemas e as canções publicadas no Jornal foram utilizados ao longo do tempo pela população, buscando mobilizar a resistência e inculcar os valores nacionais timorenses, em especial junto às novas gerações, que já nasceram com o território sob ocupação indonésia, por exemplo. Como veremos no capítulo quatro, esses poemas e canções também tiveram papel pedagógico fundamental, dentro e fora do

território timorense. Assim, o poema de Inácio Moura é um dos pioneiros em exaltar a participação das mulheres na luta anticolonial.

Figura 8: Camarada Bi-Bere



Fonte: FRETILIN. Jornal do Povo Maubere, número 2, de 04 de outubro de 1975.

Nas edições seguintes, alguns textos voltam a abordar o lugar da mulher para o sucesso revolucionário, no entanto a maioria não tem autoria atribuída impressa no jornal. Destaco o pequeno texto (Figura 9) da edição de número 5, de 25 de outubro de 1975, com a chamada "Na justa luta do nosso Povo pela Independência Nacional, a MULHER TIMOR, que também sentiu na sua carne o jogo [jugo] da opressão, ajuda a libertar a sua Pátria" (sic). Ele trata das mulheres do distrito de Bobonaro que se voluntariaram para serem parte da frente armada do partido e instiga a coragem das

mulheres timorenses, por estarem dispostas a pegarem em armas pela independência. O texto traz também a comparação entre as timorenses e as mulheres de Moçambique, Vietnã, Angola e Guiné-Bissau, novamente fortalecendo a conexão com os países que também estavam travando suas lutas de independência.

Figura 9: A Mulher Timor

Na justa luta do nosso Povo pela Independência Nacional, a MULHER TIMOR, que também sentiu na sua carne o jogo da opressão, ajuda a libertar a sua Pátria.

Avante, mulher timor! Avante camarada Bi-Bere! A tua luta é a minha luta, e a nossa luta é a luta do povo maubere, do qual fazes parte. Timor-Leste, a nossa terra, terá de ser mesmo nossa, custe o que custar! Por ela daremos a nossa vida, até a última gota de sangue; por ela lutaremos, juntos, até a última Bala!

— Cem mulheres de Bobonaro ofereceram-se às Forças Amadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), para pegarem em armas contra os inimigos da nossa pátria. Que belo exemplo este, o das mulheres timores

de Bobonaro! Que tão rico exemplo frutificado por todas as outras regiões do nosso território e, à semelhança do que aconteceu com outros países sacrificados na sua justa luta pela independência nacional, também Timor-Leste poderá e deverá ter o seu Exército Feminino. A mulher timor, sempre desprezada pelo feroz colonialismo, também sentiu na sua carne o jugo da opressão. Por isso que libertar-se, ajudando a libertar o seu país, tal como fizeram as mulheres dos territórios irmãos de Moçambique, Vietname, Angola, Guiné-Bissau, e tantos outros.

Fonte: FRETILIN. Jornal do Povo Maubere, número 5, de 25 de outubro de 1975.

Na mesma edição de 25 de outubro de 1975, lemos uma nota (Figura 10) comunicando que as demais cidades timorenses, como Aileu e Baucau, fundaram bases da OPMT, ou seja, a organização das mulheres rapidamente saía dos limites urbanos da capital Díli e das mulheres letradas e já mobilizadas no partido, passando a se estabelecer também pelo interior do país, ajudando a mobilizar e organizar as mulheres do âmbito rural, com pouca ou nenhuma escolaridade, e que se integravam

aos processos de organização e letramento políticos que a OPMT realizava em todo o território. Assim, a OPMT, que surgiu de um grupo mais ligado às mulheres escolarizadas e sob a liderança principalmente de Rosa *Muki*, Maria do Céu, Dulce *Wewe* e outras mulheres, que estamos chamando de uma elite política timorense, passa a se enraizar em diversos pontos de Timor-Leste, rompendo os limites desse grupo inicial.

Figura 10: A OPMT alarga seu campo de ação (1975)

A OPMT ALARGA O SEU CAMPO DE ACÇÃO

— Seguindo o exemplo das camaradas de Díli, Aileu e outras zonas, também em Baucau se fundou, no dia 12 do corrente, a Organização Popular da Mulher Timor, orientada por uma Comissão Directiva constituída por três elementos.

Fonte: FRETILIN. Jornal do Povo Maubere, número 5, de 25 de outubro de 1975.

A partir do teor dos textos e da frequência de publicações relacionadas aos assuntos aqui tratados, torna-se visível, nas edições do Jornal, o quanto a luta vai se organizando e fortalecendo, e se tornando mais urgente. Com as últimas três edições do jornal, fica evidente uma emergência de ações no sentido de denúncia e organização da luta frente à iminência da invasão indonésia. O assassinato de cinco jornalistas australianos, em Balibó (cidade na fronteira com a Indonésia), e as tropas indonésias já cruzando a fronteira, desde outubro de 1975, reforçam essa urgência de ações. Apesar disso, o tom do jornal segue de exaltação da revolução e, pela celebração da data de 11 de novembro, *Muki* escreve um texto, em nome da OPMT, celebrando a Independência de Angola. Numa nota breve (Figura 11) ela destaca a atuação das mulheres angolanas nesse processo e, assim, também conclama as mulheres timorenses a tomarem parte na luta de libertação, seguindo o exemplo das irmãs angolanas para organizar o povo para a luta:

Figura 11: Texto alusivo à proclamação de Independência de Angola (1975)

PAG. 6

O JORNAL DO POVO MAU BERE

O. P. M. T.

Texto alusivo à proclamação da Independência de Angola

Camaradas Mau-Bere!
Camaradas Bi-Beres!
Povo de Timor-Leste!

11 de Novembro, data inesquecível na história do Povo Angolano e, conseqüentemente, na história de todos os povos do Mundo.

O 11 de Novembro assinala mais uma vitória dos Povos oprimidos sobre o sistema de dominação e exploração sob a forma de colonialismo, neste caso, o colonialismo português, laçao do imperialismo internacional.

O 11 de Novembro constitui uma fase muito importante para o povo irmão de Angola, visto ser uma fase necessária — a INDEPENDENCIA NACIONAL — para o prosseguimento da luta de libertação social das massas populares das massas da exploração capitalista e imperialista.

Para conseguir esta vitória sobre o colonialismo português, a

mulher timor, como parte integrante no processo revolucionário ora encetado em Timor-Leste, não ignora a participação activa prestada pela mulher angolana na sua luta de libertação nacional, pois, lado a lado combateu com o homem angolano, seu companheiro de luta.

Conscientes do seu papel, a mulher timor começa a organizar-se em torno da OPMT (Organização Popular da Mulher Timor) para melhor prosseguir a sua luta contra tal sistema de dominação secular dos povos, pois, sabe que a sua luta não termina com a Independência Nacional mas sim um meio necessário para estabelecer o poder popular.

Guiados pelo princípio de que:

Organizar o povo é criar condições necessárias para o esta-

belecimento de um poder que sirva os seus interesses, a OPMT inicia as suas actividades neste sentido sob a gloriosa direcção da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, vanguarda incontestável do Povo de Timor-Leste.

Viva a OPMT!

Viva o Povo Mau-Bere!

Viva a FRETILIN!

Viva Angola Independente!

Viva o MPLA!

Viva justa luta de todos os povos do mundo!

Viva a revolução mundial!

Viva o imperialismo militante!

Dili, 11 de Novembro de 1975.

— Organização Popular da Mulher Timor, Muki, secretária.

Fonte: FRETILIN. Jornal do Povo Maubere, número 8, de 15 de novembro de 1975⁷⁷.

Finalmente, conforme dito anteriormente, nos últimos números do jornal, os fatos se adiantam e a FRETILIN declara a independência de Timor-Leste, de forma unilateral, buscando apoio internacional frente à já concretizada invasão militar indonésia. Nesse sentido, Marina Ribeiro Alkatiri conta que originalmente a data da proclamação estava pensada para dezembro de 1975, no entanto as lideranças da FRETILIN ficaram temerosas de não terem tempo para concretizar a cerimônia, dado o avanço militar indonésio. Ela explica:

Camila Tribess: Mas se falava que a Indonésia podia invadir, mas não achavam que ia acontecer?

Marina Ribeiro Alkatiri: Assim em grande escala não, mas do perigo nós já tínhamos alertado. (...) Nós já tínhamos denunciado aqui, fazíamos as manifestações aqui, passávamos nas avenidas (com os atos).

Camila Tribess: Mas não achavam que ia ser desse jeito, né?

Marina Ribeiro Alkatiri: Eu acho que era isso que o Nicolau [Lobato] e o Mari [Alkatiri] tinham pensado. Por causa da Proclamação da Independência. Era pra ser dia 01 de dezembro, nós tínhamos recebido as instruções aqui [em Portugal] e estávamos a preparar a Proclamação da Independência para o dia

⁷⁷ Na edição seguinte consta uma errata sobre este texto, com a seguinte correção: "onde se lê «Viva o imperialismo militante», deverá ler-se «Viva o internacionalismo militante»."

um. Mas, entretanto, de repente tivemos que adiantar para o dia 28 de novembro, porque aí que o Euzébio, que era guarda-costas do Mari, estavam todos em Taibessi, por conta do golpe da UDT tinham se transferido pra Taibessi e então diz que o Nicolau chegou e chamou o Mari, convidou o Mari pra entrar no carro dele só os dois. Então o Euzébio como era guarda-costas disse que tinha que ir atrás e o Nicolau disse: "não, não, não, só nós dois". Aí os dois saíram, conversaram não sei o quê e quando chegaram avisaram: "vamos fazer a independência amanhã". Porque já estavam a entrar pela fronteira, em Maliana e para evitar isso tinha que declarar a independência unilateral (entrevista, 2022).

Nesse contexto da Proclamação da Independência, em 28 de novembro, temos aqui ainda três elementos para análise da participação das mulheres e, ao mesmo tempo, o reconhecimento e o espaço que de fato receberam nesse cenário. O primeiro fato, que hoje tornou-se quase uma anedota histórica, é que foi Isabel Lobato, irmã de Pascoela e esposa de Nicolau Lobato, que costurou a primeira bandeira de Timor-Leste, erguida no dia 28 de novembro de 1975. Pascoela Barreto relembra essas questões da seguinte maneira:

Pascoela Barreto: Olha, na véspera de ser levada pelos indonésios ela [Isabel] tava a coser uma bandeira de Timor, porque nós tínhamos proclamado a independência em 28 de novembro. Era preciso fazer bandeiras. A Isabel tava muito empenhada em fazer a bandeira de Timor-Leste. Portanto, nas vésperas ela tava nisso. Assim, por outro lado, o Nicolau, o marido, teve que se desempregar pra se dedicar inteiramente à luta, ao partido, à Fretilin e ela não tava preparada pra isso. E ficou extremamente preocupada, mas depois, acabou aos poucos foi tomando consciência da situação política em Timor e que era preciso, portanto, a colaboração dela. Tanto é que ela própria tava a coser a bandeira e, portanto, acabou por mudar (entrevista, 2022).

Outro fato, conectado a este, é que foi justamente Rosa *Muki* quem hasteou pela primeira vez a bandeira, na cerimônia de 28 de novembro de 1975, conforme dito por Cristalis e Scott (2005):

O hasteamento da bandeira por Rosa Bonaparte não foi de forma alguma uma indicação da crescente igualdade das mulheres dentro da FRETILIN, nem do movimento de libertação. Dos 50 membros do comitê central da FRETILIN, apenas três eram mulheres. (...) As mulheres integrantes do comitê central eram Rosa Bonaparte, Maria do Céu e Guilhermina Araujo. Estavam entre as poucas mulheres timorenses com ensino superior e, mais raro ainda, tinham estudado no estrangeiro. Quando regressaram, trouxeram ideias políticas e feministas e aplicaram-nas à situação timorense. (...) A preocupação delas era abrir um espaço para que elas pudessem se organizar [enquanto mulheres dentro do partido]⁷⁸ (Cristalis; Scott, 2005, pp. 27-28 – tradução livre).

⁷⁸ Rosa Bonaparte's flag-raising was by no means an indication of women's growing equality within FRETILIN, nor in the liberations movement. Of FRETILIN's 50-strong central committee, only three were women. (...) The female member of the central committee were Rosa Bonaparte, Maria do Ceu and Guilhermina Araujo. They were among the very few Timorese women with a higher education, and rarer still, they had studied abroad. When they returned they brought back political and feminist ideas and

Sobre o hasteamento da bandeira timorense, em 1975, Teresa Cunha (2006) também reflete sobre a importância simbólica da ação de Rosa *Muki*. Segundo Cunha (2006, p. 87), com base nos textos escritos no âmbito da OPMT, Rosa *Muki* acreditava "no lugar central das mulheres e das suas companheiras na luta pela emancipação de um povo" e que "seria um erro considerar que estas mulheres estiveram e estão totalmente subjugadas e alienadas nesta lógica eminentemente masculina de guerra e libertação nacional" (Cunha, 2006, p. 86). Além de confirmar o simbolismo da atuação de Rosa *Muki*, é interessante também analisar em uma das fotos disponíveis desse dia (Fotografia 11) que temos apenas duas mulheres em destaque na fileira de autoridades, sendo Rosa *Muki*, no centro, e Maria do Céu, no canto direito, reforçando assim, através da imagem, o argumento que estou desenvolvendo aqui, que o lugar das mulheres nas ações políticas era fundamental, porém sistematicamente esvaziado ou diminuído na história oficial.

Fotografia 11: *Muki* segurando a bandeira timorense (1975)

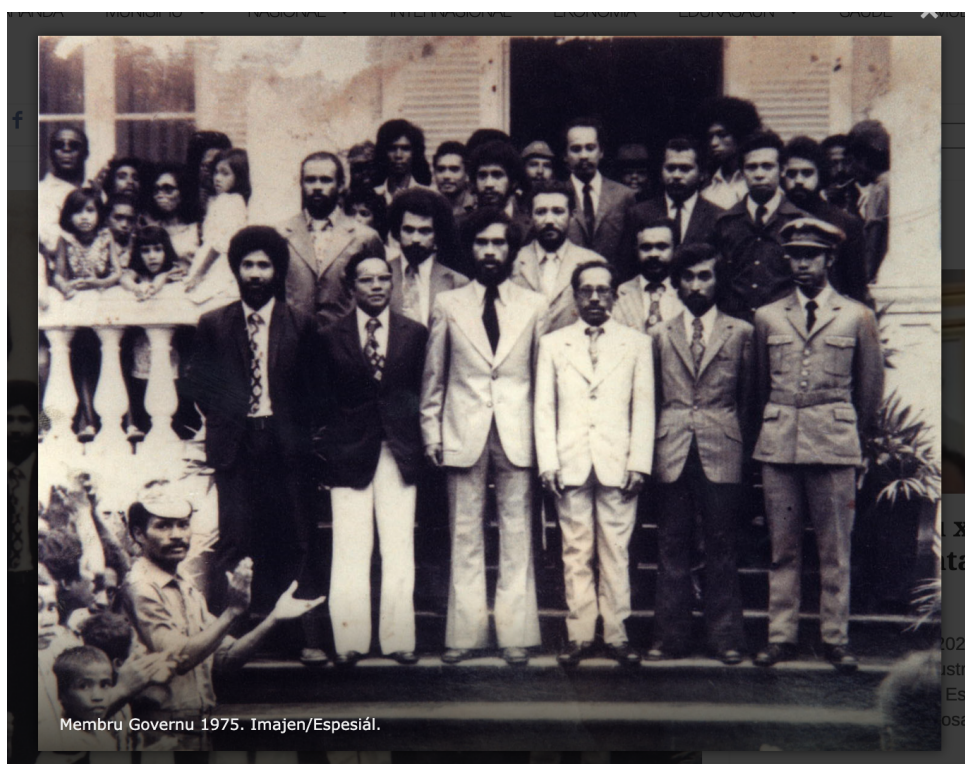


Fonte: Arquivo Fundação Mário Soares / Casa Comum

applied these to the Timorese situation. (...) Their concern was to open up a space so they could organize themselves (Cristalis; Scott, 2005, pp. 27-28).

No entanto, o terceiro ponto de análise é uma outra imagem desse dia 28 de novembro de 1975, que seria a foto oficial da tomada de posse do governo⁷⁹. Nesta foto (Fotografia 12), as poucas mulheres presentes no momento anterior, de hasteamento da bandeira, desaparecem do destaque central da situação. Trata-se de uma foto tirada no dia da proclamação unilateral da independência, em um momento de grande mobilização política em Díli. No momento da foto, as mulheres foram colocadas de lado, mesmo algumas compondo, oficialmente, o governo recém-instaurado, como era o caso de Guilhermina Araújo, Vice-Ministra das Relações Externas e Informação (Jornal do Povo Maubere, 1975 n. 10), Maria do Céu Pereira e Dulce Cruz, no Ministério da Educação (em cargos de segundo escalão), e mesmo Rosa *Muki*, secretária geral da OPMT. Apesar disso, nenhuma dessas mulheres foi incluída na fotografia oficial do novo governo.

Fotografia 12: I Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste (1975)



Fonte: Agência Nacional de Timor-Leste - Tatoli⁸⁰

Essa foto foi tirada pensando em mostrar um governo organizado e "forte" para

⁷⁹ Agradeço à professora Teresa Cunha, que me chamou a atenção para a análise do simbolismo desta fotografia.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.tatoli.tl/2021/02/10/memorial-ba-membro-governu-1975-sei-harii-iharesintu-palasiu-nobre/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

conseguir apoio internacional, assim não ter as mulheres em destaque na imagem teria sido proposital? Não me parece esse o caso, visto que incluir mulheres no governo mostraria uma imagem de modernidade e democracia importante para a FRETILIN internacionalmente.

Como nos lembra Jayawardena (2016), as imagens das mulheres são mobilizadas pelos partidos e movimentos como demonstração de modernidade e democracia, em busca da superação da ideia de que os povos do "Terceiro Mundo" eram incapazes de se governarem a si mesmos. Assim, seria a produção dessa foto um daqueles casos de machismo estrutural, em que nem se questionam o fato de serem apenas homens posando para a foto oficial e as mulheres bem ao fundo (à esquerda), junto com as crianças? Além disso, pelo enquadramento da foto, talvez nem fosse proposital a presença delas na fotografia, pois essa foto poderia facilmente ser recortada para retirar o quadrante à esquerda em que as mulheres aparecem ao fundo. Talvez seja uma daquelas informações que temos pelos acasos históricos e que nos permitem problematizar a construção da imagem com as nossas lentes atuais.

De qualquer forma, ficam ainda mais evidentes as contradições do processo, que, se são totalmente compreensíveis num contexto em que a guerra se mostrava cada vez mais próxima, com as tropas indonésias já no território timorense e as necessidades urgentes de declarar a independência e organizar a população para resistir militar e politicamente, infelizmente essas contradições entre a atuação das mulheres na política, o trabalho realizado e o discurso sobre a importância delas para a emancipação segue distante da prática cotidiana. De forma recorrente o trabalho das mulheres não é reconhecido, seus nomes são sistematicamente apagados e, mesmo as que chegam a ocupar cargos de importância são "esquecidas" nas fotos, homenagens (que poderiam ser "mulheragens") e segue-se reproduzindo o discurso que conta apenas a história dos heróis, todos homens.

3.3 Em síntese: essa pedagogia também é *buibere*

Neste capítulo, busquei apresentar o processo de formação de uma organização específica para as mulheres dentro do partido FRETILIN, a OPMT, e destacar a importância dela para as campanhas de alfabetização e mobilização

política que foram levadas a cabo no território timorense, entre os anos de 1974 e 1975. Além disso, trouxe a análise dos textos publicados por Rosa *Muki* no Jornal do Povo Maubere, destacando a importância da circulação de textos, folhetos e jornais sobre as demandas das mulheres na consolidação das lutas feministas, algo recorrente em diversos países que passaram por lutas de libertação nacional de viés anticolonial, mas também em outros contextos, em que se buscou organizar grupos pelos direitos das mulheres de formas diversas, mas com especial atenção às publicações feitas por mulheres.

A partir do conceito de "pedagogia *maubere*", do professor Antero da Silva, ou seja, o processo de alfabetização e politização da população mais simples de Timor-Leste na época, com uso dos métodos freirianos de alfabetização, destaco o papel de Maria do Céu e Dulce da Cruz como lideranças e organizadoras dessas campanhas, inclusive em cargos do que seria o primeiro Ministério da Educação de Timor-Leste, bem como das mulheres ligadas à OPMT, que participaram como voluntárias nessas campanhas. Assim, fica a questão, seria esta prática formativa uma pedagogia *maubere* ou valeria a pena destacar de forma intencional a existência de pedagogias *buiberes* nesse contexto também?

O argumento geral deste capítulo se apresenta ao buscar avançar sobre a ideia de pedagogia *maubere*, entendendo o termo como o recorte de viés popular e de classe desse processo de alfabetização, educação política e organização para a luta nacionalista e revolucionária, mas questionando um suposto protagonismo exclusivamente masculino. Sabendo que essas militantes atuaram de forma decisiva na organização das pautas no partido, organizaram os processos de aulas e de campanhas de alfabetização, escreveram e debateram nos jornais e pautaram os temas das mulheres e da igualdade de gênero, é importante destacar a construção também de uma pedagogia *Buibere* nesse momento, que se colocou como ferramenta importante de embate e mobilização política.

Assim, apresentei que essas mulheres atuaram pela formação política da população nesse breve período, o que foi fundamental para toda a resistência política timorense no decorrer dos anos de guerra (Leach, 2014; 2016; 2017; Da Silva, 2011). Além disso, atuaram também para disseminar reflexões sobre o lugar das mulheres na luta anticolonial e gerar discussões sobre a dupla opressão enfrentada pelas mulheres no contexto timorense, apontando para a atuação política necessária para

que as mulheres saíssem dessa condição de opressão no decorrer do processo revolucionário que estava em curso em Timor-Leste.

4. UKUN RASIK AN FATIN SELUK⁸¹ OU SER TIMORENSE NA DIÁSPORA

Este capítulo aborda o contexto da Proclamação Unilateral da Independência timorense pelo ponto de vista do grupo que estava em Portugal no final de 1975, bem como destaca a notícia da invasão indonésia e a reorganização do Comitê de Ação da FRETILIN (CAF) no exterior. No início de 1976, temos uma divisão no grupo que vivia em Lisboa, quando o CAF se instala em Moçambique e várias de nossas personagens se mudam para a capital, Maputo.

A partir desse fato, essas mulheres começam a atuar em exílio, realizando eventos diversos para reafirmar a cultura timorense na diáspora. Como guia teórico para essas questões, temos a ideia de “nacionalismo de longa distância” que, junto da perspectiva das “pedagogias feministas”, relacionadas à categoria de “exílio”, ajuda-nos a entender a atuação das mulheres no âmbito cultural, nos eventos, festas e celebrações timorenses para a mobilização internacional pela causa da independência de Timor-Leste, bem como para o fortalecimento cultural do próprio grupo no exílio.

4.1 Uma curta independência

As mulheres que seguiram em Portugal, em especial Marina Ribeiro Alkatiri, Pascoela Barreto, Ana Pessoa e Adelina Tilman, estavam organizando o grupo de timorenses na diáspora para celebrarem a Independência de Timor-Leste, no dia 01 de dezembro de 1975. No entanto, com o desenrolar dos acontecimentos políticos e a invasão iminente das tropas indonésias, a celebração foi antecipada para o dia 28 de novembro desse mesmo ano.

Alguns dias depois da Proclamação Unilateral da Independência Timorense pela FRETILIN, a delegação diplomática vinda de Timor, composta por César *Maun Laka*, Mari Alkatiri, Rogério Lobato e José Ramos-Horta, chega a Lisboa. Eles chegaram exatamente no dia 7 de dezembro e ainda não sabiam que as forças militares indonésias tinham invadido Díli naquela madrugada e que a guerra tinha de fato começado. Foi Adelina Tilman quem recebeu o telefonema com a notícia da invasão. Sobre esse fato, ela recorda,

⁸¹ Tradução livre da língua Tétum: "Independência em outro lugar", ou "Independência à distância".

Adelina Tilman: Eu fui a pessoa que atendeu a chamada sobre a invasão indonésia de Timor. Nessa altura, 7 de dezembro de 1975, fui eu a pessoa que recebeu o telefonema, a comunicação que Timor foi invadido.

Camila Tribess: E nesse dia também estava chegando a comitiva de Timor que não sabia de nada ainda, né?

Adelina Tilman: É isso. Os 4 de Timor que, claro, nós tínhamos o comitê, nós pertencíamos ao Comitê de Ação, chamava-se assim, Comitê de Ação da FRETILIN em Portugal, recebíamos comunicações e divulgamos, era o nosso trabalho (entrevista, 2022).

Marina Ribeiro Alkatiri, na entrevista que me concedeu, também relembra essa data,

Marina Ribeiro Alkatiri: Em 7 de dezembro, quando eles chegaram, tinham saído de Timor dia 4 de dezembro e não sabiam de nada. Quando eles chegaram aqui dia 7 de dezembro, nós os informamos que havia tido a invasão. E o governo [português] não nos recebeu (entrevista, 2022).

A tensão nesses primeiros dias após a notícia da invasão indonésia era extrema. As informações que chegavam eram precárias e, na maioria dos casos, só se soube da morte de familiares e entes queridos algum tempo depois. As primeiras notícias falavam da morte de pessoas importantes ligadas à FRETILIN e em especial das que pertenciam ao grupo que estava em Lisboa anteriormente, como Borja da Costa, Rosa *Muki* e Isabel Lobato. Sobre a morte de sua irmã, Isabel Lobato, Pascoela Barreto relembra:

Pascoela Barreto: Porque depois, entretanto, depois da invasão indonésia, Timor ficou completamente fechado para o exterior. A minha irmã foi uma das pessoas que foi fuzilada na ponte do cais. Ela foi denunciada por elementos da APODETI, arrancaram o filho do colo dela, deram pra família e levaram-na com a promessa de 'ah não, isso é para os interrogatórios e vai voltar', mas nunca mais voltou (entrevista, 2022).

Essas mortes aconteceram nos primeiros dias da invasão, entre os dias 7 e 8 de dezembro de 1975. Luís Cardoso acrescenta que Rosa *Muki* foi assassinada no dia do aniversário dele, em 8 de dezembro e, por esse motivo doloroso, a data tornou-se inesquecível. Essas memórias dos primeiros momentos são trazidas com bastante emoção nas diversas falas dos participantes dessa pesquisa.

Pascoela relembra também que, por algum tempo, as estudantes ficaram em uma situação muito difícil, pois não tinham mais uma cidadania ou um apoio governamental português. O Timor Português não existia mais, Timor-Leste era uma

reivindicação sem base política suficiente no cenário internacional e Portugal simplesmente cortou as bolsas estudantis, deixando essas pessoas num limbo jurídico e até mesmo econômico, com uma situação bastante difícil. Ela explica:

Pascoela Barreto: E uma das coisas que elas passaram e que passaram muito... muito mal, logo a seguir à guerra civil, e Portugal cortou as bolsas, porque em Portugal era bolsa da província, era de Timor e elas ficaram sem bolsa. Passaram muitos maus bocados. Eu era das poucas pessoas... porque nessa altura não havia muitas famílias timorenses que estavam em Lisboa. Então eu procurava dar apoio a elas. Mas era muito pouco aquilo que eu podia fazer. Porque elas não tinham dinheiro, não tinham família, não tinham ninguém. Elas dormiam, era na avenida 5 de outubro, num apartamento que era da Procuradoria dos Estudantes, aquilo pertencia aos estudantes ultramarinos. Então elas dormiam no chão. Eu às vezes fazia assim uma coleta lá no meu serviço, pedia aos meus colegas apoio para dar algum dinheiro para comerem uma sopa quentinha. Ah, muitas vezes juntávamos todos lá na minha casa para comer assim um prato quente porque elas não tinham nada. Não tinham dinheiro, não tinham ninguém, não tinham apoio. (...) Foi uma época muito dura. Mas, mesmo assim, mesmo passando fome, mesmo não tendo apoio nenhum, elas eram combativas, continuaram sempre na luta (entrevista, 2022).

A total falta de capacidade – ou de vontade política – do Governo Português, no final de 1975, para incluir a questão timorense em sua agenda gerou alguns contornos dramáticos durante esses meses para as timorenses que estavam em Portugal. O grupo vindo de Díli buscava ser recebido pelo Governo Português, o que não aconteceu. Marina Ribeiro Alkatiri lembra que,

Marina Ribeiro Alkatiri: (...) eles [Governo Português] nem receberam a delegação [em dezembro de 1975] porque eles não queriam reconhecer que eles [governador e funcionários portugueses] fugiram. Quando a UDT fez o golpe e para contornar outra vez a situação, a FRETILIN, depois de retomar o país todo, convidou o governador português, eles simplesmente foram pra Ataúro⁸² e depois saíram. (...) Por que é que nós fomos parar em Moçambique? Naquela altura, eu não tô a falar do povo [português], os partidos políticos todos apoiavam, mas o Governo Português nada. Por isso que a Frente Diplomática foi para Moçambique, com o apoio dos cinco [países dos PALOP] e com o apoio dos cinco que tivemos apoio da África e cada um fazendo os trabalhos com os outros (entrevista, 2022).

Nesse contexto, a atuação anterior do grupo de timorenses em Portugal junto aos Governos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau tornou-se fundamental. Foi

⁸² A situação relatada se refere ao fato de que o governador português em Díli, à época do conflito, não recebeu nenhuma orientação sobre como proceder frente à guerra civil no território. Então, apenas se retirou da cidade com os demais membros portugueses do governo e alguns militares e se refugiaram na ilha de Ataúro, a poucos quilômetros da capital. Mesmo após o fim do conflito entre UDT e FRETILIN, o Governo Português não atuou de forma coerente para apoiar o processo de descolonização de Timor.

então que se deu o início, de forma mais estruturada, da longa parceria entre Timor-Leste e Moçambique no âmbito político e diplomático. Em janeiro de 1976, uma comissão timorense viajou para Maputo,⁸³ em busca de apoio para organizar a FRETILIN no exílio. Sobre essa questão, Marina Ribeiro Alkatiri explica o seguinte:

Marina Ribeiro Alkatiri: Isso já depois da delegação chegar aqui [em Portugal] em 7 de dezembro, aí o [César] Laka já estava. Foi aqui, porque o Governo Português não recebeu, e então tiveram que ir a Moçambique pedir ajuda, porque o Samora Machel tinha se disponibilizado. Angola também, mas não podíamos estar divididos, então a sede era Moçambique. (...) Então pronto, Samora nos deu o apoio, depois eles voltaram em dezembro e então formou-se essa equipa para fazer uma volta a África. O Olímpio [Branco] e Rogério [Lobato] foram pra China, Mari [Alkatiri] e [José Luís] Lugo e incluíram a mim como representante da OPMT, o Augusto como representante da OPJT [Organização Popular da Juventude Timorense] e fomos a Moçambique, depois deles terem voltado, porque Samora já tinha aceito de irmos para lá. E fomos pra lá, foi a primeira vez que visitei Moçambique, e a primeira vez que me encontrei com Samora, então ficaram lá nós os quatro: o Mari, o Lugo, o Augusto e eu. Depois foi lá ter mais o Ramos-Horta, Abílio Araújo, e acho que o Rogério Lobato também. (...) O Horta nem conseguiu dormir à noite na primeira vez que íamos ter o encontro com Samora. Era formidável. Sabe aquele homem que todo mundo queria falar, olhava pra ele parece que... hipnotizava! Era a primeira vez que eu o via. E depois daí fomos para Angola, também fomos recebidos pelo presidente, todos de coração aberto, cada um da sua maneira. (...) Depois fomos à São Tomé, à Guiné-Bissau, fomos a Cabo Verde, todos nos receberam, apoio total e completo (entrevista, 2022).

Naquele momento, Marina Ribeiro Alkatiri passou a exercer um papel mais destacado como representante da OPMT no Comitê de Ação da FRETILIN, tendo ajudado a organizar a transferência do CAF para Moçambique. Em 25 de abril de 1976, o CAF passou a atuar oficialmente a partir de Maputo e, inicialmente, cerca de 30 pessoas vão para lá, a maioria vindas de Portugal e recebendo apoio de diversas instituições moçambicanas para organizarem suas vidas e darem continuidade à luta política pela independência timorense.

4.1.1 *Relações entre Timor-Leste e Moçambique*

Camarada Bi-Bere/ são para ti/ estes versos/ cheirando a rosas bravas/
bravíssimas/ e ainda/ a acácias rubras/ da cor da nossa bandeira (...)/ Muito te
devem camarada Bi-Bere/ por tudo quanto/ sofreste/ a honra do Povo
Maubere/ e a pátria de Timor-Leste (Moura, 1975).

⁸³ Até 13 de março de 1976, a capital de Moçambique se chamava Lourenço Marques, nome dado pelos colonizadores portugueses. O novo nome, dado a partir da Independência de Moçambique, é utilizado aqui de forma recorrente, mesmo quando me refiro à cidade antes de sua renomeação, pois opto por utilizar o nome autodeclarado da capital e não seu nome colonial.

O poema acima foi publicado em "O Jornal do Povo Maubere" pelo poeta Inácio de Moura, em 4 de outubro de 1975, e seu título é "Camarada Bi-Bere". Nessa mesma edição, o periódico trouxe a seguinte manchete de capa: "49 países afro-asiáticos apoiam a FRETILIN". Este destaque foi dado após diversos encontros internacionais liderados pelos enviados especiais, Mari Alkatiri e César Maun Laka, que foram para a Maputo em viagem diplomática para buscar apoio à independência timorense, antes da Proclamação Unilateral, em 28 de novembro.

A ida para a capital moçambicana não foi mera formalidade. Samora Machel, o então presidente de Moçambique recém-independente, era grande simpatizante da luta timorense e ofereceu não apenas apoio simbólico, mas estabeleceu pessoalmente relações com diversos países africanos e outros Estados alinhados à União Soviética, bem como disponibilizou embaixadas moçambicanas em diversos países para que as relações externas timorenses fossem asseguradas. Essa postura foi expressa em sua famosa frase sobre a questão timorense: "Enquanto Timor-Leste não for um país independente, a independência de Moçambique não estará completa". Nesse sentido, abro aqui uma pequena contextualização da relação entre Timor-Leste e Moçambique, concentrando-me na situação de Moçambique na década de 1970, para entendermos o quanto esse apoio explicitado por Machel é fundamental para a causa timorense e para a vida das mulheres que acompanhamos nesta investigação.

As relações entre o antigo "Timor Português" e as demais colônias portuguesas na África são registradas desde o início da colonização desses territórios por Portugal, com casos registrados de timorenses escravizados enviados a Moçambique no século XVIII (Thomaz, 2001, p. 43). Diversos moçambicanos foram exilados em Timor por conta da perseguição da ditadura fascista de Salazar e, no sentido inverso, alguns timorenses foram enviados para Maputo como punição pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política do regime. Esse foi o caso de José Ramos-Horta, como já citado anteriormente.

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de junho de 1975 e, Rosa *Muki* e as demais mulheres da OPMT traziam a experiência das mulheres moçambicanas como inspiração para as timorenses. Nesse sentido, Teresa Cunha (2014, p. 64-66) analisa como a guerra de libertação moçambicana estabeleceu novas formas de interação social para as mulheres, pois, apesar de ocorrer de forma contraditória e violenta, permitiu que elas atuassem como protagonistas em diversos níveis – político, social, cultural e militar. Samora Machel tem uma outra frase famosa,

em que disse que "Uma das frentes principais da batalha para uma autêntica libertação do nosso Povo é a emancipação da mulher" (Machel, 1974 *apud* Cunha, 2014, p. 65).

No entanto, como problematiza Cunha (2014), essa fala talvez tenha sido mais simbólica do que efetivamente aplicada no cotidiano da luta anticolonial moçambicana, mas, ainda assim, foi esse discurso pela igualdade das mulheres que possibilitou o reforço da participação delas na vida do país africano, desde o apoio logístico (o mais comumente lembrado nas guerras), mas também em diversos âmbitos explicitamente políticos. Além disso, como bem explicaram Cunha (2014) e Casimiro (2014), a própria casa e a vida cotidiana dessas mulheres, durante uma guerra de longa duração⁸⁴, tornaram-se espaços políticos. Esse processo inspirou e apoiou as mulheres timorenses que se encontravam no exílio em Moçambique.

É no estabelecimento das relações políticas no contexto anticolonial que os dois territórios entrelaçam-se e, em grande medida, como várias das entrevistadas destacam, se não fosse o apoio de Moçambique, em especial, e dos demais países africanos, a causa timorense teria sido esquecida já em 1976 (entrevistas com Marina Alkatiri Ribeiro e Adelina Tilman, 2022). Marisa Ramos Gonçalves resume bem o papel político de Moçambique na década de 1970, explicando que:

O recém-formado Estado moçambicano, liderado por Samora Machel, era orientado por esta forma de pensar e agir, que se baseava no princípio de solidariedade com todos os povos oprimidos pelo colonialismo e imperialismo económico (Meneses, 2017). Assim, Moçambique foi efetivamente um porto seguro para movimentos de libertação, em particular na África Austral (ANC da África do Sul, a ZANU do Zimbabué, a SWAPO da Namíbia), e também a Frente Polisário do Sahara Ocidental, bem como para militantes políticos de esquerda perseguidos pelas ditaduras no Chile, Argentina e Brasil (Azevedo, 2013, pp. 145-154). Esta postura estava ligada à própria história de Moçambique que tinha recebido apoio da Tanzânia, Argélia e outros países Africanos. Por outro lado, durante a guerra pela libertação das antigas colónias Portuguesas, Moçambique tinha sido membro ativo da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, com sede em Argel, apoiando com os meios que tinha a independência de Angola e o MPLA (Monteiro, 2001). Por outro lado, a sua solidariedade com a luta contra o regime apartheid na África do Sul e regimes aliados na África Austral, apoiados por países ocidentais, tornou a sua missão de apoio aos movimentos de libertação particularmente difícil durante os anos 80, altura em que a delegação externa da FRETILIN viveu no país (Ramos Gonçalves, 2021, p. 141).

⁸⁴ Após a independência, Moçambique passou por diversos conflitos internos e por mais de uma década de guerra civil entre a FRELIMO e sua opositora, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Os conflitos se estenderam até o final da década de 1990 e, em certa medida, perduram até hoje (Casimiro, 2014; Cabaço, 2009; Cunha, 2014).

Assim, a ida desses líderes da FRETILIN a Moçambique acabou por abrir o caminho para que, após a invasão indonésia, diversas lideranças timorenses tivessem a possibilidade de ir para Maputo, buscando fugir da violência extrema perpetrada pelos militares indonésios. Igualmente, as jovens lideranças timorenses, que estavam estudando em lugares diversos, acabaram vendo Maputo como um destino mais seguro e familiar de exílio.

A capital moçambicana, na época uma cidade pujante e cosmopolita, recebia lideranças políticas e intelectuais de praticamente todo o mundo, seja por laços de amizade com países de regimes socialistas ou progressistas, seja recebendo exilados políticos de países que sofriam golpes autoritários de regimes de extrema direita, dentre esses, inclusive, havia brasileiros (Cunha, 2014; Ramos Gonçalves, 2021). Isso significa que, na prática, as famílias timorenses foram rapidamente acolhidas e inseridas na sociedade moçambicana, como destacam as entrevistadas desta investigação. Nos anos seguintes, com a piora da situação política e econômica do país, essas vantagens iniciais deixaram de existir, no entanto, mesmo com a guerra civil em Moçambique, o grupo de timorenses em Maputo sempre se sentiu acolhido.

Ali, as mulheres tiveram a possibilidade de finalizarem seus cursos superiores iniciados em Portugal e todas foram incluídas nos processos políticos que se desenvolveram nos anos seguintes. Marina Ribeiro Alkatiri, que provavelmente é, dessas mulheres timorenses, a que tem ligações mais fortes e duradouras com Moçambique, por ter permanecido no país africano como embaixadora timorense após a restauração da independência, descreve o percurso dos momentos iniciais após a invasão.

Marina Ribeiro Alkatiri: Os cinco países [PALOP], mais os outros, que eram os 14 países que nos reconheceram, como Argélia, Guiné Conacri, e da Ásia também Vietnã, China, Laos, Camboja e Albânia e mais o Vanuatu que nos reconheceram e depois nos apoiaram. Os cinco nos deram a retaguarda, vivemos lá [em Moçambique].

Camila Tribess: Sim, porque aqui [Portugal] cortaram as bolsas, né?

Marina Ribeiro Alkatiri: Sim, cortaram as bolsas e também para a luta. Como é que fazíamos as viagens? Moçambique todos os anos fazia como se fôssemos um ministério, dava-nos um orçamento duas vezes por ano como fazem com os ministérios. Depois em Moçambique criaram um banco de solidariedade e todos os funcionários depositavam um valor "x" para ajudar a nós e os outros movimentos de esquerda, que eram contra as ditaduras. Havia brasileiros também, o Hipólito [de Jesus], que trabalhou comigo (entrevista, 2022).

Ainda na sua fala, Marina Ribeiro Alkatiri destaca que ela e as outras mulheres finalizaram seus cursos em Maputo, em especial na Universidade Eduardo Mondlane, e começaram a atuar profissionalmente no contexto moçambicano, além de exercerem suas funções na FRETILIN. Inclusive, a escolha dos cursos foi feita de forma estratégica, pensando no que era necessário para o futuro governo timorense. Segundo ela:

Marina Ribeiro Alkatiri: A Filó depois conseguiu continuar os estudos em Maputo e eu continuei até acabar. Eu fui a última a deixar Maputo, porque eu sempre fiquei lá como representação da FRETILIN, então não podia ir, todos foram e eu tive que ficar. (...) E eu sempre estive ligada à diplomacia, toda a minha vida. E aproveitei para tirar o meu curso lá também [em Maputo], acabar o curso lá, curso de economia e gestão. (...) Eu gostei muito, eu queria ir pra matemática, eu adoro matemática (...). Então pronto, o Lugo e o Mari disseram: "não, pronto, tu vais lá para economia, não temos economistas. Tem a Mado e o Augusto a tirarem o curso, vai lá". Mas eles tiraram macroeconomia, que também é importante, "então vai lá pra gestão e não sei o quê...". E eu disse "eu quero ir pra matemática", mas convenceram-me que lá na gestão tem matemática também. Matemática um, dois, três, depois análise matemática e eu gostei. E então pronto, foi aí que eu fui lá tirar o curso e gostei (entrevista, 2022).

Pascoela Barreto também confirma esse processo em sua fala, porém ela, uma vez que possuía sua família e seu emprego em Lisboa, ficou como representante da FRETILIN em Portugal.

Pascoela Barreto: Porque os estudantes timorenses estavam cá [Portugal] e perderam a bolsa, não tinham nada e o governo moçambicano foi um grande amigo de Timor, ofereceu bolsas a todos os estudantes que tavam cá para completar os seus cursos. Porque eles todos estavam nos cursos superiores. Lembro-me da Ana Pessoa que estava em Direito, da Inha [Marina Ribeiro Alkatiri] que estava em gestão de empresas, acho que a Filomena [Almeida] tava já não me lembro se era biologia. Pronto, todos tinham o seu curso superior, então o Governo Moçambicano ofereceu-se para dar bolsas para acabarem os seus cursos em Moçambique, com alojamento incluído. Tudo, tudo incluído e aí de facto foi o nosso grande suporte durante todo o tempo da resistência (entrevista, 2022).

Outra relação importante, que já se destacava antes mesmo desse grupo se exilar em Maputo, eram as inspirações políticas evidentes que a FRETILIN tinha em relação à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partindo do próprio nome e abarcando todo um linguajar, a forma de propor as ações políticas e militares, como já destacamos no capítulo anterior, em especial a partir dos textos da Rosa *Muki*. Isso fica evidente em algumas das entrevistas realizadas com personagens importantes da

história de luta de Timor-Leste, como a com José Soares, liderança timorense na década de 1970 e que permanece em Moçambique até hoje. Ele acrescenta que:

O avanço militar da FRELIMO era mais notório do que o de Angola, pelas estratégias utilizadas, o que inspirava muito as forças timorenses. A ideia de que a luta não era contra pessoas civis, fossem elas portuguesas, moçambicanas ou de outros grupos, mas sim contra o sistema opressor e colonial, ajudava a garantir um foco maior na luta e menos dispersão por conflitos internos (José Soares, *apud* Tribess, 2021, p. 27).

Com a vivência em Maputo e a possibilidade de estudar na Universidade Eduardo Mondlane, as mulheres timorenses também passam a aprofundar a sua formação política, qualificando cada vez mais o seu olhar e a sua atuação no partido e na luta timorense. Essas trocas políticas e intelectuais são uma constante nesse processo de exílio. Com relação a isso, Marina Ribeiro Alkatiri recorda os tempos em que esteve na Universidade em Maputo,

Camila Tribess: E como era a universidade em Maputo nessa época? Porque tinha gente do mundo todo, né?

Marina Ribeiro Alkatiri: Ah era ótima! Tínhamos professores russos, tinha alemães, tínhamos portugueses... tínhamos moçambicanos, o ministro Joaquim de Carvalho, que foi ministro, foi meu professor. (...) Tínhamos um professor alemão, que se chamava Moette, e ele dava sabe o quê? Materialismo dialético histórico. Olha, aprendi tanto! Aí eu percebi o que era comunismo, o que era socialismo... o comunismo não é aquilo que os portugueses dizem que comiam crianças, que ficavam com todas as mulheres, e não sei o quê... Olha, quem quer ser comunista tem que ser uma pessoa muito disciplinada. (...) Então pronto, foi assim que fizemos a carreira, estudamos Marx, Lenine, e sabemos o que é comunismo, não aquilo que eles tão a falar aí (entrevista, 2022).

Essa vivência na Universidade em Maputo, como destaca Marina Ribeiro Alkatiri, aprofundou os estudos políticos dessas mulheres ao passo que elas atuavam na organização do partido, que tentava estabelecer um governo de Timor-Leste a partir do exílio, naqueles primeiros anos da invasão indonésia. Assim, tratava-se de um grupo que estava consolidando estratégias políticas e aprendendo a utilizar recursos diversos pela causa timorense.

Como reafirma Marina Ribeiro Alkatiri, eram todos muito jovens nessa época, tendo entre 20 e 30 anos. As lideranças mais velhas, Francisco Xavier do Amaral e Nicolau Lobato, estavam no território. No exílio, para o grupo de jovens, apoiar-se na experiência moçambicana era uma forma de conquistar espaços e desenvolver estratégias políticas de forma mais efetiva. Como ela exclama: "Nós aprendemos

fazendo, nós éramos todos crus, pá! Chegaram aqui por causa da necessidade da luta e pegaram as coisas e fizeram" (entrevista, 2022) e, eu acrescento: aprenderam a fazer a luta política fazendo e, ao mesmo tempo ensinando umas às outras, como na base de uma pedagogia decolonial, como já analisamos no capítulo anterior.

Além disso, como vimos no capítulo 3, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) inspirou a formação da Organização Popular da Mulher Timorense (OPMT). Portanto, quando as mulheres timorenses chegaram em Moçambique, houve uma mobilização para acolhê-las e para que tivessem o básico necessário para viver. A partir disso, formaram-se laços de amizade e convívio que perduraram por todos os anos de exílio (Tribess, 2021). Adelina Tilman relembra sua amizade com a secretária geral da OMM nessa época: "Eu era muito amiga da secretária geral de mulheres de Moçambique, que nessa altura se chamava Salomé Moiane, era uma senhora muito boa. Dávamos apoio, era um apoio global para a FRETILIN." (entrevista, 2022).

A partir da instalação oficial do CAF, em Maputo, começaram a existir na cidade diversos trabalhos políticos e culturais da comunidade timorense que passou a participar das atividades cotidianas da capital de Moçambique, com a organização de reuniões, eventos etc. Iniciaram-se, assim, laços de solidariedade entre mulheres timorenses e moçambicanas, fortes o suficiente para entrelaçar não apenas suas lutas, mas, sobretudo, salvaguardar suas vidas.

Nas falas sobre o tempo em Moçambique, chama a atenção o fato de muitas famílias timorenses que viveram em Maputo terem estabelecido laços de amizade e parentesco com outras famílias, e em especial com mulheres moçambicanas, seja pelo casamento entre membros dessas diferentes famílias, o que as tornou cunhadas, noras ou sogras, por exemplo, seja pelas relações familiares e de amizade próximas que foram estabelecidas. As vivências do cotidiano estabeleceram também uma possibilidade de normalização da vida no exílio e todas as entrevistadas lembram com carinho dos momentos vividos em Moçambique, mesmo quando houve graves restrições e inclusive falta de alimento no país.

Essa grande integração das mulheres timorenses em Moçambique, bem como a consideração dos membros da FRETILIN como um governo em exílio, também se verificou na atuação profissional dessas pessoas em diversos campos: na Educação, no Direito, no trabalho junto a alguns ministérios. Adelina Tilman chegou a atuar como professora dos filhos do presidente Samora Machel, como ela mesma diz: "Ah!... Eu era professora e eu ensinava os filhos do [Samora] Machel, eu era professora de

inglês nessa altura, quando estava em Moçambique e eu ensinava os filhos do presidente, as filhas mais velhas com a primeira mulher" (entrevista, 2022).

Marisa Ramos Gonçalves, em sua pesquisa sobre as histórias de vida desse grupo de timorenses em Moçambique, também destaca a importância das mulheres nesse contexto e a atuação política e cultural desse grupo,

Os testemunhos pessoais dão conta da diversidade de percursos e experiências de vida, das relações interculturais estabelecidas em trajetórias de vida que se foram improvisando pelas condicionantes que impediram estes Timorenses de regressar ao seu país de origem. Destacam-se nas entrevistas as vozes das mulheres, quer na formação política inicial na Casa dos Timores, quer na sua ação como membros da delegação externa da FRETILIN e na sua participação política, cultural e estudantil em Moçambique (Ramos Gonçalves, 2021, p. 136).

É comum que, no processo de retorno após anos de luta conjunta, grupos de exilados sejam tomados como estranhos por seus próprios conterrâneos e até como estrangeiros em sua própria terra. O caso do "Grupo de Maputo" (Leach, 2009; De Lucca, 2016), como ficou conhecido, no seu retorno para Timor-Leste, não é diferente. Essa questão gera diversas polêmicas até hoje, sendo o período de exílio, muitas vezes, utilizado de má-fé contra essas pessoas, como se não tivessem participado da luta pela independência de Timor. Nas entrevistas que realizou em Maputo, Daniel De Lucca reforça essa análise a partir da fala de um timorense que vive até hoje em Moçambique:

Quando timorenses da diáspora retornaram à Timor-Leste para participar da construção do Estado-nação, alguns setores das elites entraram em embate. Retornados de Moçambique foram chamados de "grupo de Maputo" e acusados de não terem se engajado na luta pela independência (Silva, 2012). Parte da própria documentação que testemunha o trabalho e o ativismo dos timorenses na diáspora em Moçambique também foi destruída como resultado destes embates. Em 2002, devido a politização de grupos juvenis, a casa do então Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Mari Alkatiri, foi completamente queimada, e com ela, parte do arquivo que havia trazido de Maputo ardeu no fogo (De Lucca, 2021b, p. 42).

O apoio do governo moçambicano possibilitou que essas pessoas tivessem acesso a meios de subsistência, além de permitir, organizar e financiar a luta política no âmbito diplomático. No entanto, como acontece em outros contextos de exílio, sendo comum inclusive nos contextos das ditaduras latino-americanas, os grupos exilados são vistos como privilegiados, como os que acabaram por "sofrer menos" do que as pessoas que ficaram no país. No caso timorense, o fato do governo

moçambicano ter disponibilizado uma área rural para que os timorenses vivessem e cultivassem a terra é questão de atritos até hoje. Sobre essas controvérsias, Marina Ribeiro Alkatiri é enfática,

Marina Ribeiro Alkatiri: Isso é que deu fama para a organização da FRETILIN, porque era um movimento de libertação que não ficava só a pedir esmolas. E quem nos dava apoio para abrir essa machamba⁸⁵ era o governo, começamos na Matola [cidade perto de Maputo]. E nós, quando eram os momentos difíceis em Moçambique que não havia comida, nós fornecíamos aos mercados. Fornecíamos para a mesa dos ministros, fornecemos às pessoas que estavam ali, com esse trabalho, que também educava as pessoas. E isso eles não veem [os críticos em Timor]. E tínhamos apoio do Ministério da Agricultura. E depois da Cáritas de Moçambique, através de um cardeal (...), eles é que nos ofereciam, a Cáritas oferecera dois tratores, e Moçambique ofereceu-nos aquela machamba de 500 hectares, para podermos viver. Quer dizer, sabíamos que a nossa luta ia durar muito tempo, era uma fonte de sustento. E dava uma boa fama ao partido, que somos um movimento de libertação, mas não estamos lá só pra pedir esmolas (entrevista, 2022).

Na foto abaixo (Fotografia 13) vemos Adelina Tilman, Ana Pessoa e Alice Casimiro sentadas na "machamba", a pequena fazenda que o governo moçambicano disponibilizou para as famílias timorenses poderem plantar os seus alimentos e se organizarem como comunidade.

Fotografia 13: Mulheres timorenses e moçambicanas na “machamba”, em Moçambique (1978)



Fonte: arquivo pessoal Adelina Tilman (Adelina Tilman no centro e Ana Pessoa à direita e Alice Casimiro à esquerda)

⁸⁵ Machamba são as terras de agricultura coletiva em Moçambique. Uma dessas terras foi ofertada aos timorenses. Para mais informações, ver De Lucca, 2021b e Ramos-Gonçalves, 2021a e 2021b.

Assim, tendo completado seus estudos e recebendo o apoio financeiro e político de Moçambique, esse grupo de mulheres – que, com a ida de algumas para Moçambique e a morte das companheiras que voltaram para Timor, se tornou menor do que o que estava em Portugal, inicialmente – passa a atuar de forma organizada na promoção de eventos culturais timorenses, bem como traça estratégias para divulgar sua cultura, por meio das danças, músicas, comidas e outras formas de reafirmar a identidade timorense, tanto para o próprio grupo e seus descendentes quanto para a política internacional.

4.2 Cultura e nacionalismo de longa distância

Pensar o âmbito da cultura e sua integração com a lógica da atuação política é algo complexo e pode nos levar a perspectivas extremas. Como aponta Espiñeira González (2020), se por um lado alguns estudos colocam a cultura política de um grupo ou população como determinante da sua forma de organizar e atuar politicamente, por outro lado, autores de matriz marxista mais ortodoxa desconsideram a dimensão cultural, por a entenderem como reflexo de uma imposição dos grupos dominantes e muitas vezes como forma de alienação da população em relação à luta política. No entanto, temos também dentro de outras linhas teóricas mais heterodoxas (Pateman, 1971; Gramsci, 2010; Cesaire, 2020; Cabral *apud* Villen, 2013) o enfoque ao papel das lideranças políticas e intelectuais orgânicas, engajadas com as lutas sociais, para a construção de uma cultura de participação, atuação e reivindicação de direitos.

Se pensarmos no contexto de grupos no exílio ou nas zonas de contato colonial, há um processo concomitante de desconstrução da visão acerca dos propagados benefícios do colonialismo e, ao mesmo tempo, um reforço dos elementos culturais dos grupos subalternizados. Se para o olhar colonizador os povos subalternos são todos iguais, exóticos ou bárbaros, e as mulheres desses povos precisam ser salvas de seus homens bárbaros, nas palavras de Spivak (2014), para as lideranças dos territórios colonizados que têm a experiência da circulação internacional, os valores culturais acabam sendo destacados e a especificidade de cada território é mobilizada, como aponta Espiñeira González e Cruz (2024), numa “interpretação cultural [que] envolve a produção de significado entre dois sistemas e exige um terceiro espaço

(híbrido), que seria ocupado pelo sujeito que media” (Españeira González; Cruz, 2024, p. 275). Assim, a experiência de exílio desse grupo possibilitou essa interpretação cultural e os elementos como a dança, as músicas, a comida e a língua passam a ser atributos de um certo essencialismo estratégico (Spivak, 2014), como uma tática de ação política, sendo úteis para “criar uma identidade que permita seu reconhecimento pelo outro como grupo homogêneo e legítimo demandante de direitos (...)” (Españeira; González; Cruz, 2024, p. 276).

Existem formas muito diversas de exílio e também do que se convencionou chamar de "diásporas". No que tange ao foco deste capítulo, é suficiente definir o exílio como um período da vida das pessoas em que elas são impedidas, pela lei, pela força policial/militar ou por ameaça severa contra sua segurança e sua vida, de estarem em seu país de origem, ou no território do qual são oriundas. O século XX foi repleto de exílios e diásporas – talvez todos os séculos o sejam – e se entendemos que migrar é um direito humano, pelas mais diversas razões, ser apartado de sua terra pela força militar de uma potência estrangeira certamente se configura como um dos crimes contra a humanidade. Nesse sentido, diversos grupos timorenses foram obrigados a viver em outros lugares, tendo como destinos mais comuns Portugal, Moçambique e a Austrália, com algumas pessoas também sendo acolhidas no Canadá, na Inglaterra, na Suécia, em Angola e no próprio território indonésio, seja indo para outras localidades da indonésia para se afastar do conflito em *Timor Timur*⁸⁶, seja por causa dos deslocamentos forçados pela fronteira com o Timor Oriental (ONU, 2000; CAVR, 2005).

Esses grupos que se reúnem em cidades específicas e conseguem manter ligações culturais, linguísticas e políticas fortes, além de, no caso timorense, exercerem, de forma intencional e destacada, uma atuação política pela independência de seu país, podem ser considerados como uma parte de uma diáspora timorense, que se concentrou em especial nos três países mais procurados para o exílio: Portugal, Moçambique e Austrália. Marisa Ramos Gonçalves destaca a diversidade de experiências envolvidas nesses grupos em exílio e aponta a dificuldade em se falar em uma "diáspora timorense em Moçambique".

⁸⁶ Nome atribuído ao Timor-Leste em língua indonésia, e como era nomeada a então 27ª província durante os 24 anos de ocupação militar no território.

Como se constata nos testemunhos deste grupo de Timorenses na diáspora, existem trajetórias e experiências diversas, que não é possível catalogar em “diáspora Timorense em Moçambique” ou mesmo “frente externa Timorense”, mas que espelham esta circulação de pessoas e ideias e as relações de solidariedade entre Timor-Leste e Moçambique, com passagem em Portugal e noutros países (Ramos Gonçalves, 2021, p. 139).

Mas, apesar dessa diversidade de trajetórias, – ou exatamente por esta diversidade que projetou ações políticas diversas e, muitas vezes, ousadas e criativas - esses grupos são de fundamental importância para a consolidação de um nacionalismo de longa distância, em consonância com as ideias de Benedict Anderson (2008). O autor introduziu o conceito de "nacionalismo de longa distância" em seu livro "Comunidades Imaginadas" (Anderson, 2008), descrevendo esse fenômeno como a formação de uma identidade nacional que ultrapassa fronteiras geográficas e une pessoas que estão separadas por grandes distâncias. Isso pode acontecer em contextos de exílio, guerras ou outras circunstâncias que obriguem um grupo de pessoas a estar distante do seu território de origem.

O nacionalismo de longa distância refere-se à criação de uma comunidade imaginada entre pessoas que compartilham uma identidade nacional, mesmo que não estejam fisicamente próximas umas das outras. Isso pode ocorrer por meio de laços culturais, linguísticos, históricos ou políticos que unem indivíduos dispersos geograficamente, permitindo que se identifiquem como parte de uma nação maior, embora não estejam localizados no mesmo espaço físico.

Ainda segundo Anderson (2001), o nacionalismo timorense se formou em um contexto de luta anticolonial, como já vimos até aqui, em primeiro lugar contra Portugal e, a partir do final de 1975, contra a invasão das forças indonésias ao território. Esse contexto gerou essa diáspora timorense, em exílio em diversos países e, a partir dessas diásporas surge a necessidade de formar alianças que dessem apoio a essa comunidade, bem como estratégias de consolidação da cultura timorense entre os exilados e suas famílias, além da utilização dessas ações culturais como forma de mobilização política, tanto internamente no grupo, quanto externamente, para conquistar governos e sociedades para a causa timorense.

Amanda Wise (2004) analisa o contexto timorense também pela ideia de “nacionalismo de longa distância”, contribuindo para uma imaginação coletiva sobre a possibilidade de um Timor-Leste independente, mas com referências distintas daquelas dos que permaneceram no território, porque estabelecidas nesse espaço

diaspórico. Em sua pesquisa com os grupos timorenses exilados na Austrália e suas famílias e descendentes, Wise encontra pontos fundamentais para entendermos a importância da questão cultural para esses grupos. Ela realizou pesquisa com timorenses exilados na comunidade de Sydney, entre 1998 e 2002, mapeando os recursos imaginativos do nacionalismo de longa distância, que contribuíram para a imaginação coletiva timorense. Com isso, ela busca compreender as ligações intercomunais e transnacionais na formação da identidade diaspórica da comunidade timorense.

Segundo Wise, a comunidade timorense na Austrália é estimada em cerca de 20 mil exilados e seus descendentes já nascidos no país. Por causa da rota aérea direta de Díli para Darwin, no norte da Austrália, esse era um país preferencial para os timorenses em fuga da guerra e da perseguição indonésia. Algumas pessoas passaram algum tempo em Portugal antes de irem para a Austrália para ficarem com suas famílias, como foi o caso de Adelina Tilman. Já na década de 1990, após o massacre de Santa Cruz⁸⁷, muitos jovens que estavam estudando em Jakarta (capital da Indonésia) buscaram embaixadas estrangeiras para angariar apoio internacional e foram exilados em Sydney. Para Wise, apesar de ser uma comunidade relativamente pequena, esse grupo em diáspora conseguiu manter fortes laços transnacionais com seus pares, tanto dentro do território quanto em outros locais de exílio (Wise, 2004).

Existem duas características marcantes na diáspora timorense: até que ponto a sua luta coletiva para libertar Timor-Leste da ocupação indonésia figurou na sua imaginação coletiva e o número de alianças políticas simbióticas desenvolvidas com o “exterior”. Por simbiótico, refiro-me a formas dialéticas ou dialógicas de alianças que são mutuamente constitutivas e mutuamente benéficas⁸⁸ (Wise, 2004, p.153 – tradução livre).

Essa imaginação coletiva timorense perpassa, em diversos níveis, pelas questões culturais, em especial na dança e na música. A música tradicional timorense,

⁸⁷ O evento trágico, que ficou conhecido como o massacre de Santa Cruz, refere-se à morte de mais de duzentas pessoas, a maioria jovens, no dia 12 de novembro de 1992, que protestavam contra a violência indonésia durante o enterro de Sebastião Gomes Rangel, de 18 anos, que havia sido assassinado dentro de uma igreja alguns dias antes. As tropas indonésias cercaram o cemitério de Santa Cruz, em Díli, e abriram fogo contra a multidão. Esse evento foi filmado, de forma clandestina, por alguns jornalistas estrangeiros, em especial Max Sthal, que conseguiu enviar as imagens para o exterior e assim divulgou o massacre, que acabou se tornando um ponto de inflexão da pressão internacional contra a Indonésia. Ver Hearman, Vannessa *et al*, 2023.

⁸⁸ “There are two striking features about the East Timorese diaspora: the extent to which their collective fight to free East Timor from Indonesia occupation figured in their collective imagination and the number of symbiotic political alliances developed with the “outside”. By symbiotic, I refer to dialectical, or dialogic forms of alliances which are both mutually constitutive and mutually beneficial” (Wise, 2004, p.153).

em grande medida, foi composta ou recuperada na década de 1970 e replicada pelos eventos de cunho nacionalista, em especial as composições de Abílio Araújo e Borja da Costa (Araújo, 2012; Leach, 2017). Wise destaca que esses elementos culturais eram distribuídos e divulgados pelos timorenses na diáspora na Austrália junto com os materiais políticos, como livros, panfletos e demais materiais de mobilização da FRETILIN.

Os produtos culturais, incluindo a dança e a música, bem como panfletos, livros, discursos, reuniões e comícios, formaram a base primária das estratégias comunicativas para a criação do espaço simbólico para o projeto de nacionalismo à distância⁸⁹ (Wise, 2004, p. 155 – tradução livre).

Wise, em sua pesquisa, assim como as entrevistas com as lideranças timorenses que ficaram em Moçambique (Ramos Gonçalves, 2021; De Lucca, 2021b), apontam a importância da dança e da música para a divulgação da luta timorense. As músicas de cunho político referidas por Wise eram as compostas por Borja da Costa e Abílio Araújo, em especial o hino nacional, "Pátria, pátria", a música "Kadalak Suli mutu⁹⁰" (ribeiras que correm unidas) e "Foho Ramelau⁹¹" (Monte Ramelau) que, segundo a autora, eram cantadas aos prantos em todos os eventos e manifestações. Assim, Wise conclui que "A qualidade afetiva da música provou ser uma estratégia de muito sucesso em trazer um senso de coletividade emocional para a causa" (Wise, 2004, p.157). Ela também cita a "dança do arroz" que, num processo de "invenção de tradições" (Hobsbawn, 2012), foi uma dança inicialmente criada pelo grupo de Moçambique na década de 1970 e a sua performance refletia o cenário político da época, inclusive com influência moçambicana na dança. Essas danças foram repetidas, reinventadas e divulgadas de diversas maneiras, gerando um senso de integração e unidade cultural.

⁸⁹ "Cultural products, including dance and music, as well pamphlets, books, speeches, meetings and rallies, formed the primary basis of communicative strategies for creating the symbolic space for the long-distance nationalism project" (Wise, 2004 p. 155).

⁹⁰ Música composta por Borja da Costa, que se tornou um dos hinos pela independência timorense. A música traz em sua letra a mensagem de que vários pequenos veios de água podem se encontrar e formar um rio forte. Ver versão no link: <https://youtu.be/p7DAP47RNMw?si=GLFZarbSReCIIIkR>

⁹¹ Também de autoria de Borja da Costa, com arranjos de Abílio Araújo, *Foho Ramelau* se refere ao Monte Ramelau, ponto mais alto de Timor-Leste e, durante a colonização portuguesa, era também o ponto mais alto do império português. É bastante simbólico, pois era uma das poucas informações sobre Timor que as crianças aprendiam nas escolas, visto que as demais aprendizagens de geografia eram com referências de Portugal.

As pesquisas de Marisa Ramos Gonçalves junto aos grupos timorenses em Moçambique chegaram a conclusões bastante semelhantes para o grupo de diáspora organizado em especial na capital moçambicana a partir de 1976. Ela destaca que "a participação, quer em eventos políticos quer culturais, era uma forma de manter o espírito de luta pela causa timorense e, simultaneamente, ter um papel ativo na sociedade moçambicana" (Ramos Gonçalves, 2021, p.142). Além disso, os eventos culturais eram promovidos pelo alto escalão do governo moçambicano, como parte da estratégia de apoio aos diversos países aliados que enfrentavam suas lutas de libertação nacional,

A Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade com os Povos (AMASP), ligada ao partido FRELIMO, e a figuras como Aquino de Bragança, Graça Machel, Joaquim Chissano, dinamizava diversos encontros e intercâmbios culturais que visavam uma boa integração dos diversos grupos na sociedade moçambicana, bem como a projeção das suas causas a nível internacional. Por outro lado, o Comité de Solidariedade com Timor-Leste, iniciado por um grupo de Moçambicanos/as, dinamizava encontros para divulgar a causa de Timor-Leste no país e apoiava a comunidade timorense a viver em Maputo (Ramos Gonçalves, 2021, p.143).

Em diálogo com os achados da pesquisa de Wise e Ramos Gonçalves, De Lucca realizou algumas entrevistas significativas para pensarmos nesse processo. Em uma delas, José Soares, um dos estudantes timorenses que foram para Maputo na época, declara que,

As manifestações culturais eram uma forma de fazer a nossa luta. (...) Só o fato de conseguir estudar, trabalhar e ensinar era um ato de militância. Não pegávamos em armas, mas sabíamos que nossos camaradas estavam sofrendo. Sempre fazíamos estas performances com o espírito de representar e celebrar os combatentes que estavam a lutar por Timor nas montanhas. (...) Pode ser coisa pouca, coisa humilde, mas foi a nossa luta aqui (José Soares, *apud* De Lucca, 2021b, p. 41).

A partir dessas entrevistas, De Lucca (2021b) chega a uma conclusão bastante significativa sobre esses eventos no exílio e a importância dos eventos culturais realizados. Segundo ele:

No exílio, recebendo poucas notícias da tragédia que se abatia sobre Timor e sem saber da situação de seus entes queridos, as encenações eram uma forma de expressar a resistência. Nestes eventos a língua tétum era mobilizada, timorenses ganhavam voz e palco, canções eram entoadas e histórias de luta narradas. Estas performances manifestavam um "nacionalismo de longa-distância" (Anderson, 1998) que dramatizava, longe de casa, um sentido de identidade e dignidade, afirmando a existência de Timor-

Leste como uma nação composta por gente, cultura e história (De Lucca, 2021b, p.41).

No entanto, identifico que existe aqui uma lacuna nas análises de Wise, Ramos Gonçalves e De Lucca, que me proponho a destacar a seguir, que é o papel específico das mulheres nesse processo, sendo elas responsáveis por organizar os eventos culturais em Moçambique, participar de forma bastante ativa dos eventos culturais internacionais, em especial dos que envolviam as redes de solidariedade dos países socialistas ou do Terceiro Mundo. Além disso, foram elas as principais responsáveis por educar as gerações seguintes de crianças timorenses que foram nascendo durante o exílio. Com esse argumento em foco, trago a seguir algumas análises que embasam essa visão.

4.3 Pedagogias decoloniais para fomentar uma *kultura*⁹² timorense no exílio

A partir do contexto político que vimos nas seções anteriores e partindo dos achados de pesquisas e conexões teóricas apresentadas, proponho-me a avançar em mais uma dimensão da atuação da pedagogia *Buibere*⁹³ que as nossas protagonistas desenvolveram. Destaco a dimensão do fomento à cultura timorense no exílio para o reforço, não apenas da luta nacionalista, mas também da própria coesão cultural do grupo, como pertencente a um mesmo país, algo que não é trivial de se manter quando ocorre um exílio tão prolongado, como no caso timorense, e com a criação de vínculos familiares com pessoas de outras nacionalidades e a chegada de filhas e filhos que nasceram e cresceram no exterior.

Como vimos na discussão do capítulo 1, a reprodução biológica e cultural é certamente uma das principais dimensões que, tradicionalmente, atribui-se às mulheres nos contextos de construção nacional. No entanto, essa dimensão é ressignificada e apropriada por essas mulheres timorenses, em um contexto de exílio

⁹² O uso do termo *kultura*, com a letra "k", como usada na língua tétum faz uma referência aos elementos organizados e mobilizados politicamente como forma de afirmação da identidade nacionalista timorense, como já mencionado nos capítulos anteriores. Para mais detalhes, ver o trabalho de Silva (2014a).

⁹³ Sigo com a utilização do conceito de pedagogia decolonial e feminista apresentado no capítulo anterior, com a adjetivação *Buibere* para reafirmar a especificidade da atuação das mulheres timorenses.

longo, de cerca de 24 anos, e que se desenvolveu com uma atuação política importante desse grupo de mulheres, como veremos a seguir.

4.3.1 *Eventos culturais em Moçambique*

A primeira área de fomento da *kultura* timorense como luta política já foi abordada nas pesquisas de Ramos Gonçalves e De Lucca, mas acrescento aqui algo fundamental nessa análise: eram as mulheres que organizavam esses eventos culturais, com músicas, danças, comidas e roupas timorenses. A primeira apresentação foi realizada em 28 de novembro de 1976, pela celebração do primeiro aniversário da Independência Timorense, com a presença do próprio presidente moçambicano, Samora Machel, com dança típica timorense e músicas compostas por Borja da Costa e Abílio Araújo.

Nessas ocasiões, segundo as entrevistadas, as mulheres desempenhavam papel protagonista na organização e execução da comemoração. Isso porque elas tinham a responsabilidade de fazer as comidas, como é costumeiro, mas também de mobilizar as mulheres que estavam em Maputo, sejam moçambicanas ou cooperantes estrangeiras, fazendo com que, assim, o evento ganhasse uma maior repercussão. Adelina Tilman se lembra de contactar na época as representantes da OMM e diversas companheiras estrangeiras que prestigiaram o evento e garantiram a presença dos homens de Estado, mobilizando as redes de mulheres que atuavam na cidade. Sobre esse dia, Adelina ainda recorda,

Adelina Tilman: Em Moçambique nós tínhamos os grupos de dança e, claro, como eu tinha uma voz forte, eu é que cantava, era eu que fazia os discursos e essas coisas. Depois, eu não tinha medo, não tinha vergonha. Uma pessoa tem que ter coragem pra ficar à frente de todos e falar. E eu tenho essa coragem, sempre tive (entrevista, 2022).

Seu protagonismo é confirmado pelas outras entrevistas e todas colocam esses eventos como momentos coletivos muito importantes, em que havia a reafirmação da luta timorense, mas também da esperança e da conexão com o território distante. A partir de 1976, a data de 28 de novembro tornou-se um marco simbólico que foi comemorado todos os anos pelos grupos no exílio. Adelina mudou-se para a Austrália alguns anos depois, para atuar na organização do grupo de exilados naquele país e

levou essa prática com ela que explica: "Ah sim, comemoramos principalmente o 28 de novembro, a data da Independência, fazíamos festa. E aqui continuamos [na Austrália]. Mesmo eu não pertencendo mais ao partido, (...), mas continuei participando." (entrevista, 2022). As comemorações da Independência eram realizadas com intenção política e como ação diplomática, buscando reforçar o status de exilados políticos das/dos timorenses, mas também frisando a sua relação próxima com seu país de origem, dando visibilidade internacional à causa de Timor.

As apresentações culturais também mobilizavam as memórias de pertencimento e as relações culturais do grupo, que, apesar de ser formado por pessoas de partes diferentes de Timor-Leste, entrava em sintonia, em especial por meio das danças, da comida e do uso das músicas nacionalistas e que reforçavam o espírito revolucionário e nacionalista das apresentações⁹⁴. Adelina ainda se lembra da importância das danças nesses momentos,

Adelina Tilman: Alguns me perguntam: "como é que aprendeste a dançar?" E eu aprendi a dançar em Timor. Eu observava. Eu era uma pessoa muito curiosa, eu via as pessoas dançarem e ficava lá o dia todo a ver eles dançarem. Lá em Timor havia o recenseamento, né? E era uma festa grande, ia até as 9 da noite a dançar e cantar. E eu aprendi ali, fiquei com gosto pra minha cultura a partir daí. E eu aproveitei porque nessa altura os meus pais tinham muita confiança, sabiam que eu não ia fazer maldades, eu gostava, então deixavam-me ficar aí pra ver a dança (entrevista, 2022).

Os tecidos tradicionais timorenses, conhecidos como "tais", também tinham grande importância e eram usados para compor as roupas nas apresentações. Questionei sobre como esses tecidos chegavam para eles e Adelina explicou:

Camila Tribess: E como conseguiam os *tais* naquela época?
Adelina Tilman: Quando eu saí de Timor pra estudar em Portugal eu levei alguns tais, que estavam lá em casa. Eu peguei, meti na mala e fui. Acho que eu fui a única que levou tais comigo. Era recordação, né? E depois a minha sogra, quando recebia tais de Timor, dava-me. Chamava-me e dizia: "toma, esse é pro teu trabalho. Porque estais a fazer um trabalho bom pra Timor, leva." E fui guardando, fui guardando e agora as minhas netas é que usam (entrevista, 2022).

A partir dessa fala de Adelina, vale a pena reforçar como o tecido *tais* ajuda a representar um pertencimento simbólico e afetivo para essas mulheres timorenses. Vestir o *tais* é algo tão importante para aquele momento histórico, exatamente por

⁹⁴ Sobre a composição destas músicas e a relação com diversas composições populares e tradicionais de Timor-Leste, ver Araújo (2012) e De Lucca (2021a).

simbolizar visualmente esse pertencimento. Até hoje a produção dos tecidos tradicionais é algo vinculado ao trabalho feminino em Timor-Leste e, além disso, cada padronagem e esquema de cores é vinculado com uma região ou etnia específica da ilha. Ter a possibilidade de vestir e exibir os tecidos nessas cerimônias e eventos era também uma forma de afirmação identitária importante para esse grupo.

Além dos eventos em Moçambique, também aconteceram diversas outras comemorações e apresentações culturais em que algumas dessas mulheres representaram Timor-Leste como país independente reconhecido por seus aliados (mesmo sob ocupação da Indonésia). Essas representações ocorreram em festivais internacionais de cultura e arte, como os celebrados em Cuba, em 1978, e na União Soviética, em 1985, como veremos na próxima seção.

4.3.2 Os Festivais Mundiais da Juventude Comunista

O 11º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes em Cuba, no ano de 1978, aconteceu na cidade de Havana, com o lema “Pela solidariedade anti-imperialista, paz e fraternidade!”. Segundo a União da Juventude Comunista⁹⁵ (UJC), este evento contou com a participação de 145 países, com cerca de 18.500 participantes. Esse Festival teve uma importância ímpar para o grupo timorense no exílio, pois era a primeira vez que se apresentavam num evento deste porte. A viagem da delegação timorense para o evento foi toda custeada por Moçambique e várias das mulheres timorenses foram ao evento, inclusive atuando como representação oficial. Marina Ribeiro Alkatiri contou as suas lembranças dessa viagem:

Marina Ribeiro Alkatiri: Fomos ao festival da Juventude em 1978, quem nos pagava tudo era Moçambique, Angola, com o apoio dos outros. (...) Em Cuba, trataram-nos como... foi aí que eu conheci o Fidel Castro. Um indivíduo tão alto! E é uma outra pessoa que quando fala é tão agradável, encanta. Ele, numa primeira conferência, no primeiro discurso, não falou de Timor. E nós reclamamos, e os seguranças que estavam no ginásio foram transmitir ao homem. Nós fomos em 3 tipos de delegação: a delegação oficial, que era chefiada pelo Mari [Alkatiri], depois tava o Olímpio [Branco], e estava eu. E a delegação da juventude, chefiada pelo [José Luís Guterres] Lugo, e tava a Filó [Filomena Almeida], a Mado [Madalena Boavida], aquele grupo todo, Justino Yap, todos. E depois tava a imprensa, que era o [José Ramos] Horta. Os da juventude ficavam todos juntos com os outros grupos da juventude. Nós estávamos num hotel, como delegação oficial e o Horta ficou num outro hotel,

⁹⁵ Ver mais detalhes em: <https://ujc.org.br/historico-dos-festivais-mundiais-da-juventude-e-estudantes/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Habana Libre, de imprensa. E trataram-nos muito bem. E os seguranças foram lá dizer que a delegação de Timor estava a reclamar que [Fidel Castro] não falou [de Timor]. Quando fomos ao quartel de Moncada, então fomos todos para lá e quando Fidel fez o discurso dele já começou a falar de Timor Oriental e depois daquilo fomos para a recepção que ele convidou. Então fomos cumprimentá-lo e então ele pegou na minha mão e disse: "*Hoy hablé de Timor!*" [Hoje falei de Timor!]" [risos] (entrevista, 2022).

Dessa forma, Marina lembra do fortalecimento da luta timorense por meio dessas participações, e em especial desse incidente cômico com Fidel Castro, em que ele reforçou para ela que, sim, sabia da questão timorense e fez questão de mencionar esse tema em seu discurso, após as reclamações iniciais da delegação. Esses fatos demonstram não apenas a importância desses eventos culturais e o lugar timorense de divulgação de sua luta, como o próprio lugar das mulheres que eram destacadas como representantes e coordenadoras nessas ocasiões. Foi para Marina que Fidel se desculpou, dizendo que naquele segundo discurso tinha-se lembrado de destacar o caso timorense. Esses fatos têm, além de uma importância histórica para a causa timorense, um simbolismo muito forte no que tange à atuação das mulheres nesses eventos.

Sobre essa mesma viagem, Adelina Tilman também se lembra do seu papel como representante oficial pela OPMT e, em boa medida, sua postura era também de coordenação da comitiva de estudantes timorenses que foram enviados,

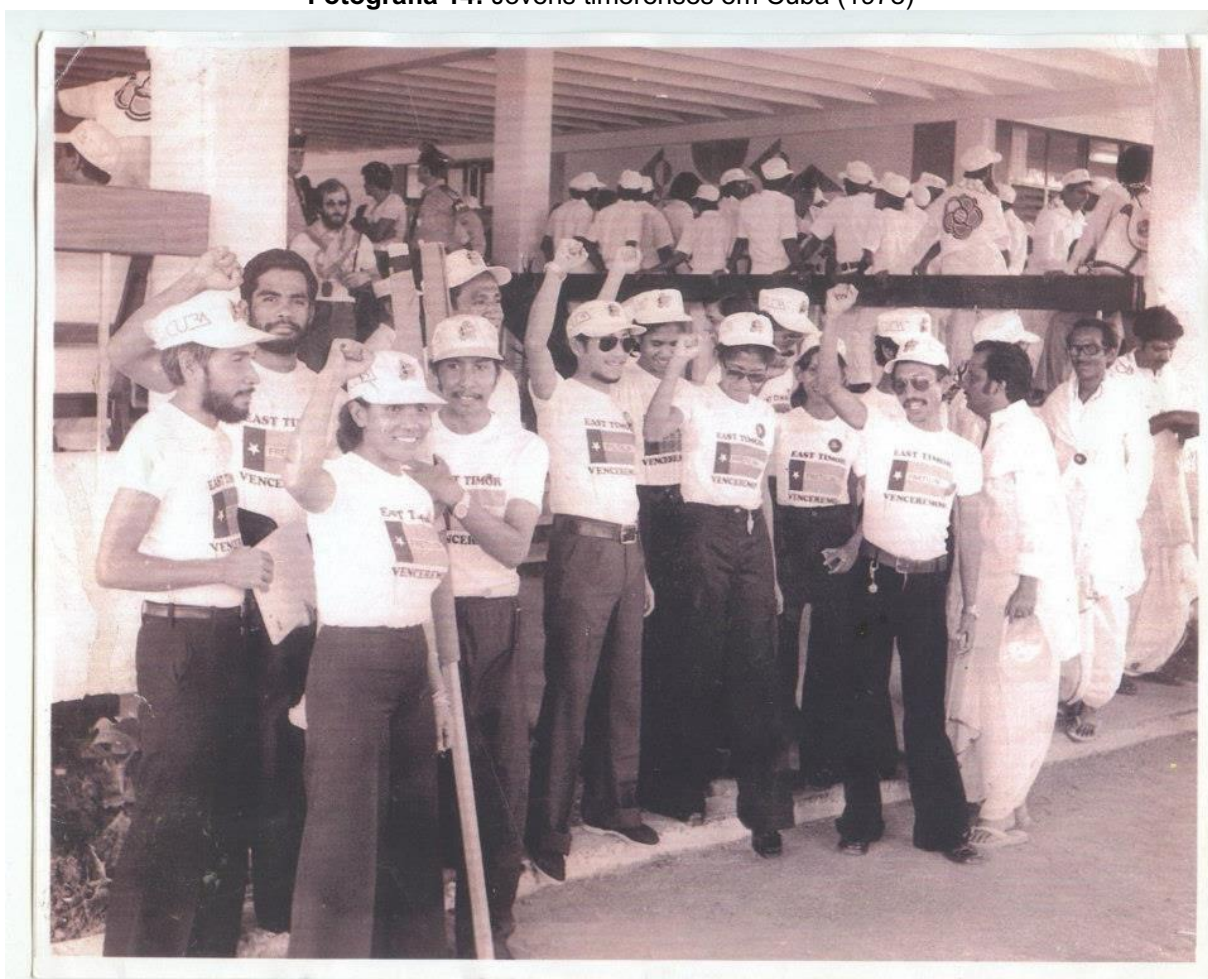
Camila Tribess: E a senhora foi ao encontro de jovens em Cuba?

Adelina Tilman: Fui sim. Em Cuba foi uma coisa! Aquele festival da juventude em 1978. Houve a décima primeira conferência da juventude e estudantes. E eu fui também. Fui representar nessa altura, meu papel era de representante das mulheres, mas fui como representante de Timor-Leste. Muitos nem sabiam o que estavam a fazer, foram pra lá como estudantes, mas nós éramos mandados para sítios onde havia comícios e colegas de Timor que estavam comigo, um de nós ia, né? Aqueles que estavam mais a par, eu **estava mais ligada à questão das mulheres e da juventude e fomos pra lá e levamos muitas danças. Aquilo era uma coisa internacional, então tínhamos que mostrar quem nós somos.** Eu estava envolvida também na questão cultural, até ficar doente aqui na Austrália, desenvolvi isso e trabalhei muito com as crianças aqui (entrevista, 2022 – grifos meus).

Destaco em especial essa frase, em que Adelina lembra que o evento internacional, de grande porte, trazia uma responsabilidade grande para si e para as outras mulheres como delegação timorense. Ela conta que levaram muitas danças para esse momento que, em especial, na sua concepção, demonstravam quem era o povo timorense e divulgavam a sua luta. Adelina se coloca num tom de responsabilidade com o grupo que foi para evento, bem como pelo bom andamento

da apresentação timorense, e aponta o seu papel, como representante oficial da OPMT, de liderar e organizar as demais pessoas da delegação. Na foto a seguir (Fotografia 14), vemos uma parte dessa comitiva que estava sob a liderança de Adelina, com camisetas com a estampa da bandeira timorense acompanhada do lema: "venceremos". O gesto do punho cerrado levantado também traz a significação do esforço de luta pela causa timorense nesse espaço internacional:

Fotografia 14: Jovens timorenses em Cuba (1978)



Fonte: arquivo pessoal Adelina Tilman

O 12º Festival da Juventude ocorreu em Moscou, em 1985, sob o mesmo lema "Pela solidariedade anti-imperialista, paz e fraternidade!" e teve cerca de 16 mil participantes representando 157 países, segundo os organizadores. No evento, a situação timorense e moçambicana era mais delicada, pois, com o agravamento do conflito em Moçambique e com 10 anos de invasão indonésia em Timor-Leste, as perspectivas eram mais desanimadoras e o grupo se uniu para tentar mostrar uma

imagem que ainda passasse a ideia de força e urgência da causa timorense. Marina se lembra que foi nomeada como subchefe da delegação.

Marina Ribeiro Alkatiri: Em 85 fomos também para o Festival da Juventude, juntamos a delegação daqui, quem tava aqui, né? Fazíamos tudo, todo mundo era tudo. De Lisboa foi chefiado pelo Gregório [de Sousa], na altura ele estava cá [em Portugal]. E lá de Moçambique chefiado pelo Zé Luís Guterres. Então, ele era o chefe e eu era subchefe. Quem devia ser subchefe era o Justino Yap, mas não sei o que houve e ele não queria e nomeou-me como subchefe e fomos ao festival. Tava muito bom, tudo muito bem. Depois fomos lá com a delegação de Portugal, ficamos no hotel Sebastopol. Nunca mais me esqueço. Quando chegou o dia da festa, fomos todos pra rua com as outras delegações, a cantar... chegamos ao pé do estádio, para entrar, desviaram-nos para outro sítio. Desviaram-nos para sentar lá na arquibancada, não nos deixaram fazer o desfile no estádio. Sabe por quê? Porque tava lá a delegação indonésia (entrevista, 2022).

Esse "desvio" da comitiva timorense e a impossibilidade de se apresentarem no estádio lotado, com transmissão internacional, foi um golpe duro para o grupo timorense. A União Soviética nunca apoiou abertamente a causa de Timor-Leste, para não se indispor com a Indonésia e, principalmente, porque via os timorenses como aliados do comunismo chinês. Atualmente, podemos pensar que o "Bloco Comunista" era coeso, no entanto a realidade é que a URSS e a China disputavam ferrenhamente a liderança do bloco, entrando em conflitos bastante diretos, como o que aconteceu no Vietnã e no Camboja, em que os vietnamitas, apoiados pela China, derrubaram o regime genocida cambojano do Khmer Vermelho, apoiado em grande medida pela União Soviética. Apesar da Indonésia ter à época uma ditadura alinhada ao Ocidente e a ocupação militar em Timor-Leste servir aos interesses dos EUA e da Austrália, a URSS não se colocou em nenhum momento a favor dos timorenses. Pelo contrário, como vimos no relato acima, impediu a apresentação da comitiva em 1985, para não se contrapor ao governo de Suharto.

Em outro evento internacional, em 1985, voltado especialmente para os temas das mulheres, o Congresso de Mulheres da ONU, ocorrido em Nairobi, Emília Pires, importante liderança timorense que estava exilada na Austrália, destacou que a pauta timorense estava presente na agenda de todos os movimentos de mulheres e, junto a isso, ela comemorou o fato do grupo de dança timorense de Darwin ter realizado uma turnê pela Alemanha, de forma similar ao que o grupo de Maputo também vinha desempenhando (AMRT, 1985; Loney, 2015). Essas representações culturais não apenas eram uma forma dos exilados timorenses manterem-se conectados às suas culturas de origem, mas também uma forma bastante efetiva de estar presente no

plano internacional e chamar a atenção para a causa de Timor-Leste independente, sendo, em grande medida, organizadas e lideradas pelas mulheres.

4.3.3 Gerar identidade na geração nascida no exílio

Finalmente, a terceira dimensão que uso como argumento neste capítulo para demonstrar que a atuação das mulheres foi fundamental para a luta timorense, no que diz respeito à consolidação de uma identidade cultural timorense na diáspora, é a criação das crianças timorenses nascidas naquele período. Não é uma tarefa simples criar e educar crianças em contexto de diáspora. A questão das escolas que se frequenta, da língua e da história nacional que se aprende é um tema sensível em outras comunidades que passam por situações semelhantes, como no caso da diáspora palestina, por exemplo.

Em um texto bastante fundamentado em pesquisas pelos diversos países árabes pelos quais os palestinos migraram na década de 1970, Abu Lughod (1973) faz uma reflexão importante de que, mesmo sendo acolhidos em países que apoiam a causa palestina e estudando nas escolas públicas desses países, a questão da língua, da história nacional palestina e do sentimento de pertencimento é uma dificuldade enorme para essas novas gerações nascidas no exílio⁹⁶. Se pensarmos de forma semelhante sobre as crianças timorenses nascidas no exílio, existem diversas dificuldades para que elas mantenham uma identificação com a nação de seus pais e mães, dentre as quais destaco, em primeiro lugar, a questão da língua.

As crianças nascidas em Portugal ou em Moçambique cresceram com o Português como língua de formação escolar, enquanto os jovens que nasceram e cresceram em outros países, como a Austrália, tiveram o Inglês como língua de formação. Mesmo com o uso cotidiano da língua Tétum na família, manter o uso da língua timorense certamente foi um esforço grande para essas famílias. Além disso, os outros elementos culturais, e mesmo de aprendizagem dos fatos históricos timorenses, são fundamentais para formar um senso de pertencimento cultural.

Assim, compreender como essas mulheres timorenses lograram, em grande medida, manter uma coesão, ensinar a língua tétum, as danças, as músicas, a história

⁹⁶ Para saber mais sobre esse caso, ver o texto *Educating a Community in Exile: The Palestinian Experience*, de Ibrahim Abu Lughod do *Institute for Palestine Studies*, de 1973.

e manter suas filhas e seus filhos mobilizados para a causa timorense é algo de suma importância. Nesse sentido, o relato de Marina Ribeiro Alkatiri sobre seus filhos é impactante, pois mostra em muitos níveis a sua ação como mãe, esposa e militante, mas também a solidariedade das outras mulheres exiladas e o lugar da militância política em suas vidas.

Marina Ribeiro Alkatiri: O nosso primeiro filho quando morreu, ele [Mari Alkatiri, o pai] nem chegou a conhecer o filho. Quando morreu ele estava em Nova Iorque, nas Nações Unidas, só voltou em dezembro, porque quem tinha dinheiro para pagar os bilhetes de avião naquela época? Ele foi pras Nações Unidas, teve que fazer mais umas visitas, depois foi parar à China. A China quando soube que ele tinha um filho que tinha morrido, fizeram um *check up* completo ao Mari. Só voltou em dezembro. O miúdo nasceu em 19 de outubro e tive o apoio completo do Roque [Rodrigues] e da Ana Pessoa. Ela estava 24 horas ali. O Mari não o conheceu. Fizemos o enterro, e ele não estava. O sacrifício que isso é... e muitas pessoas não sabem. Ele tava em Nova Iorque, na Assembleia Geral, só voltou em dezembro. Depois nasceu a Nurima, quando nasceu a Nurima ele estava lá, depois tinha que sair, praticamente sempre em viagem, não só a Nova Iorque, Assembleia Geral, mas também a outros países buscar apoio. Depois nasceu o Luke e nasceu o Solok. Nurima nasceu em 81, o Luke nasceu em 86 e o Solok em 87. (...) Praticamente sempre em viagem, nós sempre vivemos assim. Eu podia ser uma mulher a exigir, não, você tem que estar aqui, esquece lá essa porcaria da luta. Mas nós estávamos engajados. Eu estava na luta também (entrevista, 2022).

E, nesse sentido, Marina fala com orgulho de como seus filhos participavam dos eventos culturais. Segundo ela, eram crianças que estavam presentes em todas as apresentações e, inclusive, tomavam parte ativa em alguns momentos, mobilizando a imagem de crianças timorenses que estavam crescendo longe de sua terra por causa de uma invasão injusta e violenta. Marina conta um pouco sobre isso:

Marina Ribeiro Alkatiri: Ela [Nurima, sua filha mais velha] começou a carreira política sabe com quantos anos? Foi em 87, ela nasceu em 81 né? Em 87 ela tinha 6 anos, um ano depois da morte do Samora Machel, ela tinha que representar, fizeram lá uma comemoração lá e ela tinha que representar as crianças timorenses e a convidaram. Aquela miúda, lá com a nossa camarada responsável pelas crianças, disse: "olha, essa tua filha vai ser uma grande política, ela fez tantas perguntas, e lá foi", eu até tenho a imagem dela quando tava a se preparar pra ir, eu nunca esperei que ela se dedicasse tanto (entrevista, 2022).

Assim, essas crianças tiveram a oportunidade de crescer numa comunidade em exílio que manteve uma coesão cultural, pela atuação especialmente das mulheres do grupo. Isso ocorreu também com Adelina que, em sua passagem por Moçambique, esteve junto de Marina e das outras mulheres que ali viviam e depois, quando foi para a Austrália, consolidou esse trabalho junto aos seus filhos, mas

também a alguns grupos de jovens timorenses, responsabilizando-se por sua educação não formal, familiar e cultural:

Adelina Tilman: Eu estava envolvida também na questão cultural. Até ficar doente aqui na Austrália, desenvolvi isso e trabalhei muito com as crianças aqui. O grupo que eu tinha, a idade era de 02 anos a 20, 22 anos, né? Muitas mães levavam as filhas, eu tomava conta dos filhos, né? **Diziam-me "leva os miúdos também, eles precisam aprender"**. Conheciam-me já de quando estava em Timor e então tinham confiança, principalmente o pessoal que apoiava a FRETILIN, davam-me os filhos, já adolescentes. E eu comecei com o grupo quando eu vivia em Darwin (...), vim pra Sydney e continuei a trabalhar num grupo e depois fui avançando. Essa é também a minha maneira de ser, eu junto as pessoas.

Camila Tribess: E esses jovens que ficavam com a senhora, eles aprendiam as músicas e as danças timorenses?

Adelina Tilman: Ah sim! Aprendiam. Agora, hoje em dia, eu posso estar na cadeira de rodas, mas eu posso falar, se precisam de alguma coisa eu posso dizer. Mesmo assim estou organizando. Eles, conforme podemos fazer um grupo, com crianças e jovens, que querem divertir-se, mas eu faço as coisas sérias, não tô aqui pra brincadeiras... se vocês querem eu ajudo mesmo. Eu canto e eles dançam e assim aprendem (entrevista, 2022 – grifos meus)

Nessa fala, Adelina nos dá informações importantes sobre algumas dinâmicas dos grupos de mulheres no exílio. Algumas delas ficavam responsáveis pelo cuidado dessas crianças e jovens, como Adelina, que estava à frente de diversos grupos que tinham um objetivo específico: ensinar os cantos e as danças timorenses para as crianças nascidas no exílio. Quero destacar também a referência aos "miúdos", ou seja, que as mães timorenses queriam que os filhos meninos também aprendessem as danças, não apenas as filhas, pois a dança tradicional timorense era considerada como um valor importante para o grupo todo e para a identidade cultural. Nesse sentido, Adelina diz estar muito orgulhosa de seu trabalho neste âmbito:

Adelina Tilman: Eu estou orgulhosa porque as crianças que estavam no meu grupo já foram a Timor, já visitaram Timor, fizeram de Timor uma prioridade, a terra dos pais deles. E muitos, como é uma sobrinha da Lola Neves, ela estava lá em Timor também.

Camila Tribess: A senhora considera então que o trabalho com esses jovens deu certo porque todos eles ficaram com os valores timorenses?

Adelina Tilman: Sim, sim. Ninguém perdeu os valores timorenses, sempre ali. Os filhos todos e agora está chegando aos netos (entrevista, 2022).

Ela conta também que seus filhos e netos compreendem o tétum e, mesmo tendo nascido e vivido na Austrália a vida toda, dizem-se sempre de origem timorense. Para Adelina, depois de tantos anos, essa é uma das melhores recompensas de seu trabalho: o fato desses jovens, hoje já adultos e com seus próprios filhos e filhas,

entenderem-se como timorenses, em grande medida pelo que aprenderam nos grupos de jovens que ela coordenava.

4.4 Em síntese: as mulheres *buibere* cuidam da *kultura*

Isso posto, percebemos que as mulheres protagonistas dessa investigação foram responsáveis pela formação de uma coesão social e cultural nos grupos timorenses em exílio e que, além disso, esses elementos culturais eram utilizados como fator de mobilização e luta política. Elas fizeram isso de formas diversas, quer em contextos públicos internacionais, quer no ambiente doméstico. No âmbito internacional, as apresentações organizadas nos Festivais Mundiais da Juventude e em outras ocasiões reforçam o papel que a cultura timorense exerceu em servir de bandeira pela causa da independência do país na disputa política internacional. No âmbito privado, a educação das crianças nascidas no exílio, apesar de ser familiar e não formal, desenvolveu-se com muita intencionalidade política e organização, com o objetivo de consolidar nesses jovens a identidade e a identificação com Timor-Leste e com a causa política que defendiam.

Gostaria de deixar evidenciado que não se trata de adotar uma perspectiva exclusivamente culturalista, mas sim de destacar que o trabalho dessas mulheres no âmbito cultural teve importância fundamental para algumas das dimensões da luta política pela independência timorense. Como argumenta Quijano (2000, 2005), a colonialidade do ser também passa por práticas culturais diversas e por um processo complexo de (des)identificação com o colonizador e, nesse sentido, utilizar de todas as possibilidades para fomentar a luta timorense passa pela concepção mais ampla de educação e cultura, com as danças, comidas, a língua, as roupas e as celebrações tendo espaço privilegiado nesse processo, como vimos no decorrer deste capítulo.

Assim, reforço o argumento de que essas mulheres, que estamos acompanhando no decorrer do texto como protagonistas da ação política timorense, atuaram e desenvolveram estratégias pedagógicas feministas e decoloniais nos anos de exílio, com objetivos políticos, culturais e pessoais que se integraram, tornando apresentações culturais, o preparo de comidas, o uso de certas roupas e até mesmo o cuidado das crianças e jovens nascidas no exílio parte fundamental do processo de luta política em que estavam imbricadas durante todos esses anos.

5. HAMUTUK ITA BELE! HO FETO BELE MOS⁹⁷! OU ATUAÇÃO DAS MULHERES NA FRENTE DIPLOMÁTICA

Como capítulo final desta tese, apresento aqui as ações realizadas pelas protagonistas desta pesquisa a partir da vivência institucional que tiveram, como parte da, assim chamada, Frente Diplomática Timorense, que abarcou os grupos organizados em diversos países, com as lideranças concentradas em Moçambique (lugar mais oficial de estadia do Comitê de Ação da FRETILIN), em Portugal, na Austrália e nos Estados Unidos, junto à representação para as Nações Unidas (ONU). Assim, este capítulo traz como contexto histórico a frente diplomática e a sua atuação em diversas esferas internacionais. A partir disso, analiso estas atuações nas instituições, desde o próprio comitê do partido, até a ação na ONU e junto a outras instâncias internacionais.

5.1 Atuações timorenses no exílio

Com a transferência do Comitê de Ação da FRETILIN (CAF) para Maputo, em 1976, as lideranças timorenses começaram a reorganizar a atuação do partido, buscando consolidar os apoios internacionais já existentes e mobilizar outros países, governos, partidos e instituições para apoiar a causa timorense. Nesse sentido, alguns núcleos são organizados, em especial em Portugal, Moçambique e Austrália (De Lucca, 2019, 2021b; Ramos Gonçalves, 2021; Lonney, 2019), mas tendo também representantes em outros países da Europa e da América, em especial na Inglaterra, França, Suécia, Canadá e nos Estados Unidos (Webster, 2020; Schlicher, 2021). Foram designados representantes da FRETILIN junto às Nações Unidas e os líderes que mais apareceram na mídia internacional nessa época foram Abílio Araújo, Mari Alkatiri, José Ramos-Horta e o Bispo Dom Ximenes Belo, esses dois últimos inclusive foram agraciados com o prêmio Nobel da Paz em 1996.

No entanto, essas lideranças que, em grande medida, até hoje estão na centralidade da atuação política em Timor-Leste, contavam com o trabalho de uma ampla rede de pessoas envolvidas nas mais diversas tarefas para poderem obter

⁹⁷ Tradução livre da língua Tétum: “Juntos nós podemos! E a mulher também pode!” A frase “hamutuk ita bele” é um slogan muito utilizado pela FRETILIN nas últimas campanhas eleitorais.

informações do território e transformá-las em mobilização para a causa timorense. A Frente Clandestina, que era composta em grande medida por jovens estudantes e pessoas ligadas à Igreja Católica, atuava dentro do território, trazendo informações sobre o que ocorria em *Timor Timur*⁹⁸; as colaborações internacionais, compostas, na maioria, por professores, estudantes e ativistas de direitos humanos, realizavam atos, manifestações e mantinham a causa timorense na mídia; e as próprias pessoas que estavam em exílio e faziam parte da Frente Diplomática, como representantes da FRETILIN nos mais diversos âmbitos, levavam as informações disponíveis, davam entrevistas, faziam intervenções junto aos partidos, governos e organizações internacionais. Em suma, essa era uma rede ampla, bem articulada e que manteve a causa da independência timorense viva durante os 24 anos de ocupação indonésia.

Se pensarmos, comparativamente, em outros conflitos da época, como a Guerra do Vietnã, essas redes estabelecidas pelas mulheres no âmbito diplomático também foram fundamentais para manter a causa em foco na sociedade internacional por mais de duas décadas e, como demonstra Chaguri (2022), as redes de solidariedade internacional, estabelecidas pelas organizações das mulheres vietnamitas, em diálogo com os movimentos ocidentais, em especial nos Estados Unidos, fomentaram a circulação de pessoas, informações e ideias, “ajudando a organizar um imaginário político e cultural antiguerra” (Chaguri, 2022, pp. 2-3).

Nesse sentido, pessoas como Leonel Andrade, que foi ponto de contato e representação timorense junto aos países nórdicos por algum tempo, na década de 1970, relembra essa rede de ação e destaca também as conexões internacionais, como o apoio das embaixadas de Angola e Moçambique na Suécia, que possibilitaram que a representação timorense tivesse uma atuação mais oficial e organizada, apesar de bastante precária por não ter o reconhecimento internacional como país independente (entrevistas com Leonel Andrade e Marina Ribeiro Alkatiri, 2022). Mesmo os timorenses que não eram institucionalmente ligados à FRETILIN, como era o caso de Luís Cardoso, colaboraram muito, com idas a eventos, falas em congressos, participação em atos e diversas ações coordenadas pela Frente Diplomática. Cardoso relata esse período da seguinte forma:

Luís Cardoso: Os que foram-se embora para Maputo e depois quando começou [a guerra], o trabalho na Europa era feito por quem? Os que estavam

⁹⁸ Nome dado ao território timorense na época de anexação ao território indonésio.

cá [Portugal] tinham que fazer o trabalho na Europa. Então todas as vezes tinha que ir até a Alemanha, Berlin... lá vai o Luís Cardoso, o Takas. Apanhar uma camioneta daqui e ir até Frankfurt, depois de Frankfurt até Berlim, atravessar a RDA [República Democrática Alemã - Alemanha Oriental], eu fiz isso. Passava fome porque não tínhamos dinheiro. Era tudo boa vontade. E essas coisas todas para fazer a causa. (...) Eu depois consegui uma bolsa de estudos, um subsídio universitário que davam para os estudantes portugueses, eu concorri como estudante português e não como estudante timorense para uma bolsa de estudos e a bolsa de estudos dava para ficar numa residência universitária, então eu tava na residência (entrevista, 2022).

Essa rede de colaboração envolvia núcleos em diversos países e uma logística complexa, muitas vezes financiada ou apoiada diretamente por países como Moçambique, mas também pela colaboração de muitas pessoas solidárias à causa timorense, que recolhiam fundos, custeavam passagens, recebiam as representantes timorenses e realizavam contatos em vários países. Como destaca Luís Cardoso, esse apoio financeiro era escasso e, muitas vezes, demorava a chegar. Então, a atuação das diversas pessoas que colaboraram por acreditarem na causa timorense era fundamental para que a rede de atuação não se rompesse e não se perdessem oportunidades de destacar a causa timorense no plano internacional.

Essas redes complexas e dispersas de ação eram organizadas em torno do CAF em Moçambique, com outras bases importantes, como a representação na ONU e o núcleo que atuava em Portugal e na Austrália. Do grupo de mulheres que estamos acompanhando até aqui, destaco a seguir a atuação de Marina Ribeiro Alkatiri, na organização interna do partido e na articulação diplomática, com diversas viagens a países em busca de apoio internacional; de Pascoela Barreto, na organização do grupo em Portugal e em diversas articulações diplomáticas; de Adelina Tilman, em Nova Iorque, junto às Nações Unidas e, posteriormente, também na Austrália; de Ana Pessoa, também na ONU e na organização diplomática do partido em Moçambique.

Dessas atuações, muito não está devidamente registrado e não constam dos relatos oficiais acerca da Frente Diplomática e das redes de solidariedade que foram formadas, o que contribui para o apagamento do papel que as mulheres timorenses tiveram nesse processo. A própria OPMT, em seu livro sobre a atuação das mulheres para a independência timorense (OPMT, 2020), destaca as dificuldades desse registro, conforme discutido no capítulo que se dedica à atuação das mulheres na "diáspora". Conforme o texto explicativo do livro da OPMT, essas dificuldades foram:

Uma dificuldade enfrentada pelas ativistas no passado, em especial as que começaram a contribuir depois da Revolução dos Cravos em Portugal, é que

as coisas aconteceram [e são contadas] sem muita reflexão ou detalhes (...). Cada participante de uma organização ou de um período histórico específico conta uma outra história [diferente]. Muitas entrevistadas não forneceram datas, tornando difícil escrever uma história precisa sem referência a dias específicos dos acontecimentos. (...) Infelizmente, poucas pessoas escrevem sobre a sua participação individual, as suas histórias, que estão repletas de diversas iniciativas e sacrifícios pela nossa luta de libertação nacional, não puderam entrar neste capítulo⁹⁹ (OPMT, 2020, p.400 – tradução livre).

Assim, as ações realizadas pelas mulheres que trago neste capítulo são parte desse esforço de registro e valorização dessas atuações, de forma a ampliar e qualificar a visão sobre a atuação da Frente Diplomática, evidenciando que o trabalho diplomático realizado foi construído por diversas pessoas, entre elas várias mulheres que atuaram diretamente na estrutura partidária no exterior e na diplomacia em prol da causa timorense. É essa atuação que apresento a seguir.

5.2 Mulheres na comunicação do partido

Como vimos até aqui, as mulheres timorenses que estiveram no exílio nesse período atuaram em diversos papéis e destaco aqui o trabalho na comunicação do partido. Com a necessidade de ter informações vindas do território para alimentar as redes de mobilização pela causa timorense, esse trabalho era, em si, muito importante, além de ter diversas camadas de complexidade, como veremos adiante.

Inicialmente, havia um equipamento de rádio transmissão nas montanhas da região sul que contactava com o transmissor em Darwin, na Austrália. As informações repassadas precisavam ser feitas de forma codificada, pela segurança daqueles que transmitiam as mensagens e para que as estratégias da luta não fossem descobertas antes de se concretizarem. Quando as informações chegavam a Maputo, era Marina Ribeiro Alkatiri quem tinha a missão de receber, decodificar e sistematizar o que chegava para que as diversas lideranças pudessem divulgar as informações para as mídias internacionais e, assim, manter o tema de Timor-Leste vivo na pauta

⁹⁹ Difikuldade seluk tan mak ativista sira iha rai-li'ur, ne'ebé hahú kedas fó kontribuisaun hafoin Revolução dos Cravos iha Portugal, "besin-tuan" hotu ona, la hanoin-hetan buat barak no/ka akontesimentu, ho detalle. (...) Partisipanti husi organizasaun ida de'it ka husi períodu istóriu ida de'it, konta istória oin-seluk. Entrevistadu barak la fó-sai datas no, nune'e, susar atu hakerek istória loloos, bainhira la iha referénsia ba loron akontesimentu sira-nian. (...) Infelizmente, la'ós ema barak mak hakerek kona-ba sira-nia partisipasaun individual ho nune'e, sira-nia istória, ne'ebé nakonu ho inisiativa no sakrifisiu oin-oin ba ita nia luta libertasaun nasional, labele tama iha kapitulu ida ne'e (OPMT, 2020 p. 400).

internacional. Marina Ribeiro Alkatiri relembra esse processo e o trabalho para realizar a decodificação das mensagens, em sua fala a seguir:

Camila Tribess: E como eram as comunicações? Você ficou um tempo responsável pela comunicação com Timor, com a rádio e essas coisas todas. Como era isso?

Marina Ribeiro Alkatiri: Ah sim. Era pela rádio maubere, né? Eu que recebia as mensagens, as responsáveis eram eu e a Ade [Adelina Tilman]. Para descodificar, era um trabalho, a gente passava a madrugada pra descodificar, porque aquilo vinha tudo em códigos. As notícias sim, mas as mensagens eram todas em códigos e tínhamos que descodificar. (...) A rádio maubere mandava para Darwin e depois Darwin-Maputo. Via telex naquela época. Organizávamos para poder passar pro Mari [Alkatiri] e depois pro [José] Ramos-Horta através do Mari, porque ele tava nas Nações Unidas, então era mais fácil detectarem lá qualquer coisa (entrevista, 2022).

Adelina Tilman confirma essas memórias de Marina, de quando atuaram juntas no processo de receber e organizar as mensagens vindas de Timor via rádio e telex. Ela conta desse processo e da importância de perceber o que era interessante para cada momento e repassar as informações já sistematizadas para as representações.

Adelina Tilman: Sim. Nessa altura [1976], quando eu fui pra Moçambique, eu comecei a trabalhar pra representação da FRETILIN em Moçambique, ali eu e a Inha [Marina Ribeiro Alkatiri] fazíamos o trabalho de comunicação, que nessa altura era o telex. Usávamos o telex para receber informações e mandar. E essas informações iam de Timor pra Austrália e a Austrália mandava pra Moçambique e nós fazíamos a transcrição para eles usarem, pros líderes usarem nos seus encontros. Era a única fonte de informação que nós tínhamos (entrevista, 2022).

Alguns desses documentos já organizados, que eram enviados via telex para as representações timorenses, foram guardados. Nesse sentido, Pascoela Barreto tem um fac-símile de uma dessas comunicações, que está disponível no Arquivo da Resistência Timorense e digitalizado na plataforma Casa Comum. Nas descrições do arquivo, consta que se refere a um telex (Figura 12) da "Agência Noticiosa de Timor-Leste referindo que notícias provenientes de Timor-Leste e transmitidas pela Rádio Maubere dão conta da morte de soldados indonésios e de captura de armas ao inimigo. Data: Sexta, 15 de Abril de 1977".

Figura 12: Telex da Agência Noticiosa de Timor-Leste (1977)

(59)

9V
0
001,0

13448 LPMRPPNME
13448 LPMRPP P
6-473 RDTL MO#
13448 LPMRPP P

MOM

AGENCIA NOTICIOSA DE TIMOR LESTE

ETNA, 15 ABRIL DE 1977

NOTICIAS PROVENIENLES DE TIMGR LESTE E TRANSMITIDAS ATRAVES DA RADIO MAUBERE NO DIA 5 DESABRIL PELO MINISTRO DE INFORMACAO E SEGURANCA NACIONAL DA RDTL, ALARICO FERNANDES, CONFIRMAM QUE UM TOTAL DE 50 SOLDADOS INDONESIOS FORAM MORTOS EM DUAS EMBOSCADAS NA AREA DE BOBONARO, REGIAO SITUADA JUNTO A FRONTEIRA COM O TIMOR INDONESIO.

NUMA OUTRA EMISSAO FEITA EM 10 DE ABRIL, ALARICO FERNANDES DISSE QUE 18 SOLDADOS INIMIGOS FORAM MORTOS TAMBEM EM EMBOSCADAS NA AREA DE TURISCAI, A SUL DA CAPITAL DILI NO DIA 1 DE ABRIL. AINDA NA MESMA REGIAO, 15 SOLDADOS INDONESIOS FORAM ABATIDOS NOS DIAS 7 E 8 DE ABRIL.

LUTA INTENSA ESTAH A SER TRAVADA NA REGIAO DE BAUCAU, A SEGUNDA PRINCIPAL CIDADE DE TIMOR LESTE E NO DIA 10 DE ABRIL QUATRO AVIOES BRONCO OV 10 DE FABRICO AMERICANO BOMBARDEAVAM A DITA CIDADE, DESTRUINDO VARIAS CASAS.

ALARICO FERNANDE DISSE AINDA QUE ENTRE AS ARMAS CAPTURADAS PELAS FORÇAS DA FRETILIN AS FORÇAS INDONESIAS ENCONTRAVAM-SE ESPINGARDAS AUTOMATICAS, BERRETTA, 3MM, 1961, DE ORIGEM ITALIANA.

AINDA SEGUNDO A MESMA FONTE, REFUGIADOS RECENTEMENTE ESCAPADOS DOS CAMPOS DE CONCENTRACAO INDONESIOS EM DILI DISSERAM QUE AS TROPAS INDONESIAS ESTAVAM A TENTAR DESESPERADAMENTE ESCONDER MATERIAIS DE GUERRA ANTES DAS VISITAS DOS CONGRESSISTAS AMERICANOS. AOS SOLDADOS INDONESIOS FORAM DADAS ORDENS PARA SE VESTIREM A TIMOR E MISTURAREM-SE A MULTIDAO A FIM DE A OBRIGAREM A GRITAR "VIVA A INDONESIA". CONTUDO, CONTINUOU O MESMO PORTA-VOZ, QUANDO O CONGRESSISTA AMERICANO GOODLING VISITOU A CAPITAL, "A POPULACAO DE DILI MANIFESTOU CLARA E ABERTAMENTE A SUA OPOSICAO EM RELACAO A PRESENÇA INDONESIA EM TIMOR LESTE".

BEM RECEBIDA?

BEM RECEBIDA.SAUDACOES REVOLUCIONARIAS.

SU SAUDACOES REVOLUCIONARIAS E BIBI.

6-473 RDTL MO#
13448 LPMRPP PT

Fonte: Arquivo da Resistência Timorense¹⁰⁰

Esse fluxo de transmissão de informações durou algum tempo, no entanto houve momentos em que os códigos foram descobertos pelos militares indonésios e, inclusive, os aparelhos de rádio perdidos, quando os guerrilheiros timorenses precisaram abandonar rapidamente uma base frente a um ataque indonésio. Durante alguns anos, não foi mais possível contar com essa comunicação mais direta, via rádio, o que dificultava bastante que a Frente Diplomática mantivesse o tema de Timor

¹⁰⁰ Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - Pascoela Barreto, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05352.002.011>. Acesso em: 16 jun. 2024.

na mídia internacional. Ana Pessoa, em entrevista a Teresa Cunha (2005), relembra essa dificuldade em relação à comunicação.

Em Moçambique houve momentos de angústia, particularmente quando perdemos o contacto com a 'Rádio Maubere', pela qual, todas as sextas-feiras, recebíamos notícias. O actual Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, o Estandislau Aleixo da Silva, tinha sido enviado para a Austrália e operava no mato com a 'Rádio Maubere'. Até que, a certa altura, foi descoberto pelas autoridades australianas, preso e deportado para Moçambique. Mais tarde, depois da rendição do Alarico Fernandes, a Rádio foi capturada e estivemos muitos anos sem qualquer notícia, o que nos custou bastante. Vivemos momentos de angústia, sem sabermos com regularidade o que se estava a passar, e as únicas informações que chegavam até nós não eram muito fidedignas, sentíamos falta do contacto directo com os nossos compatriotas (Amal, 2005, p.37).

Essa falta de comunicação direta prejudicou muito o fluxo de trabalho da Frente Diplomática, pois, sem essas informações fidedignas, como aponta Ana Pessoa em sua entrevista (Amal, 2005), elas não eram capazes de estabelecer os tempos de entrada na mídia para garantir que a pauta de Timor-Leste continuasse visível. Leonel Andrade também analisa a importância dessas informações:

Leonel Andrade: E a própria informação é muito importante, é capital mesmo. Porque enquanto podíamos dar uma informação, eles podiam acreditar ou não, mas tínhamos alguma coisa. A partir do momento em que não há informação nenhuma... a coisa morreu. E foram anos muito difíceis mesmo [quando perderam comunicação]. Mas depois conseguimos, porque um dos pontos fulcrais era a Austrália. E na Austrália o governo nunca apoiou, mas tínhamos o apoio dos antigos combatentes australianos que estiveram em Timor [na Segunda Guerra]. E tínhamos apoio mesmo das organizações. Aliás a rádio vivia mesmo em Darwin, na parte norte da Austrália, vivia no mato (entrevista, 2022).

Sem esse fluxo de informações via rádio, a causa timorense enfraqueceu muito no início dos anos de 1980, como relembra Ana Pessoa,

Às vezes, recebíamos fotografias e púnhamos nos jornais para as pessoas verem o que se estava a passar em Timor, mas sentíamos que as pessoas não acreditavam que aquilo fosse verdade. Passado algum tempo, constatámos que Timor-Leste tinha deixado de ser moda e que já não se falava do nosso país. Tínhamos a percepção de que as pessoas já não estavam tão unidas a nós, nem tão preocupadas com a nossa luta. Nesta altura, a nossa acção foi intensificada e tentámos sempre lembrar que Timor-Leste continuava a existir, que estava a sofrer e a precisar de ajuda para sobreviver como nação (Amal, 2005, p. 37).

Nesse momento em que a rádio foi tomada pelos indonésios, perderam-se também os códigos que haviam sido combinados, fazendo-se necessária uma nova combinação. Mas, como refazer esses códigos, se a comunicação entre quem estava no território, em especial as lideranças das FALINTIL, e quem estava fora, em especial o CAF, era tão precária? Para esse acontecimento, Marina nos conta o imenso trabalho que tiveram, ao receberem mensagens cifradas quando se restabeleceram as comunicações por rádio.

Marina Ribeiro Alkatiri: O mais engraçado foi quando nós perdemos as comunicações todas. Então, como é que se criou outro código? Aquele código já não servia porque tinha ido pros indonésios. Então tudo aquilo que Xanana [Gusmão] mandou era pro Mari [Alkatiri]. Então olha, era assim "lembras-te no dia 'xis' fomos comer uma comida que a tua mãe fez, e não sei o quê"... e a partir daí as coisas vinham. Olha, eu fiquei com o Mari a trabalhar até às tantas da madrugada, 5 ou 6 da manhã pra descodificar. Eu tinha de ler e refazer a mensagem. Tinha que olhar pro Mari e perguntar: "O que vocês comeram?", então dava pra perceber, as letras a, b, c, d... "o que que a tua mãe fez? A comida xis", então a gente punha ao lado das letras iniciais. Por exemplo, se comeram *sarabuiu*, então era o "s". Depois fazia aquela jogada com as palavras e aí sim vinha tudo, a partir daí conseguíamos descodificar tudo. (...) E todos os acontecimentos com o Mari, para ele saber. E então a partir daí fomos capazes de fazer o novo código (entrevista, 2022).

Esse processo extremamente trabalhoso se assemelha ao que hoje temos como as criptografias de mensagens enviadas pelos aplicativos de mensagem. A tecnologia política envolvida nesse processo era imensa, pois se baseava na vivência que essas pessoas tinham em comum, ou seja, nos lugares, nas comidas, nas datas, nas pessoas que conheciam e conviviam em Timor-Leste. E era dessa forma que, em especial, Marina Ribeiro Alkatiri e Adelina Tilman foram as responsáveis por receber, decodificar, organizar e repassar as informações recebidas do território por esse meio de comunicação¹⁰¹.

Sobre esse momento de recuperação da Rádio Maubere, existem registros interessantes. Um deles é uma fotografia feita para registrar a chegada do equipamento no acampamento da liderança da FALINTIL, comandada por Xanana Gusmão. Esa foto (Fotografia 15) encontra-se com a seguinte explicação "Assunto: Aluk Descartes, 2º Comandante da I Unidade, ao microfone da Rádio Emissor-Receptor em contacto com a CIET/ACET na Austrália, e Mau Soro, soldado do grupo

¹⁰¹ Havia outras mensagens que chegavam do território, em especial através de cartas – muitas delas também codificadas – que eram trazidas por religiosos ou por estudantes que conseguiam sair de Timor para estudarem em Jakarta, por exemplo, ou em outros países. Esse processo de comunicação via cartas está documentado no relatório da CAVR (2005).

de Segurança de Xanana Gusmão, nas áreas de Paitchau/Região-1/Ponta Leste/Lospalos. C. 1986."

Fotografia 15: Equipamento de rádio (1986)



Fonte: Arquivo e Museu da Resistência Timorense¹⁰²

No arquivo, regista-se que está anotada de forma manuscrita no verso da fotografia as seguintes informações: "FRETILIN *in East Timor*, 1986" (FRETILIN em Timor-Leste) e com carimbo da organização de solidariedade que conseguiu enviar o equipamento para o território. Segue a explicação sobre o contexto de chegada da rádio:

Rádio Emissor-Receptor oferecida por uma Organização de Solidariedade Australiana, CIET/ACET em 1984. Após 6 anos da captura da Rádio Maubere, a Resistência Timorense voltou a estabelecer os contactos via rádio com o exterior, exclusivamente com o grupo da CIET/ACET na Austrália em Dezembro de 1984 no cimo do monte de Builó, mais tarde ficou com o nome de "Alemão". Data: 1986 (Arquivo da Resistência Timorense – TAPOL. Casa Comum, s/d.).

Essas informações alimentavam toda a rede de colaboração no exterior, que se relacionavam com a Frente Diplomática. Por exemplo, as informações sobre

¹⁰² Sem Título, Fundação Mário Soares / Arquivo da Resistência Timorense - TAPOL, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05733.016.009>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ataques, massacres e uso de armas químicas no território, que foram denunciados nas assembleias das Nações Unidas, tinham precisão de local, datas e número de mortos, pois as informações chegavam pela rádio assim que a Frente Clandestina conseguia repassar os dados. Essa linha de transmissão complexa de informações garantia a atuação diplomática de todas as representações timorenses no exterior, alimentando, assim, a pauta nas assembleias, reuniões e a mídia internacional.

Durante muito tempo, apenas as informações via rádio ou cartas saíam do território. Algumas fotos de campos de refugiados e da guerrilha foram divulgadas na década de 1980 e imagens filmadas surgiram apenas em 1991, com o trabalho de jornalistas estrangeiros e colaboradores timorenses que viabilizaram que as cenas do massacre de Santa Cruz, filmadas pelo jornalista Max Stahl, ganhassem o mundo. Entretanto, para que essas ações ganhassem a devida repercussão internacional na década de 1990, muito trabalho foi realizado nas décadas anteriores¹⁰³.

Uma parte desse trabalho, inclusive, deu-se a partir de entrevistas e reportagens sobre a causa timorense publicadas em diversos meios de comunicação internacionais. A seguir, apresento um recorte da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” (Figura 13), publicação de circulação internacional, importante no campo do jornalismo e das Ciências Sociais, especialmente durante os anos de 1970 e 1980. Fundada na Argentina e depois deslocada por diversos países, conforme as mudanças de regime político e as ditaduras iam se espalhando pela América Latina, a revista, por fim, estabeleceu-se no Brasil a partir de 1980 (De Lucca, 2021c, p. 49). Esta publicação tinha como foco principal discutir temas relacionados aos países do assim chamado “Terceiro Mundo”, dando destaque para as lutas políticas e sociais em curso na África, América Latina e Ásia.

¹⁰³ No Brasil, após esses eventos, Lucélia Santos produziu um documentário chamado “Timor Lorosae – O massacre que o mundo não viu” (2001) que teve grande repercussão, trazendo o debate sobre Timor-Leste para a mídia brasileira de forma um pouco mais efetiva.

Figura 13: Entrevista de Marina Alkatiri (1985)

“Não posso deixar de falar com emoção e carinho de camaradas como Rosa Bonaparte Soares, conhecida com o nome de guerra Muki, pelas suas virtudes humanas e importante papel no processo revolucionário do nosso país e na organização da mulher maubere. Com apenas 19 anos ela se engajou na luta, abandonando os seus estudos em Lisboa e ingressando na Fretilin. Morreu nas mãos dos invasores indonésios, e o seu exemplo deu mais vida à mulher maubere.”

Na luta clandestina

“Desde o início da resistência as mulheres participaram ativamente da luta contra a invasão estrangeira”, afirma Marina Alkatiri. “No combate clandestino, desempenham papel importante no controle dos passos dados pelo inimigo, transporte de material, alimentos e medicamentos para as zonas de guerra. Também colaboram na recepção e difusão de mensagens. Deve-se ressaltar que, além dessas atividades, as mulheres têm a seu cargo setores vitais como produção, saúde, educação. Estas áreas são estratégicas tanto hoje como no futuro, para a manutenção da luta.”

“Para o invasor, o sexo, a idade ou o estado de saúde não constituem atenuantes quando o objetivo em mente é liquidar a resistência nacional”, acrescenta Marina. “Somente para citar um exemplo dos métodos aplicados contra a população, basta dizer que, de acordo com relatos chegados ao exterior, tem se repetido como prática o assassinato de mulheres grávidas. Diante da população de uma aldeia, a futura vítima é espancada, seu ventre rasgado a faca e o feto em seguida esmagado contra uma árvore. E as pessoas ao redor são proibidas de chorar. A lista de atrocidades é longa, indo desde os choques elétricos e queimaduras com cigarros até amputações de seios e detonação de explosivos introduzidos nos órgãos genitais.”

(Etevaldo Hipólito)

62 - terceiro mundo



Marina Alkatiri: “A mulher tem um papel importante”

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, ano 8 n. 80, julho de 1985, p. 62

A revista “Cadernos do Terceiro Mundo” servia como plataforma para intelectuais, acadêmicas e ativistas dos países do Sul Global compartilharem suas ideias, pesquisas e experiências. Segundo De Lucca (2021c), a pauta timorense esteve presente na revista diversas vezes, desde janeiro de 1976, denunciando a ocupação indonésia no território. Essa edição da revista era dedicada à década da mulher nas Nações Unidas, que ocorreu entre 1975 e 1985. O editorial da edição é intitulado “A batalha das mulheres” e começa com a seguinte frase: “As mulheres formam hoje quase metade da humanidade. São mais de dois bilhões de pessoas que possuem em comum, além do sexo, o fato de não terem, em sua maior parte, os mesmos direitos da outra metade da população do planeta.” (Cadernos do Terceiro Mundo, ano 8 n. 80, julho de 1985).

Na citada edição, a causa timorense aparece fortemente ligada às questões das mulheres. O recorte destacado acima tem como subtítulo “a mulher *maubere* continua, ao lado do homem, resistindo à invasão indonésia” e traz a fotografia de Marina Ribeiro Alkatiri em posição de escrita e sua fala bastante contundente. A publicação também destaca uma frase dela, logo abaixo de sua foto: “A mulher tem

um papel importante [na luta timorense]". Na mesma reportagem, há uma fotografia do dia da Independência, com Rosa Muki em primeiro plano, como vemos na Figura 14, a seguir:

Figura 14: Reportagem Cadernos do Terceiro Mundo (1985)

“Superar um sistema social”

A mulher maubere continua, ao lado do homem, resistindo à invasão indonésia



A guerra de agressão movida pelo governo da Indonésia contra a República Democrática de Timor Leste, em dezembro de 1975, obrigou milhares de pessoas a saírem temporariamente da pequena ilha da Oceania. Alguns na condição de refugiados, outros em missão de serviço encomendada pelo governo revolucionário da Fretilin. O fato de existirem importantes comunidades na Austrália, Portugal e Moçambique colocou desde o início a necessidade de organizá-las para prosseguir a luta contra o invasor e pela criação de um novo país.

Marina Alkatiri nos falou em Moçambique das atividades desenvolvidas pelas mulheres no exterior. Além das tarefas de cunho social, elas têm a seu cargo outras relacionadas com a mobilização e organização e ainda a de manter viva a chama da

solidariedade internacional através da participação em conferências, foros e seminários. Toda essa atividade — conforme destacou — ocorre de acordo com as orientações traçadas pela Fretilin, a vanguarda política do seu povo.

“A 28 de agosto de 1975 surgiu a Organização Popular da Mulher Timor. Nessa época, se aprofundava o processo de independência e era necessário organizar o nosso povo em novas frentes de combate”, explica Marina Alkatiri. “Considerando a situação subalterna a que se encontrava relegada a mulher, um dos objetivos da OPMT era a sua emancipação e libertação, junto com a libertação do nosso povo”.

“Houve uma simultaneidade entre a luta da mulher maubere para ser reconhecida como pessoa e a batalha pela independência e soberania nacional”, afirma a dirigente. Segunda ela, a luta da mulher maubere não visa reivindicar “as pseudo-liberdades masculinas herdadas da velha sociedade colonial e sim adquirir os mesmos direitos e responsabilidades que o homem, num contexto de uma sociedade inteiramente nova.”

“Dessa forma — acrescenta — a emancipação de que falamos não se reveste de um caráter estritamente feminista. Não aspiramos ao liberalismo burguês e sim a uma emancipação que seja consequência da vitória contra um sistema social injusto que oprime a ambos — homens e mulheres.”

Incorporação à luta de libertação

“Milhares de compatriotas se ofereceram para lutar juntamente com as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (Falintil) tão logo se soube do perigo de invasão por parte dos indonésios. O primeiro destacamento feminino se criou exatamente neste período. Hoje, as combatentes estão integradas em companhias mistas.”



A mártir Rosa Bonaparte (centro) com dirigentes da Fretilin em 1975

1985 — Julho — nº 80
terceiro mundo - 61

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, ano 8 n. 80, julho de 1985, p. 61.

Nesse sentido, é importante retomar as reflexões sobre o papel das mídias impressas para a articulação dos movimentos políticos revolucionários em geral e

para os movimentos de mulheres em especial. Retomando a discussão realizada no capítulo três, a partir do texto de Jayawardena (2016), a circulação de informações sobre a luta timorense na revista “Cadernos do Terceiro Mundo”, com foco na atuação das mulheres, é um âmbito interessante de mobilização, tanto interna ao grupo, buscando valorizar e destacar essa atuação, quanto externa, para transmitir uma imagem de luta integrada e ao mesmo tempo valorizando o aspecto intelectual e político das mulheres. Essas atuações se apresentam tanto na fala de Marina quanto na imagem da reportagem, que retrata ela sentada à uma mesa, escrevendo.

Importante destacar que, diferente da maioria das reportagens sobre Timor-Leste publicadas à época e nas décadas seguintes – que exibiam imagens de mulheres e de crianças famintas e desesperadas por causa da fome, da violência e da guerra – a reportagem da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” traz as imagens de duas mulheres em posição de luta política e, apesar de denunciar as violências absurdas que ocorriam no território, opta por publicar fotografias dignas e mobilizadoras para as mulheres em questão.

5.3 *Buibere* nas Nações Unidas

O papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas nos conflitos internacionais, em especial naqueles que acontecem fora dos países ocidentais, é bastante controverso. Os posicionamentos da ONU vêm sendo cada vez mais questionados, com diversos países e instituições nacionais e transnacionais pressionando a Organização por sua incapacidade em mitigar conflitos armados, o que ficou mais evidente desde o início do século XXI, com a “guerra contra o terrorismo”.

Essa incapacidade é explicitada pela atuação das forças políticas e militares ocidentais, em especial os Estados Unidos, que tornam a ONU cada vez mais uma instituição em disputa, colocando, conseqüentemente, em discussão a sua efetividade para garantir processos de paz, sua razão de existência (Zayas, 2023; Lafer, 1995). Essa questão pode ser evidenciada no contexto atual, haja vista os conflitos como a invasão do Afeganistão ou do Iraque, a guerra do Sudão do Sul por sua independência e, mais recentemente, a guerra na Ucrânia e as ações genocidas de Israel contra a Palestina, conflitos presentes no período histórico em que estou produzindo essa tese.

O Timor-Leste foi, em especial nos primeiros anos deste século, utilizado pelas Nações Unidas como um caso de sucesso de finalização de conflito e processo de restauração da independência do país. No entanto, mesmo nesse momento, o papel da ONU é muito questionado em diversas análises críticas feitas quanto à atuação da Organização (Ingram, 2012; Silva, 2012; Silva e Simião, 2007; MacQueen, 2015).

Em algumas visões, em especial no debate político partidário em Díli, a presença da ONU pode ser considerada como uma terceira tutela imperialista/colonialista¹⁰⁴ pela qual Timor-Leste passou, por meio da missão específica da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (*United Nations Transitional Administration in East Timor*, UNTAET na sigla em inglês). Uma crítica que, em especial, nos interessa aqui se refere à imposição de uma agenda de questões de "igualdade de gênero" esvaziada de percepção das especificidades, demandas e disputas locais, bem como uma visão vitimizadora das mulheres e uma subalternização dos papéis femininos na cultura timorense, como resume bem Teresa Cunha (2006).

Em dezembro de 1975, o Conselho de Segurança das Nações Unidas através de sua resolução 384 reconhecia o direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste (...). Passados vinte e quatro anos, e no seguimento do anúncio público dos resultados do Referendo supervisionado pela ONU levado a cabo em Timor-Leste no dia 30 de agosto de 1999, a guerra parecia não ter acabado e uma nova fase de enorme violência e destruição teve início (...). No dia 25 de outubro de 1999 foi estabelecida a <<United Nations Transitional Administration in East Timor>> (UNTAET) (...). Seguindo os padrões internacionais, foi criada uma *Gender Affairs Unit*, no quadro da UNTAET, que tinha como objectivos principais sensibilizar e promover a igualdade de género nas políticas (...). Tomando como ponto de partida uma ideia universal de <<mulher>>, como se as mulheres fossem um sujeito histórico indiferenciado e homogéneo, e uma sobrevalorização do binómio mulher-paz, reinterpreta o discurso essencialista sobre o feminino e a sua vocação natural para a paz (Cunha, 2006, pp. 25-38).

Durante os 24 anos de guerra contra a anexação pela Indonésia, as Assembleias Gerais da ONU foram campos intensos de disputas e negociações sobre o caso timorense em alguns períodos e, em outros, passaram por um silêncio

¹⁰⁴ A primeira invasão teria sido o colonialismo português; a segunda, a invasão indonésia e os 24 anos de anexação do território; e a terceira, o governo internacional gerido pela ONU entre 1999 e 2002, oficialmente, e até 2012 com a presença maciça de tropas militares e agências da ONU no território. Esse imaginário da ONU como uma potência invasora se coloca como algo palpável na primeira década após a independência do país, sendo incontáveis os episódios de conflitos entre a população timorense, em especial os mais jovens, contra as forças da ONU, com apedrejamento de carros oficiais das instituições como uma demonstração comum desse descontentamento.

ensurdecedor sobre o que ocorria na ilha. Na década de 1970, em especial enquanto a Rádio Maubere enviava informações sobre o conflito para o exterior e essas informações eram codificadas, sistematizadas e divulgadas por pessoas como Marina Ribeiro Alkatiri e Adelina Tilman, as pautas da ONU recebiam esses insumos para gerar discussões e diversos países, principalmente os africanos aliados, como Moçambique e Angola, revezavam-se para trazer a pauta de Timor-Leste para o debate público internacional.

Na década de 1980, esse trabalho ficou cada vez mais difícil, pela diminuição do contato com informações atualizadas do conflito interno e pelo avanço militar indonésio, que repercutiu também no âmbito diplomático. Como já dito, os Estados Unidos apoiaram a Austrália e a Indonésia para efetivar a ocupação ao território timorense e a União Soviética não queria se contrapor à Indonésia no plano internacional, pela importância que ela tinha como liderança entre os países não alinhados. Assim, sem apoio das duas grandes potências daquele momento, a causa timorense era retomada no plano internacional por outros países aliados, com maior ou menor intensidade, a depender do ano em questão.

Para o recorte das atuações das mulheres que estou destacando neste capítulo, a década de 1970 é crucial para acompanharmos a trajetória de Adelina Tilman no trabalho junto às Nações Unidas. Depois do tempo em que esteve em Moçambique e era uma das responsáveis pela comunicação da FRETILIN com o território timorense, Adelina Tilman foi para Nova Iorque, nos Estados Unidos, atuar junto à sede da ONU.

Importante ressaltar que a partir de 1975 a ONU declara a “Década das mulheres”, em que a prioridade das políticas estabelecidas pela organização visava a conquista da igualdade de gênero nos países e nas organizações internacionais. Essa década foi fundamental, por exemplo, para o Brasil, na consolidação do movimento de redemocratização, em que mães e esposas de desaparecidos políticos se engajaram internacionalmente para dar visibilidade aos presos, exilados e desaparecidos políticos da Ditadura Militar brasileira, criando o movimento “Mulheres pela Anistia” (Teles, 1993; Duarte, 2019).

O movimento timorense também utilizou esse discurso e apelo aos direitos das mulheres, ao divulgar imagens e relatos das violências que a população feminina do território sofria sob a ocupação indonésia. No entanto, para além do apelo ao lugar de vítimas, as mulheres timorenses também atuaram no plano diplomático,

estabelecendo papéis fundamentais para que a sua pauta seguisse evidenciada durante os anos de guerra.

Adelina Tilman foi escolhida para esse papel nas Nações Unidas, pois era uma das pessoas que melhor falava a língua inglesa no grupo. Ela ressalta que:

Adelina Tilman: O [José] Ramos-Horta já estava nas Nações Unidas, tinha estado em Moçambique e de Moçambique foi para as Nações Unidas e precisava de alguém para ajudá-lo e escolheram-me a mim, porque eu já falava o inglês e eu fui pra lá, fui pras Nações Unidas como suporte. Para Nova Iorque eu fui em 1976, princípios de [19]76, no primeiro ano de encontro do Conselho de Segurança sobre Timor. O Mari [Alkatiri] levou-me lá, ele depois voltou e eu fiquei a ajudar o Ramos-Horta (entrevista, 2022).

A estadia desses representantes em Nova Iorque era mantida tanto pelo apoio das embaixadas de Moçambique e de Angola quanto pelo suporte financeiro de grupos de solidariedade que se formavam no exterior. O trabalho realizado era, em grande medida, uma “diplomacia de bastidores”, visto que Timor-Leste não era oficialmente considerado um país independente.

Diversas falas oficiais de representantes timorenses foram proferidas nas Nações Unidas até o início da década de 1990, sempre com respaldo dos países solidários, em especial os africanos (Barbedo Magalhães, 2007), mas, com o passar dos anos, a pauta foi se esvaziando e mais países votavam contra as resoluções pela desocupação do território pela Indonésia ou apenas se abstinham, como a maioria dos países europeus. Esse trabalho de pressão junto às representações oficiais dos países na ONU e pela mobilização da opinião internacional era extenuante e, por muitos anos, não teve resultados concretos. Adelina Tilman detalha qual era seu papel naquele momento, a partir de 1976, em Nova Iorque:

Camila Tribess: E como era esse trabalho nas Nações Unidas?
Adelina Tilman: Eu fazia, o meu trabalho era recolher informações para o Ramos-Horta, para ele usar nos discursos dele lá. E acompanhava... **éramos os dois a fazer o trabalho diplomático**. Por exemplo, ir de embaixada em embaixada para falar com os outros embaixadores para dar o apoio a Timor. Eu acompanhei sempre o Horta. (...) E depois, depois das Nações Unidas, mandaram-me aqui pra Austrália, eu fui pra Moçambique e mandaram-me aqui pra Austrália para fazer trabalhos de organizar os apoios, falar com os estudantes, esse era o meu trabalho, falar com os estudantes nas universidades para ajudar (entrevista, 2022 – grifos meus).

Chamo a atenção para a frase em destaque “[...]éramos os dois a fazer o trabalho diplomático[...]”. Adelina ficou em Nova Iorque da década de 1970 até início

dos anos 1980 e Ramos-Horta ganhou projeção internacional com a causa timorense na ONU apenas na década de 1990. Ainda assim, é interessante pensar que a atuação de muitas mulheres foi necessária para que essa causa ganhasse repercussão e espaço, um trabalho dedicado e complexo de duas décadas para garantir que a pauta sobre a independência timorense seguisse sendo lembrada no âmbito internacional. O nome que ficou consolidado como de representação de Timor-Leste na ONU, e que inclusive foi quem recebeu o prêmio Nobel da Paz, foi o de José Ramos-Horta, que fez de fato um trabalho longo e fundamental junto à comunidade internacional pela causa timorense. Sobre isso, ao ser questionado sobre a importância do trabalho diplomático para a resolução do caso de Timor-Leste, contou-me Leonel Andrade o seguinte:

Leonel Andrade: Sim, sim, isso eu não tenho dúvida. (...) Porque se não fosse esse pequeno grande trabalho diplomático a questão morria muito facilmente, estive muito a risco de morrer. Se não fosse o Ramos-Horta ter aguentado com a questão fundamental, que entrou com a questão nas Nações Unidas, então os indonésios esmagaram-nos. Aliás, eles mesmo assim estavam já dispostos a ir ao ponto do genocídio completo, né? (entrevista, 2022).

No entanto, o fato é que essa atuação, na verdade coletiva, passou a ser reconhecida como pessoal, de um único representante, o que, dessa forma, desconsiderou a atuação de outras pessoas nessa empreitada, em especial das mulheres que realizaram ações fundamentais para que a representação timorense tivesse, de fato, possibilidade de agir no âmbito institucional. Nesse sentido, Adelina relembra também sua atuação nos Estados Unidos para mobilizar mais apoio para a causa timorense:

Adelina Tilman: Também lá em Nova Iorque eu fiz comícios com os estudantes da Universidade em Nova Iorque, esse era meu trabalho.

Camila Tribess: Fazia o trabalho de mobilização então?

Adelina Tilman: É, mais para angariar apoios, porque nós precisávamos muito de apoio. Com a ajuda dos estudantes, mobilizamos manifestações na frente das Nações Unidas e tudo (entrevista, 2022).

É interessante observar que, até hoje, em 2024, o meio de representantes diplomáticos segue sendo um espaço substancialmente masculino. Segundo dados da própria ONU, trazidos pela *Inter Parliamentary Union*¹⁰⁵ (IPU, 2023), dos 193

¹⁰⁵ Segundo a análise dessa organização, a própria Assembleia Geral precisa realizar incentivos concretos para a indicação de mais diplomatas mulheres pelos países membros. Dados disponíveis

países com representação na Assembleia Geral, existem apenas 24% de representantes mulheres, o que é similar ao quantitativo de mulheres embaixadoras atualmente (dados de 2023¹⁰⁶) no Brasil, por exemplo.

Balbino (2011, pp. 167-169), inclusive, demonstra que, apesar das expectativas de que a participação das mulheres na carreira diplomática fosse aumentar no século XXI, isso não ocorreu durante a primeira década do século, com números similares e até inferiores de mulheres ingressantes no Itamaraty em relação à década de 1990. Esse percentual encontrado na ONU também está abaixo das cotas mínimas parlamentares praticadas na maioria dos países, que é de 30 a 40%, como no caso do Brasil (30%) e de Timor-Leste (40%)¹⁰⁷. Apesar de serem processos de seleção diferentes, visto que a eleição parlamentar tem ainda outras nuances e filtros de retenção, percebemos que, no geral, a representação política das mulheres nas instituições relevantes, como parlamentos e diplomacia, segue proporcionalmente baixa, mesmo atualmente.

Destaco essas informações atuais para compreendermos também as escolhas estratégicas feitas pela Frente Diplomática em manter um representante homem durante todos esses anos atuando junto às Nações Unidas, durante as décadas de 1970 a 1990. Se, atualmente, a imensa maioria dos países-membros da ONU escolhe enviar representantes homens para os espaços de disputas e representação internacional, naquele momento, para um território que não possuía autonomia política, essa era a escolha mais evidente. Enzo Lenine e Naentrem Sanca (2022) realizam uma análise dos debates sobre a atuação das mulheres na carreira diplomática e buscam estabelecer diálogos a partir de estudos de caso, pensando nas instituições diplomáticas como lugares de prestígio e poder e, por isso, dominadas pelos homens. Como argumentam:

Nesse contexto, as teorias feministas, em especial suas manifestações na teoria política e nas relações internacionais, oferecem não só o lastro

em: <https://www.ipu.org/event/making-un-general-assembly-gender-equal-what-will-it-take>. Acesso em: 16 jun. 2024.

¹⁰⁶ Dados baseados nos estudos e relatórios divulgados pela Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB). Disponível em: <https://mulheresdiplomatas.org/estudos#0dad2e10-207f-4e7b-9bb2-bf23160c6305>. Acesso em: 16 jun. 2024.

¹⁰⁷ Essa porcentagem é de candidaturas de mulheres, não de cadeiras efetivas nos parlamentos. Com dados de 2021, a ONU Mulheres traz o Brasil com apenas 15,2% de deputadas e Timor-Leste contava com 38,5%, estando em posição bem acima do Brasil, em 32º lugar na classificação de parlamentos com maior inclusão feminina. Mais informações em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>. Acesso em: 16 jun. 2024.

conceitual que permite a comparação, como também fomentam a interpretação de fenômenos mais amplos transversais às experiências nacionais, dentre os quais se destacam as desigualdades de poder entre homens e mulheres na carreira diplomática e as hierarquias de gênero engendradas na instituição. A despeito dos avanços, a diplomacia ainda é um espaço eminentemente masculino e masculinizado, caracterizado por normas, ritos e tradições flagrantemente generificados. Pôr em evidência a presença e o trabalho das diplomatas é uma das formas de transformar uma realidade persistente de desigualdades de gênero. Ao trazer as experiências e vivências dessas mulheres em um dos ofícios mais prestigiados da arena internacional, é possível ressignificar o caráter da carreira e reinventar as modalidades pelas quais as relações internacionais são arquitetadas (Lenine; Sanca, 2022 p. 114).

Por isso, é importante destacar duas dimensões dessa questão: a primeira é que algumas mulheres, sendo duas nossas protagonistas, Adelina Tilman e Pascoela Barreto (como veremos a seguir), apoiaram diretamente esse trabalho diplomático, sem mencionar o trabalho de várias outras mulheres,¹⁰⁸ para que o representante oficial pudesse falar nas comissões e assembleias das Nações Unidas e Timor-Leste fosse representado na esfera internacional.

O segundo ponto importante para se problematizar nesse momento é que duas pessoas foram laureadas com o Nobel da Paz pela causa timorense, um deles representando a diplomacia, que foi José Ramos-Horta, e o outro, o bispo Dom Ximenes Belo, representando a Igreja Católica e sua atuação na mediação do conflito. E aqui, é importante ressaltar, essas duas figuras são de fato de extrema importância para a luta timorense e suas ações foram sim fundamentais. No entanto, o que destaque é que eles foram reconhecidos como os representantes de uma causa, de um trabalho coletivo realizado em prol da independência timorense, e que, como tal, existe por trás dessas figuras uma rede imensa de pessoas, muitas das quais mulheres, que dedicaram também suas vidas a essa causa e merecem todo o reconhecimento pelo seu trabalho.

5.4 Diplomacia de bastidores

Além do âmbito das Nações Unidas, que é um local central de debate e disputas políticas internacionais, tivemos a atuação das mulheres timorenses também em outros âmbitos da Frente Diplomática. Para garantir o apoio de mais países,

¹⁰⁸ Destaco a participação de Emília Pires, que foi representante de Timor-Leste na Conferências da ONU para as mulheres em Nairobi, em 1985 (Loney, 2019).

sobretudo dos do continente africano ou dos considerados aliados em potencial, destacando-se os de orientação socialista ou que estavam no grupo dos países não-alinhados, sempre com ajuda logística e política de Moçambique e Angola. Essas viagens eram organizadas, em grande medida, junto ao Governo Moçambicano, que, como já vimos, apoiava de forma irrestrita a atuação da FRETILIN no exterior. Marina Ribeiro Alkatiri relembra de seus primeiros contatos como representante da delegação diplomática e como o apoio e influência de Samora Machel, presidente de Moçambique, foram fundamentais para seu processo de aprendizagem da rotina política:

Marina Ribeiro Alkatiri: Porque eu estava já em viagem, eu fui a primeira das mulheres a ser chamada pra fazer parte da delegação diplomática. Era eu e o Augusto Yap, eu representava pela OPMT e o Augusto pela OJT, Organização da Juventude Timorense. (...) Mulher era eu, depois entrou a Ade [Adelina Tilman], que teve que ir a Nova Iorque e a Filó [Filomena Almeida], quando nós voltamos da primeira viagem que fizemos a Moçambique, primeira vez que encontrei com o Samora Machel. Isso foi uma alegria! Tu falas com ele... falava, né? Sabe o que, transmite uma paz, que parece uma paz do Espírito santo, uma coisa que vem assim, um indivíduo fora de sério, ele e Fidel Castro. Também estive com Fidel Castro [presidente de Cuba], tive o prazer. Agostinho Neto [presidente de Angola] também estive, um indivíduo simples, ele era médico, almoçamos com ele e com a família dele e com o José Eduardo dos Santos [ministro e depois presidente de Angola], que era ministro de negócios estrangeiros, quando chegamos a Luanda ele que nos foi receber porque era o ministro das relações exteriores, tratava-nos como delegação de Estado mesmo (entrevista, 2022).

Esse apoio direto e a convivência com os demais países que também eram ex-colônias portuguesas, como Angola, e com os países de orientação socialista, a exemplo de China e Cuba, davam algum respaldo para a delegação timorense e, assim, criava-se espaço para a ampliação dessa atuação diplomática, favorecendo-se a formação de redes de solidariedade internacional mais amplas. Ainda sobre essas primeiras viagens e as reuniões com as lideranças internacionais, Marina se recorda de como se sentia nervosa e, ao mesmo tempo, encantada com as lideranças que estava conhecendo nesses espaços. Ela também se lembra de quem estava nas viagens e reuniões que foram realizadas, ainda no final da década de 1970. Marina destaca que foram na comitiva José Luís Guterres, Augusto Yap e Mari Alkatiri, de Moçambique para Angola e dali para outros países africanos.

Marina Ribeiro Alkatiri: E depois daí fomos pra Angola, também fomos recebidos pelo presidente, todos de coração aberto, cada um da sua maneira. (...) Depois fomos a São Tomé, a Guiné-Bissau, fomos a Cabo Verde, todos nos receberam, apoio total e completo. (...) E fomos até Líbia, Argélia...

Camila Tribess: E foram para a Tanzânia também?

Marina Ribeiro Alkatiri: Sim. Tanzânia foi um dos países que nos reconheceu, por causa do Julius Nyerere [presidente da Tanzânia], era base de apoio da FRELIMO também (entrevista, 2022).

Sobre a visita à Argélia e à Líbia, em especial, Marina relembra um episódio em que passaram por um constrangimento relacionado à questão de gênero, por serem mulheres representantes diplomáticas. Importante lembrar que Mari Alkatiri, seu marido, é de família muçulmana e tinha boa circulação entre esses países por suas origens iemenitas. Marina destaca o enorme aprendizado político que tirou desse tipo de situação.

Marina Ribeiro Alkatiri: Fomos à Argélia, eu e a Filó [Filomena Almeida], chegamos e entramos logo em casa de um senhor. Um casal que levaram-nos para visitar a família. Entramos, o Mari [Alkatiri] ficou assim, o Lugo [José Luis Guterres] estava ao lado e disse: "vocês não vão poder entrar, eles são muçulmanos, mulher não pode entrar em casa das pessoas assim" [risos]. A gente não sabia. E depois o outro foi na Líbia, fomos também, era o Lugo, o Mari, Filó e eu, fomos pra lá, de repente, tudo muito bem, fomos bem recebidos, quando chega a altura do encontro com o presidente Gaddafi [Muammar al-Gaddafi]. A última hora vem nos dizer que as mulheres não podem ir. Ai, ai, eu e Filó ficamos revoltadas, eu disse: "o que é isso, pá?!" [risos] Ficamos revoltadas, fomos pro hotel, entramos para o quarto, fechamos ali e acho que eles viram que estávamos assim e lá foi o protocolo oferecer-nos uma rádio. Nós não queremos saber, fechamos a porta [risos]. E o Mari disse assim: "vocês não podem fazer isso, recebe e pronto, isso aqui é a lei deles, ou hábito". E aí mandaram umas mulheres pra nos fazer companhia, antes de irmos pro hotel. Essas mulheres sempre a rir, ah, nós as mandamos passear.

Camila Tribess: E também tem isso, né? o Mari Alkatiri já vem de família muçulmana, ele já entende melhor?

Marina Ribeiro Alkatiri: Sim, depois já tem uma... o presidente Nicolau [Lobato] já nos tinha dito, ele [Nicolau Lobato] tem uma cara muito séria assim, mas é uma boa pessoa. Mas é muito duro, aquelas coisas que vai ou racha, né? Ele não [Mari Alkatiri] e eu aprendi muito com ele nesse aspeto. Também com a vida que a gente leva, conversa com moçambicanos, com outros companheiros e assim que a gente foi aprendendo. Eu sou aquela pessoa que quando não gosto digo logo na cara, só que tens que ter uma maneira de fazer isso. Diz aquilo que queres dizer de outras formas (entrevista, 2022).

Destaco na fala de Marina novamente o processo de aprendizagem política de forma integrada e dialética com a luta em si. Ao mesmo tempo em estavam – todas elas – aprendendo a atuar politicamente na esfera internacional, participavam de reuniões, encontros, comitês e eram consideradas como representação oficial do governo timorense no exílio. A partir dessas experiências iniciais como representante diplomática, Marina passa a atuar em incontáveis eventos e mobilizações, articulando apoios para divulgar a causa timorense no plano internacional. Essa articulação

internacional se deu em parceria com outras mulheres, que também atuaram de forma marcante na Frente Diplomática, como Ana Pessoa e Pascoela Barreto.

Ana Pessoa se formou no curso de Direito pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo e, no exílio, além do trabalho interno ao partido FRETILIN, participou de diversas viagens diplomáticas, como relembram nas entrevistas Marina Ribeiro Alkatiri, Adelina Tilman e Pascoela Barreto. Seu filho, Rui da Silva Pinto, por meio das interlocuções informais realizadas comigo, traz um relato interessante em que conta que está buscando mais informações acerca da participação de sua mãe em alguns eventos enquanto ele era criança e, inclusive, comenta da participação de Ana Pessoa em uma conferência do partido, em Portugal, enquanto ainda amamentava seu filho mais novo.

É preciso se destacar que Ana Pessoa foi capaz de articular a atuação no partido FRETILIN e na frente diplomática com diversos cargos jurídicos na estrutura moçambicana. Ela exerceu funções na área jurídica, tendo sido procuradora da República na província de Maputo e juíza civil neste tribunal. Segundo conversas com seu filho, talvez Ana tenha sido a primeira mulher a ocupar um cargo de juíza em Maputo, capital de Moçambique, depois atuando também como jurista no próprio Ministério da Justiça de Moçambique. Após o referendo sobre a independência timorense, em 1999, ela passa a atuar na Missão Conjunta de Reconhecimento do Banco Mundial para a área do Judiciário em Timor-Leste, contribuindo para a construção jurídica do país. Depois da restauração da independência timorense, atuou também como ministra da Justiça, deputada e assessora presidencial¹⁰⁹.

Muito embora a atuação de Pascoela Barreto tenha sido mais centrada em Portugal, ela também realizou viagens para participar de reuniões e eventos políticos e diplomáticos, como representante diplomática da FRETILIN.

Pascoela Barreto: [Eu] acompanhei o [José Ramos-] Horta em várias reuniões na Alemanha, fomos a Argélia e da Argélia organizaram uma viagem, fomos a Tindouf e tomamos contacto com o presidente dos saarauis [Saara Ocidental], ele era tão simpático! Ofereceu-me um traje, mas era muito grande, porque eu sou pequenina, e ele ofereceu-me um traje que era pro jantar de cerimônia com o presidente e com os ministros todos e eu tive que vestir aquilo. Aqueles fatos [ternos] de senhoras todos largos, muito bonitos, mas eu no meio daquilo tudo devia ver só a cabeça [risos]. Mas foi de uma grande simpatia, só por ter sido oferecido pelo presidente eu tinha que vestir o fato. Mas foi uma das visitas que eu gostei muito, ver os saarauis, porque no fundo a luta deles é muito parecida com a nossa. E estavam organizados, não usavam dinheiro. Uma das coisas

¹⁰⁹ Informações disponíveis em: <https://www.mp.tl/ministerio-publico/procuradoria-geral-da-republica/o-procurador-geral-da-republica/procuradores-gerais-anteriores/?lang=pt-pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

que eu fiquei encantada foi ver hortas de pimentos, de tomate, cebola. Eles exportavam cebola. No meio daquela secura toda, ver assim uma verdura no meio daquilo tudo, foi assim, "isto é, mesmo um oásis"! (...) Eles tavam organizados, tinham os hospitais a funcionar, tinham produção, quando me falaram que exportavam cebola, eu fiquei abismada!" (entrevista, 2022).

A identificação com a causa do Saara Ocidental, e seu espanto com a organização política que encontrou por lá, fez parte de seu aprendizado diplomático também. Anos depois, quando atuando já como diplomata oficialmente pela República Democrática de Timor-Leste, Pascoela sempre buscou referenciar a causa em eventos e reuniões, podendo retribuir a solidariedade e acolhimento que recebeu nos primeiros anos que se encontrava na luta política diplomática pela causa timorense.

Pascoela atuou desde Portugal em diversas ações e mobilizações, como na arrecadação de fundos, organizando reuniões e, alguns anos depois, já na década de 1980, como coordenadora da comissão interministerial portuguesa para apoiar os timorenses que chegavam em Portugal em busca de asilo político. Essa comissão acolhia os timorenses recém-chegados, a maioria jovens estudantes que vinham por meio da ocupação de embaixadas estrangeiras em Jakarta. Como ela mesma explica,

Pascoela Barreto: Os estudantes eram reivindicativos. Foram integrados nas comunidades que já haviam em Portugal, mas as condições eram muito más e começaram a falar, a ir para a televisão a denunciar a situação e não sei quantos. E então o governo português criou uma comissão interministerial com representantes de várias áreas, desde a educação, segurança social, justiça, várias áreas... para precisamente acolher os jovens e a comunidade timorense que já vivia cá, pra fazer o acolhimento da comunidade. E então convidaram-me para ir trabalhar para essa comissão como técnica. Isso foi em 1985 por aí (entrevista, 2022).

Pascoela também destaca seu aprendizado gradual, enquanto realizava o trabalho na organização política e, ao mesmo tempo, ia se fortalecendo como representante oficial timorense em Portugal. É o que deixa explícito na seguinte fala:

Pascoela Barreto: Eu fui participando aos poucos, fui me inteirando, fui tomando consciência e assim para o fim já dava muito apoio, sobretudo ao [José] Ramos-Horta. Eu trabalhei muito perto inclusive houve uma carta do Xanana que eu não sei onde é que está esta carta (infelizmente nem sei se entreguei à Fundação Mário Soares, eu tinha muitos documentos que entreguei à Fundação Mário Soares), em que o Xanana pedia, portanto, para eu apoiar muito de perto o Ramos-Horta e, o Ramos-Horta vivia ao pé da minha casa. O irmão tinha uma casa perto da minha casa, então eu e meu marido dávamos muito apoio ao Ramos-Horta (entrevista, 2022).

Temos novamente um relato de trabalho direto de nossas protagonistas com as principais lideranças políticas timorenses da época e que permanecem até hoje

nos postos mais altos do governo timorense. Pascoela não chegou a atuar nas Nações Unidas, mas organizava reuniões em sua casa, escrevia textos, cartas e discursos, organizava e recebia documentos e chegou a escrever o primeiro livro que buscava consolidar a imagem de Xanana Gusmão como a principal liderança timorense, já na década de 1990. Ela explica:

Pascoela Barreto: Acho que foi [19]94 quando o Ramos-Horta me pediu para organizar... Porque o Ramos-Horta queria lançar uma figura de resistência. Era preciso. Era fundamental lançar alguém da resistência e o Ramos-Horta, em conversa foi jantar conosco lá em casa e disse assim: "temos que fazer qualquer coisa, temos que lançar o Xanana. Eu tenho muitos documentos do Xanana, podíamos juntar esses documentos e publicar um livro!". E eu fiquei tão entusiasmada, ofereci-me logo para fazer isto. E fiz. Isto foi, tenho ideia que foi em 93 ou 94. Eu sei que o Ramos-Horta falou nisso e no ano seguinte, em junho, já estava o livro pronto para ser lançado na Casa Timor, no espaço de Timor. Portanto eram os documentos do Xanana que eu fui tentando recolher junto da comunidade. Mas, com os documentos que o Ramos-Horta me deu, com os documentos que eu fui arranjando junto da comunidade, organizei o livro, que foi publicado pela Colibri em [19]94 (entrevista, 2022).

O livro ao qual Pascoela Barreto se refere, que ela organizou, editou e conseguiu publicar em Portugal, foi lançado como uma biografia de Xanana Gusmão, que à época estava preso na penitenciária de Cipinang, em Jacarta, capital da Indonésia. A descrição do livro no site da editora consta da seguinte forma:

Sinopse¹¹⁰

Prefaciado pelo Dr. Mário Soares e introduzido por uma extensa autobiografia do autor, da qual sobressai a história duma vida de coragem e de abnegada dedicação à causa timorense. O leitor encontra, ao longo deste livro, que agora se publica em português, num importante conjunto de textos de Xanana Gusmão, toda a odisséia da sangrenta caminhada do povo de Timor na sua luta de libertação nacional, face ao jugo do invasor indonésio.

Ficha Técnica

Editora: Edições Colibri
 Coleção: Horizontes da Polis
 Data de Publicação: 1994
 Encadernação: Capa mole - 358 páginas
 Idioma: Português
 ISBN: 9728047851
 Dimensões do livro: 160 x 230 mm
 Prefácio: Mário Soares
 Seleção / Coordenação: Pascoela Barreto

Chama a atenção o fato de que o livro contou com prefácio do ex-presidente de Portugal (1986 a 1996), Mário Soares, bem como é a primeira publicação que

¹¹⁰ Informações retiradas do site da editora Colibri, disponível em: <https://old.sitiodolivro.pt/pt/livro/timor-leste/9789728047856/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

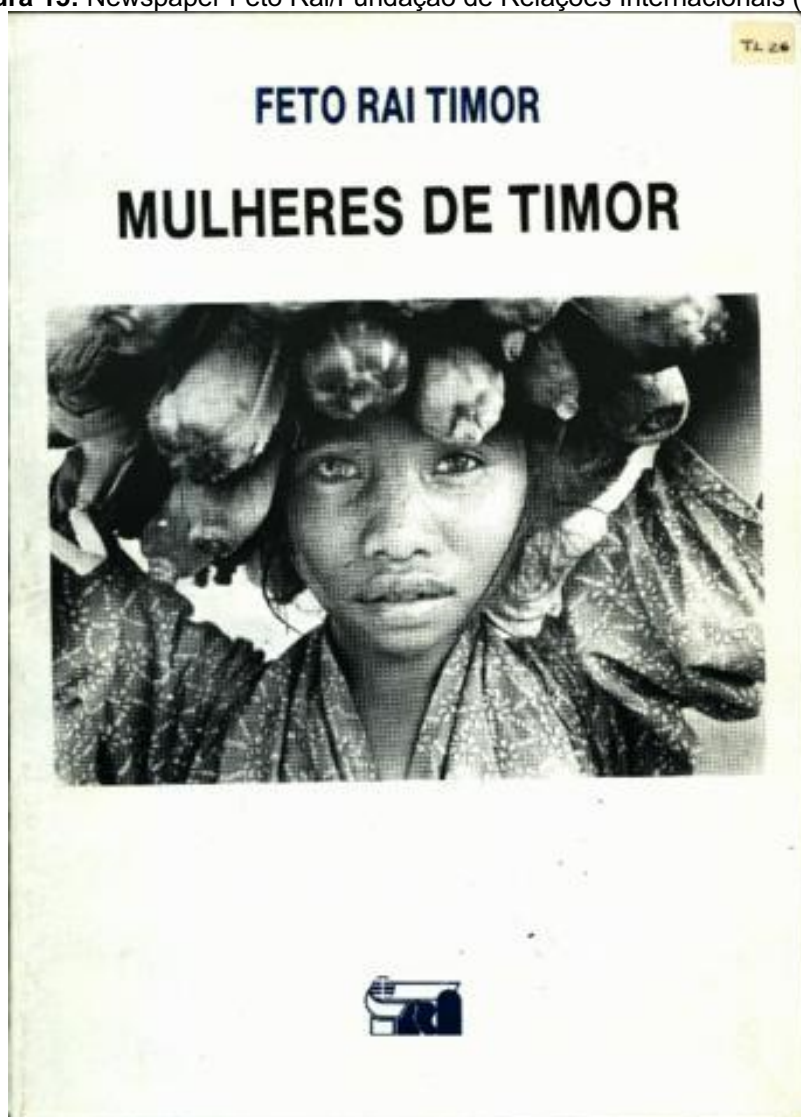
busca fomentar a figura de Xanana Gusmão como liderança timorense a ser tornada referência internacional, em especial pela sua prisão pelo governo indonésio. Interessante notar que o nome de Pascoela Barreto aparece como coordenação do projeto, mas de forma bastante periférica na descrição do livro.

Além desse livro, Pascoela Barreto editou outra publicação, uma brochura de 35 páginas, em que trazia luz para a questão das mulheres na luta timorense, enfatizando dados sobre a vida de diversas mulheres de várias camadas sociais e experiências de vida. Com destaque para o relato de Emília Gusmão, na época esposa de Xanana, Pascoela uniu relatos e histórias diversas para denunciar a violência e a opressão da ocupação indonésia e o lugar dessas mulheres, ao mesmo tempo vítimas, mas também criativas e articuladas para se protegerem e aos seus entes queridos. Sobre a publicação desse livro, Pascoela relembra:

Pascoela Barreto: Mas olha, acerca das mulheres, a certa altura, o Ramos-Horta pediu pra organizar uma visita para a esposa do Xanana, que era a Emília Gusmão [1ª esposa]. Eu acho que foi nessa altura que eu juntei vários documentos de mulheres timorenses e publicamos (não sei se eu ainda tenho uma cópia lá em casa) uma brochura sobre as mulheres timorenses. (...) penso que o título era "Feto Rai Timor". (...) Eu fiz isso em colaboração com o CIDAC, com a Luíza e com [a organização] "A Paz é Possível em Timor-Leste", com a Ana Nunes [ativista portuguesa] (entrevista, 2022).

Esse livro encontra-se disponível em formato digital completo no arquivo do CIDAC e conta com textos e entrevistas de 15 mulheres timorenses, bem como alguns poemas e contos tradicionais que falam sobre a força e coragem delas, reforçando ainda mais o papel pedagógico de denúncia, visibilização e valorização do lugar das mulheres na luta de Timor, bem como no processo de mobilização internacional a favor da independência do país e do estabelecimento do pleno direito de igualdade para as mulheres timorenses.

Figura 15: Newspaper Feto Rai/Fundação de Relações Internacionais (1991)



Fonte: CIDAC¹¹¹

Outra contribuição fundamental de Pascoela Barreto foi a organização da "Convenção Nacional Timorense na Diáspora", ou Conferência de Peniche, como também é conhecida. Esse evento é especialmente importante porque marca a reorganização política timorense, já em 1998, após a retomada midiática que a causa timorense ganhou no início da década de 1990, em que o Massacre de Santa Cruz e, depois, o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com o enfraquecimento da ditadura indonésia pavimentaram o caminho para a realização do referendo que traria, após 24 anos de luta, a restauração da independência timorense.

¹¹¹ Disponível em: https://timorarchive.ca/newspaper-feto-rai-fundacao-de-relacoes-internacionais-1991-05-27;isad?sf_culture=nl. Acesso em: 16 jun. 2024.

Nessa Conferência, Xanana Gusmão, ainda preso, foi eleito o principal líder timorense e presidente da recém-criada Comissão Política do "Conselho Nacional da Resistência Timorense" (CNRT). Esse conselho substituiu, em um movimento de coligação das diversas forças políticas timorenses, o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), que não fora aceito pelos outros partidos, por ser ligado à FRETILIN e ter no nome a palavra "maubere", que é muito vinculada a esse partido (Niner, 2001; Leach, 2002, 2017; Araújo, 2012). O esforço, nesse momento, era para viabilizar uma frente ampla, numa organização que abarcasse as principais forças políticas timorenses, tanto no território quanto no exílio. Ou seja, promover esse evento era algo absolutamente desafiador e Pascoela foi uma das suas principais organizadoras. Sobre a conferência, ela relata:

Pascoela Barreto: A organização do congresso, da convenção nacional timorense em Peniche. O Ramos-Horta, um dia em conversa, disse assim: "temos que organizar o congresso". O nome não interessa, convenção, mas disse, "quero representantes de toda a sociedade timorense. Seja sociedade civil, seja os partidos políticos, as instituições, quero toda a gente presente." Então pediu-me para organizar e quem estava cá nesta altura era o padre Domingos Maubere, e então entre mim e ele e mais com apoio da Paula, esposa do Roque Rodrigues, fomos organizando. (...) Foi, foi um marco porque estavam representantes de todas as tendências políticas e sociais de Timor. Foi uma grande conferência, uma grande convenção. Houve de facto um compromisso parte a parte, houve cedência não só da UDT, mas da FRETILIN também. Porque a FRETILIN não prescindia da palavra maubere. (...) O congresso foi um sucesso, porque a própria UDT, que sempre recusou a palavra maubere, eles nunca aceitaram o Conselho Nacional da Resistência Maubere, porque tinha a palavra maubere. Maubere é um timorense descalço, um timorense da montanha, aquele timorense analfabeto e, portanto, eles não se identificavam com a palavra maubere. Então, no congresso, chegou-se a um consenso de em vez de utilizar a palavra maubere, usar da resistência timorense. Passou de Conselho Nacional de Resistência Maubere para Conselho Nacional da Resistência Timorense. Mas conseguimos chegar a um acordo, foi uma grande vitória e marcou, penso eu, o grande passo para as etapas seguintes. O congresso, penso eu, foi decisivo nessa altura (entrevista, 2022).

A organização do congresso em si, para além das questões políticas, era bastante desafiadora. Oficialmente, Portugal não estava ainda financiando diretamente o movimento de organização timorense, no entanto esse congresso foi todo financiado pelo Governo Português. Pascoela conta esse processo com detalhes da seguinte forma:

Pascoela Barreto: Olha, eu e meu marido corremos aí, nos arredores, porque também não podia ser muito longe de Lisboa porque depois a organização tornava-se muito difícil. E então corremos aqui os hotéis à volta de Lisboa para

arranjar um sítio assim o mais isolado e o mais escondido possível. E fui encontrar na praia de Consolação, em Peniche. Olhe, ocupamos o hotel todo, não sobrou nenhum quarto, o hotel ficou a trabalhar só para nós. Eu, naquela altura, não podia dizer que era com o apoio do Governo Português, internacionalmente não podiam, mas o Governo Português que bancou os custos. (...) Mas pronto, nós evitávamos sempre dizer que o Governo Português estava a apoiar a resistência, não. Isso não podia dizer, mas de facto quem suportou isso era o Governo Português. E foi quando fizemos então a convenção. Tava a UDT, a FRETILIN, as organizações timorenses da Sociedade Civil, estavam todos presentes. O padre Filomeno na altura já não me lembro se ele estava também, mas vieram pessoas de Timor, da Austrália, da Europa, de Portugal, de Moçambique, de Angola, de todo o mundo. Foi assim uma logística complicada (entrevista, 2022).

O evento também exigia algum sigilo, para evitar maiores retaliações do Governo Indonésio e, com tudo isso, ainda havia a logística para garantir a presença de todas as lideranças e de uma boa representação dos diversos grupos timorenses no exílio. Dessa forma, Pascoela Barreta buscou um local que fosse um pouco afastado de Lisboa, onde pudesse haver maior concentração dos participantes e não chamar tanto a atenção da imprensa portuguesa. Além disso, ela contava com a participação de representações de partidos e organizações diversas, algumas, inclusive, historicamente rivais. Além disso, ela se recorda da mobilização dos jovens timorenses que viviam em Portugal nessa época:

Pascoela Barreto: Ainda são uns quilómetros e a logística era complicada, porque quando chegavam por exemplo da Austrália tinham que arranjar alojamento aqui pelo menos para dormir uma noite pra depois no outro dia seguir de autocarro pra Peniche. Foi, portanto, complicado. Mas eu senti-me realizada nessa altura! [risos] Sempre aprendi alguma coisa! (...) A UDT aderiu e os nossos jovens, os nossos estudantes... ah! Aquilo era um lugar escondido, mas sabe que eles descobriram?" [risos]. (...) Nessa altura, quando organizamos o congresso já estavam cá muitos jovens vindos da Indonésia. Eles descobriram e foram pro hotel. Iam pra lá, não tinha quartos pra eles. O hotel tava todo ocupado pelas várias delegações que vinham das várias partes do mundo. E então dormiam no chão, dormiam nos sofás, espalhavam-se por todo lado. A gerente do hotel já nem dizia nada! [risos] Olha, tavam tão contentes com a adesão da UDT, com a concordância, né, da transformação do maubere para resistência timorense, pegaram o João Carrascalão [líder da UDT] ao colo" [risos] (entrevista, 2022).

Dessa forma, Pascoela Barreto foi uma das responsáveis por viabilizar a reorganização timorense para poderem não apenas negociar internacionalmente a realização do referendo viabilizado pelas Nações Unidas, em 1999, como também concretizar as primeiras ações de reconstrução do estado timorense. O CNRT foi a instituição responsável por organizar o governo transitório junto com a UNTAET, entre 1999 e 2002, e as primeiras eleições de Timor-Leste. Atualmente, a sigla, com outro

significado, é utilizada pelo partido liderado por Xanana Gusmão e José Ramos-Horta. No documento produzido na Conferência de Peniche, que denomina a Comissão Política do CNRT, constam oito nomes de representantes efetivos, entre eles apenas uma mulher, Ana Pessoa. Dentre os demais membros da Comissão, constam 15 pessoas, sendo duas mulheres, Emília Pires e Pascoela Barreto¹¹².

Após a Conferência de Peniche, as movimentações políticas e o contexto internacional do final da década de 1990 favoreceram a realização do referendo em que a população timorense votou massivamente a favor de sua autodeterminação, não sem momentos de violência extrema, massacres e deslocamento forçado perpetrados pelas milícias indonésias e alguns grupos timorenses ainda ligados à potência ocupante (CAVR, 2005).

Entre 1999 e 2002, a UNTAET junto com o CNRT lideraram o governo transitório que, finalmente, nos primeiros minutos de 20 de maio de 2002, declarou a restauração da independência de Timor-Leste, com uma cerimônia emocionante e que mobilizou lideranças internacionais de muitos países, tanto dos que foram aliados desde os primeiros momentos quanto daqueles que tinham financiado e apoiado a ocupação indonésia. Nesse dia, Pascoela Barreto conta que seu marido, que a acompanhava na cerimônia e tinha apoiado a resistência e as principais lideranças que agora estavam ali governando o novo país, foi barrado no acesso da entrada de autoridades, o que gerou uma mágoa imensa nela, só superada alguns anos depois.

5.5. Atuação política após a independência

Dito isto, não posso me furtar de trazer dois aspectos importantes presentes na história de vida dessas mulheres, bem como em suas falas, que são a questão da valorização da atuação das mulheres – delas mesmas e de tantas outras que lutaram pela mesma causa – e a própria carreira política, após a restauração da independência timorense. Das mulheres desse grupo que conversaram comigo, a única que não atuou institucionalmente na política timorense após a restauração da independência em 2002 foi Adelina Tilman. E, talvez exatamente por isso, a fala dela sobre a valorização das mulheres na política seja a mais contundente. Ao ser perguntada se

¹¹² Texto completo pode ser encontrado em edição digital do Jornal A Semana, de 30 de abril de 1998, disponível em: https://as.ps.pt/html/1998/972_30_04_1998/semana.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

ela acredita que as mulheres timorenses que participaram na luta são valorizadas o suficiente, ela responde:

Adelina Tilman: Não, não! Aquilo ainda é uma sociedade machista. Eu por mim, Camila, aquela terra só pode ir adiante se Presidente e Primeiro Ministro forem mulheres. Eu digo sempre, a mulher é mãe, é mulher, primeiro é mulher, depois é mãe, esposa, ela é que sabe o que que falta. Mas é uma sociedade ainda machista, o homem é que tá sempre a mandar. E mesmo aqueles que dizem que são revolucionários, não dão um dedo pra apoiar a mulher. Eu sei disso, por isso quando a FRETILIN passou pra partido [institucionalizado no país, após 2002] eu disse não, já não vou, já não faço mais parte, não quero. Eu sei como é que são os partidos (...). É uma coisa tão forte lá em Timor também. Aqui [na Austrália] também, eu estou na casa de repouso, eu falo com as raparigas, eu falo da corrupção, do povo e elas dizem: "tens razão, na minha terra também é assim" (entrevista, 2022).

Essa fala de Adelina mostra, em certa medida, sua decepção pessoal com um sistema patriarcal que repete as opressões de gênero em todos os países. Nesse sentido, a comparação com a Austrália, onde ela vive desde a época em que foi enviada para realizar a mobilização com os estudantes timorenses no exílio, é interessante. A conquista da independência, que era central para ela, foi alcançada, no entanto, a conquista da igualdade de direitos segue sendo um sonho distante.

Fotografia 16: Adelina Tilman com seu neto (2016)



Fonte: Arquivo pessoal de Adelina Tilman

Guilhermina Araújo teve ainda atuação política e social considerável em Timor-Leste após a independência. Apesar de ter vivido a maior parte do tempo em Portugal, seus filhos viveram em Timor-Leste e ela mesma está envolvida até hoje com organizações não-governamentais e projetos sociais para mulheres e crianças, especialmente voltados para a educação, saúde materna e no combate à violência contra a mulher.

Fotografia 17: Guilhermina Araújo ao lado de Abílio Araújo em cerimônia tradicional (2019)



Fonte: Fundação Dato Siri Loe II

Desse grupo, Ana Pessoa foi talvez a que mais atuou internamente na política institucional timorense, tendo exercido cargos de ministra da Justiça, deputada e assessora presidencial. Ela declarou em entrevista a Teresa Amal (2005) que sempre teve medo de não conseguir retornar a Timor-Leste, de não ver com seus próprios olhos a independência acontecer, mas que tinha certeza de que isso aconteceria.

Porque eu, assim como todos, tinha a certeza que seríamos independentes, embora, às vezes, tivesse medo que, tal como a Rosa [*Muki Bonaparte*], nunca pudesse ver a independência ou, pior que a Rosa, nem me fosse dada a hipótese de voltar a pisar a terra abençoada de Timor, olhar as suas montanhas e de novo ver o seu mar azul, igual nenhum outro. Por isso agora

não me canso de olhar o mar, cheirar a terra quando chove e perder o meu olhar nas nossas montanhas, por mim, pela Rosa e por todos os outros (Amal, 2005, p. 36).

Ana Pessoa teve um papel fundamental na construção do próprio sistema jurídico timorense e vive no país desde 2002. Entretanto, nos últimos anos está afastada da vida pública, por questões pessoais e de saúde. Infelizmente, não pude registrar para essa pesquisa a sua visão sobre a valorização das mulheres no processo político timorense, entretanto, parece-me que a sua visão não seria muito diferente da perspectiva de Adelina Tilman, apesar de ambas terem adotado posturas opostas no que diz respeito à atuação política após 2002.

Fotografia 18: Retrato oficial de Procuradora-Geral da República (2007)



Fonte: site oficial RDTL

Pascoela Barreto, após sua atuação incansável durante todos os anos da resistência timorense à anexação indonésia, foi nomeada como a primeira embaixadora timorense em Portugal. Ela conta como foi esse processo:

Pascoela Barreto: Fui responsável [pelas relações diplomáticas em Portugal] até a altura da independência. E depois da independência vim como embaixadora, ao mesmo tempo para Portugal e para a CPLP. Mas eu, na altura, dizia assim: será que eu sou capaz?

Camila Tribess: Mesmo depois de tudo que a senhora fez, ainda achava que não era capaz? [risos]

Pascoela Barreto: Eu lembro-me tão bem, porque eu tinha sempre esse receio, será que eu sou capaz? Eu **não tenho experiência nenhuma de vida diplomática**, será que eu sou capaz? (entrevista, 2022 – grifos meus).

Destaco essa fala de Pascoela pela absoluta incoerência com tudo que ela tinha realizado nos últimos quase 27 anos, desde suas interações com o grupo de estudantes na Casa dos Timores em 1975 até o ano da restauração da independência, em 2002. Ela simplesmente não percebia todo o trabalho realizado por ela – com partidos, organizações, ministérios, governos e até nas Nações Unidas – como diplomático. Assim, quando finalmente foi nomeada, de forma oficial, como embaixadora timorense em Portugal, algo que já era de fato há anos, foi tomada pela insegurança de ser uma mulher atuando oficialmente num cargo político, no qual tinha experiência de anos, mas não se sentia qualificada para exercer.

A fala de Pascoela é a materialização dos mecanismos estruturais que afastam as mulheres desses espaços de poder e destaque político, pois mesmo mulheres que atuam de fato no meio político e diplomático não se sentem confiantes o suficiente para disputarem os cargos mais prestigiados. Por sua competência e dedicação, Pascoela não só atuou em Portugal, como depois foi nomeada embaixadora em outros países e finalizou sua carreira diplomática como embaixadora no Vietnã, entre 2017 e 2021.

Em Portugal, Pascoela Barreto foi condecorada com a Ordem do Infante Dom Henrique e com a Ordem da Liberdade, duas comendas extremamente importantes de reconhecimento de sua atuação social e política na sociedade portuguesa. Ela recebeu esse reconhecimento pelos seus trabalhos pela causa timorense e em prol das centenas de jovens timorenses que ela ajudou durante os anos em que esteve à frente da Comissão Interministerial para apoio a Timor-Leste. Ela trouxe uma reflexão interessante sobre essas condecorações durante a entrevista:

Pascoela Barreto: Essas duas condecorações foram a minha glória. E depois, pensei assim: "mas eu sou condecorada por Portugal e... em Timor, como é?" e aí eu fiquei assim, eu comecei a questionar.

Camila Tribess: Isso era em qual época? Com Xanana [no governo]?

Pascoela Barreto: Não, não. Na época do Xanana nunca estive, nem com Ramos-Horta. E o Ramos-Horta conheceu bem o meu trabalho. Nunca propuseram. E depois, já no tempo do Taur Matan Ruak [que recebeu as condecorações em Timor-Leste]. Agora, não sei quem propôs [a condecoração em Timor], porque o chefe de gabinete era um dos meus cunhados, o Rui Gomes. Até hoje não sei quem é que propôs pra sermos condecorados, eu e

o meu marido. Não sei se o meu cunhado teve alguma influência nisso ou não. Se a Filomena [Almeida], se a Filó teve alguma influência nisso ou não. A verdade é que nós os dois fomos condecorados. (...) Porque assim, em Portugal eu fiquei muito muito contente, mas no meu país! [expressão de graças] (entrevista, 2022).

Segundo seu relato, foi com essa condecoração em Timor-Leste que ela e seu marido superaram a mágoa que tinham do incidente na cerimônia de independência em 2002. Para ela, esse foi finalmente o momento em que ambos receberam o reconhecimento por tantos anos de trabalho em prol da causa timorense. Seu marido faleceu em 2021, quando ela retornou a Portugal, onde vive até hoje, já não atuando diretamente em cargos públicos ou ligados à diplomacia.

Fotografia 19: Pascoela Barreto (ao centro) em evento de comemoração da Independência de Timor-Leste na embaixada timorense em Portugal (2023)



Fonte: Arquivo pessoal de Pascoela Barreto

Marina Ribeiro Alkatiri também seguiu atuando na diplomacia. Ela conta que quando foi possível retornar para Timor-Leste, em 1999, após o referendo e intervenção da ONU, precisou permanecer em Moçambique, pois já estava designada como representação oficial junto ao governo moçambicano. Sobre isso, ela recorda:

Marina Ribeiro Alkatiri: Eu fui a última a deixar Maputo, porque eu sempre fiquei lá como representação da FRETILIN, então não podia ir, todos foram e eu tive que ficar. Tínhamos lá a casa e a embaixada. Assim que eu voltei pra Timor

só em 2000 e depois tive que voltar outra vez pra Maputo pra ver as coisas.... e o ano que eu fui pra lá pra decidir que ia ficar lá [em Timor], o [Ramos-] Horta me chamou. Eu não queria. Eu tinha falado com o Mari [Alkatiri] e o Mari disse, o Mari era Primeiro Ministro na época, o Mari disse: "não, não, não! Tu fala com ele que eu não quero me meter nisto". [risos] Eu quando cheguei lá [em Timor] era pra ficar, mas depois não, manda-me chamar [pra voltar pra Maputo]. E eu sempre estive ligada à diplomacia, toda a minha vida (entrevista, 2022).

Mesmo com Mari Alkatiri, seu marido, no cargo de Primeiro Ministro, Marina foi designada como embaixadora timorense para Moçambique, posto que ocupou por anos seguidos, até 2014. Ela então foi coordenadora do gabinete de apoio à presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que esteve com Timor-Leste à frente entre 2014 e 2016. Em agosto de 2021, Marina foi nomeada Representante Permanente de Timor-Leste junto à CPLP. Ela contou sobre essa escolha:

Marina Ribeiro Alkatiri: Eram os cinco (países dos PALOP). (...) Eram esses países que nos davam e a gente mandava pra eles. Os cinco tiveram um papel muito importante, por isso que eu aceitei vir ser embaixadora junto da CPLP (...) Eu falei com a família, mas tem que ser alguém que conhece os países da CPLP, o Presidente *Lú-Olo* que disse que precisava de alguém que fale com os nossos irmãos da CPLP, por isso que eu vim (entrevista, 2022).

Sobre essa última nomeação, cargo em que permanece atualmente, ela destaca que aceitou, em grande medida, em respeito e consideração ao apoio que os países da CPLP, em especial dos PALOP, sempre deram à causa timorense.

Fotografia 20: Marina Ribeiro Alkatiri em ato eleitoral (2023)



Fonte: Arquivo pessoal de Marina Ribeiro Alkatiri

Atualmente, essas mulheres estão em um momento de muita predominância masculina na política e na história timorense. Frente a isso, a pesquisadora e ativista Berta Pereira (2021) estabelece o termo *maunbootizmu* para definir essa centralidade em poucas figuras masculinas de poder. Em tradução livre na língua Tétum, *maunbootizmu* seria um neologismo formado dos termos *maun boot*, “irmão mais velho/mais importante” e o sufixo *izmu* que, assim como o sufixo “ismo”, com função semelhante da língua Portuguesa, alusivo à ideologia, destaca a centralidade de poder, algo como “irmão-mais-velho-centrismo”.

Maunbootizmu descreve um conjunto de regras hierárquicas não escritas que surgiram após a independência. Coloca no centro os combatentes masculinos mais velhos da libertação nacional, principalmente aqueles que viveram as dificuldades da ocupação e venceram a luta pela independência, especialmente a geração de 1975. Maunbootizmu permite que homens mais velhos liderem, tomem decisões e influenciem a tomada de decisões. Maunbootizmu também reproduz uma cultura de subordinação, dependência, obediência e passividade. À semelhança de outras ex-colônias, a narrativa do glorioso herói masculino consolidou-se no Timor-Leste independente¹¹³ (Pereira, 2021, p. 2 – tradução livre).

¹¹³ Maunbootizmu describes a set of unwritten hierarchical rules which emerged after independence. It puts older male national liberation fighters, particularly those who lived through the hardships of the occupation and won the fight for independence, especially the 1975 generation, at the centre. Maunbootizmu allows older men to lead, make decisions and influence decision-making. Maunbootizmu

Pereira (2021) pontua essa centralidade em poucas figuras masculinas de poder como um dos maiores desafios para a emancipação das mulheres timorenses e destaca que as políticas de representatividade, trazidas pelos organismos internacionais, não dão conta de superar essa lógica focada em poucos homens, em especial nos que lideraram a luta armada durante as décadas de 1970 e 1980. Esse grupo de homens domina a cena política timorense desde 2002, reproduzindo uma lógica de governo patriarcal e personalista, focada nas histórias heroicas de suas atuações na guerra e apagando uma infinidade de outras narrativas, principalmente as histórias das mulheres.

Assim, apesar da imensa importância da atuação das nossas protagonistas, suas histórias não estão registradas de forma adequada e não recebem o devido reconhecimento histórico. Atualmente, sua participação política não ganha destaque nacional, ao contrário dos homens que atuaram com elas, alguns deles que, inclusive, só se tornaram conhecidos internacionalmente por causa do trabalho árduo dessas mulheres. Eles estão ocupando os cargos mais altos do Estado timorense há mais de 20 anos, enquanto elas tiveram suas histórias e atuações subalternizadas.

5.6 Em síntese: atuação política e diplomática *buibere*

Com este percurso, finalizo a linha de argumento que busquei sustentar até aqui. Neste último capítulo, destaquei a atuação destas mulheres no âmbito político e diplomático, apresentando o trabalho que realizaram durante os anos de guerra e enfatizando seu protagonismo em diversos níveis.

Em primeiro lugar, a atuação fundamental que tiveram para a comunicação com o território que, além de ser um processo importante internamente ao partido, para garantir informações e traçar estratégias, também era fundamental para a mobilização internacional em torno da causa timorense. Assim, receber, decodificar, sistematizar e repassar informações era, ao mesmo tempo, uma função interna e externa, sendo essa comunicação também parte do processo educativo e pedagógico sobre a importância da luta de independência timorense.

also reproduces a culture of subordination, dependency, obedience, and passivity. Similar to other former colonies the narrative of the glorious male hero took foothold in independent Timor-Leste (Pereira, 2021 p. 2).

A segunda atuação foi junto às Nações Unidas, nesse caso, tanto no processo de organização de informações, escrita de discursos, conversas com representantes dos países-membro da ONU e um trabalho de diplomacia de bastidores bastante amplo e exigente, com o qual se alcançou manter a pauta timorense no foco internacional por algum tempo, bem como pressionar politicamente para que ações concretas fossem tomadas em prol da população timorense. Essas ações renderam, inclusive, uma laureação com o Prêmio Nobel da Paz para a causa timorense.

Num terceiro nível de atuação, busquei destacar ações que, juntas, trouxeram muitas contribuições para a luta pela independência e, ao mesmo tempo, foram processos de aprendizado político, divulgação de temas relacionados à independência timorense e ao papel das mulheres nesse contexto. Desde as viagens realizadas pelas protagonistas desta pesquisa, passando pela publicação de livros e brochuras, as entrevistas concedidas aos meios de comunicação internacionais e a organização de eventos que, na prática, viabilizaram a reorganização política dos movimentos de resistência timorense no exílio.

Essa diversidade de atuações demonstra a articulação dessas mulheres, seu imenso potencial de mobilização, bem como o esforço realizado no decorrer dos anos para, por um lado, qualificarem suas próprias atuações, melhorando a sua formação política para atuarem nesses espaços, e, por outro lado, a intencionalidade e organização coletiva que tinham, de forma a garantirem a divulgação da causa timorense e a sustentação das redes de apoio, mesmo nos difíceis anos da década de 1980, em que tinham a impressão de que o assunto sobre Timor-Leste havia sido esquecido no âmbito internacional.

Assim, a pedagogia *Buibere* aqui apresentada se concretizou também na atuação na Frente Diplomática, em que essas mulheres, ao mesmo tempo em que aprendiam a realizar o trabalho diplomático, atuavam de forma a criar redes de solidariedade e colaboração internacional. Essas redes foram amplamente mobilizadas para conscientizar e informar as pessoas, em todos os lugares possíveis, sobre a causa timorense e sobre o lugar fundamental das mulheres nesta luta.

6. IHA PEDAGOGIA BUIBERE, KA LAE¹¹⁴? OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

"(...) o velho crocodilo foi ficando cada vez mais distante e abandonado. O acaso fez com que tivesse passado por ali **uma menina** em busca dos pais, provavelmente engolidos pelo mar. E vendo o velho crocodilo desfeito em lágrimas, e sem distinguir o falso do verdadeiro, aproximou-se do moribundo e perguntou-lhe se precisava de ajuda:

— Leva-me até ao mar. Prometo entregar-te aos teus pais! (...) Pula para o meu dorso! — disse o crocodilo, com voz paternal.

Anoitecera. E, já sem a vigilância de olhos de outros animais e a coberto da distância e da escuridão da noite, que devolvia a cada ser o pior dos seus instintos, ele tencionava comer aquela criança, salgada e temperada pelos ares do mar. (...) Mas as forças do velho sáurio foram-se esgotando na jornada. Não conseguia mover a cauda, nem mesmo uma pata. O corpo que tão bem o tinha servido, na hora em que mais precisava dele, traía-o. Encalhou, no seu trágico destino. Rendido à evidência da morte, quis a grandiosidade. As suas patas alongaram-se e cravaram bem fundo nos corais. O corpo distendeu-se e as placas do dorso ganharam elevação, formando montanhas atapetadas de densas florestas de sândalo. Uma voz surgiu do ainda crocodilo quase terra:

— Sou velho e vou morrer. Tu és linda e habitarás este corpo onde foram enterrados os teus pais. Brevemente chegarão os estrangeiros. Uns príncipes em busca da tua beleza, e outros, mercadores do sândalo.

Quando ouviu o último suspiro do crocodilo, ela respirou fundo como se quisesse dar à luz, e viu o Sol nascer no mar, iluminando a ilha inteira, finalmente livre do pesadelo da noite traiçoeira. E chamou-lhe Timor¹¹⁵ (Luís Cardoso, 2002 – adaptada).

A formação de Timor-Leste está muitas vezes relacionada à lenda do crocodilo, mas, em quase todas as versões, o animal carrega um menino, masculino, em seu dorso até se tornar a ilha. Nessa versão, Luís Cardoso, como faz em alguns de seus livros, traz a imagem feminina, da menina, para protagonizar a história. Assim como aconteceu com as rainhas, *liurai-feto* e com a própria imagem do sagrado, *Maromak*, que era conectada à força de criação feminina, talvez a história do crocodilo também tenha sido aos poucos transformada, para que fosse um homem a ser o primeiro habitante da Ilha-crocodilo, algo que Luís Takas subverte em sua versão.

Essa imagem nos diz muito do que foi analisado nesta pesquisa, qual seja, de como se privilegiou o foco na ação masculina e, aos poucos, o lugar das mulheres na narrativa da construção da nação timorense foi sendo relegado a segundo plano e quase esquecido, ou pior, aprisionado à vitimização dos corpos, fazeres e saberes das mulheres timorenses.

¹¹⁴ Tradução livre da língua Tétum: "Existe uma pedagogia *Buibere*, ou não?"

¹¹⁵ Versão completa publicada na Revista Visão nº 480 de 16 de maio de 2002. Disponível em <https://cedilha.net/timor/dictcrocodilo.html>. Acesso em: 16 jun. 2024. Versão adaptada pela autora.

Para finalizar esse texto, gostaria de explicitar que essa tese se coloca como uma contribuição para questionar esse apagamento da atuação das mulheres timorenses no âmbito político e, a partir do registro e análise da organização desse grupo, propor a conceituação de uma pedagogia *Buibere*. Essa pedagogia se define numa perspectiva ampla, como apontado desde Paulo Freire (2021[1967]; 2021[1968]) e reorganizado na perspectiva decolonial por Catherine Walsh (2013), considerando aspectos educacionais, culturais e políticos. Nesse sentido, a pedagogia não se estabelece apenas no âmbito da educação formal e escolar, mas sim nas diversas dimensões em que as pessoas aprendem no decorrer da vida, seja no âmbito familiar, na educação formal, na dimensão cultural (língua, roupas, costumes, alimentos, músicas, danças etc.), mas especialmente no processo de luta política, em que a organização e reflexão coletiva conduzem a uma compreensão mais aprofundada do mundo, da lógica de poder e das possibilidades de intervenção para a melhoria da vida das pessoas.

Esse processo de aprendizagem na luta acontece de forma dialética, no movimento de aprendizagem e ensino concomitante e contínuo. Assim, as protagonistas desta pesquisa atuaram no que hoje definimos como uma pedagogia decolonial, forjada no cerne dos movimentos de luta política e sempre enfocando o lugar das mulheres nessa luta, buscando garantir a igualdade de direitos. Além disso, reforçaram a necessidade de se entender e ensinar que, sem a garantia dos direitos das mulheres, a independência nunca será efetivada. Por isso, essa pedagogia *Buibere* tem também base feminista, num feminismo intrínseco às experiências de vida e aos contextos desse grupo.

Considerando que os feminismos são diversos e múltiplos, não cabendo em apenas uma proposta, pautada nas experiências ocidentais e do norte global, é importante destacar que são muitas as ações e possibilidades que simplesmente não se encaixam nas categorias do feminismo do norte-ocidental. Sem mencionar a completa impossibilidade, em diversos lugares do mundo, de se utilizar a divisão ontológica entre indivíduo e sociedade, tão cara às teorias ocidentais. Como nos lembram as autoras dos feminismos do sul, ou dos *suis* (Jayawardena, 2016; Hill Collins, 2019; Cunha, 2014) essas mulheres traçaram estratégias de valorização e inclusão de suas companheiras e conterrâneas nos processos educacionais, culturais e políticos. Elas foram também responsáveis por ensinar, em diversos âmbitos, sobre

a causa timorense e os ideais de justiça social e igualdade de gênero que propagavam.

Para explicitar esse processo, e considerando as peculiaridades desse grupo, no primeiro capítulo apresentei o debate acerca do lugar das mulheres nas construções nacionalistas, em especial nos contextos coloniais, em diálogo com autoras como Jayawardena (2016), McClintock (1995) e Yuval-Davis (1997). A partir delas, que trazem uma perspectiva histórica e política do lugar das mulheres nessas disputas de narrativas nacionais, bem como uma contextualização inclusive para o espaço asiático e de outros territórios colonizados, insere-se também as discussões acerca das imagens de controle de Patricia Hill Collins (2019) e os contextos mais específicos acerca da realidade timorense, com as reflexões de Teresa Cunha (2006, 2014), Hanna Loney (2015), Cristalis e Scott (2005) e Jill Jolliffe (1978; 1989) sobre o papel de diversos grupos de mulheres timorenses e suas atuações, seja no contexto de guerrilha, seja como principais vítimas das violências da guerra, mas buscando enfatizar o protagonismo e formas de resistência, contra uma imagem cristalizada de vitimização, muitas vezes propagada por organizações, pesquisadores e mídia em geral.

Nesse sentido, as críticas de Daniel De Lucca (2016) e Gabriela Lopes Batista (2016, 2017) à própria construção das narrativas museológicas timorenses expõe de forma bastante ilustrativa esse movimento, em que a narrativa de construção nacional e a história divulgada sobre a luta pela independência timorense é contada pela ótica masculina, com as mulheres aparecendo de forma muito pontual e, via de regra, como vítimas, apenas.

Para ajudar a demonstrar que esse lugar de vítimas, apesar de existir e ser importante sua denúncia, não é o único que as mulheres ocuparam, e também para destacar a pluralidade de atuação das timorenses em foco nesta pesquisa, apresentei brevemente um resumo da história de vida de cada uma delas, abordando sua origem territorial e familiar, sua socialização primária, como acessaram a educação superior em Portugal e quais caminhos percorreram até iniciarem seu ativismo político, em especial no contexto revolucionário, após abril de 1975.

Essas mulheres têm perfis distintos, origens sociais mais ou menos ligadas à ruralidade timorense, mas todas tiveram a oportunidade ímpar de acessarem estudos superiores, algo bastante novo na década de 1970, até mesmo para os homens timorenses. Dessa forma, busquei explicitar como elas se valeram de uma janela de

oportunidade para se qualificarem academicamente, mas que isso definiu também, em grande medida, seu acesso à formação política e à consequente atuação que tiveram ao longo de todos esses anos.

Nesse sentido, no segundo capítulo, a partir dos conceitos de pensamento de fronteira, elaborado pelo grupo de autores da decolonialidade, em especial Ramón Grosfoguel (2008), e o conceito de zona de contato, de Mary Pratt (1999), apresentei a importância da vivência em Portugal para a formação política das protagonistas dessa pesquisa. Ao experienciar um processo político intenso na metrópole colonial, num lugar de *outsider within* (Hill Collins, 2016), essas mulheres tiveram uma formação política ampla e aprofundada, engajando-se em atos, reuniões, discussões e acessando leituras e informações que eram ainda restritas no território timorense.

Essa vivência se intensifica ainda mais pela organização coletiva concretizada na Casa dos Timores que, como território timorense estruturado em Portugal, viabilizou que essas jovens exercessem já uma liderança política que seria fundamental para suas atuações posteriores. Ali também iniciaram o contato com a realidade das lutas anticoloniais nos territórios africanos de colonização portuguesa que, naquele momento, inspiraram muito a organização e luta timorense. Tal conhecimento viabilizou a formação de redes de solidariedade e alianças políticas, em especial com seus pares dos países africanos, que efetivamente apoiaram a causa timorense nos anos seguintes. Destaco aqui novamente o processo dialético, em que, ao mesmo tempo em que estavam aprendendo sobre os movimentos políticos e compreendendo melhor a luta pela igualdade de direitos, pela valorização das mulheres e pela independência timorense, também estavam construindo com seus colegas as diretrizes do partido, elaborando discussões teóricas e enviando materiais e livros para apoiar as ações que ocorriam concomitantemente no território timorense.

A partir dessas aprendizagens, vivências e ativismos políticos, algumas das mulheres que estavam no grupo de estudantes em Portugal decidem retornar para o território timorense, com o objetivo de contribuir de forma ainda mais efetiva para o processo de organização política, mobilização e educação da população de Timor-Leste. No capítulo três, apresentei as principais ações dessas mulheres no território, principalmente entre agosto e dezembro de 1975, auge da mobilização política que garantiria a resistência timorense contra a anexação indonésia e momento da Proclamação Unilateral de Independência pela FRETILIN. Nesses meses, elas iniciaram a organização institucional das mulheres no partido, com a fundação da

OPMT, atuaram de forma efetiva na escrita de textos no jornal do partido, que tinham como objetivos divulgar os direitos das mulheres e questionar as opressões de gênero impostas tanto pelo colonialismo quanto pelo sistema patriarcal tradicional timorense, bem como atuaram de forma estratégica na coordenação das campanhas de alfabetização e produção de materiais para apoiar as aulas.

Nesse terceiro capítulo, a conexão entre as ideias de pedagogias feministas e decoloniais fica ainda mais evidente, pois demonstrei que elas atuaram efetivamente para ensinarem o que estavam aprendendo, realizando a divulgação das ideias por meio dos textos nos jornais, mobilizando mais mulheres para juntarem-se à luta pela OPMT e seus diversos núcleos, que foram sendo criados nas localidades do interior do país. Além disso, a interação direta com a população mais rural e analfabeta, com a organização das campanhas de alfabetização e a produção das cartilhas de ensino, conectou essas mulheres ao que Antero da Silva (2011) designou como a pedagogia *maubere*, no sentido freiriano de uma pedagogia popular, voltada para a conscientização política embasada nos elementos culturais das pessoas a serem alfabetizadas.

No entanto, a partir do diálogo com autoras como bell hooks (2017), Gloria Anzaldúa (1987) e Maria Lugones (2014), proponho pensar que as reflexões e práticas de pedagogias feministas buscam promover a consciência sobre as questões de gênero entre pessoas e comunidades, para criar um ambiente mais sensível e acolhedor para todas e todos. Essas pedagogias não apenas focam na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mas também na desconstrução de normas sociais que perpetuam desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse sentido, essa atuação no território timorense foi fundamental para mobilizar muitas mulheres para a luta e resistência política, bem como divulgar e disseminar ideais feministas, de forma contextualizada à luta de independência timorense. Esse processo, apesar de ter sido interrompido pelo avanço da guerra e pela morte das principais lideranças, deixou raízes profundas na organização de mulheres da FRETILIN que é até hoje referenciada como base fundante do processo de conscientização política que engajou a população para a luta pela independência. Assim, apresentei nesse terceiro capítulo, em diálogo direto com a prática política deste grupo, a construção da pedagogia *Buibere*, elemento central desta tese.

A partir dessa visão da construção da pedagogia *Buibere*, no capítulo quatro tracei o caminho de outra parte do grupo para a atuação no exílio. As mulheres que, por força das circunstâncias, tornaram-se exiladas a partir de dezembro de 1975, atuaram no âmbito cultural para a divulgação da causa timorense em diversos níveis e espaços. A partir das notícias dispersas sobre a invasão militar indonésia à capital, Díli, em 7 de dezembro de 1975, e as mortes de vários familiares e de algumas de suas companheiras de luta, a necessidade de fortalecimento do grupo que se encontrava no exterior se mostrou iminente. Para isso, elas contaram com as redes de solidariedade formadas com as lideranças dos países africanos, agora independentes, e em especial de Moçambique, apesar de todos os cinco países que tiveram colonização portuguesa terem apoiado de forma irrestrita a luta timorense.

Com isso, o CAF se muda para Moçambique e o grupo novamente se divide. Neste quarto capítulo, destaquei a ação das mulheres que atuaram no âmbito cultural, a partir da discussão acerca das comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2008) e a derivação que Amanda Wise (2004) faz do conceito de nacionalismos de longa distância para o caso timorense. Wise destaca a importância da manutenção de manifestações culturais, em especial da comida e da dança, para a coesão do grupo que estava no exílio na Austrália e para a divulgação da causa timorense. Ainda como ponto de apoio teórico, mobilizei os trabalhos de Teresa Cunha (2006), Daniel de Lucca (2021b) e Marisa Ramos-Gonçalves (2021), acerca das conexões históricas e políticas entre Timor-Leste e Moçambique e as vivências do grupo de timorenses que se reorganizou em Maputo durante os anos de guerra.

A atuação dessas mulheres no âmbito cultural pode ser dividida em três níveis, sendo o primeiro a realização de atividades culturais para divulgação da cultura timorense em Moçambique. Isso foi feito com apresentações da dança tradicional timorense, peças teatrais, produção de comida típica timorense e organização de eventos culturais e, conseqüentemente, da realização de um processo pedagógico por meio da arte e da cultura.

O segundo nível foi a expansão desses eventos culturais para o âmbito internacional, com a participação do grupo de timorenses exilados em eventos culturais de solidariedade e articulação política internacional, em especial os Festivais da Juventude, organizados pelos países de orientação socialista. Essa participação nos Festivais, apesar de conturbada pelas disputas políticas travadas com a Indonésia e a falta de apoio explícito das potências como União Soviética e China, foram

fundamentais para levar Timor-Leste a dialogar com muitos países e divulgar a causa de sua independência para grupos importantes de lideranças dos países participantes desses eventos.

O terceiro nível de atuação demonstra uma máxima dos movimentos feministas de que o plano pessoal é também político. Destaquei a atuação dessas mulheres ao cuidarem da educação e socialização de suas filhas e seus filhos no exílio. Não é algo banal viver em situação de exílio político, sem saber quando ou se poderão voltar ao seu país de origem e, ainda assim, educar seus filhos com a língua materna de sua terra, no caso a língua Tétum, e com valores culturais e políticos fortes o suficiente para que essas jovens, que nasceram e cresceram no exílio, não apenas tenham migrado para Timor-Leste depois da restauração da independência, mas que também atuem de forma ativa na vida política do seu país de origem. Além disso, algumas dessas mulheres também ajudaram na educação e socialização de outras crianças timorenses nascidas no exílio, organizando, por meio de grupos de dança, a convivência desses jovens, o aprendizado da língua e de elementos culturais, bem como a mobilização para que todas essas pessoas, hoje adultas, crescessem com consciência política acerca da importância da causa timorense. Essa atuação explicita uma organização complexa e intencional dessas mulheres, num esforço coletivo de educação política e coesão em torno da luta que abraçaram durante toda a vida.

Finalmente, no capítulo cinco, apresentei a atuação de uma parte desse grupo de mulheres que foi fundamental na parte diplomática da luta timorense. Essa atuação se deu também em diversas esferas e destaquei algumas que julgo serem mais evidentes e de fundamental importância para o desenvolvimento dos processos políticos que levaram à restauração da independência timorense. Em primeiro lugar, a atuação na comunicação do partido, que era fundamental para alimentar de informações as representações timorenses junto a organizações internacionais, partidos e governos aliados, bem como para mobilizar apoio internacional por meio da mídia. Nesse sentido, o uso de transmissões de rádio foi fundamental e a responsabilidade por receber, decodificar, sistematizar e divulgar essas mensagens era das mulheres que acompanhamos na pesquisa. Outro nível de comunicação era pela publicação de entrevistas que elas realizaram junto a revistas e jornais de circulação internacional.

Em segundo lugar, destaquei o trabalho das mulheres junto às Nações Unidas, algo que foi de fundamental importância para manter o tema da independência

timorense em pauta no decorrer de mais de duas décadas de luta. Nesse sentido, problematizo o fato de que, atualmente, é parte da narrativa histórica criada que apenas uma pessoa, um homem, tenha sido o responsável pela manutenção dessa pauta na ONU e, inclusive, o fato de terem sido duas lideranças masculinas a serem laureadas com o Prêmio Nobel da Paz, o que muitas vezes colabora para o apagamento da atuação de diversas pessoas, mulheres e homens, que viabilizaram todo o trabalho político e diplomático realizado.

Em terceiro lugar, apresentei outras formas de atuação diplomática que, mesmo sem reconhecimento oficial de Timor-Leste como país independente, foram ações importantes nos bastidores da política internacional, em busca de apoios estratégicos para a causa. Entre essas atuações, enfatizei as diversas viagens realizadas por essas mulheres que, como representantes diplomáticas, foram recebidas por lideranças internacionais, aprenderam questões delicadas do comportamento e dos vetos impostos às mulheres nesses ambientes e se engajaram com causas importantes e semelhantes às suas, estabelecendo laços de colaboração e solidariedade internacional ainda mais fortes.

Além disso, essa atuação diplomática nos bastidores ocorreu também com a publicação de livros, tanto para a divulgação de ações de liderança da guerrilha interna ao território quanto para a conscientização e a valorização das mulheres timorenses no processo político e militar em curso na época. Tal diplomacia também ocorreu com a participação em eventos e comissões de outros países e governos, com a ajuda aos jovens timorenses que conseguiam sair do território em busca de asilo político e até com a organização de um dos mais importantes eventos de reunião política das lideranças timorenses que se tornou um marco da reorganização política da diáspora, um pouco antes da realização do referendo sobre a independência do país.

6.1 *Ba Ne'βά!*¹¹⁶ Por uma pedagogia *Buibere*

Com a apresentação destes capítulos, trouxe o registro e a análise de muitos dos movimentos realizados por esse grupo de mulheres. Indiquei a forma com que organizaram suas vidas, a partir de uma formação política inicial na Casa dos Timores

¹¹⁶ Tradução livre da língua Tétum: “Vamos para lá!”. Resposta comum dada em Timor-Leste quando se pergunta “*Ba Ne'ebé?*” (vai para onde?), título da introdução dessa tese.

e que foram desenvolvendo no decorrer dos anos, aprimorando suas condutas e gerindo um movimento de atuação política que é, ao mesmo tempo, de divulgação, mobilização, conscientização e educação política. Esse processo ocorreu desde suas próprias formações e de suas filhas e filhos, de suas conterrâneas timorenses e de toda uma gama de grupos sociais e políticos que foram mobilizados desde 1975 em prol da causa timorense. Essa atuação, como demonstrei no decorrer deste texto, foi complexa, intencional, articulada e coletiva, concretizando diversas conquistas para a luta pela independência do país e para a consolidação dos direitos das mulheres timorenses.

A esse movimento coletivo conceituo de pedagogia *Buibere*, como uma atuação ampla de pedagogia decolonial e feminista. Ou seja, um trabalho de ensino e aprendizagem na própria luta social e política que, ao mesmo tempo que transforma a vida das mulheres diretamente envolvidas, mobiliza setores da sociedade timorense e internacional, viabilizando assim a conquista da independência – objetivo primordial dessa luta – mas também o reforço aos direitos de igualdade e emancipação das mulheres timorenses, que sempre esteve no cerne da atuação desse grupo. Como destaquei anteriormente, elas não pensaram de forma separada a Revolução *Maubere* e a igualdade entre os gêneros, mas sim como um movimento integrado, em que só poderia existir uma Revolução *Maubere* se existisse também a garantia da igualdade *Buibere*.

Nesse processo, apresentado aqui pelas histórias de vida de nossas protagonistas, algumas categorias mostraram-se transversais a todas elas e em suas atuações políticas, estando em primeiro lugar o próprio ser mulher nos espaços de atuação e disputa, articulado com o agir político desse grupo. Essa forma de ser mulher e agir politicamente, como argumento nos capítulos apresentados, vem na contramão das narrativas vitimistas, objetificantes e homogeneizadoras, valorizando o lugar de ação, crítica e protagonismo das mulheres do Terceiro Mundo (Jayawardena, 2016), colonizadas (Cunha, 2006) ou subalternas (Spivak, 2014).

Outra categoria importante, articulada com a perspectiva de pedagogia que utilizo, é o movimento dialético de aprender e ensinar na luta, que amplia a noção de pedagogias decoloniais e traz uma visão que abrange esse aprender e ensinar em diversas fases da vida e em instituições diversas, como a família, o partido, o Estado e as organizações internacionais. Tal processo pedagógico ocorre desde a formação

política dessas mulheres, passando pela formação da geração seguinte e de toda uma comunidade timorense e internacional em torno da causa política defendida por elas.

Junto a isso, temos ainda a categoria de redes de solidariedade, em especial entre as mulheres, mas também entre países e grupos políticos envolvidos no processo de descolonização e das lutas por independência e garantia de direitos. Essas redes não apenas apoiaram essas mulheres no momento inicial, mas seguiram sendo reforçadas durante décadas, garantindo os meios de vida, a participação nos eventos internacionais, os laços de amizade e convivência e a troca de informações, ideias e perspectivas políticas que circulavam entre esses grupos.

Essas redes de solidariedade se estabeleceram a partir dessas mulheres que, como é importante a ser destacado, firmaram um senso de coletividade que elas sempre buscam enfatizar. Durante as entrevistas, elas me diziam para eu ir falar com uma ou com outra, pois elas que saberiam me informar melhor sobre o que eu perguntava. Contavam-me o que as suas companheiras tinham feito de importante ou de significativo em suas vidas e se referenciavam de forma respeitosa e com grande admiração, mesmo àquelas com as quais não tinham mais relações pessoais ou que estivessem, inclusive, em campos políticos diferentes. Muitas delas seguiram com fortes laços de amizade no decorrer das décadas de exílio e após o retorno para Timor-Leste independente, e seus filhos e filhas também mantêm relações de amizade, em especial aqueles que nasceram e cresceram juntos, na comunidade timorense em Moçambique.

Importante perceber que as histórias dos homens são contadas com enfoque na ação pessoal, na autobiografia heroica e no plano individual. Em contraste, as narrativas das mulheres são focadas no coletivo, nas histórias do grupo, de como o "nós", plural, atua de forma complementar e constitui a luta política. Além disso, os homens que são considerados líderes políticos citam pouco ou "não se lembram" de citar a atuação das mulheres, enquanto as mulheres citam os homens em suas atuações, mas, em especial, mencionam as suas companheiras de luta.

Ressalto que essa pesquisa e a escrita desta tese só foram possíveis porque, apesar da invisibilização de suas contribuições nas histórias oficiais, esse grupo de mulheres deixou marcas importantes por todos os lugares por que passou, concretizando uma resistência bastante contundente contra esse silenciamento. Ou seja, a própria forma com que essas mulheres contam suas histórias favorece o movimento contrário ao apagamento e ao silenciamento, pois elas destacam as ações

de suas companheiras, inclusive daquelas com as quais não concordam ou que foram mortas na guerra e não estão mais aqui para contarem suas histórias. Essas mulheres se colocam de forma efetiva no movimento para decolonizar e generificar a história nacional timorense.

Além do registro específico da história de vida dessas mulheres, esta pesquisa também fortalece, com mais um ponto de conexão, a rede de histórias de mulheres que contribuíram de formas criativas e corajosas para mudanças políticas e sociais importantíssimas para configurar o mundo como o conhecemos hoje. A partir do espírito que Jayawardena (2016) imprime em seu livro clássico sobre os feminismos e os nacionalismos no então chamado Terceiro Mundo, os movimentos de mulheres por seus direitos e autonomia não são exclusividade do Ocidente e, em muitos casos, eles andaram de mãos dadas com a construção de um ideal de autodeterminação e independência dos países colonizados, juntamente com a formação de partidos e movimentos revolucionários e com o processo de lutas anticoloniais. O caso timorense aqui apresentado, ocorrido já no último quarto do século XX, reforça essa constatação geral, bem como traz o elemento da atuação no exílio dessas mulheres, junto a organizações internacionais, mobilizando redes transnacionais de apoio pela causa, em grande medida organizadas e articuladas por essas mulheres.

Outro ponto que esta tese ajuda a fundamentar faz parte do próprio debate sobre as pedagogias decoloniais e feministas. Além de ampliar a visão do que podemos considerar como pedagogias, abrangendo desde campanhas de alfabetização e a atuação política em partidos e movimentos, algo mais explorado nas literaturas sobre o tema, trago também outras camadas de atuação pedagógica decolonial e feminista. O uso da ideia de maternidade aqui extrapola, e muito, o âmbito privado de uma família nuclear, pois se estabelece no âmbito público e com ideais e ações políticas de uma rede de mulheres que se organizaram e atuaram, com imensa força, para manterem no exílio a cultura, a língua, os costumes e a conexão de uma geração que nasceu fora do território, bem como do próprio grupo de exilados que se manteve ativo em torno do ideal de libertação nacional e da igualdade de gênero, integrando a libertação do povo *Maubere* à igualdade *Buibere*.

Se no espírito dos anos revolucionários da década de 1970, com base nas tradições marxistas mais ortodoxas, era o partido político o único responsável pela educação e formação política das pessoas, nossas protagonistas nos mostraram que os processos de letramento político e atuação para a de(s)colonização dos corpos e

das mentes se dá em muitas dimensões e passa por um processo complexo e dialético de ação coletiva dessas mulheres no decorrer de suas vidas. A pedagogia *Buibere*, como parte das pedagogias decoloniais e feministas, surge nas brechas da luta política, que é organizada em torno de um partido ou de movimentos sociais institucionalizados, mas se concretiza nas vivências, nos diálogos e nas redes formadas para além do plano formal e institucional. Sem se reivindicar como única ou como uma forma exclusiva de aprendizagem e ensino coletivo para a luta pelos direitos femininos e pela autodeterminação dos povos, são as pedagogias tecidas diariamente pelas mulheres que apontam para transformações profundas no ser, no saber e no poder e que viabilizam outras maneiras de viver e de olhar para a realidade.

Com a articulação dessas categorias, em diálogo com as teorias decoloniais e feministas apresentadas, cumpro os objetivos iniciais de registro e análise das histórias tantas vezes invisibilizadas da atuação dessas mulheres. Se elas não são devidamente reconhecidas nos registros e instituições oficiais como as lideranças políticas, articuladoras, diplomatas, educadoras e intelectuais que são, a partir desta pesquisa fica evidente que não é possível pensar de forma completa o processo histórico da independência timorense sem considerar essas mulheres como protagonistas políticas durante todas essas décadas.

Foram elas que mantiveram a ideia de um Timor-Leste independente viva internacionalmente por 24 anos. Sem a manutenção da língua, da cultura e mobilização política que elas garantiram por todos esses anos de exílio, bem como com o processo de educação popular iniciado em 1975 no território, o senso de comunidade e de nação timorense se perderia no tempo e na violência extrema perpetrada pela ocupação indonésia ao território. Assim, fazendo eco com boa parte das análises feministas críticas mais atuais, não basta dizer que considerar o lugar das mulheres é importante, mas sim explicitar, como fiz até aqui, que sem as mulheres, sua diversidade, suas formas de atuação e resistência, as grandes histórias nacionais não são possíveis. Qualquer teoria ou análise que busque explicar o nacionalismo timorense e sua atuação no plano internacional sem colocar a ação dessas mulheres em foco é parcial e absolutamente cega à complexidade imputada por elas ao processo político ocorrido.

A partir do caso timorense aqui explorado, faço o convite para que possamos olhar cada vez mais e com mais atenção e minúcia para essas contribuições, colaborando com o processo de resgate das memórias do trabalho e atuação das

mulheres nos diversos âmbitos. Nessa perspectiva, as teorias e discussões decoloniais e das epistemologias feministas do sul, utilizadas neste trabalho, nos dão um bom embasamento para seguirmos, com olhar atento e crítico, todo movimento que apague, silencie ou invisibilize as mulheres e suas atuações, sejam elas políticas, culturais, educacionais, científicas, artísticas ou quaisquer outras. Que o lugar das mulheres seja garantido em todas as histórias para muito além de coadjuvantes e que mais versões do mito da Ilha-crocodilo tragam a menina e a mulher, que não ficam esperando o príncipe em busca de sua beleza nem os exploradores de sândalo, mas sim que tenham lugar, espaço e possibilidade de construir suas vidas em prol do que acreditam e que possam seguir atuando para consolidar o país pelo qual tanto lutaram.

Esse não é um processo fácil, pois as tensões entre a cultura patriarcal, as imposições internacionais a partir das lógicas das organizações ocidentais com visões e fazeres imperialistas, junto desse processo de apagamento das memórias e das contribuições das mulheres na luta histórica, tensionam ainda mais as possibilidades de reivindicação. No entanto, diversas organizações e grupos de mulheres timorenses, bem como jovens acadêmicas e pesquisadoras, atuam de forma orgânica e questionam o centramento atual do poder político e as narrativas históricas do “*maunbootizmu*” (Pereira, 2021), ou seja, exclusivamente em torno dos “irmãos mais velhos/mais importantes”, em especial daqueles que hoje ocupam os cargos mais altos do país há mais de 20 anos, reproduzindo um modelo de governo excludente, patriarcal e personalista.

No início desta tese, mencionei que tentei ao máximo ser honesta com as falas de minhas interlocutoras, mas que tenho plena consciência de que cada narrativa é única e até mesmo intraduzível. Espero, no entanto, que o panorama geral das histórias aqui contadas e analisadas seja o mais próximo possível do que elas me confiaram e que, acima de tudo, esses registros e análises, bem como a formalização dessa perspectiva a partir do conceito de pedagogia *Buibere*, sirva para que mais pesquisadoras, em especial as jovens pesquisadoras timorenses, apropriem-se das histórias de suas *mana boot sira*¹¹⁷ e se fortaleçam na luta para garantir os direitos de todas as meninas e mulheres timorenses.

¹¹⁷ Em tradução livre da língua Tétum: irmãs mais velhas, mas que também remete às mulheres mais experientes e sábias.

REFERÊNCIAS

- AMAL, Teresa. **Sete Mulheres de Timor** – Feto Timor Nain Hitu. Lisboa: Acção para a Justiça e Paz, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/24378330/Sete_Mulheres_de_Timor_Feto_Timor_Nain_Hitu Acesso em: 16 jun. 2024.
- ANDERSON, Benedict. Imagining East Timor. *In*: ARENA, 4 [1992], republicado por **Lusotopie**, 2001. Disponível em: <http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/anderson.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- ANDERSON, Benedict. Capítulo 9: O censo, o mapa e o museu. *In*: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 226-255, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: The new mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- APOEMA, Keu. **De aprendiz a mestre da palavra**: tornar-se Lia-Na'in nos anos de luta e restauração da independência em Timor-Leste (1975-2002). Tese de doutorado. Belo Horizonte, UFMG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34685>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- ARAÚJO, Abílio. **Autobiografia de Abílio Araújo**: Dato Siri Loe II. Lisboa: Alethea, 2012.
- BALBINO, Viviane R. **Diplomata – Substantivo comum de dois gêneros**. Um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/22800fab-ef46-479e-bdfc-c62211c5ba73/downloads/Diplomata.%20Substantivo%20comum%20de%20dois%20q%C3%AAneros.pdf?ver=1718828227521>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *In*: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. *Modernidade/Colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial*. *In*: **Revista Dados**, vol. 60 no. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BARBEDO MAGALHÃES, Antonio. **Timor-Leste**: interesses internacionais e actores locais (5 volumes). Edições Afrontamento, 2007.
- BARRETO, Pascoela. **Feto rai Timor** – mulheres de Timor. Lisboa: Fundação de Relações Internacionais, 1991. Disponível em AMRT: <https://www.amrt->

ip.tl/arquivo_documentos_detalhe/C43BE788-D3F6-44A2-BC96-1F735402DAC8.

Acesso em: 16 jun. 2024.

BATISTA, Gabriela L. A patrimonialização do sofrimento em Timor-Leste: conexões entre os relatos da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação e o Memorial de Balide. *In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL*, 2016, Porto Alegre. **XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade**, 2016. Disponível em:

https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462106807_ARQUIVO_Artigo-GabrielaLopesBatista.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BATISTA, Gabriela L. **Narrativas da resistência timorese**: o Arquivo e Museu da Resistência Timorese e a construção de uma memória nacional. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UDESC, 2017. Disponível em:

https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2666/gabriela_lopes_batista_final.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BATISTA, Gabriela L.; TRIBESS, Camila; KREIDLORO, Cláudia A.; RAMOS, Etiane S. S.; SANTIAGO, Juliana P.; DINIZ, Vanessa L. Perspectivas e trajetórias de vida: mulheres de Timor-Leste com ensino superior. *In: Timor-Leste: the local, the regional and the global*. Melbourne: Swinburne Press, 2016. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1IkSzgC7-qcE9LH2u_YgdyRIKIV1Tkqm4/view. Acesso em: 16 jun. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *In: Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/abstract/?lang=pt#>.

Acesso em: 16 jun. 2024.

BEVINS, Vincent. **The Jakarta Method**: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world. Public affairs, 2020.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012 [1974].

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BROYELLE, Claudie. **La mitad del cielo**: El movimiento de liberación de las mujeres en China. Madri: Ediciones dos cuadrados, 2021.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Introdução. *In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo, Unesp: 2009.

CABASSET-SEMEDO, Christine; DURAND, Frédéric (Eds.). East-Timor: How to build a new nation in Southeast Asia in the 21st century? *In: Carnet de l'Irasec/Occasional Paper*, n°9, 2009. Disponível em:

<https://books.openedition.org/irasec/648>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CABRAL, Estêvão; MARTIN-JONES, Marilyn. Discourses about adult literacy and about liberation interwoven: recollections of the adult 342 literacy campaign initiated in 1974/5. *In*: LEACH, Michael *et al* (orgs.). **New Research on Timor-Leste**, TLSA Conference. Melbourne: Swinburne Press, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dKtdamXFatiTkqODTHZG_Eqq8wKaSH8T/view. Acesso em: 16 jun. 2024.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. **Superar um sistema social**. Ano 8, n. 80, julho de 1985. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/211>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CALAFATE RIBEIRO, Margarida. Para além da memória da Casa dos Estudantes do Império. *In*: CASTELO, Claudia; JERÓNIMO, Miguel B. (org). **Casa dos Estudantes do Império: dinâmicas coloniais, conexões transnacionais**. Lisboa: Edições 70, 2017.

CANAS MENDES, Nuno. A construção do nacionalismo timorense. *In*: MARQUES GUEDES, Armando; CANAS MENDES, Nuno. **Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Diplomático, 2005.

CARRASCALÃO, Mário. **Timor antes do futuro**. 1. ed. Díli: Livraria Mau Huran, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem** – a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVARINO, Antonio. Carta de esclarecimento da Casa dos Timores. *In*: **Fundação Mário Soares**. Lisboa: Documento original, 14 de jun. de 1974. Digitalizado. Disponível no arquivo Casa Comum: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11008.048#!2>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CASIMIRO, Isabel. Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. **Coleção Brasil & África**. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. *In*: 7º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, n. 9, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CASTELO, Claudia; JERÓNIMO, Miguel B. (org). **Casa dos Estudantes do Império: dinâmicas coloniais, conexões transnacionais**. Lisboa: Edições 70, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El Giro Decolonial**. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:**

eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: Perspectivas Latino-Americanas, Colección Sur Sur, 2005.

CAVR - Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação. **Relatório CHEGA!**. 5 volumes. Díli, 2005. Disponível em: <http://www.cavr-timorleste.org/po/home.htm>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Editora Veneta, 2020.

CHAGURI, Mariana M; PANIZ, Flávia X. M. *Women's war: gender activism in the vietnam war and in the wars for kurdish autonomy*. In: **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro, v. 9, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/3B5HbL46Rjx4TySvqprMc9d/abstract/?lang=en>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CHAGURI, Mariana M. Jornalistas, escritoras e ativistas: alianças internacionais de mulheres durante a Guerra do Vietnã (1954-1975). In: **Cadernos Pagu**, n. 64, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/56TJzFqXVcQPzTr3z7mDWbx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa. **Arquitetura timorense**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Museu de Etnologia, 1987.

CLACSO. **Pedagogías descolonizadoras**: formación en el trabajo en los movimientos Sociales. GUELMAN, Anahí; PALUMBO, MARÍA Mercedes (eds.) Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

COSTA, Luís. **Borja da Costa**: seleção de poemas. Lisboa: Lidel; 2009.

COUTINHO, Ângela. **Os sócios cabo-verdianos e guineenses da Casa dos Estudantes do Império**: socialização e trajetórias políticas. In: CASTELO, Claudia; JERÓNIMO, Miguel B. (org). **Casa dos Estudantes do Império**: dinâmicas coloniais, conexões transnacionais. Lisboa: Edições 70, 2017.

CRISTALIS, Irena; Scott, Catherine. **Independent women**: The story of women's activism in East Timor. Catholic Institute for International Relations, 2005.

CUNHA, Teresa. **As vozes das mulheres de Timor-Leste**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

CUNHA, Teresa. As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, 2012. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33428>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CUNHA, Teresa. **Never Trust Sindarela**. Feminismos, Pós-Colonialismos, Moçambique e Timor-Leste. Coimbra: CES, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/43486/1/Never%20trust%20Sindarela.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DA SILVA, Antero B. Amílcar Cabral's pedagogy of liberation struggle and his influence on FRETILIN 1975-1978. *In*: LEACH, Michael. *et al* (eds.) **Understanding Timor-Leste**: TLSA Conference. Melbourne: Swinburne University Press, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17M1aWYK0q-tka1mXsVLwCVerTwcLAsMQ/view>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DA SILVA, Antero B. **FRETILIN popular education 1973-1978 and its relevance to Timor-Leste today**. Tese de doutorado. University of New England, 2011. Disponível em: <https://rune.une.edu.au/web/handle/1959.11/11405>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DE LUCCA, Daniel. **A timorização do passado**: nação, imaginação e produção da História em Timor-Leste. Tese de Doutorado. Unicamp, Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/975980>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DE LUCCA, Daniel. Moçambique em Timor e Timor em Moçambique: diáspora, guerra e revolução nas margens do Índico. *In*: SEMINÁRIO ÁFRICA NA FFLCH. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39191109/Mo%C3%A7ambique_em_Timor_e_Timor_em_Mo%C3%A7ambique_d%C3%A1spora_guerra_e_revolu%C3%A7%C3%A3o_nas_margens_do_%C3%ADndico. Acesso em: 16 jun. 2024.

DE LUCCA, Daniel. **A timorização do passado**: nação, imaginação e produção da História em Timor-Leste. Salvador: EDUFBA, 2021a.

DE LUCCA, Daniel. Memórias da Diáspora no Índico: trajetórias da resistência timorense em Moçambique. *In*: PEREIRA, Zélia; LONEY, Hannah; LEACH, Michael; *et al* (org.). **A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste**. TLSA Portugal, v. II. Coimbra/ Lisboa/ Díli/ Melbourne: Timor-Leste Studies Association - Portugal, 2021b. Disponível em: <https://2020.tlsa.pt/images/uploads/volume2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DE LUCCA, Daniel. Timor-Leste na Cadernos do Terceiro Mundo: imprensa, exílio e imaginação geopolítica no Sul Global. *In*: PEREIRA, Zélia; LONEY, Hannah; LEACH, Michael; *et al* (org.). **A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste**. TLSA Portugal, v. II. Coimbra/ Lisboa/ Díli/ Melbourne: Timor-Leste Studies Association – Portugal, 2021c. Disponível em: <https://2020.tlsa.pt/images/uploads/volume2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DURAND, Frédéric. **História de Timor-Leste**, da pré-história à actualidade. Lisboa: Lidel, 2009.

DURAND, Frédéric. **Timor-Leste e o mundo**. Díli: Editions Arkuiris, 2012.

ESPIÑEIRA GONZÁLEZ, Maria Victória. Cultura Política (verbete). *In: SOUZA et al. Dicionário das eleições*. Curitiba: Juruá, pp. 218-221, 2020.

ESPIÑEIRA GONZÁLEZ, Maria Victória; DANILO UZÊDA, Cruz. Enfrentando a colonialidade do poder: essencialismo, multiculturalismo e tolerância na construção da representação política. *In: REGATIERI, Ricardo Pagliuso; OLIVEIRA, Lucas Amaral de. (orgs.). Teoria social e desafios pós-coloniais*. Salvador: EDUFBA, 2024.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação**: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo. Florianópolis: UFSC, 2006.

FERRAREZ DE ALMEIDA, Angélica. Rompendo o labirinto do esquecimento: redes de poder e emancipação feminina em Tia Dodô da Portela. *In: Amérique Latine Histoire et Mémoire*. Les Cahiers ALHIM 41, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/alhim/9430>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FIGUEIREDO, Ângela; ALVES FURTADO, Cláudio. Elites negras. *In: SANSONE, Livio; ALVES FURTADO, Cláudio (org.). Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.

FLICK, Uwe. **An Introduction to Qualitative Research**. SAGE, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021[1967].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021[1968].

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021[1977].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021[1992].

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021[1993].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021[1996].

FRETILIN. **Manual e Programa Político**. Arquivo Biblioteca Maubere. Díli, Timor-Leste, 1974. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05005.002>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FRETILIN. **Jornal do Povo Maubere**. Arquivo Biblioteca Maubere. Díli: FRETILIN vol 1 a 10, set-nov 1975. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B7MzvCDrgtrveFI0cW5wYlZCZEE?resourcekey=0-XIDiv8Uk6yCWO1Supq03EQ&usp=sharing>. Acesso em: 16 jun. 2024.

GARCIA NOGUEIRA, Silvia; NOGUEIRA DA SILVA, Renata. A Casa timorense e os estudantes do Timor-Leste no exterior. *In: Século XXI*, Revista de Ciências Sociais,

v.8, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/37530>. Acesso em: 16 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Série Educadores**. Attilio Monasta (ed.). Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 16 jun. 2024.

GUNN, Geoffrey. **Timor Loro Sae** – 500 anos. Lisboa: Fundação Oriente, 1999.

GUPTA, Pamila. Portuguese Decolonization in the Indian Ocean World: History and Ethnography. *In: The American Historical Review*, 125 (3), 1125–1126, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/125/3/1125/5864338?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 16 jun. 2024.

GUTERRES, Fátima. **Timor, paraíso violentado**. Lisboa: Lidel, 2014.

HÄGERDAL, Hans. Cycles of Queenship on Timor: A Response to Douglas Kammen. *In: Archipel*, volume 85, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/arch.2013.4394>. Acesso em 16 jun. 2024.

HÄGERDAL, Hans; KAMMEN, Douglas. The lost queens of Timor. *In: NINER, Sara* (org.). **Women and the politics of gender in post-conflict Timor-Leste**: Between heaven and earth. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2017. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315657387-3/lost-queens-timor-hans-h%C3%A4gerdal-douglas-kammen>. Acesso em: 16 jun. 2024.]

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In: Cadernos Pagu*, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 16 jun. 2024.

HEARMAN, Vannessa; LONEY, Hannah; RAMOS GONÇALVES, Marisa; LEACH, Michael. (eds.) **The Santa Cruz Massacre, 1991: Thirty Years On**. Hawthorn: Swinburne University of Technology, 2023. Disponível em: <https://tlstudies.org/publications/tlsa-international-symposium-2021/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

HEYMANN, Luciana Q. **De 'arquivo pessoal' a 'patrimônio nacional'**: reflexões acerca da produção de 'legados'. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana Q. A invisibilidade dos arquivos femininos: entrevista com Luciana Quillet Heymann (Entrevista feita por Cristiane d'Ávila). *In: Café História* – história feita com cliques. 16 de março de 2020. Disponível em:

<https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heyman/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

HICKS, David. **Rhetoric and the decolonization and recolonization of East Timor**. Routledge, 2014.

HILL COLLINS, Patricia. Toward a new vision: Race, class, and gender as categories of analysis and connection. *In: Race, Sex & Class*, vol. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41680038>. Acesso em: 16 jun. 2024.

HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *In: Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, Janeiro/Abril, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jun. 2024.

HILL COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

HILL, Helen; CAPIZZI, Elaine; MACEY, Dave. FRETILIN and the struggle for independence in East Timor. *In: Race Class*, n. 17, 1976. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/030639687601700403>. Acesso em: 16 jun. 2024.

HILL, Hellen. **The Timor Story**. Timor Information Service, 1976.

HILL, Helen. Timor: The Politics of conscience. *In: Arena Magazine*, n. 46. Victoria University, 1977.

HILL, Helen. **FRETILIN**: The origins, ideologies and strategies of a nationalist movement in East Timor. Dissertação de mestrado. Monash University, 1978.

Disponível em:

https://bridges.monash.edu/articles/thesis/Fretilin_the_origins_ideologies_and_strategies_of_a_nationalist_movement_in_East_Timor/19530016. Acesso em: 16 jun.

2024.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

INGRAM, Sue. Building the wrong peace: Reviewing the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) through a political settlement lens. *In: Political Science*, n. 64, v. 1, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/0032318712442918>. Acesso em: 16 jun. 2024.

JAYAWARDENA, Kumari. **Feminism and Nationalism in the Third World**. Nova Iorque e Londres: Verso Books, 2016.

JOLLIFFE, Jill. **East Timor, Nationalism and Colonialism**. St Lucia: University of Queensland Press, 1978.

- JOLLIFFE, Jill. **Timor Terra Sangrenta**. Lisboa: Edições O Jornal, 1989.
- KAMMEN, Douglas. Queens of Timor. *In: Archipel*, n. 84, 2012. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arch_0044-8613_2012_num_84_1_4367. Acesso em: 16 jun. 2024.
- KAPLAN, Caren; ALARCON, Norma; MOALLEM, Mino (Eds.). **Between Woman and Nation: Nationalisms, Transnational Feminisms, and the State**. Duke University, 1999.
- KENT, Lia; KINSELLA, Naomi. A Luta Continua (The Struggle Continues): the marginalization of east timorese women within the veterans' valorization scheme. *In: International Feminist Journal of Politics*, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14616742.2014.913383>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- KOHEN, Arnold. **From the place of the dead: the epic struggles of Bishop Belo of East Timor**. St Martin Press, 2000.
- KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista Géneros y educación popular**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/hacia-una-pedagogia-feminista.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- LAFER, Celso. *A ONU e os direitos humanos*. In **Dossiê ONU e a paz. Revista Estudos avançados**, n. 9 (25). Dez, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300014>. Acesso em 16 jun. 2024.
- LEACH, Michael. Valorising the resistance: national identity and collective memory in East Timor's constitution. *In: Social Alternatives*, v. 21, n. 3, 2002.
- LEACH, Michael. Difficult memories: the independence struggle as cultural heritage in East Timor. *In: LOGAN, W.; REEVES, K. (orgs.) Places of pain and shame: dealing with 'Difficult Heritage'*. Londres: Routledge, 2009.
- LEACH, Michael. Writing History in post-conflict Timor-Leste. *In: LEACH, Michael; CANAS MENDES, Nuno. DA SILVA, Antero B. et al. Hatene kona ba/Comprender/Understanding/Mengerti Timor-Leste*. Hawthorn: Swinburne Press: 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hGllko1_zlgrSFxQ1gm1pDL3ncli70Fv/view. Acesso em: 16 jun. 2024.
- LEACH, Michael. Helen Hill's contribution to the understanding of early East Timorese nationalism 1974-1975. *In: LONEY, Hannah; DA SILVA, Antero B.; CANAS MENDES, Nuno et al (orgs.). Understanding Timor-Leste Conference*. Swinburne Press, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1iztJ_VPa_vf_6vB9f0fvUf8FHEeJOlg/view. Acesso em: 16 jun. 2024.
- LEACH, Michael. The FRETILIN literacy manual of 1974-75: an exploration of early nationalist themes. *In: LEACH, Michael et al. (orgs.). Timor-Leste: the local, the regional and the global*. Melbourne: Swinburne Press, 2016. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1Cgq_L99IULAdGTTWvDuw90H7EwgxhNe/view. Acesso em: 16 jun. 2024.

LEACH, Michael. **Nation Building and National Identity in Timor-Leste**. Nova Iorque: Routledge, 2017.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**: a doutrina marxista do estado e a tarefa do proletariado na revolução. São Paulo: Global, 1987.

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. *In: Revista Organizações & Sociedade*, n. 29, pp. 100-124, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/WHKvtBPXBzqfLWTgf5fmc3k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LIMA DE FARIA, Margarida; BOAVIDA, Sara. Os associados da Casa dos Estudantes do Império: breve análise sociográfica. *In: CASTELO, Cláudia; JERÓNIMO, Miguel B. (org). Casa dos Estudantes do Império: dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*. Lisboa: Edições 70, 2017.

LIMA, Fernando. **Timor**: da guerra do Pacífico à desanexação. Macau: Suma Oriental, 2002.

LONEY, Hannah. **Women and Resistance in East Timor**. Tese de doutorado. University of Melbourne, 2010.

LONEY, Hannah. Women's Activism in Timor-Leste: A Case Study on Fighting Women. *In: LEACH, Michael; CANAS MENDES, Nuno; DA SILVA, Antero et al (orgs.). New research on Timor-Leste*, v. I. Hawthorn: Swinburne Press, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PMWGra5zRMzkQc9cTsbZK1FYHZH7OJzl/view>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LONEY, Hannah. 'The target of a double exploitation': gender and nationalism in Portuguese Timor, 1974-75. *In: Intersections: Gender and sexuality in Asia and the Pacific*, issue 37, 2015. Disponível em: <http://intersections.anu.edu.au/issue37/loney.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LONEY, Hannah. East Timorese women, international networks, and the women's human rights movement. *In: Women's History Review*, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09612025.2019.1650995>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LUGHOD, Abu. Educating a Community in Exile: The Palestinian Experience. *In: Journal of Palestine Studies*, v. 2, n. 3, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2535750>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *In: Estudos Feministas*, n. 22(3): 320. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MACEDO, Eunice. Pedagogia freiriana e pedagogias feministas: (des)encontros e diálogos (im)possíveis?. *In: Ideação - Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*, v. 23, n.1, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/26306>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MACHEL, Samora. **Mensagem ao Povo de Moçambique** - por Ocasão da Tomada de Posse do Governo de Transição. Porto: Tipografia Nunes, 20 de setembro de 1974.

MACHEL, Samora. A esperança de liberdade. *In: Mozambique History Net*, 1977. Disponível em: https://www.mozambiquehistory.net/smm_discursos_1977.php. Acesso em: 16 jun. 2024.

MACQUEEN, Norrie. United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET). *In: JOACHIM, A. et al (eds), The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford Academic, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199686049.013.58>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MARGARIDO, Alfredo. Projectos e limites da CEI. *In: Revista Discursos*, n. 9, 1995. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4334>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MARTINS, Helder. **A casa dos estudantes do império**: subsídios para a história de seu período mais decisivo (1953-1961). Lisboa: Caminho, 2017.

MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política**. Lisboa, 1ª. edição: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. Disponível em: https://www.uccla.pt/sites/default/files/a_casa_dos_estudantes.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

MATEUS, Dalila C. **A luta pela independência**: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.

MATTOSO, José. **A Dignidade**: Konis Santana e a Resistência Timorense. Lisboa: Fundação Mario Soares; 2005.

MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. *In: HAMILTON, Carolyn; HARRIS, Verne; et al (Orgs.). Refiguring the archive*. Londres: Kluwer Academic Publishers, 2002.

MCCLINTOCK, Anne. Family Feuds: Gender, Nationalism and the Family. *In: Feminist Review*, n. 44, 1993. Disponível em: https://dept.english.wisc.edu/amcclintock/writing/Family_article.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

MCCLINTOCK, Anne. 'No longer in a future heaven': gender, race and nationalism. *In: MCCLINTOCK, Anne; MUFTI, Aamir; SHOHAT, Ella (eds.). Dangerous Liaisons: gender, nation and postcolonial perspectives*. University Of Minnesota Press, 1995.

MESSAK, Matheos. Elite FRETILIN 1970-an: Antara Pendidikan Jesuit, Turunan Deportados, African Connection, dan Semangat 'the Sixties'. *In: Satu Timor*, 17 de maio de 2014. Disponível em: <https://satutimor.wordpress.com/2014/05/17/elite-fretilin-1970-an-antara-pendidikan-jesuit-turunan-para-mestico-african-connection-dan-semangat-the-sixties/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, Walter; LUGONES, Maria; Jimenez-Lucena, Isabel; Tlostanova, Madina. **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONDLANE, Eduardo. FRELIMO (ed.). **A Voz da Revolução - O Processo Revolucionário da Guerra Popular de Libertação: Artigos Coligidos do Órgão de Informação da FRELIMO**. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1977.

MOURA, Inácio. Camarada Bi-Bere. *In: Jornal do Povo Maubere*. Arquivo Biblioteca Maubere. Díli: FRETILIN, 04 out. 1975. Disponível em: <http://www.casacomum.org.br/acervo> Acesso em: 16 jun. 2024.

NINER, Sarah. A long journey of resistance: the origins and struggle of CNRT. *In: TANTER, R., SELDEN, M., SHALOM, S. (orgs.). Bitter Flowers, Sweet Flowers – East Timor, Indonesia and the World Community*. Boston: Pluto Press, 2001.

NINER, Sara (ed.). **Women and the politics of gender in post-conflict Timor-Leste**. Women in Asia Series'. Londres: Routledge Publishing, 2016.

Niner, Sarah. *Veterans and Heroes: The Militarised Male Elite in Timor-Leste*. In **The Asia Pacific Journal of Anthropology**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14442213.2019.1711152>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OCHOA, Luz Maria. **El sueño y la práctica de si**. Pedagogía feminista. Dissertação de mestrado. Cidade do México: Colégio de Mexico, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/t722h898d?locale=es>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre Timor-Leste**. UNTAET/ONU, 2000. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/ar/mission/past/etimor/untaetPU/ETupdateAP.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OPMT – ORGANIZAÇÃO POPULAR DA MULHER TIMOR. **Buibere Hamriik Ukun Rasik An: Istória kona-ba Feto iha Luta Libertasaun Nasionál**. Díli: OPMT/FRETILIN, 2020.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

PAULINO, Vicente. A imprensa católica Seara e a tradição timorense: 1949-1973. In: SILVA, Kelly; SOUZA, Lúcio (org.), **Ita Maun Alin...** O livro do irmão mais novo – afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

PEREIRA, Berta Antonieta Tilman. **Women of Timor-Leste**: Unyielding in the fight against oppression and violence. Stiftung Asienhaus/ Laohamutuk, 2020. Disponível em:

https://www.laohamutuk.org/Justice/gender/Blickwechsel_WomenTLAug2020en.pdf.

Acesso em: 16 jun. 2024.

PEREIRA, Berta Antonieta Tilman. Women's Emancipation and Maunbootizmu. In: **Watch Indonesia!** Für Menschenrechte, Demokratie und Umwelt in Indonesien und Osttimor e.V., 2021. Disponível em: <https://www.watchindonesia.de/wp-content/uploads/Berta-Antonieta-Tilman-Pereira.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PEREIRA, Berta Antonieta Tilman. How can Timor-Leste create an economy that cares for both women and the environment? In: **UNWoman Asia and Pacific**, 22 de Janeiro de 2022. Disponível em: <https://asiapacific.unwomen.org/en/news-and-events/in-focus/youth-voice/2020/berta-antonieta-tilman-pereira>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PEREIRA, Zélia; FEIJÓ, Rui. **Timor-Leste's Long Road to Independence**: Transnational Perspectives. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2023.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9 n. 18, agosto de 1989.

PINTO, Constâncio; JARDINE, Matthew. **East Timor's unfinished struggle** - inside the timorese resistance. Boston: South End Press, 1997.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol 2, n. 3, 1989.

POWELL, Sian. UN verdict on East Timor. In: **The Australian**. Jakarta, janeiro de 2006. Disponível em: <https://gsp.yale.edu/sites/default/files/files/UN%20verdict%20on%20East%20Timor.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PUGLIESE, Nastassja. **Nísia Floresta**: Elements on Women in the History of Philosophy. Cambridge, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/elements/abs/nisia-floresta/58146A0DA7E0C82BBC528F0ACB6B979F>. Acesso em: 16 jun. 2024.

QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *In: Crítica Marxista*, ano 11, 2000. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=11&numero_revista=11. Acesso em: 16 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In: Journal of World-Systems Research*, v. 1, 2, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 16 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

RAMOS GONÇALVES, Marisa. Contested histories and solidarities from the South: the East Timorese diaspora in Mozambique (1975-1999). *In: HEARMAN, Vanessa; RAMOS GONÇALVES, Marisa; WEBSTER, David (org.). Remembering the past, building the future: New ways of seeing Timor-Leste*. TLSA Portugal, Volume V. Coimbra/ Lisboa/ Díli/ Melbourne: Timor-Leste Studies Association, 2021a. Disponível em: <https://2020.tlsa.pt/images/uploads/volume5.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RAMOS GONÇALVES, Marisa. Solidariedades através do Índico - histórias e trajetórias da frente externa Timorense em Moçambique durante a ocupação indonésia. *In: PEREIRA, Zélia; LONEY, Hannah; LEACH, Michael et al (org.). A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste*. TLSA Portugal, Volume II. Coimbra/ Lisboa/ Díli/ Melbourne: Timor-Leste Studies Association – Portugal, 2021b. Disponível em: <https://2020.tlsa.pt/images/uploads/volume2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RAMOS-HORTA, José. Mau Bere, meu irmão, levanta-te. *In: Jornal A voz de Timor*, 1974. Disponível em: <https://kiakilir.blogspot.com/2013/01/mau-bere-meu-irmao-levanta-te.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RAMOS-HORTA, José. **Words of Hope in Troubled Times: Selected Speeches and Writings of José Ramos-Horta**. Longueville Media, 2018.

RDTL – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. **Constituição da República**. Díli: Imprensa oficial, 2002. Disponível em: https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

RDTL – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. **Timor-Leste em números**. Díli: Direcção Geral de Estatística, 2015. Disponível em: <https://www.laohamutuk.org/DVD/DGS/TLFigures2015.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RIBEIRO SANCHES, Manuela (org.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012.

RIBEIRO SANCHES, Manuela. Viagens de textos. Descolonização da Europa. *In*: CASTELO, Cláudia; JERÓNIMO, Miguel B. (org). **Casa dos Estudantes do Império**: dinâmicas coloniais, conexões transnacionais. Lisboa: Edições 70, 2017.

RIESSMAN, Catherine K. Narrative Analysis. *In*: **Narrative, Memory & Everyday Life**. University of Huddersfield, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **Women in Class Society**. Nova Iorque, Londres: Monthly Review Press, 1978.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. Traveling Theory. *In*: SAID, Edward. **The World, the Text, and the Critic**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1983.

SAID, Edward. Travelling Theory Reconsidered. *In*: SAID, Edward. **Reflections on exile and other essays**. Harvard University Press, 2001.

SANKARA, Thomas. **Women's liberation and the African freedom struggles**. Pathfinder Press, 2007 [1985].

SANTOS, Amanda Carneiro. **Lute como uma mulher**: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1985). Dissertação de mestrado. Curso de História. São Paulo: USP, 2018. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13052019-113230/pt-br.php>.

Acesso em: 14 jun. 2024.

SCHLICHER, Monika. Solidarity with Timor-Leste in Germany: contribution throughout the years from a personal point of view. *In*: PEREIRA, Zélia; Loney, HANNA; Leach, Michael *et al* (orgs.). **A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste | The National Liberation Struggle of Timor-Leste**. TLSA Portugal, v. II, 2021. Disponível em: <https://2020.tlsa.pt/images/uploads/volume2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Kelly. Riqueza ou preço da noiva? Regimes morais em disputa nas negociações de casamento entre elites urbanas timorenses. *In*: TRAJANO FILHO, W. **Lugares, pessoas e grupos**: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Editora Athalaia, 2010.

SILVA, Kelly. **As nações desunidas**. Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, Kelly. O governo da e pela kultura. Complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste. *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 104, p. 123-150, 2014a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5727>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Kelly. Marriage exchanges, colonial fantasies and the production of East Timor indigenous socialities in the 1970s Dili. *In*: LEACH, Michael *et al* (orgs.). **Understanding Timor-Leste**. TLSA Conference, 2014b. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/19EcqGIRaeWP_T3ZxZdF1WMtII DxbaVss/view.

Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Kelly (org.). **Performing Modernities: Pedagogies and Technologies in the Making of Contemporary Timor-Leste**. Rio de Janeiro: ABA Publications, 2020.

SILVA, Kelly; Simião, Daniel. **Timor-Leste por trás do palco** – cooperação internacional e a dialética da formação do Estado, Belo Horizonte: Humanitas/UFMG; 2007.

SIMIÃO, Daniel. **As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

SOUSA, Lúcio M. Da destruição à patrimonialização: passado e presente das uma-lulik (casas sagradas de Timor-Leste). *In*: MONTEIRO, Catarina; SARMENTO, Clara; HASPARYK, Gisela (coord.). **Viagens intemporais pelo saber: mapas, redes e histórias**. Porto: CEI, 2017. Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6830>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton University Press, 2009. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/j.ctt7rtrq>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SWORD GUSMÃO, Kirsty; GUSMÃO, Xanana A. **Muki Rosa Bonaparte Soares nia diáriu**. Malbourne: Rotary, 2017.

SYLVAN, Fernando. Como vive, morre e ressuscita o povo de Timor. *In*: COLÓQUIO DE ETNOGRAFIA COMPARADA, 1983. **Actas do Congresso Internacional de Etnografia**, vol. IV.

SYLVAN, Fernando. O passado e o futuro da palavra Maubere. *In*: IV JORNADAS DE TIMOR-LESTE. Universidade do Porto, abril de 1992. Disponível em:

<http://videos.sapo.pt/eiTszouZLPgv02teBG9Z>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMAZ, Luís Filipe. **Babel Lorosa'e: O problema linguístico de Timor-Leste**. Lisboa, Instituto Camões, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe. **País dos Belos** – Acheegas para a compreensão De Timor-Leste. Macau, Fundação Oriente, 2008.

THOMPSON, Paul. **Voice of the Past: Oral History**. University of Essex, 2000.

TRIBESS, Camila. A transformação do termo "maubere" na perspectiva do giro decolonial. *In*: SILVA, Kelly *et al* (org.). **Rupturas, Continuidades e Novas Sínteses em Timor-Leste: Anais da 1ª Conferência TLSA Brasil**. Belo Horizonte, Brasil: Casa Apoema, 2019. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/145qInx_tpnZ5jA4MWggK6W1yfuOVMHgg/view.

Acesso em: 16 jun. 2024.

TRIBESS, Camila. Solidariedade feminina na luta anticolonial - de Timor-Leste a Moçambique. *In*: PEREIRA, Zélia; LONEY, Hannah; LEACH, Michael; WEBSTER, David; FEIJÓ, Rui G. (org.). **A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste**. TLSA Portugal, Volume II. Coimbra/ Lisboa/ Díli/ Melbourne: Timor-Leste Studies Association - Portugal, 2021. Disponível em:

<https://2020.tlsa.pt/images/uploads/volume2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TRIBESS, Camila. Casas feitas de ideias: o legado da Casa dos Estudantes do Império para a luta timorense. *In*: **Revista Oriente**, v. 1, p. 9-18, 2022.

TRINDADE, Josh. Lulik: o núcleo dos valores timorenses. *In*: PAULINO, Vicente; APOEMA, Keu (Orgs.). **Tradições Oraís de Timor-Leste**. Belo Horizonte/Díli: Casa Apoema/Universidade Nacional Timor Lorosa'e, 2016.

VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**: entre harmonia e contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I e II. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WEBSTER, David. **Challenge the Strong Wind**: Canada and East Timor, 1975–99. UBC press, 2020.

WISE, Amanda. Nation, Transnation, Diaspora: Locating East Timorese Long-distance Nationalism. *In*: SOJOURN, vol. 19, N. 2, p.151-180, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41308170>. Acesso em: 16 jun. 2024.

XIMENES BELO, Dom Carlos Filipe. **Os Antigos Reinos de Timor-Leste** - Reis de Lorosay e Reis de Lorothona, Coronéis e Dados. Porto Editora, 2013.

YUVAL-DAVIS, Nira; ANTHIAS, Floya (eds.). **Woman-Nation-State**. Londres: Palgrave Macmillan, 1989.

YUVAL-DAVIS, Nira; ANTHIAS, Floya. **Racialized boundaries**: Race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle. Londres: Routledge, 1992.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender and Nation**. Londres: SAGE, 1997.

ZAYAS, Alfred. **The Human Rights Industry**. Clarity Press, 2023.

ENTREVISTAS REALIZADAS

ALKATIRI, Marina Ribeiro. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, presencial. 3 arquivos .mp3 (130 min.). Lisboa, 07 de setembro de 2022.

ANDRADE, Leonel. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, presencial. 1 arquivo (56 min.). Coimbra, 17 de outubro de 2022.

BARRETO, Pascoela. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, presencial. 1 arquivo (188 min.). Lisboa, 07 de setembro de 2022.

BRANCO, Olímpio. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, virtual. 1 arquivo (77 min.). Brasília, 14 de março de 2022.

CARDOSO, Luís. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, presencial. 1 arquivo (75 min.). Lisboa, 01 de setembro de 2022.

RUAS, Joana. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, presencial. 1 arquivo (48 min.). Lisboa, 13 de julho de 2022.

TILMAN, Adelina. **Entrevista**. Entrevistadora: Camila Tribess, virtual. 1 arquivo (70 min.). Sidney, 20 de julho de 2022.